



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

KAIQUE MOREIRA LEO LOPES

O ENGENHO DE SANTANA EM DOIS
TEMPOS (c.1537 e c.1730)

Salvador

2023

KAIQUE MOREIRA LEO LOPES

O ENGENHO DE SANTANA EM DOIS TEMPOS (c.1537 e c.1730)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia para obtenção do Título de Mestre em História Social do Brasil.

Banca examinadora:

Prof. Dr. João José Reis (orientador)

Prof. Dr. Luis Nicolau Parés

Prof. Dr. Marcelo Henrique Dias

Salvador

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lopes, Kaíque Moreira Léo

L864 O Engenho de Santana em dois tempos (c.1537 e c.1730) / Kaíque Moreira Léo
Lopes, 2023.

177 f.: il.

Orientador: Pro^o. Dr^o. João José Reis

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Engenho de Santana – Capitania de Ilhéus. 2. Escravidão – Companhia de Jesus. 3. História do Brasil Colônia.

I. Reis, João José. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. História Social. III. Parés, Luis Nicolau. IV. Marcelo Henrique Dias.

CDD: 326



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

ATA Nº 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH), realizada em 04/10/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM HISTÓRIA no. <numAta/>, área de concentração História Social do Brasil, do(a) candidato(a) KAIQUE MOREIRA LEO LOPES, de matrícula 217121449, intitulada O ENGENHO DE SANTANA EM DOIS TEMPOS (c.1537 e c.1730). Às 14:30 do citado dia, FFCH, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. JOAO JOSE REIS que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. LUIS NICOLAU PARES e Prof. Dr. MARCELO HENRIQUE DIAS. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. MARCELO HENRIQUE DIAS, UESC-BA

Examinador Externo à Instituição

Dr. LUIS NICOLAU PARES, UFBA

Examinador Interno

JOAO JOSE REIS, UFBA

Presidente

KAIQUE MOREIRA LEO LOPES

Mestrando(a)

A
Quem resiste à desigualdade e luta por equidade.
Avante!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial à minha avó Neuza e à minha mãe, duas mulheres que, desde que eu era pequeno, incentivaram-me a estudar, fornecendo-me, não obstante as dificuldades, estrutura possível para que eu concluísse a escola, ingressasse no ensino superior e conseguisse caminhar com minhas próprias pernas, tornando-me – infelizmente! – o primeiro e ainda único graduado da família. Idêntica gratidão possuo, *in memoriam*, à minha tia Adriana, que me abrigou em sua casa em Salvador entre os anos de 2017 e 2018, dando-me o suporte necessário, sem o qual não teria conseguido cursar os créditos presenciais do Mestrado.

Agradeço, também, a todos os meus professores e professoras, com quem aprendi boa parte do que sei e ensino. Em particular, à Kátia Vinhático Pontes, ao Marcelo Henrique Dias, à Hilda Baqueiro Paraíso, ao Luis Nicolau Parés e a meu orientador João José Reis, homem de uma generosidade invejável.

Não posso deixar de registrar minha gratidão, finalmente, aos amigos e amigas que me motivaram sempre, mesmo quando o desânimo em mim quis fazer morada. Aos da infância, aos da UESC, da UC-PT e aos da UFBA; aos do trabalho e aos da luta, muito obrigado!

“Do seu cavalo na lua, seguia assim o santo o destino movimentado desse São Jorge dos Ilhéus desde cerca de quatrocentos anos. Vira os índios trucidarem os primeiros colonizadores e serem por sua vez trucidados e escravizados, vira erguerem-se os engenhos de açúcar [...]”.

Jorge Amado (2012, p. 17)

RESUMO

Este trabalho discorre sobre o Engenho de Santana de Ilhéus, a partir de diferentes momentos da sua trajetória histórica no período colonial. Na primeira parte, busca-se entender o contexto geográfico e político que possibilitou o surgimento da propriedade, bem como a perpetuação administrativa do negócio. Em seguida, observa-se os domínios do engenho ao longo do tempo, com foco nos seus artefatos e estruturas materiais, a fim de discutir seu papel na economia e na sociedade que plasmou. Ao explorar esses elementos, a pesquisa lança luz sobre as complexidades históricas que embalsamaram o destino de indígenas, africanos e europeus na Ilhéus colonial.

Palavras-chave: Engenho de Santana; Capitania de Ilhéus; Escravidão; Companhia de Jesus; História do Brasil Colônia.

ABSTRACT

The dissertation investigates the Engenho de Santana in Ilhéus, from different moments of its historical trajectory during the colonial period. Initially, the aim is to understand the regional and political context that enabled the emergence of the property, as well as its administrative perpetuation. Subsequently, the engenho's domains and interior are observed, focusing on its artifacts and material structures, in order to discuss its role in the economy and the society it shaped. By exploring these elements, the research sheds light on the historical complexities that influenced the destinies of indigenous people, captives, and settlers in colonial Ilhéus.

Keywords: Engenho de Santana; Ilhéus; Slavery; Society of Jesus; Colonial Period.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área que corresponderia a primeira sesmaria doada a Mem de Sá.	35
Figura 2 - “Capitania dos Ilhéus” (1631).	41
Figura 3 - Projeção das estruturas edificadas do antigo Engenho de Santana.....	74
Figura 4 - Capela de Santana, séc. XVI.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiro
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CJ	Cartório Jesuítico
DHBN	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: UM ENGENHO NOS ILHÉUS	21
A CAPITANIA	21
A VILA	25
A SESMARIA	32
A ORDEM	36
O CONSÓRCIO	40
OS INDÍGENAS.....	44
OS ALDEAMENTOS	53
RESSURGIMENTO E DECADÊNCIA	60
CAPÍTULO 2: PROPRIEDADE, ADMINISTRAÇÃO E ESCRAVIDÃO.....	67
O ENGENHO	67
O SANTANA	73
A SUCESSÃO.....	88
A COMPANHIA	92
O NEGÓCIO.....	97
CAPÍTULO 3: O ENGENHO DE SANTANA EM 1730.....	108
A CHEGADA	108
O INFORME.....	112
A CAPELA	115
AS CASAS DA MORADA	123
O COMPLEXO.....	130
A SENZALA	137
INFORMAR, AVALIAR E CLASSIFICAR	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
APÊNDICE	153
FONTES E REFERÊNCIAS.....	164
FONTES MANUSCRITAS.....	164
FONTES IMPRESSAS.....	167
SITES PESQUISADOS.....	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

INTRODUÇÃO

Em 1789, centenas de cativos iniciaram uma sublevação que paralisou por aproximadamente dois anos o Engenho de Santana, situado em Ilhéus. Os revoltosos mataram o mestre de açúcar, apropriaram-se das ferramentas e estabeleceram quilombos nas cercanias da propriedade, donde negociaram os termos de sua rendição, os quais foram expressos no “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira”, seu senhor. O manuscrito, construído pelos cativos, revela reivindicações bastante ousadas para a época, cuja observância tornaria a escravidão no Santana uma farsa.

No tratado, os cativos solicitavam “paz” em vez de “guerra”, expressando a disposição para negociar, após resistirem bravamente a ataques de expedições militares. Assim, em 21 cláusulas, exigiram melhores condições de vida e trabalho para voltarem à servidão, não propondo, porém, um rompimento definitivo com o regime escravagista. Os rebeldes pleiteavam por espaços de liberdade e autonomia no engenho, de modo que pudessem, inclusive, “brincar, folgar e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença”.¹ O senhor Silva Ferreira, ao receber as reivindicações, fingiu aceitá-las e prometeu alforriar o líder do motim, mas quando os negros retornaram, mandou aprisionar a todos. Capturados, os cabeças do movimento foram vendidos no Maranhão, sendo o principal, Gregório Luís, enviado à prisão.

O tratado de paz oxigenou o debate historiográfico sobre a escravidão e fez o Santana conhecido mundialmente desde a sua apresentação, em 1977, em artigo publicado por Stuart Schwartz. Consoante o historiador, o documento “fornece-nos uma rara oportunidade de conhecer as aspirações dos cativos e de formar uma imagem de sua percepção da vida em um engenho”. Ademais, suas “exigências assemelham-se, em muitos aspectos, às modernas negociações trabalhistas, mas no contexto do escravismo havia outras que eram profundamente revolucionárias”.² Tal experiência contribuiu para o fortalecimento da compreensão do escravizado como protagonista da sua história e criador de cultura própria, que se chocou e interagiu com outros sujeitos e com a ordem

¹ “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (1789), Cartas ao Governo 207, Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Documento transcrito em Stuart B. Schwartz, “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, nº 1 (1977), pp. 69-81.

² Schwartz, “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil”.

dominante, ora rebelando-se, ora negociando.³ Atraídos por essa nova perspectiva, vários pesquisadores debruçaram-se sobre a fonte, mas não se arriscaram a realizar uma análise específica sobre a longa história do Santana.⁴

Cabe destacar que são poucos os trabalhos nesse sentido e, entre eles, raros são os que propuseram novidades. Afora os textos de Stuart Schwartz, temos “Resistência escrava em Ilhéus”, publicado em 1979, por João José Reis. Nesse artigo, o historiador apresentou “um documento inédito” que descreve outro episódio de rebeldia escrava naquela propriedade, que novamente a paralisou entre os anos 1821 e 1824. Diferentemente da sublevação de 1789, os negros montaram a resistência no próprio Santana. No fim da revolta, porém, parte deles, “fugindo de uma tropa punitiva, se internou nas matas dando origem a um quilombo. Em 1828, os escravos que ficaram no engenho ameaçaram novo levante”, logo debelado por uma “expedição de repressão aos quilombos formados em 24”. Dado o histórico de revoltas no engenho, João Reis afirma que, “por razões ainda não inteiramente conhecidas, os escravos do Santana eram particularmente militantes”.⁵

Em 2000, Teresinha Marcis lançou um pequeno livro didático, com o nome *Viagem ao Engenho de Santana*. A autora amparou-se, sobretudo, na pesquisa de Stuart Schwartz, e buscou revelar, a um “público em geral, mas, especialmente aos estudantes e professores do ensino regular, aspectos poucos conhecidos da formação histórica da região cacauzeira, de um passado que durante muito tempo permaneceu distante pela falta de material e pesquisas que ultrapassassem os limites do século XX e a produção do cacau”. O opúsculo é, acima de tudo, um convite à realização de “novas pesquisas que aprofundem a leitura dos acontecimentos registrados e de outros aspectos que ainda necessitam de maiores informações”.⁶

³ João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Cia das Letras, 1989, pp. 13-21, 62-78 e 123-124 (aqui também está transcrito o “Tratado de Paz” dos rebeldes do Santana).

⁴ Ver, por exemplo: Antonio Barros de Castro, “A Economia Política, o capitalismo e a escravidão”, in José Roberto Amaral Lapa (org.), *Modos de produção e realidade brasileira* (Petrópolis: Vozes, 1980), pp. 67-107; Jacob Gorender, “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, *Estudos Econômicos*, vol. 13, nº 1 (1983), pp. 7-39; Ciro Flammarion S. Cardoso, *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas Américas*, São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 91-105; Stuart B. Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001, pp. 89-122; Flávio dos Santos Gomes, *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, São Paulo: Claro Enigma, 2015, pp. 48-57; e Iamara da Silva Viana, Alexandre Ribeiro Neto e Flávio Gomes, “Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil”, *Estudos Avançados*, vol. 33, nº 96 (2019), pp. 155-177.

⁵ João José Reis, “Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito”, *Anais do APB*, nº 44 (1979), pp. 285-97.

⁶ Teresinha Marcis, *Viagem ao Engenho Santana*, Ilhéus: Editus, 2000, pp. 7-8.

Em *Mejigã*, publicado em 2012, dez pesquisadores se uniram na tarefa de reconstituir a trajetória histórica de uma mulher africana escravizada no Engenho de Santana, na segunda metade do Oitocentos. Para tanto, Rui do Carmo Póvoas, organizador do livro e descendente da protagonista, propôs uma análise interdisciplinar, examinando as interfaces entre tradição, memória, história e linguagem. Na segunda parte da obra, explorou-se o contexto da escravidão, contextualizando o cenário em que Mejigã viveu. Assim, quatro capítulos tangenciaram o Engenho de Santana, recapitulando os episódios de resistência e revoltas ocorridas na propriedade, sem apresentar, todavia, novidades à discussão. Por outro lado, a obra colaborou significativamente para a “compreensão do legado africano na Região Sul da Bahia, através de uma de suas múltiplas expressões, a fim de revelar sua face afrodescendente”.⁷

Em 2015, Hilda Baqueiro Paraíso publicou artigo iluminando outro episódio de revolta no Santana, ocorrido em 1602, envolvendo indígenas escravizados. Assim, ela abordou, brevemente, as formas de resistência adotadas, as relações de aliança construídas, seus objetivos, os resultados da sublevação, bem como a reação do governo geral e da Coroa portuguesa acerca do acontecido. A análise entendeu a ação dos rebeldes como um movimento de luta por melhores condições de vida, ao passo que ressaltou a importância da mão de obra indígena para o desenvolvimento da vila e da capitania de Ilhéus. A pesquisa, entretanto, não esmiuçou a história do Santana, por não dispor “de documentos específicos que tratem de sua particularidade”. Diante dessa carência, Paraíso pôde “apenas inferir [que] o modelo de funcionamento e as relações de trabalho ali estabelecidas fossem semelhantes às do Recôncavo”.⁸

Há muito, ainda, a ser revelado sobre o engenho, objeto que tem despertado interesse, inclusive, na educação básica. Em 2018, Dagson José Borges Santos coordenou a criação de um blog, usado como ferramenta pedagógica no ensino de história, com foco na experiência do Santana, numa turma do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Impacto de Ilhéus, Bahia. O projeto, de viés construtivista, estimulou a pesquisa, escrita e participação dos educandos, melhorando a relação ensino/aprendizagem. A ferramenta digital, afirma o professor, permitiu que os estudantes construíssem pesquisas e postagens sobre o engenho de forma autônoma, dentro e fora da sala de aula, facilitando a construção coletiva do conhecimento. Assim,

⁷ Rui do Carmo Póvoas (org.), *Mejigã e o contexto da escravidão* (Ilhéus: Editus, 2012), p. 32.

⁸ Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “Revolta indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico açucareiro e o trabalho indígena (1602)”, *Cadernos de História*, vol. 16, nº 24 (2015), pp. 103-123.

a turma pode investigar o passado de modo interativo, destacando o período colonial e a vida cotidiana de grupos historicamente silenciados.⁹

Em 2020, Andrey Soares Pinto revisitou o levante de 1789, dedicando-lhe pesquisa exclusiva. Destarte, considerou que a revolta teve impacto na dinâmica subsequente de resistência deflagrada no engenho, nas décadas seguintes, como se tivesse consolidado uma tradição de luta em busca de melhores condições de vida e trabalho. A seu ver, negociações e conflitos eram estrategicamente usados pelos cativos para conquistar vantagens políticas e materiais dentro das limitações impostas pela sociedade escravista. Ademais, Andrey Pinto reconheceu que aqueles negros foram “agentes ativos e políticos de suas próprias histórias”, inseridos em redes de relações complexas e em constante interação.¹⁰ A pesquisa do jovem historiador acerta em dar protagonismos ao levante, adensando a discussão e contextualizando-a, muito embora não tenha acrescentado novas fontes ou traços distintos à interpretação do fato.

Marcelo Henrique Dias, por outro lado, tem contribuído com a ampliação do debate historiográfico sobre o engenho, tangenciando outros temas além das revoltas. Em artigo composto a seis mãos, coadunando arqueologia e história, foi apresentada a reconstituição, de modo conjectural, das estruturas edificadas do Santana, bem como analisou-se seus significados no contexto da sociedade que as produziram e as vivenciaram – estratégia que inspirou o capítulo 2 e 3 deste trabalho.¹¹ Em 2021, Marcelo H. Dias publicou outro artigo a investigar os fatores que permitiram aquele estabelecimento açucareiro permanecer ativo, enquanto todos os demais faliram na vila de Ilhéus, em meados do século XVII – processo que abordamos no capítulo 1. Em perspectiva comparada, o pesquisador examinou as estratégias e soluções que os jesuítas colocaram em prática nos seus dois engenhos da Bahia, no que se refere ao aproveitamento dos recursos ambientais, aos contratos de parceria com lavradores e à dinâmica da administração dos escravos.¹²

⁹ Dagson Jose Borges Santos, “O uso de blogs no ensino de história: a experiência da história do Engenho de Santana em Ilhéus-Ba” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, 2018), pp. 51-53.

¹⁰ Andrey Soares Pinto “Revolta, Negociação e Autoridade: O levante dos escravos do Engenho Santana, Ilhéus (1789)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2020), pp. 167-169.

¹¹ Marcelo Henrique Dias, Walter Fagundes Morales e Igor Campos Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, séculos XVI-XVIII): um complexo produtivo colonial na Mata Atlântica sul-baiana”, *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas*, vol. 18, n° 33 (2018), pp. 93-123.

¹² Marcelo Henrique Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico: o Santana dos Ilhéus (séculos XVII e XVIII)”, *História Unisinos*, vol. 25, n° 3 (2021), pp. 473-485.

O conjunto de fontes utilizado por Marcelo H. Dias deriva do acervo do Cartório e Armário Jesuíticos, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, em Lisboa. Por ter pertencido aos inacianos do Colégio de Santo Antão de Lisboa, parte substancial da memória documental do Santana está preservada nesse fundo, testemunhos que permitem “reconstituir e compreender o pano de fundo do contexto social em que esses religiosos atuaram”, como observou Paulo de Assunção Barros.¹³ Além disso, essas fontes possibilitam entrever, indiretamente, “a capacidade dos escravos de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo os seus interesses”¹⁴ – conforme veremos na parte final do capítulo 3. Aliás, tanto Assunção, como Stuart Schwartz, também se valeram desse material para o desenvolvimento de importantes trabalhos históricos, mas nenhum deles realizou uma análise específica sobre o universo socioeconômico do Santana – tal qual se propõe aqui.

O autor de *Segredos internos* estudou a sociedade açucareira brasileira a partir das relações de produção intrínsecas aos engenhos coloniais. Contudo, foi cauteloso e evitou focar na documentação do Santana para não “generalizar a partir de um caso atípico”. Um dos fatores que assinala a sua atipicidade, consoante Stuart Schwartz, seria o perfil demográfico dos escravos dessa propriedade no Setecentos – conforme será demonstrado no capítulo 3.¹⁵ Paulo de Assunção, por sua vez, usou os registros do Santana quando examinou a administração dos negócios e bens jesuíticos no império luso. Assim, os dados foram analisados numa perspectiva abrangente, a qual não levou em consideração o contexto regional do engenho dos Ilhéus.

A presente investigação, portanto, segue as picadas abertas pelos autores apresentados acima, cujos trabalhos principais orientam e ancoram este. O propósito é contribuir com o debate historiográfico, iluminando o passado ainda obscuro do engenho de Santana, o qual por tempo demasiado permaneceu inacessível pela falta de material e pesquisas. Pretende-se, aqui, romper essa barreira com a ajuda dos documentos compulsados na ANTT, manuseado por este pesquisador há cerca de 10 anos. Desse modo, visa-se colaborar com o resgate da história de indígenas e negros da

¹³ Paulo de Assunção, *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, São Paulo: EDUSP, 2004, pp. 90-97.

¹⁴ Eduardo Silva, “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia”, in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 15.

¹⁵ Stuart Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*, São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 9.

atual Região Sul da Bahia, analisando momentos distintos da trajetória do Santana e destacando sua importância no processo de instituição da Capitania de Ilhéus.

Vale ressaltar que a história do Brasil colonial foi um período de intensa exploração e ocupação do território, impulsionada pela concessão de privilégios reais e pelo sistema de *plantation*. A produção açucareira se estabeleceu nos Ilhéus, donataria de Jorge de Figueiredo, por volta de 1537 – marco temporal inicial deste trabalho. Dessa epopeia, há uma narrativa que fala sobre um suposto êxodo da Ilha de Tinharé, episódio reiterado na historiografia há anos, revisitado e reinterpretado neste trabalho. Ademais, analisou-se os embates entre colonos e indígenas, desencadeados pela expansão da indústria canavieira e escravização nos Ilhéus, conflitos em que o Engenho de Santana, muitas vezes, foi o epicentro – conforme se verá no capítulo 1.

Ao longo do século XVII, a propriedade enfrentou dificuldades sensíveis no que tange à sua conservação. Os feitores que a administravam foram acusados de negligenciar o tratamento dispensado aos escravos e os problemas estruturais do engenho. Apesar das adversidades, os jesuítas, que se tornaram seus donos, persistiram na tentativa de manter o empreendimento funcionando, apesar da baixa rentabilidade em certos momentos. No capítulo 2, examina-se os percalços enfrentados por esses administradores no que toca à gestão do negócio açucareiro numa localidade em que a lavoura de cana revelou-se desvantajosa.

A pesquisa, portanto, buscou investigar o contexto histórico da indústria açucareira no Brasil colonial, com foco na zona em torno da vila dos Ilhéus. Assim, tencionou-se apreender a importância do Santana na economia e na sociedade da época, refletindo as transformações materiais e simbólicas que a propriedade sofreu ao longo dos séculos. Em 1730, finalmente, o engenho atinge sua forma clássica, imagem que o leitor poderá visualizar no capítulo 3.

CAPÍTULO 1: UM ENGENHO NOS ILHÉUS

A CAPITANIA

Em 26 de julho de 1534, na cidade de Évora, d. João III, rei de Portugal e Algarves, assinou carta doando 50 léguas da costa do Brasil a Jorge de Figueiredo Correia, fidalgo português e escrivão de sua fazenda real:

A quantos esta minha carta virem faço saber que, [...] esguardando eu os muitos serviços que Jorge de Figueiredo Correia, fidalgo de minha casa e escrivão de minha Fazenda a mim tem feito [...] faço mercê e irrevogável doação [...] para ele e para todos seus filhos, netos, herdeiros e sucessores de cinquenta léguas de terra na Costa do Brasil, que começarão na ponta da Bahia de todos os Santos, da banda do sul, e correrão ao longo da costa para o sul e [...] entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro [...] com todas as ilhas que houver até dez léguas ao mar.¹

A dádiva contemplava uma das subdivisões administrativas criadas pelo monarca, entre 1534 e 1535, ao estabelecer, em território sul-americano, o sistema de Capitánias Hereditárias, outrora empregado com êxito nas ilhas do Atlântico no século XV.²

O litoral brasílico fora repartido, então, em quinze lotes, distribuídos a doze homens, nobres em sua maioria, mas nenhum oriundo da alta aristocracia portuguesa.³ A donataria de Jorge de Figueiredo, uma das primeiras a serem concedidas na América portuguesa, situava-se entre as da Baía de Todos-os-Santos e a de Porto Seguro, avançando ao interior até o limite determinado pelo Tratado de Tordesilhas.⁴ O beneficiado, funcionário régio e cronista da corte, recebera de d. João III amplo território sobre o qual lhe fora adjudicado vasto rol de privilégios.⁵ O rei desejava, dessa

¹ “Traslado da doação da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão e Governador Jorge de Figueiredo Correia” (doravante: “Traslado da doação da Capitania dos Ilhéus”), 26 de julho de 1534, *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (doravante: *DHBN*), vol. XIII, nº XI (1929), pp. 157-158.

² Siegmund Ulrich Kahn, “As Capitánias Hereditárias, o Governo Geral, o Estado do Brasil - Administração e Direito Quinhentistas”, *Rev. de Ciênc. Política*, vol. 6, nº 2 (1972), pp. 53-114.

³ Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial: 1500-1800*, Brasília: Senado Federal, 1998, p. 48.

⁴ João da Silva Campos, *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Ilhéus: Editus, 2003, p. 21.

⁵ Caio Figueiredo Fernandes Adan, “Colonial Comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2009), p. 37.

maneira, tornar a “terra do Brasil mais povoada”, “pelo muito proveito que [disso] se seguiria a meus Reinos e Senhorios, e aos naturais e súbditos deles”, como também para “celebrar o culto e Ofícios Divinos”.⁶

A decisão de sua majestade marcou uma mudança na política lusitana ante as possessões no Novo-Mundo. Quando Pedro Álvares Cabral aportou na América em 1500, d. Manuel I, então rei de Portugal, demonstrou, inicialmente, pouco entusiasmo em relação à recente descoberta do navegador, já que lhe importava mais, na ocasião, assegurar seus domínios na Ásia. Ainda assim, o monarca ordenaria que se erigissem feitorias em pontos estratégicos do litoral, de modo a afirmar a sua posse, vigiar o contrabando e servir de entreposto para o caminho das Índias; e estimulou, também, expedições desbravadoras ao longo da costa.⁷ Com o tempo, no entanto, as feitorias revelaram-se ineficazes aos interesses do império português, no que se tornou imprescindível a ocupação do território para aproveitamento mercantil e preservação.⁸ A base econômica eleita para a execução do projeto fora a agroindústria do açúcar, visto ser uma atividade lucrativa capaz de fixar colonos à terra e de atrair investidores.⁹ A iniciativa ganhou impulso, sobretudo, nas mãos do sucessor de d. Manoel I, seu filho d. João III, pressionado, na altura, pela recorrente presença francesa no litoral brasileiro.¹⁰

As áreas das capitâneas hereditárias, vale ressaltar, continuaram a ser patrimônio da Coroa portuguesa. O que o monarca concedeu aos donatários, na verdade, foram poderes administrativos e judiciais sobre elas, definidos em legislação específica.¹¹ Assim, d. João III buscava dividir responsabilidades em relação à defesa e ao povoamento do Novo Mundo, além de garantir uma renda constante para si através de tributos repartidos com os capitães donatários.¹² Mas, mesmo terceirizando a missão colonizadora, a Coroa esteve presente em todas as etapas de sua montagem, cumprindo papel fundamental.¹³ *In loco*, seria representada por feitores, almoxarifes e escrivães,

⁶ “Traslado da doação da Capitania dos Ilhéus”, p. 157.

⁷ Max Fleiuss, *História administrativa do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1925, pp. 1-2. Sobre as expedições exploradoras, ver Abreu, *Capítulos*, pp. 37-40.

⁸ Caio Prado Junior, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 24.

⁹ Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*, Bauru: Edusc, 2003, p. 20.

¹⁰ Abreu, *Capítulos*, pp. 41-46.

¹¹ Luciana de Carvalho Barbalho Velez, “Donatários e administração colonial: A Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2016), pp. 31-32.

¹² Manoela da Silva Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2018), p. 98-99.

¹³ Claudinei Magno Magre Mendes, “Construindo um Mundo Novo: os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1996), p. 171.

incumbidos de arrecadarem rendas; ademais, nomeações de vigário e capelães também fariam parte das ingerências reais.¹⁴ Afinal, havia a preocupação de que os donatários, com o passar do tempo, ousassem se tornar senhores absolutos, dominando não apenas a economia, mas também a política, rompendo os vínculos de vassalagem e obediência com o poder metropolitano.¹⁵

Por esse motivo, além da carta de doação, sua majestade dera a Jorge de Figueiredo, em 11 de março do ano seguinte, o foral que ele deveria obedecer fielmente. O texto dos dois documentos foi o mesmo para todos os capitães, abstraindo-se diferenças de pouca importância; ambos, ademais, completavam-se mutuamente, fazendo cada ato referência ao outro.¹⁶ O primeiro detalhava, especialmente, o negócio jurídico em foco, determinando, “para todo o sempre”, a mercê e os títulos de “Capitães e Governadores” aos favorecidos, seus herdeiros e sucessores.¹⁷ O segundo, por outro lado, regulamentava a gestão do lote ofertado, fixando regras econômicas, fiscais e militares gerais.¹⁸ Cartas de doação e forais, portanto, estamparam o projeto colonial idealizado pela Coroa lusitana no século XVI, encomendaram as providências a serem tomadas pelos donatários e determinaram os rumos da administração do território a ser conquistado.¹⁹

A concessão de regalias reais impulsionou e, acima de tudo, estruturou a sociedade que viria a surgir.²⁰ Nela, os donatários seriam isentos do pagamento de tributos em 10 léguas reservadas na capitania para uso próprio – salvo o dízimo à Ordem de Cristo –, podiam exercer a justiça cível e criminal; nomear tabeliães, juízes e ouvidores; edificar vilas e engenhos, ou autorizar que colonos construíssem os seus próprios; distribuir sesmarias, contanto que não fosse à própria mulher ou ao filho herdeiro; receber parte sobre a exploração do pau-brasil, principal mercadoria na época, e da pesca. Além disso, tinham o monopólio da escravização e venda dos indígenas, assim como o direito a cobrar redizima sobre as dízimas arrecadadas pelo erário

¹⁴ Abreu, *Capítulos*, p. 49.

¹⁵ Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade”, p. 98.

¹⁶ Kahn, “As Capitánias Hereditárias”, p. 54.

¹⁷ “Traslado da doação da Capitania dos Ilhéus”, pp. 157-171.

¹⁸ “Traslado do foral da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão Jorge de Figueiredo Correia” (doravante: “Traslado do foral da Capitania dos Ilhéus”), 11 de março de 1535, In: *DHBN*, vol. XIII, nº XI (1929), pp. 171-178.

¹⁹ Luciene Maria Pires Pereira, “As sesmarias em Portugal e no Brasil: a colonização do Brasil analisada por meio das cartas de doação e dos forais” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2010), p. 14.

²⁰ Antônio Vasconcelos de Saldanha, *As capitánias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 17-58.

público.²¹ Aos capitães, não cabia cultivar a terra, e sim administrá-la política e juridicamente; a tarefa de lavrar e produzir mercadorias competiria, necessariamente, a outro grupo social, os sesmeiros.²² Os poderes que lhes foram delegados visavam assegurar a concretização da colonização e a supressão de eventuais usurpações e escaramuças envolvendo súditos de sua majestade no além-mar.²³

A instauração efetiva da capitania, para além de atos jurídicos, dependia da conquista e povoamento do território até então ocupado pelos povos originários, genericamente chamados de “índios”.²⁴ O donatário, diante disso, precisava dispor de cabedal abundante para custear o empreendimento e, assim, gozar a honra de ser senhor de terras.²⁵ Além de oneroso, o negócio era demasiadamente temerário. Dos doze beneficiados, Luiz Filipe de Alencastro conta – e essa é a tradição da historiografia – que “seis nunca vieram ao Brasil”, “dois foram mortos pelos tupinambás; outros dois abandonaram seus direitos e apenas dois puderam prosperar: Duarte Coelho em Pernambuco e, até 1546, Pero de Campos Tourinhos em Porto Seguro”. Nessa lista, o historiador inclui, ainda, “São Vicente, [que] também progride durante algum tempo, mas jamais será visitado por seu donatário”.²⁶

Ao revisitar o passado da capitania de Jorge de Figueiredo, contudo, entendemos que ela, da mesma forma, deve ser acrescentada a esse rol. Como se demonstrará neste capítulo, a donataria também alcançou prosperidade no incipiente cenário colonial, despontando como palco promissor ao empreendimento açucareiro na década de 1540, quando recebeu grossa remessa de capitais estrangeiros.²⁷ Os investimentos aportados na região, ao longo dos primeiros 35 anos da colonização portuguesa, culminaram na construção de oito engenhos, o terceiro maior número registrado para o Brasil em 1570, ficando atrás apenas de Pernambuco (23) e Bahia (18).²⁸ Tal progresso, todavia, não foi

²¹ Sobre os direitos e privilégios dos donatários, ver: Abreu, *Capítulos*, p. 48-49; Pereira, “As sesmarias em Portugal e no Brasil”, p. 114-15; e Nara Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*, Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998, p. 18.

²² Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade”, p. 98.

²³ Abreu, *Capítulos*, p. 49.

²⁴ Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, pp.18-19.

²⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser nobre na Colônia*, São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 44.

²⁶ Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia da Letras, 2000, p. 20 (a referência usada, entre outras, é Capistrano de Abreu, ver: nota 48, p. 384).

²⁷ Luiz Walter Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar*, Salvador: Editora Vila Velha, 2000, p. 92. Os números que constam na obra estão defasados, visto que se referem ao valor em real no ano de 2000. Sendo assim, ajustamos conforme os dias atuais e expomos no texto “O Consócio”, conforme o leitor poderá ver neste capítulo.

²⁸ Schwartz, *Segredos internos*, p. 148. O historiador, referência fulcral nesta pesquisa, baseia-se no relato de Pêro de Magalhães Gândavo para estipular o número de engenho no Brasil em 1570. Como se verá

assistido presencialmente pelo donatário, cujo ofício de escrivão real o prendera à Corte, de onde exerceu a administração da donataria, representado *in loco* por outrem, a quem delegou a tarefa de consolidar o projeto colonial.²⁹

No século XVII, a lavoura canavieira entrará em recessão na região, mas isso não significou a estagnação e a falência completa da capitania. Ao lado dos poucos engenhos que continuaram a operar, novas alternativas econômicas permitiram consolidar a ocupação do território e sua posição estratégica para o funcionamento do sistema colonial. Durante esse período, a sociedade que nela se desenvolveu, a despeito de se caracterizar pela modéstia de recursos, empenhou-se no processo lento, mas contínuo, da expansão lusa em praticamente todo o litoral da donataria, estendendo a fronteira agrícola até 25 km em direção ao continente. Assim, e também por via de ações políticas deliberadas, o território assumiu o perfil de zona de abastecimento interno e de atividades extrativistas voltadas para o mercado local e para o suprimento das encomendas reais. Sobre esse alicerce que, no decorrer do século XIX, a produção agrícola de exportação voltaria a se expandir na região.³⁰

A donataria de Jorge de Figueiredo, portanto, atendeu aos objetivos previstos pela política das Capitânicas Hereditárias de d. João III. Afinal, a iniciativa ensejou a presença portuguesa no território durante todo o período colonial, solidificando, desse modo, a conquista imperial naquele rincão, que jamais deixou de ser aproveitado mercantil e politicamente. As sementes dispersadas, ainda na primeira metade do século XVI, impulsionaram o processo de ocupação e exploração da capitania, mas não determinaram o seu perfil produtivo, o qual tomará feições próprias, à luz da conjuntura econômica colonial que desabrochará com o passar dos anos.

A VILA

O fidalgo Jorge de Figueiredo montou, a suas expensas, uma frota com colonos, animais, sementes, ferramentas e mais provimentos necessários para dar corpo a sua

adiante, outro colono, na década de 1580, estimará esse número entre oito ou nove para a Capitania dos Ilhéus. Acreditamos, portanto, que essa quantidade fora o apogeu na donataria durante todo o período colonial.

²⁹ Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “Caminho de ir e vir e caminho sem volta: Índios, estradas e rios no Sul da Bahia” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1982), p. 11.

³⁰ A tese é desenvolvida, em Marcelo Henrique Dias, “Economia, sociedade e paisagem da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2007), pp. 47, 206, 412-414.

donataria no Novo Mundo. O comando da aventura ele confiou ao belígero Francisco Romero, natural de Castela e cavaleiro da Ordem de Cristo.³¹ Consoante João da Silva Campos, a expedição partiu do porto de Lisboa, cruzou o atlântico e arribou, em 1535, no atual Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé, litoral norte da capitania.³² Ali, conta o historiador, postulou-se fundar a primeira vila, cuja designação, São Jorge, homenagearia tanto o santo como o patrocinador da campanha.³³

Porém, o projeto não prosseguiu. Na opinião de Maria Hilda B. Paraíso, embora a posição fosse estratégica, “quanto às possibilidades de defesa dos ataques dos índios”, “a dificuldade de obter água potável” e “a limitação espacial de terras”, poria em risco a desejada expansão demográfica e agrícola da povoação.³⁴ Diante disso, o loco-tenente Romero ordenaria uma varredura na costa do território a fim de descobrir ponto mais adequado ao transplante do núcleo colonizador. Só assim, finalmente, os batedores encontrariam a área definitiva para instalação da sede, praticamente no centro da capitania, dotada de excelentes condições estratégicas para defesa e comércio, num promontório formado pelo mar e por um rio navegável, guarnecido por morros nos dois pontais da sua barra.³⁵ Como cegos conduzidos pela providência, tal qual sugere a narrativa original, a expedição migraria à terra prometida na qual se edificou a vila de São Jorge.

Até aqui, essa é a versão que, desde os anos 1920, tem-se dito e repetido na historiografia que trata da gênese da colonização na capitania. A *narrativa do êxodo*, incontestável até hoje, entrega o destino da missão ao acaso, que, benignamente, premia os colonos com um terreno providencial à construção da futura sede, igualmente a um presente caído dos céus, conforme pensaria, sem dúvida, um cristão quinhentista como Gabriel Soares de Sousa. A nosso ver, a abordagem dessa experiência histórica, nesses termos, ignora o carácter racional, meticuloso e oneroso com que o projeto colonial se revestiu antes de se atirar ao mar. Por certo, Jorge de Figueiredo não iria aplicar o seu cabedal a esmo, confiando o sucesso da operação à sorte, ao enviar navio com pessoas e

³¹ Sobre Francisco Romeiro, ver: João Fernando de Almeida Prado, *A Bahia e as capitanias do Centro do Brasil (1530-1626) – História da formação da sociedade brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, tomo I, 1945, pp. 156-161; e Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 47-50.

³² A narrativa, repetida inalteradamente em vários trabalhos que abordam o assunto, inspira-se em Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879, p. 46. O livro é fonte axial para o estudo do Brasil quinhentista. Sobre o autor e sua obra, ver: Gabriela Soares de Azevedo, “O avesso da costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591)” (Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015), pp. 20-66.

³³ Campos, *Crônicas da Capitania*, p. 34.

³⁴ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 11.

³⁵ Campos, *Crônicas da Capitania*, p. 35.

recursos à América sem ter definido, ao menos, o chão para assentar o núcleo difusor da exploração da capitania.

A narrativa do êxodo, importa destacar, ampara-se em uma única fonte, religiosamente repetida anos a fio. Trata-se do relato do colono português Gabriel Soares de Sousa, registrado em 1587, isto é, mais de cinquenta anos após a chegada de Francisco Romero, onde se lê que:

[o navegador] partiu do porto de Lisboa com sua frota, e fez sua viagem para esta costa do Brasil, e foi ancorar e desembarcar no porto de Tinharé, e começou a povoar em cima do morro de S. Paulo, do qual sitio se não satisfez. E como foi bem visto e descoberto o do rio dos Ilheus [...] se passou com toda a gente para este rio, onde se fortificou e assentou a vila de S. Jorge.³⁶

No relato de Soares, o “bem visto” “rio dos Ilhéus” fora descoberto posteriormente, em decorrência da insatisfação com a primeira “povoação”. A ocupação da localidade, destarte, é encarada como sendo fruto da contingência – e não como decisão calculada e planejada antes da vinda da expedição –, no que acarretará em um arriscado e prematuro êxodo. Aquelas palavras ecoaram em diversas obras ao longo do tempo, consolidando-se como uma verdade inquestionável. Talvez porque, em 1576, Pero de Magalhães Gandavo já tivesse oferecido outra versão sobre os primórdios da instauração da capitania, a qual é desprezada unanimemente – e com razão. Nela, o comando da expedição fundadora é creditado, fantasticamente, a “um João Dalmeida”, sendo apagada a figura de Romero; e a primitiva ocupação no Morro de São Paulo, bem como a migração, sequer são consideradas.³⁷

A despeito do êxodo ter se notabilizado a partir da obra de Silva Campos, cabe salientar que outros autores, antes dele, já a transmitia. O memorialista Francisco Borges de Barros, por exemplo, corroborou a versão ainda na década de 1920, divergindo apenas na data da chegada, pois acreditava que a ocupação em Tinharé teria ocorrido um ano depois, ou seja, em 1536.³⁸ Recentemente, Jorge Caldeira também registrou o nascimento de Ilhéus, sem mencionar, contudo, o episódio do êxodo. Por

³⁶ Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, p. 46.

³⁷ Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2008, p. 102.

³⁸ Francisco Borges de Barros, *Memória sobre o município de Ilhéus*, Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981, p. 49.

outro lado, o escritor acrescentou elementos novos à narrativa, afirmando que o donatário Jorge Figueiredo Correia “organizou a expedição [...] e voltou para Portugal”, dando a entender que o escrivão veio ao Brasil junto com Francisco Romeiro. Ao locotenente, a propósito, atribuiu ter realizado, em vida, fatos póstumos, como a instalação de “nove” engenhos e a organização de “quatro” vilas na capitania. Como se verá à frente, alguns desses feitos só virão à baila no século XVII, sendo, portanto, impossível a Romero tê-los praticado.³⁹ Muito embora Caldeira não tenha arrolado as fontes que ampararam suas assertivas, fica claro que, em parte, baseou-se no relato de Gabriel Soares de Souza.⁴⁰

Outra interpretação acerca dos primórdios da donataria, quicá a mais ousada, é proposta por Luiz Walter Coelho Filho. O pesquisador revigorou a discussão sobre o êxodo, ao afirmar que a “sede” da capitania “permaneceu no Morro de São Paulo mais tempo do que costuma ser indicado pela História”. A seu ver, “por volta de 1545”, a presença lusa na donataria “estava limitada à povoação de Tinharé”, com “30 cristãos dedicados à cultura do algodão e provavelmente a alguma extração de pau-brasil”, ainda o principal produto de exportação. Aqui, o autor respaldou-se em um manuscrito castelhano – anônimo e sem data – que noticia os pontos da ocupação portuguesa na América, conforme se avistava do mar, o qual não registra a vila de São Jorge dos Ilhéus. Por essa razão, Coelho Filho acredita que o “deslocamento da sede para o atual sítio de Ilhéus” teria acontecido somente “nos anos seguintes”, quando foram celebrados contratos envolvendo terras da região, os quais o pesquisador julgou serem “os primeiros”.⁴¹

A hipótese, no entanto, soa improvável. O transplante da sede, via mar, para uma localidade distante 32 léguas, após uma década de fixação, além de temerário, se considerarmos os eventuais prejuízos e riscos inerentes, configurar-se-ia como fato

³⁹ Jorge Caldeira, *História da riqueza no Brasil*, Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, pp. 95-96.

⁴⁰ Gabriel de Soares de Sousa é a única fonte, até o momento, que cogita ter tido a capitania entre “oito ou nove” engenhos, como se verá ainda neste capítulo. Sendo assim, acreditamos que tenha sido essa a referência usada por Jorge Caldeira.

⁴¹ Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 52-54. O autor dedica capítulo 4 do livro à questão da “Mudança da sede da Capitania de São Jorge”. Ademais, a fim de fortalecer seu argumento, Coelho Filho refuta as fontes que fixam a data da ocupação na região antes do ano que propôs. Em especial, fala de um “escrito raso de 1537”, apresentado por Aires de Sá, no qual registra a “posse da água de Santana”, provavelmente a Mem de Sá. Em nossa pesquisa, encontramos menção ao documento no inventário abaixo, inserido em um memorando acerca das escrituras de terra da propriedade. Portanto, ao contrário do que escreveu Coelho Filho, parece-nos que quem cometeu “equivoco” não foi Aires de Sá.

inédito na história da colonização portuguesa na América.⁴² Como se verá à frente, os colonos gozavam de poucos recursos ao desembarcarem, de modo que uma mudança dessa natureza não parece nada vantajosa. Ademais, a navegação costeira no primórdio da colonização envolvia “grandes perigos”, como atesta o mercenário alemão Hans Staden. Os riscos, na década de 1540, variavam entre vendavais, com ventos fortes e ressaca, naufrágios e encontros inesperados com nações europeias rivais e seus aliados indígenas.⁴³ Assim, e tendo em vista o exíguo número de colonos indicado acima, não é crível que se tratasse da sede à época, mas, sim, de um ponto avançado da ocupação lusa na donataria, paralelo a vila de São Jorge. Desse modo, supomos que Coelho Filho, talvez, tenha confundido a parte pelo todo.

Além disso, há notícia de um “alvará de sesmaria”, expedido na Corte aos “2 de agosto do ano de 1537”, referente a “[uma] légua e meia de terra, de largo e uma de comprido”, na região do rio dos Ilhéus.⁴⁴ A partir dessa evidência, pode-se afirmar que a paragem era conhecida e mapeada pelos portugueses bem antes de “1544”, data na qual o historiador julga ter iniciado as primeiras incursões. No próprio livro de Coelho Filho, finalmente, há documentos, em anexo, que mostram o contínuo fluxo de embarcações, de março de 1537 a maio de 1538, transportando pessoas e mercadorias entre o reino e a capitania.⁴⁵ Assim, não parece aceitável que, em dez anos de colonização, a povoação na capitania não tenha se avolumado, possuindo apenas três dezenas de colonos.

A narrativa do êxodo, destarte, não nos convence. A nosso ver, trata-se de um “mito” pois, não sendo imposto, “apresenta-se espontaneamente como verdade nos vários estudos técnicos, históricos e literários publicados e repetidos indefinidamente”.⁴⁶ Ademais, não nos seduz a ideia de que a missão liderada por Romero desconhecesse ponto tão estratégico no litoral do quinhão dadivado a Jorge de Figueiredo. O próprio donatário, aliás, oficial régio responsável por escriturar as cargas advindas do além-mar,

⁴² A única capitania a mudar de sede fora a do Espírito Santo, em 1550, para a atual Vitória, após 15 anos de fundação da Vila Velha, que fica praticamente ao lado, a 5 km de distância baía a dentro. Segundo Nara Saletto, a transição ocorreu porque “o conflito com os indígenas se aguçara, na medida em que os portugueses passaram a escravizá-los”, o que levou os colonos a “reforçar a defesa”, após a destruição da vila velha pelos nativos, fugindo “para a ilha de Santo Antônio, naturalmente protegida pelo mar”, que “recebeu o nome de Vitória”, ver: Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, pp. 20-21.

⁴³ Hans Staden, *Viagem ao Brasil*, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930, p. 41.

⁴⁴ A informação consta em “Inventário feito pelo padre João Cortes na entrega que fez do Engenho de Santana dos Ilhéus ao padre Jerônimo da Gama” (doravante: “Inventário feito pelo padre João Cortes”), 13 de novembro de 1752, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante: ANTT), Cartório Jesuítico (doravante: CJ), maço 54, doc. 52.

⁴⁵ Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 56 e 138-140.

⁴⁶ Mary Ann Mahony, “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia”, *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10, nº 18 (2007), p. 787.

seguramente, tinha ciência das características elementares do território recebido, potencial econômico, paisagem natural e demográfica. Pelo menos, é o que se espera de alguém que, como ele, predispôs-se a entrar em um negócio arriscado e oneroso como o da colonização. Concordando com Marcelo Henrique Dias, não nos parece coincidência o fato do donatário ter recebido/escolhido uma parte repleta de pau-brasil, indígenas tupiniquim – reputados, na época, como mais brandos – e condições naturais propícias para a instalação da povoação.⁴⁷

Acreditamos, à vista disso, que a área do rio dos Ilhéus já era conhecida, *a priori*, por Jorge de Figueiredo, sendo por ele escolhida para a consolidação da sede da capitania. Desse modo, a passagem por Tinhare não tinha o propósito de ser definitiva – como, aliás, não foi –, afigurando-se como um desvio de rota. Importa salientar que, na altura, eram mares estranhos, recém-explorados, com vegetação uniforme à costa e insólitas benfeitorias. Não raro, navegantes experientes, singrando em águas não familiares, tinham dificuldade de identificar o porto desejado e os sinais descritos, mesmo quando previamente instruídos. Ao acreditarem ter chegado ao destino, ainda que perdidos, fundeavam nas angras que lhes parecessem mais seguras para, em seguida, patrulhar a área em busca de indícios que confirmassem a localização. Às vezes, passavam dias no lugar procurado, sem o saber, e riam-se surpresos ao descobrirem-se perdidos onde justamente deveriam estar.⁴⁸ Nesse sentido, o pouso sobre o Morro de São Paulo pode ter sido fruto de uma confusão e, ao invés de uma tentativa concreta de fixação, como corriqueiramente se tem dito, fora, na prática, uma escala. Na ilha, a tripulação, esgotada pela sacrílega travessia atlântica, poderia aguardar, em terra firme, a localização do destino final da expedição pelos batedores, evitando-se, assim, os riscos pertinentes à navegação costeira.

⁴⁷ Marcelo Henrique Dias, “O pau-brasil na Bahia colonial: zonas de ocorrência, condições de exploração e impactos ambientais”, In: Diogo de Carvalho Cabral e Ana Goulart Bustamente (orgs.), *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica* (Curitiba: Prismas, 2016), p. 156. O pau-brasil era a principal mercadoria de exportação colonial à época, sendo muito cobijado por garantir a geração de riquezas imediatas, enquanto se desbastava a mata densa para o incremento dos canaviais. Nesse sentido, os primeiros donatários, como foi o caso de Jorge de Figueiredo, por certo observaram esse elemento, assim como a paisagem demográfica da área, na hora de receber o lote, porque nem todos continham as vantagens dos Ilhéus. A título de exemplo, na capitania vizinha da Bahia, cujo donatário fora morto em ritual antropofágico em 1547, “faltava pau-brasil” e acreditava-se que “os tupinambás mostrariam disposições menos malévolas”, apesar de conhecidas, visto que “não instigados pelos franceses”, diz Abreu, *Capítulos*, p. 54.

⁴⁸ Hans Staden narra as dificuldades encontradas pelos marítimos em 1549, ao tentarem se localizar na costa brasileira. Perdido numa dada vez, ele conta que “não sabíamos se estávamos no porto onde havíamos combinado de nos reunir”. Após encontrar um “cristão”, “perguntamos em que região estávamos”, o qual informou a localização e “então nos alegamos, pois era esse o porto que estávamos procurando”, e “estivemos nele e não sabíamos”. Ver: Hans Staden, “Viagem ao Brasil”, pp. 41-47.

Ao contrário do que propõe o mito do êxodo, a nosso ver, a zona estava no radar da expedição desde a partida de Lisboa. O donatário a teria escolhido após análise rigorosa das informações advindas do além-mar, ordenando, assim, fixar a sede da capitania no centro do quinhão, em sítio favorável. A região, dotada de elevações costeiras, era preferível aos colonizadores porque oferecia boa visibilidade contra eventuais ataques inimigos, facilitava a aplicação de um esquema protetivo elementar e oportunizava a instalação futura do modelo cidade-alta (institucional) e cidade-baixa (comercial), repetido noutras povoações portuguesas na América e no próprio reino.⁴⁹ Além disso, o sítio oferecia boas condições de expansão e água potável em abundância, porto relativamente seguro e amplo sistema fluvial, importante via de acesso ao interior do continente.⁵⁰

A expedição instalara-se, definitivamente, no cimo do outeiro localizado na margem norte do “Rio dos Ilhéus”, alcunha que recebera em razão das ilhotas à frente da sua foz, topônimo estendido, depois, à respectiva vila.⁵¹ A povoação surgiu, dessa maneira, com nome e sobrenome, “São Jorge dos Ilhéus”, sede da homônima capitania. Ao tomarem assento, os colonos fortificaram-na com paliçadas, construíram habitações e uma capela.⁵² Lá em cima, a urbanização ocorreu de modo “orgânico”, com o traçado dos logradouros respeitando “as características físicas e ambientais do território”.⁵³ A vila nascia, assim, para administrar e difundir a colonização na área limitada, no litoral, pelas desembocaduras dos rios Jequiçá e Jequitinhonha. Na parte norte da capitania, as iniciativas efetivas de ocupação ocorrerão posteriormente, com a fundação das povoações em Boipeba, Cairú e Camamu, associadas a “instalação de engenhos e plantações de cana”, sobretudo “a partir de meados do século XVII”. Em 1754, a donataria seria extinta, e o território transformado, em 1763, numa comarca da Capitania Real da Bahia.⁵⁴

Ao redor da vila dos Ilhéus, finalmente, germinaram as primeiras iniciativas produtivas nas divisas do capitão Jorge de Figueiredo, negócios de vulto no cenário da

⁴⁹ Sobre o assunto, ver: Aroldo de Azevedo, “Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva”, *Terra Livre - AGB*, nº 10 (1992), pp. 23-78; e Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*, São Paulo: Pioneira, 1968, pp. 27-35.

⁵⁰ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, pp. 11-12.

⁵¹ Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 46.

⁵² Teresinha Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’: construção e reconstrução da identidade étnica: 1904” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004), p. 25.

⁵³ Ruana Alencar Oliveira, “Morfologia urbana e dimensão material e social da vila e cidade de Ilhéus no século XIX” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, 2021), p. 47.

⁵⁴ Para uma discussão sobre os limites da Capitania dos Ilhéus, ver: Adan “Colonial Comarca dos Ilhéus”, pp. 11, 39 e 42-49.

incipiente colonização portuguesa na América.⁵⁵ Desses estabelecimentos, conta Almeida Prado, “foi a primeira cana de açúcar para a Bahia, no esboço de prosperidade que parece ter havido nos primórdios da capitania [dos Ilhéus]”.⁵⁶

A SESMARIA

Em 27 de junho de 1544, Jorge de Figueiredo Correia recebeu em sua residência, na cidade de Lisboa, uma comitiva de fidalgos. Não se tratava, na ocasião, de um encontro amistoso entre nobres, mas, sobretudo, de uma reunião de negócios, o que explicaria, aliás, o comparecimento do tabelião Henrique Nunes. O desembargador Mem de Sá, entre eles, por certo era o mais ansioso dos aristocratas presentes, porquanto foi em seu nome e no de Francisco Betencourt de Sá, a quem também representava, que se selou contrato relativo ao empreendimento colonial capitaneado pelo anfitrião.

Os demais circunstantes, a saber, o fidalgo Pedro Álvares e Fernão de Campos Coutinho, filho do donatário da capitania de Porto Seguro, foram testemunhas da tratativa, a qual foi lavrada pelo escrivão Nunes e consignada pelas partes. Por esse ato, o Capitão dos Ilhéus, a fim de prosperar seus domínios no ultramar,

aforava, aos ditos Mem de Sá e Francisco Bitencourt, uma água na sua capitania que se chama a água da ribeira de Santa Ana, e isto de hoje em diante [...] para sempre, para poderem fazer dois engenhos de açúcar, um para cada [...]; e dava de sesmaria [...] uma légua de terra de comprido e outra de largo no mesmo sítio onde está a dita água [...] para poderem fazer castelos, povoações, hortas, vinhas, pomares e quaisquer outras benfeitorias que lhes bem parecer.

O ajuste instituía duas relações jurídicas principais: uma obrigação e uma mercê. A primeira encarregava os favorecidos a pagarem foros anuais de uma arroba de açúcar, ao senhor donatário, pelo usufruto da “água da ribeira de Santana”, um dos três braços

⁵⁵ Coelho Filho, “A Capitania de São Jorge”, p. 65

⁵⁶ Prado, *A Bahia e as capitanias*, p. 159.

do rio que desaguava no estuário em frente a vila dos Ilhéus; e a segunda concedia-lhes “sesmaria” de “uma légua” quadrada.⁵⁷

A distribuição das terras das capitânicas do Brasil baseou-se na lei das sesmarias, criada em Portugal em 1375. Nesse ano, o reino sofria uma forte carestia, e a legislação nascente visava retomar a atividade agrícola e fixar os trabalhadores no campo, dividindo e redistribuindo zonas agrárias abandonadas ou improdutivas a quem tivesse interesse e condições de cultivá-las. No século XVI, o modelo foi adaptado pela Coroa ao contexto da colonização na América e aos interesses mercantis coevos, de modo que qualquer área com potencial econômico não aproveitado – terras virgens, inclusive – poderia ser doada ou repartida em sesmaria.⁵⁸ Diferentemente da noção moderna de propriedade privada – absoluta e individual –, o sistema em foco implicava na concessão fracionada e condicionada de direitos fundiários típicos do Antigo Regime sob determinado território, mediante processo burocrático extenso e lento, diz a historiadora Manoela da Silva Pedroza.⁵⁹

Os capitães donatários, de acordo a legislação, podiam reservar até dez léguas do território para uso próprio e de futuros sucessores, mas o restante tinha que ser partilhado gratuitamente com terceiros.⁶⁰ O contemplado, por sua vez, adquiria direitos de exploração e posse da área, bem como se obrigava a povoá-la e cultivá-la no prazo determinado, sob pena de anulação do contrato.⁶¹ A prescrição estava expressa no foral da capitania, acompanhada da seguinte ressalva: “darão e repartirão todas as terras dela de sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição, contanto que sejam Cristãos”.⁶²

A ortodoxia religiosa não foi, na verdade, o único critério observado pelos donatários. O fator econômico preponderava pois, como não podiam vender a terra, os capitães auferiam renda a partir da produção dos seus colonos.⁶³ As sesmarias, por essa razão, eram doadas aos poderosos que, embora detivessem farto cabedal, nem sempre

⁵⁷ “Carta de sesmaria que se deu a Mem de Sá da água do Engenho de Santa Ana dos Ilhéus”, 23 de junho de 1544, ANTT, CJ, maço 19, doc. 35. O valor do foro é citado em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁵⁸ Pereira, “As sesmarias em Portugal e no Brasil”, pp. 129-131.

⁵⁹ Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade da terra”, p. 102.

⁶⁰ Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 18.

⁶¹ Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade da terra”, p. 102.

⁶² “Traslado do foral da Capitania dos Ilhéus”, p. 172.

⁶³ Mendes, “Construindo um Mundo Novo”, p. 186.

⁶³ Kahn, “As capitânicas hereditárias”, p. 54.

aplicavam nelas.⁶⁴ Não foi o caso de Mem de Sá, que entrou de cabeça na empresa colonizadora.⁶⁵ Apesar de não ter sido agraciado com capitania hereditária por sua majestade na década de 1530, o togado conseguiu concentrar diversas datas de terras na América portuguesa mediante aquisição de sesmarias.

O contrato citado acima, aliás, não foi o primeiro nem o último celebrado entre ele e o capitão dos Ilhéus. Aos 2 de agosto de 1537, Jorge de Figueiredo Correia já lhe havia doado, nas cercanias da vila, um retângulo com uma légua e meia de terra de largo e uma de comprimento”, “ao longo do Rio de Santa Ana”, “ficando este no meio” (Figura 1). Onde acabasse a sesmaria, começaria outra, na margem norte do mesmo flúmen, com meia légua quadrada, trespassada pelo loco-tenente Francisco Romero a Mem de Sá em 2 de novembro de 1546.⁶⁶ Em 19 de março de 1544, o senhor donatário atribuiu mais uma mercê ao desembargador, ora em sociedade com o fidalgo Francisco de Bitencourt. Na ocasião, ambos receberam, juntos, um quadrilátero com doze léguas entre os rios de Contas e Camamu.⁶⁷ A primeira sesmaria adquirida pela dupla somar-se-ia, meses depois, a mais duas: a que vimos no início do texto e outra, doada em 27 de novembro de 1544, na mesma ribeira de Santa Ana, estendendo a área original em mais uma légua quadrada ao longo do rio.

A nobre parceria dos Ilhéus não durou muito, todavia. Em transpasso de 17 de setembro de 1545, Bitencourt abriu mão, em favor do sócio, dos direitos que lhe cabiam sobre as terras no rio de Santa Ana.⁶⁸ O mesmo ocorreria depois, por ocasião de sua morte, em relação às 12 léguas de Camamu: sua parte foi legada a sua mulher, d. Maria da Costa, que a prescindiria, aos 9 de fevereiro de 1547, também em benefício de Mem de Sá.⁶⁹ O lépido bacharel, mediante um emaranhado de acordos jurídicos, já contava com avultadas divisas no Novo Mundo. Não satisfeito, contudo, ainda contemporizaria com Jorge de Figueiredo, em 2 de março daquele ano, a consecução de mais uma água e

⁶⁴ Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, p. 18.

⁶⁵ Nascido em 1500, em Coimbra, era filho natural do cônego da Sé da cidade, Gonçalo Mendes de Sá, e meio irmão protegido do poeta Francisco de Sá de Miranda; bacharel em Leis, ele ingressou na magistratura a partir de 1532; foi corregedor dos feitos cíveis da Corte quatro anos depois, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação de Lisboa, em 1541, e governador-geral do Brasil, em 1558, atingindo o clímax de sua carreira. Sobre Mem de Sá, ver: Herbert Ewaldo Wetzel, *Mem de Sá, terceiro governador geral (1557-1572)*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

⁶⁶ A doação original e trespasso feito por Romero foram mencionados em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

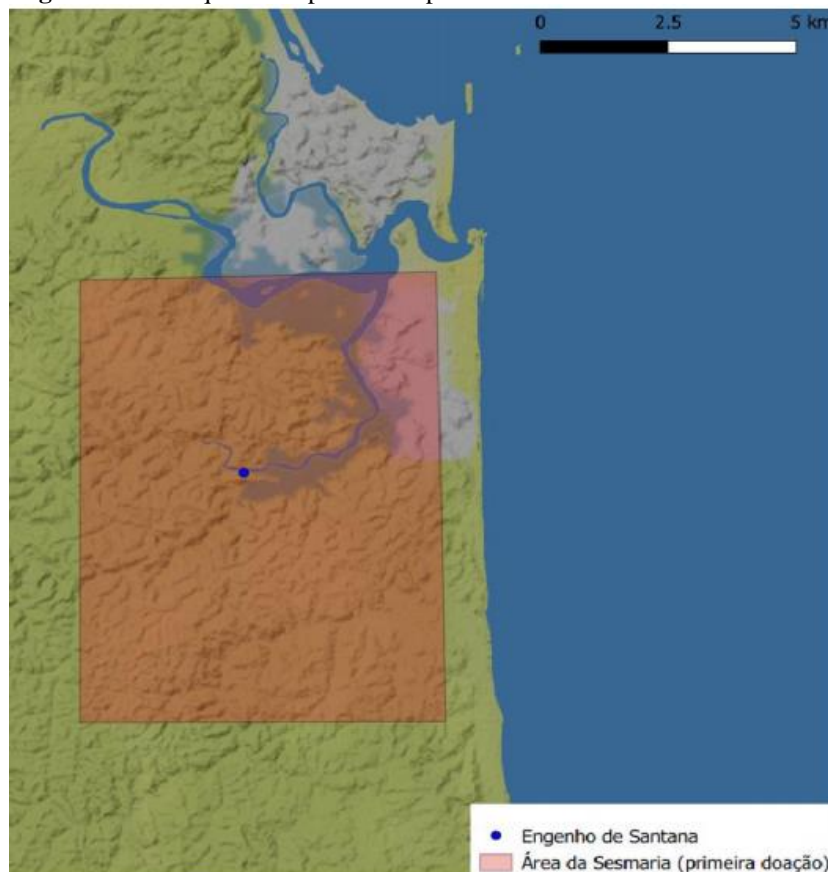
⁶⁷ Sobre as 12 léguas, ver: Rafael dos Santos Barros, “Da letra da Lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2015), p. 26.

⁶⁸ A segunda doação na ribeira de Santa Ana e o trespasso é citado em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁶⁹ Barros, “Da letra da Lei às práticas coloniais”, p. 26.

sesmaria, de meia légua em quadra, na ribeira de Santo Antônio, afluente situado na banda sul do rio de Santa Ana.⁷⁰ O capitão, aproveitando o ensejo, passou-lhe também instrumento de procuração para que o juiz o representasse em tratativa congênere prevista para ocorrer ainda naquele mês, com novo investidor.⁷¹

Figura 1 – Área que corresponderia a primeira sesmaria doada a Mem de Sá.



Fonte: DIAS, MORALES e SANTOS, 2018, p. 98.

Da corte, os fidalgos retalhavam, a torto e a direito, o inexplorado território da capitania em cartas de doação alheias a realidade geográfica da região. Sem levar em consideração parâmetros precisos de agrimensura, exarou-se uma enxurrada de diplomas a fim de capturar a totalidade das áreas ao redor dos flumens, à guisa de

⁷⁰ A carta de doação da água e sesmaria da ribeira de Santo Antônio teria sido lavrada, aos 10 de março de 1547, conforme o auto de sua posse. Ver: “Mandado e posse que tomou Mem de Sá da água que lhe havia dado na Capitania do Brasil o Governador Jorge de Figueiredo” (doravante: “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”), 17 de novembro de 1547 e 10 de fevereiro de 1548, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32. O documento também foi mencionado, com data de expedição de 02 de março 1547, em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. A certidão tardia foi, talvez, uma via retirada da mais antiga.

⁷¹ A procuração fora transcrita em “Carta de sesmaria confirmada pelo rei, outorgada por Jorge de Figueiredo Correa a Lucas Giraldo envolvendo terras na capitania de Ilhéus, em 26 de março de 1547” (doravante: “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”), in Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 154-163.

garantir o domínio exclusivo de cada ribeira a um único investidor. Com a tecnologia de mapeamento à disposição hoje, é possível perceber que na primeira sesmaria cedida a Mem de Sá (Figura 1), já tinha cobertura bastante sobre o rio Santana. Através dessa vastidão de terras adquirida, os nobres poderiam viver muito bem como senhores rentistas coloniais, fornecendo concessão de domínio útil a lavradores, na forma de enfiteuses, aforamentos e arrendamentos.⁷²

O volume de acordos celebrados em curto tempo realça, portanto, não só a forte inclinação de Mem de Sá ao projeto colonial, dado o potencial econômico do negócio, mas também o desconhecimento que se tinha do território da capitania. O senhor donatário, por sua vez, favorecia o magistrado na esperança de ver seus domínios indevassados prosperarem. Afora o lote de Camamu, o togado acumulava, na altura, autorização para possuir área maior que quatro léguas quadradas ao longo do rio Santa Ana, nos arrabaldes da sede da Capitania dos Ilhéus, bem como licença para construir um engenho, que em breve sairia do papel.

A ORDEM

Não havia mais tempo a perder, portanto. Dali a alguns meses, de Lisboa, Jorge de Figueiredo expediu urgentíssima ordem: “a quaisquer juízes, tabeliães e escrivães de minha Capitania do Brasil [...], [para] dar logo a posse de uma água que eu tenho dado ao senhor Licenciado Mem de Sá”; e advertiu: “qualquer oficial que [...] não [o] cumprir, que o ei logo por suspenso de seu ofício e lhe será dado a pena que merece [...], e havendo alguém para que ponha embargo à dada da dita água [...] não lhe seja deixado por isso de lhe dar a posse”. Com palavras imperativas e ameaçadoras, o senhorio exortava seus subordinados dos Ilhéus à observância célere de sua vontade.

O mandado referia-se à última aquisição do magistrado na ribeira de Santo Antônio, foi subscrito pelo capitão donatário em 17 de novembro de 1547 e se fez conhecido aos propostos da vila de São Jorge em 10 de fevereiro do ano seguinte. Conduzido por Antônio Machado, cavaleiro da casa Del Rei e procurador de Mem de Sá, o documento foi entregue ao juiz ordinário local, Estevão Ane, que, em gesto solene de obediência cabal à autoridade do capitão donatário, “tomou-o em suas mãos, beijou-o, pôs sobre a sua cabeça e mandou que se cumprisse como se nele contém”. O ato da

⁷² Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade”, p. 105.

posse ocorreria três dias após, uma sexta-feira 13. O registro da cena coube ao escrivão Antônio Henrique: “dessa vila, fomos à ribeira de Santa Ana, à fazenda do dito Mem de Sá, e logo aí houvermos por metido da posse a Antônio Machado [...] da água ao lado da ribeira de Santa Ana, [no riacho de Santo Antônio], que está da banda do sul [...], com meia légua de terra”. Ao término da solenidade, testemunhada por um mestre de açúcar, um purgador e um criado do desembargador, o escrivão passou ao procurador o auto da posse.⁷³ A comitiva, em seguida, atravessaria o rio e, na banda norte, celebraria a entrega de outra meia légua, fruto do supracitado trespasse realizado havia pouco mais de um ano pelo loco-tenente Francisco Romeiro.⁷⁴ Mem de Sá, doravante, possuía direitos sobre mais de quatro léguas quadradas nos arredores da sede da capitania.

As áreas então apossadas integravam doze léguas cedidas, anteriormente, pelo senhor donatário a três colonos mediante acordo de “parçaria”. Nesse tipo de relação, a terra era alugada e explorada por prazo inferior a dez anos, ao passo que os rendimentos granjeados eram partilhados de modo fracionado entre os envolvidos no negócio.⁷⁵ O contrato foi citado na carta de doação de sesmaria outorgada ao mercador e banqueiro florentino Lucas Giraldi, em 27 de março de 1547:

Jorge de Figueiredo tem feita parçaria, por certos anos, com Duarte Álvarez e João Moreli, moradores nesta cidade [de Lisboa], e com Francisco de Andrade, que ora está na vila de São Jorge, povoação do rio dos Ilhéus, [de] 12 léguas de terra [...], a saber: seis para a parte do norte da dita vila e seis para a parte do sul, na qual [...] entra a terra e água que ora assim dá ao dito Lucas Giraldi.⁷⁶

A situação ilumina contradições intrínsecas ao direito fundiário vigente à época. Manoela da Silva Pedroza esclarece que, no período colonial, diferentes formas de exercício de propriedade, praticadas por diferentes pessoas, coexistiam – e se sobrepunham – em um mesmo território, no que redundava um emaranhado de relações jurídicas que, não raro, desaguavam em contendas. Quando deflagradas as tensões, os donatários buscavam dirimi-las impondo sua autoridade, “na lei ou na marra”, exigindo dos subalternos que os reconhecessem como senhorios. Se a desobediência fosse

⁷³ “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”, 17 de novembro de 1547, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32.

⁷⁴ Os dois autos de posse são mencionados em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁷⁵ Livro IV, Título LX, in “Ordenações Manuelinas on-line” <<https://urx1.com/ordenacoes-manuelinas>>, acessado em 25 de agosto de 2020.

⁷⁶ “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 160.

extrema, os colonos podiam ser expulsos a mando do capitão, mas só em último caso, “porque as pessoas que viviam lá eram justamente sua fonte de renda e de autoridade, na medida em que fossem respeitados”.⁷⁷

O fragmento acima não menciona a data de início do ajuste, tampouco fala sobre sua duração. É sabido, porém, que desde 1545 a relação vinha sendo desrespeitada pelo donatário. Jorge de Figueiredo, ignorando a parçaria vigente, franqueou as mesmas doze léguas ao eminente trio de investidores composto pelo desembargador, pelo banqueiro e pelo fidalgo Fernão d’Alvares, escrivão da Casa da Índia e Mina, o segundo plutocrata a aderir ao projeto. A estratégia para colonizar a região do rio dos Ilhéus pautava-se, doravante, na concessão de sesmarias e águas a potentados obrigados a construção de “engenho moente e corrente”.⁷⁸

A cultura da cana, originária do sudeste asiático, vinha se deslocando, durante séculos, em direção ao oeste. O avanço ocorreu, inicialmente, pelas mãos dos conquistadores mulçumanos, responsáveis por introduzi-la na Sicília e na Península Ibérica; posteriormente, atingiu também o Novo Mundo, levada por espanhóis e portugueses.⁷⁹ Desde o início do século XV, o açúcar expandia sua participação no comércio europeu, o que motivou Portugal a testar o negócio nas ilhas do Atlântico, nomeadamente na Madeira.⁸⁰ O arquipélago teria funcionado como tubo de ensaio para a grande lavoura canavieira na América, baseada no trabalho escravo africano e voltada a um remoto mercado externo.⁸¹ Com o sucesso da experiência, o açúcar foi escolhido, ulteriormente, para alavancar a colonização lusitana no litoral brasileiro. Os portugueses, na ocasião, já conheciam os segredos da plantação e a logística de alocação do produto no mercado europeu; tinham acesso a linhas de crédito para os investimentos iniciais, principalmente através de banqueiros genoveses e flamengos; e o Brasil possuía terras em abundância para o cultivo em larga escala.⁸²

A efetivação da empresa açucareira nos Ilhéus custou o desmantelamento forçado da antiga parçaria. Em 15 de fevereiro de 1548, Duarte Álvares e João Moreli, juntamente com suas respectivas esposas, Rosa e Violante Fernandez, *conformaram-se*

⁷⁷ Pedroza, “Capítulos para uma história social da propriedade”, p. 110-111.

⁷⁸ A doação de sesmaria destinada a Fernão d’Alvares é anterior a de Giraldi como constou em sua carta de doação. A obrigação de se erigir engenho na terra adquirida também fora expressa no diploma. Ver: “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 154-155.

⁷⁹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 21-22.

⁸⁰ Ferlini, *Terra, trabalho e poder*, pp. 20 e 83.

⁸¹ Rafael Bivar de Marquese, *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999, pp. 33-34.

⁸² Ferlini, *Terra, trabalho e poder*, p. 20.

e cederam seus direitos sobre a parte das doze léguas dadas a Lucas Giraldi.⁸³ Anteriormente, aos 19 de novembro de 1545, já tinham feito o mesmo em relação ao pedaço ocupado por Mem de Sá.⁸⁴ No caso de Fernão d'Alvarez, não sabemos ao certo quando ou se o transpasso de fato ocorreu. Em 18 de junho de 1551, enfim, os parceiros “desfizeram e anularam a parçaria e contrato que tinham feito com Jorge de Figueiredo e largaram [...] a parte que tinham em um engenho de açúcar com suas terras e águas, móveis e benfeitorias [nos Ilhéus]”. Em troca, receberam “outras terras e águas na dita capitania para nelas fazerem outros engenhos”.⁸⁵

O terceiro parceiro, Francisco de Andrade, e sua mulher, Violante da Costa, foram os últimos a acatarem a decisão do donatário. Residentes na vila, resistiram até 2 de novembro de 1555, data em que oficializaram a desistência e transferência de parte dos seus direitos em favor do desembargador, no quinhão que lhe cabia.⁸⁶ Dois dias depois, por conseguinte, “outorgaram e consentiram na carta de sesmaria a que Jorge de Figueiredo dera a Lucas Giraldi”, prescindido de todo e qualquer “direito [que] tinham [naquelas] terras e águas por razão do contrato de parçaria”.⁸⁷ Ato semelhante, por certo, executaram em nome do fidalgo Fernão d'Alvarez.

A demora do casal em ceder à arbitrária decisão de Jorge de Figueiredo confere sentido às palavras e ao tom ameaçador contidos no alvará apresentado no exórdio deste texto. O capitão ordenava, vale lembrar, que mesmo “havendo *alguém* para que ponha embargo à dada da água”, “não lhe seja deixado por isso de lhe dar a posse [dela]” ao senhor Mem de Sá.⁸⁸ A fonte não esclarece quem poderia ser o “alguém”, embora os indícios apontem para Francisco de Andrade, talvez o principal afetado pela medida e o único com eventual legitimidade para pô-la “embargo”. O mandato de posse, visto por essa ótica, ressoa como um reforço à observância da carta de doação da sesmaria e água da ribeira de Santo Antônio, lavrada em março de 1547 e solenizada cerca de um ano depois. Enérgico e intimidador, o documento pode ser lido como uma reprimenda direcionada aos subordinados do donatário a fim de erradicar condutas anárquicas em seus remotos domínios.⁸⁹ Além disso, a concisão do texto e a rapidez de sua entrega

⁸³ Grifo nosso: o verbo foi retirado e adaptado de “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, pp. 161-162.

⁸⁴ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁸⁵ “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 162.

⁸⁶ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁸⁷ “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 163.

⁸⁸ Grifo nosso: “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”, 17 de novembro de 1547, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32.

⁸⁹ Sobre a anarquia intercapitania e intestina, ver: Abreu, *Capítulos*, pp. 55-56.

(menos de três meses, do Reino à capitania) ressaltam o caráter emergencial e corretivo do despacho.⁹⁰

A ordem administrativa proclamava, portanto, a nova ordem econômica dos Ilhéus. Os antigos parceiros foram, paulatinamente, perdendo espaço na região até serem varridos definitivamente. Alguns, como vimos, foram compensados com a amarga possibilidade de um recomeço noutra lugar. O entorno da vila de São Jorge, desse modo, tornou-se possessão dos dois fidalgos e do banqueiro, “homens ricos de Lisboa [que] mandaram fazer engenhos de açúcar, com os quais a terra se enobreceu muito” – conforme testemunhou, anos depois, o colono português Gabriel Soares de Sousa.⁹¹

O CONSÓRCIO

As tratativas para o novo plano econômico nos Ilhéus contaram com a ativa participação de Mem de Sá. Mediante um emaranhado de contratos, os outorgados encarregaram-se de executar empresas análogas, em terras concedidas pelo mesmo benfeitor. Companheiros na mesma sorte, os sesmeiros conjugaram recursos particulares em prol de propósitos comuns e dispendiosos, quais sejam: conquistar, povoar e aproveitar o território através da manufatura do açúcar.

A carta de doação a Lucas Giraldi patenteia a articulação econômica entre o magistrado, o fidalgo e o banqueiro. Nela, é informado que o registro ocorreu em Lisboa, na casa de Fernão d’Álvares, que a assinou como testemunha, e teve Mem de Sá como representante de Jorge de Figueiredo.⁹² O ato, como se viu, data do dia 27 de março de 1547, isto é, 17 dias após a doação da sesmaria da ribeira de Santo Antônio conferida ao desembargador. O curto prazo entre os ajustes e a proximidade dos investidores sugerem ação conjunta e coordenada, à maneira de um “consórcio açucareiro”, expressão proposta por Coelho Filho.⁹³ O mentor da iniciativa, certamente, teria sido Mem de Sá porque, além de dispor da confiança do donatário e ser frequente na costura dos pactos, ele prospectava o potencial da região desde 1537, ano da aquisição de sua primeira mercê nos Ilhéus. Juntamente com os dois sesmeiros vizinhos,

⁹⁰ “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”, 17 de novembro de 1547, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32.

⁹¹ Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 46.

⁹² “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, pp. 154-166.

⁹³ *A Capitania de São Jorge*, pp. 65-76.

agora poderia tripartir os encargos da colonização e avançar, com maior fôlego, no negócio do açúcar.

Figura 2 - “Capitania dos Ilhéus” (1631).⁹⁴



Fonte: ADONIAS, 1993, p. 193 (Adaptado).

Os empreendimentos ao redor da vila, à medida que se desenvolviam, modificavam a paisagem tropical ilheense (figura 2). A sesmaria de Fernão d’Alvarez, por exemplo, era um canteiro de obras nos idos de 1547, por causa dos engenhos e das plantações que medravam às margens do rio da Esperança, um dos três cursos fluviais que desaguavam no porto da povoação de São Jorge.⁹⁵ Concomitante, a “fazenda de Mem de Sá”, no dizer do escrivão Henrique, também se assomava na toponímia e no horizonte daquele rincão, à beira do afluente Santana.⁹⁶ O banqueiro Giraldi, por sua

⁹⁴ Detalhe do mapa “Capitania dos Ilhéus” (1631), de João Teixeira Albernaz I, in: Isa Adonias, *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*, Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 193. A cartografia indica, por um lado, a virtual posição dos engenhos dos três sesmeiros, erigidos na primeira metade do século XVI, e, por outro, evidencia a estagnação da economia açucareira na região na centúria seguinte. Para uma interpretação e explicação dos elementos representados na imagem, ver: Dias, “Economia, sociedade e paisagem”, pp. 47-53.

⁹⁵ A informação e o termo “engenhos” constam em “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 155. O São Francisco e o Esperança, ilustrados na Figura 2, localizavam-se nos limites da antiga sesmaria de Fernão D’Alvares. Não temos como provar, contudo, que eles eram os “engenhos” mencionados no documento acima.

⁹⁶ Sobre a “Fazenda de Mem de Sá”, ver: “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”, 17 de novembro de 1547, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32. Importante: a palavra “fazenda”, na colônia, possuía a acepção de “terras de lavoura, ou de gado”, segundo Rafael Bluteau [aditado por Antônio de Moraes Silva], *Diccionario da Língua Portuguesa*, tomo I, Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789, p. 602.

vez, instalou a base do seu negócio na enseada do Itaípe, distante uma légua e meia da foz dos Ilhéus, em um conjunto de casas brancas que poderiam ser avistadas do mar por navegantes de passagem pela costa.⁹⁷ A floresta, na sequência, sucumbira onde se achavam clareiras e canaviais. A hirsuta e lúbrica mata atlântica assistiria impassível o amanhar da terra e o sazonal das canas, após ter sido incendiada, desmatada e sangrada pela lavoura invasora.⁹⁸

O lote de Mem de Sá, ao longo de 1548, experimentaria considerável melhoramento. Nesse ano, seu desejado engenho finalmente viria à tona, na margem oeste da recém-outorgada ribeira de Santo Antônio, “com cuja água primeiramente moeu”.⁹⁹ A edificação, apensa à fazenda, completou o complexo agroindustrial donde trabalhariam o mestre de açúcar e o purgador que testemunharam a entrega da sesmaria, todos submetidos, provavelmente, ao cavaleiro Antônio Machado, procurador do desembargador.¹⁰⁰ A antecipada presença dos artesãos ali quiçá fosse para que eles, a seu modo, orientassem a construção e disposição das oficinas onde tão logo laborariam. Além disso, ela é um forte indicativo de que o engenho não tardaria a estar ativo. Uma vez concluído, o estabelecimento levaria o nome do principal rio local, dando-lhe entrada e saída. Chamou-se, portanto, Engenho de Santana.

A instituição de fazendas e edifícios na capitania contavam com recursos importados do reino, pessoas a soldo e alguns cativos da costa ocidental da África, ou da “Guiné”, como coetaneamente a denominavam os portugueses.¹⁰¹ Mas a principal força motriz da empreitada foi, sem dúvida, o “negro da terra”, isto é, o indígena

Sendo assim, supomos que a lavoura de cana era a atividade que garantia a “fazenda de Mem de Sá” e a de Álvares tal epíteto. O termo significava, também, bens de um modo geral.

⁹⁷ A localização foi ilustrada em [Luís Teixeira, suposto autor], *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968 [orig. 1588], p. 39.

⁹⁸ Sobre a inserção da grande lavoura nos trópicos, ver: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das letras, 1995, pp. 66-70 e Gilberto Freyre, *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, São Paulo: Global, 2013, pp. 70-88.

⁹⁹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

¹⁰⁰ “Mandado e posse que tomou Mem de Sá”, 17 de novembro de 1547, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32.

¹⁰¹ Sobre recursos para a fundação das fazendas, ver: “Sentença contra Jorge de Figueiredo, capitão que fora da capitania de São Jorge do Rio dos Ilhéus, na Terra do Brasil, Lucas Giraldo, Mem de Sá e Fernando Alvarez, pela qual se julgou que deviam pagar dízima, na Alfândega de Lisboa, das coisas e mercadorias que viessem da mesma capitania. Lisboa, 5 de maio de 1557” (doravante: “Sentença contra Jorge de Figueiredo”), in Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 185-190. Em relação ao significado etimológico e geográfico da palavra “Guiné”, ver: Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”, *Afro-Ásia*, nº 19-20 (1997), pp. 37-73 e Mariza de Carvalho Soares, “Descobrimo a Guiné no Brasil colonial”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante: *RIHGB*), ano 161, nº 407 (2000), pp. 71-94.

escravizado.¹⁰² Afora os que habitavam próximo à vila, diversos nativos foram transferidos de outros pontos da costa sul-americana para servirem nos Ilhéus como cativos ou para serem fixados em aldeias, conforme será demonstrado à frente.

Além de braços, as obras exigiam ferramentas e bastante poder de fogo para conquistar aos indígenas e manter ocupado o território. Os consorciados, por essa razão, precisavam dispor de grosso cabedal para arcar com tamanha despesa. Lucas Girdali, a título de exemplo, aderiu à empresa ciente da incumbência de enviar, imediatamente, embarcação com “gente necessária até a quantia de cem pessoas entre homens livres e escravos para proveito e meneio [de] fazenda, e [para] defesa da terra, com as armas e munições para isso necessárias”.¹⁰³ Coelho Filho estima que, para tanto, o banqueiro desembolsou cerca de 5 mil cruzados, valor equivalente ao de 75 toneladas de açúcar comercializadas na costa do Brasil à época ou, atualmente, a R\$5.050.461,52. Na melhor das hipóteses, o capital investido seria resgatado a partir do primeiro lustro de vida do engenho, caso este alcançasse produção anual de mil arrobas, média praticada no período.

A iniciativa de Girdali somar-se-ia aos esforços dos dois fidalgos e do donatário que, antes dele, aplicavam recursos à exportação de colonos e insumos de Lisboa aos Ilhéus. Até 1550, acredita-se que os três sesmeiros e o capitão investiram 15 e 12 mil cruzados, respectivamente, na colonização da capitania, valores que equivaleriam, hoje, a R\$10.736.150,04.¹⁰⁴ O despacho de navios à donataria era contínuo e se intensificaria a partir de novembro de 1545, quando chegara em Portugal a notícia de que a vizinha Capitania da Bahia havia sucumbido aos tupinambás que por lá habitavam.¹⁰⁵ Temendo que algo semelhante ocorresse à vila de São Jorge, inserida em território tupiniquim, os investidores, com o fito de resguardar seus empreendimentos, mandaram logo gente, armas e artilharia para defender e assegurar a terra. Da referida data até 5 de fevereiro de 1549, estima-se que mais de vinte naus foram enviadas aos Ilhéus, as quais

¹⁰² Segundo John Monteiro, “até os últimos anos do século XVII, o termo preferido [pelos portugueses] em alusão a índios era *negro*, sendo que este cedeu lugar a outros termos em decorrência de uma crescente presença de africanos nos plantéis [escravos]”, ver: *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 165.

¹⁰³ “Carta de sesmaria confirmada pelo rei”, p. 156.

¹⁰⁴ Sobre estimativa, equivalência e resgate do capital aplicado por Girdali, ver: Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 91-92. O autor, nos anos 2000, tinha estipulado os seguintes valores de R\$ 816.817,00 = 5 mil cruzados e R\$ 1.736.370,00 = 27 mil cruzados, os quais corrigimos considerando o mês de julho de 2023, de acordo com o Banco Central do Brasil, “Calculadora do cidadão”, <<https://acesse.one/corretordevalores>>, acessado em: 14 de julho de 2023.

¹⁰⁵ A informação consta em “Sentença contra Jorge de Figueiredo”, p. 186. Sobre a queda da Capitania da Bahia e a repercussão da sua notícia na Corte, ver também: Abreu, *Capítulos*, pp. 54-56.

desembarcaram acima de 400 almas, entre “homens de soldo e escravos de Guiné”, tudo às expensas do trio de sesmeiros.

O contingente, nesse ínterim, fortificou, guardou e beneficiou as divisas do donatário Jorge de Figueiredo, bem como ocorreu a outras capitanias, nomeadamente a desbaratada Bahia. Neste caso, colonos dos Ilhéus socorreram-na e sustentaram-na até a chegada, em março de 1549, da armada chefiada por Tomé de Sousa.¹⁰⁶ O militar e político lusitano, após o desembarque na localidade, assumiu a posição e, em seguida, instituiu ali, a pedido de sua majestade, a sede de um governo-geral sob seu comando, concebido para garantir a ordem interna e estabelecer a concórdia entre os diversos pontos da ocupação portuguesa na América.¹⁰⁷ O detalhamento disciplinar da missão constava no regimento de 17 de dezembro de 1548, encomendado pela coroa e trazido à colônia pelo supramencionado Tomé de Sousa, o primeiro governador geral do Brasil e fundador da cidade do Salvador.¹⁰⁸

O consórcio, portanto, fomentou propósitos econômicos e agiu como uma liga bélica, a defender interesses próprios e monárquicos.¹⁰⁹ Sob tal égide, os engenhos à roda da povoação de São Jorge prosperaram, tendo suas primícias desembarcadas na cidade de Lisboa em 1550, no alvorecer da “década do açúcar”, informa Coelho Filho. Em 1559, no entanto, a era dourada da economia canavieira ilheense chegava ao fim, numa conjuntura de pestes e exasperação dos conflitos entre colonos e indígenas.¹¹⁰

OS INDÍGENAS

Os portugueses aportaram em uma terra habitada por numerosos povos distintos social e culturalmente, que mantinham, entre si, intercursos amistosos e marciais.¹¹¹ As etnias indígenas predominantes, ao longo da costa e no interior, são reunidas, em dois grandes troncos linguísticos: o tupi-guarani e o macro-jê.¹¹²

¹⁰⁶ Sobre o número estimado de navios e pessoas enviadas aos Ilhéus, bem como o socorro à Capitania da Bahia, ver: “Sentença contra Jorge de Figueiredo”, p. 186.

¹⁰⁷ Sobre Tomé de Sousa e o Governo Geral, ver: Abreu, *Capítulos*, pp. 56-57.

¹⁰⁸ Sobre o conteúdo do Regimento de 17 de dezembro de 1548 e as mudanças administrativas que ele provocou na colônia, ver: Kahn, “As capitanias hereditárias”, pp. 94-109.

¹⁰⁹ Os serviços bélicos prestados foram reconhecidos por d. João III em “Sentença contra Jorge de Figueiredo”, p. 186.

¹¹⁰ Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, p. 125.

¹¹¹ Marcis, “A hecatombe de Olivença”, p. 25.

¹¹² Greg Urban, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992), pp. 87-102.

O primeiro grupo, com acentuadas características comuns, era composto por populações agrícolas, originárias do atual território paraguaio, recém-estabelecidas no litoral brasileiro em 1500 e falantes de línguas próximas.¹¹³ Os tupiniquins, integrantes do conjunto, dominavam a região onde se instalou a sede da Capitania de São Jorge, bem como toda a parte costeira que se estende, hoje, entre a baía de Camamu e o rio Doce, no estado do Espírito Santo. Nessa faixa, constituíram tabas densamente povoadas, plantaram roças de mantimentos, caçaram, pescaram, coletaram e guerrearam, sobretudo ao norte, na fronteira com os rivais tupinambás, etnia de ascendência comum, que habitava todo o Recôncavo, até a foz do São Francisco.¹¹⁴

Os estudos arqueológicos recentes de Walter Morales têm ajudado a contar a história da ocupação tupi-guarani em Ilhéus. O pesquisador descobriu sítios que revelam ações humanas de grande intensidade, condizentes às atividades desenvolvidas dentro das ocas. Os indícios apontam que as grandes aldeias se situavam em áreas de boa visibilidade, sobretudo no alto das falésias rentes ao mar e nas proximidades dos rios navegáveis, como o Cachoeira, o Almada e o Fundão. Encontrou-se, também, evidências da concentração de tabas nas cercanias da vila do rio do Engenho, antigo sítio do Santana, onde há uma cachoeira que forma um estuário prolífero aproveitado por populações humanas do período pré-cabraliano até hoje. As fontes arqueológicas atestam, portanto, a ocorrência de uma ocupação contínua na costa, bem como de uma significativa articulação entre as populações autóctones regionais.¹¹⁵

Os Jê, por seu turno, circulavam mais pelo interior, entre os atuais estados do Rio de Janeiro e o da Bahia, assim como no planalto central, depois de serem expulsos das áreas costeiras pelos tupis.¹¹⁶ Cristina Pompa esclarece que, no período colonial, eles foram sempre associados às zonas inexploradas do território, lugar de assento da “alteridade bárbara que a conquista [...] [foi] incorporando aos poucos”, muito embora

¹¹³ Francisco Eduardo Torres Cancela, “De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)” (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012), p. 58.

¹¹⁴ Sobre os limites territoriais, ver: Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 26.

¹¹⁵ Walter Fagundes Morales, Marcelo Henrique Dias e Ronaldo Gomes, “História, Arqueologia e georreferenciamento na percepção da ocupação territorial da vila de Ilhéus (Bahia, Brasil): período pré-colonial ao século XVII”, In: Angelo Alves Carrara, Walter Fagundes Morales, Marcelo Henrique Dias (Orgs.), *Paisagens e georreferenciamento: História Agrária e Arqueologia* (São Paulo/Ilhéus: Annablume/NEPAB/UESC, 2015), pp. 59-64.

¹¹⁶ Cancela, “De projeto a processo colonial”, p. 58; e Teresinha Marcis, “A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2013), p. 189.

houvesse notícias da presença deles no litoral, assim como de tupis no interior.¹¹⁷ Organizados em pequenos grupos heterogêneos, possuíam línguas diferentes e, por serem basicamente caçadores e coletores, tinham alto grau de mobilidade espacial, fator que os colocou corriqueiramente em atrito com povos sedentarizados.¹¹⁸ Os tupiniquins, inveterados adversários, chamavam-nos genericamente de “aimorés” ou “tapuias”, termos caracteristicamente políticos, usados – também pelos portugueses posteriormente – para designar grupos autóctones não aliados e não falantes do tupi-grarani.¹¹⁹ Sob o guarda-chuva Macro-Jê, portanto, inserem-se as famílias dos Maxacali, Kamakâ, Pataxó e Botucudo, povos que foram conjuntamente responsabilizados pelos insucessos nas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo.¹²⁰

Os primeiros contatos entre colonos e indígenas, nos Ilhéus, teriam ocorrido sem sobressaltos, revela a pesquisadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Aproveitando a organização social pré-existente, os portugueses interagiram com os tupiniquins, então moradores da região, através do escambo e do “cunhadismo”.¹²¹ Assim, os forasteiros procuravam atrair os nativos fornecendo-lhes produtos europeus em troca de trabalho, alimento e pau-brasil, relações encaradas pelos últimos como manifestação de amizade, e que se desdobraram, ulteriormente, em alianças matrimoniais e de guerra.¹²² Segundo Luis Felipe de Alencastro, “mesmo nos lugares onde a relação de força se afigurava favorável aos invasores europeus, não adiantava cair matando: a escravidão e outras formas de trabalho compulsório facilitavam o domínio dos nativos, mas podiam não resultar na exploração das conquistas”.¹²³ Pacífico e de certo modo simétrico, o contato inicial permitiu o florescimento da vila dos Ilhéus e a concretização dos engenhos de açúcar situados ao redor.¹²⁴

¹¹⁷ Cristina Pompa, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*, Bauru: EDUSC, 2003, p. 229.

¹¹⁸ Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, nº 4 (1994), pp. 173-187.

¹¹⁹ John Monteiro, “Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo” (Tese para Concurso de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas, 2001), p. 12-35; e Cancela, “De projeto a processo colonial”, p. 62.

¹²⁰ Beatriz G. Dantas, José Augusto C. Sampaio e Maria Rosário G. de Carvalho, “Os povos indígenas do Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in: Cunha, *História dos índios*, p. 432.

¹²¹ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 12. Consoante Darcy Ribeiro, o “cunhadismo” foi a maneira pela qual os tupinambás introduzirem estranhos à sua sociedade, ao “dar uma moça indígena como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo”. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 81.

¹²² Saletto, *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, pp. 27-28.

¹²³ Alencastro, *O trato dos viventes*, pp. 11-12.

¹²⁴ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 12.

Os tupiniquins, apossados por inimigos tradicionais, forjaram importante aliança com os novos vizinhos. Tornaram-se, então, parceiros e os coadjuvaram acreditando poder contar com eles nos embates futuros contra tupinambás e aimorés.¹²⁵ Segundo John Monteiro, “a guerra, o cativo e o sacrifício dos prisioneiros constituíam as bases das relações entre aldeias tupi no Brasil pré-colonial”.¹²⁶ Os portugueses, por sua vez, inseriram-se decisivamente nessa dinâmica, fornecendo armas metálicas, até então desconhecidas pelos nativos, desequilibrando o jogo de forças em favor dos seus aliados.¹²⁷ Desse modo, parafraseando Almeida Prado, a hostilidade de uns aproximou os outros aos reinóis à volta do loco-tenente Francisco Romero, coalizão decisiva para o momento em que o donatário entabulava o desbaste do território da capitania.¹²⁸

Importa ressaltar que os intercâmbios culturais, nos primeiros anos da convivência, não alteraram drasticamente a organização social dos povos tupi. Sendo livres, os elementos estrangeiros incorporados passavam, logicamente, pelo filtro dos indígenas, que escolhiam e acolhiam os que lhes convinham.¹²⁹ Além disso, a derrubada de árvores e as trocas materiais eram atribuições tipicamente masculinas, que davam para conciliar com a rotina pré-colonial de caça, pesca e guerra.¹³⁰

Os portugueses, não obstante, dependiam significativamente dos provimentos, mão de obra e conhecimento dos autóctones sobre os aspectos naturais e humanos do Novo Mundo.¹³¹ Muitos colonos, esgotados financeiramente devido às despesas iniciais com a viagem e a instalação das unidades de produção, tentavam, às custas da colaboração indígena, “reproduzir seu capital com o máximo de lucro, num tempo mínimo”.¹³² Assim, a simples oferta de trabalho voluntário, conquistado mediante trocas e alianças, não bastou, provocando alterações nas dinâmicas originalmente

¹²⁵ Luiz Mott, “Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)”, *Revista Cultura*, nº 1 (1988), pp. 93-130.

¹²⁶ Monteiro, *Negros da terra*, p. 28.

¹²⁷ Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, *Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 65.

¹²⁸ Prado, *A Bahia e as capitanias*, p. 158.

¹²⁹ Florestan Fernandes, *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*, Petrópolis: Vozes, 1975, pp. 23-25.

¹³⁰ Cancela, “De projeto a processo colonial”, p. 60.

¹³¹ Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 27. Os europeus dependiam bastante do trabalho indígena para sobreviverem no desconhecido Novo Mundo, conforme atesta o relato do mercenário alemão Hans Staden, pois “naquela terra só há o que se busca na natureza”. Em 1549, ele tinha um cativo indígena que ele enviava “para a floresta, onde ele devia caçar, [...] de forma que tivéssemos algo de comer”. O alemão não se aventurava a ir ele mesmo aos matos, sem dúvida, pelos perigos envolvendo a fauna selvagem ou, como foi no caso dele, as emboscadas com os tupinambás. Ver: Hans Staden, “Viagem ao Brasil”, p. 60.

¹³² Zeron, *Linha de Fé*, p. 51.

constituídas.¹³³ Com os canaviais precisando cada vez mais de mão de obra, os europeus atiraram-se sedentos à sujeição do gentio.¹³⁴

O cativo era previsto na gênese do projeto colonial, conforme atesta a carta da doação da capitania de Jorge de Figueiredo. Nela, lê-se que “dos escravos que [o donatário] resgatar e houver na terra do Brasil, pode mandar a este Reino 24 peças cada ano, para fazer delas o que lhe bem vier”.¹³⁵ A exportação de ameríndios ao reino dera-se, a princípio, em pequena escala, motivada pela necessidade de satisfazer a curiosidade europeia pelo exotismo do Novo Mundo.¹³⁶ Com o incremento do tráfico, as guerras intertribais potencializaram-se, alterando, inevitavelmente, costumes pré-coloniais.¹³⁷ Pouco a pouco, o tradicional ritual antropofágico tupi foi substituído pela troca do prisioneiro por objetos metálicos, sobretudo armas, operação que ensejou uma oferta crescente de cativos.¹³⁸ Mas, alerta John Monteiro, os nativos “não se transformavam em escravos tão facilmente”, porque os europeus enfrentaram “resistência à venda de prisioneiros não apenas entre os captores como também entre os próprios cativos”, que, muitas vezes, preferiam ser devorados em vez de sujeitados.¹³⁹ Em 20 de março de 1570, a exportação de indígenas seria proibida pela mesma Provisão que restringiu o poder judiciário dos donatários nas capitanias.¹⁴⁰ Apesar disso, o apresamento do gentio recrudescceu, então aquecido pelo mercado interno: devido à expansão da atividade canavieira e a mortandade indígena, a oferta de cativos mal dava para abastecer a demanda dos engenhos.¹⁴¹

Afora endêmicos tupiniquins e Jê, outros indígenas de etnias diferentes também foram trazidos aos Ilhéus pelos colonos, na condição de cativos. Assim ocorreu a um grupo de carijós capturados, por volta de 1547, em um assentamento espanhol a “duas léguas da volta do Rio da Prata”.¹⁴² Segundo Hans Staden, esses indígenas eram aliados

¹³³ Cancela, “De projeto a processo colonial”, p. 61.

¹³⁴ Antônio Fernando G. de Freitas e Maria H. B. Paraíso, *Caminhos ao encontro do mundo: A capitania, os frutos do ouro e a princesa do sul (Ilhéus, 1534-1940)*, Ilhéus: Editus, 2001, p. 14.

¹³⁵ “Traslado da doação da Capitania dos Ilhéus”, p. 165.

¹³⁶ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 12.

¹³⁷ Monteiro, *Negros da terra*, p. 33.

¹³⁸ Zeron, *Linha de Fé*, p. 64.

¹³⁹ Monteiro, *Negros da terra*, p. 33.

¹⁴⁰ Marcis, “A integração dos índios como súditos do rei de Portugal”, p. 156.

¹⁴¹ Maria Hilda Baqueiro Paraíso, “De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os Séculos XVI e XVIII”, *Revista de História*, nº 129-132 (1994), pp. 179-208.

¹⁴² “Depoimento de Brás Arias, em Sevilha, em 9 de outubro de 1549. Tradução em português.” (doravante: “Depoimento de Brás Arias”), in Coelho Filho, *A Capitania de São Jorge*, pp. 176-179. Optamos pela datação de 1547, pois levamos em consideração a citação do mesmo em Ivoncísio Meira de Medeiros, *Inventário de documentos históricos brasileiros*, Brasília: Senado Federal, 2005, p. 188. O documento consta na relação.

dos castelhanos na época, que os estimulavam a cultivar mandioca em excesso para “que os navios recebessem alimentos dos selvagens, quando necessitassem”.¹⁴³ Os carijós subjugados, cerca de “cento e tantas peças, entre homens e mulheres”, estavam sendo catequisados pelo frei franciscano Alonso Lebron, que era coadjuvado na missão por mais seis compatriotas. Os castelhanos, dedicados à conversão e produção de alimentos, foram logrados por dois navegantes lusos que “capturaram e prenderam a todos, e os meteram em seus navios”. Após dividirem os aprisionados carijós, uma embarcação “tomou a via de São Vicente, na qual levou o frade e os demais espanhóis”, e a outra, conduzida pelo português “Martin Baez, seguiu a via dos Ilhéus com parte dos ditos índios”.¹⁴⁴ Consoante John Monteiro, no litoral sul “já existia, antes mesmo da fundação de São Vicente, um modesto tráfico de escravos”, “encontrando-se, no meio do século, muitos escravos carijó nos engenhos de Santos e São Vicente”, capturados com a ajuda dos tupiniquins de lá, os quais também se aliaram aos portugueses vicentinos.¹⁴⁵

Outra forma de transplantar etnias forasteiras para os Ilhéus era por meio da constituição de aldeamentos – sobre os quais se discutirá na próxima seção. Dessa maneira, indígenas de outros pontos da América portuguesa eram transportados para a capitania para serem fixados próximos aos engenhos ou à vila, servindo como cercas vivas a barrar as incursões vindas do interior, sobretudo por parte dos temidos aimorés. Assim ocorreu a um grupo de potiguares, trazidos do Pernambuco, do quais também se falará à frente. Importa salientar que esses descimentos também visavam o controle dos cativos locais.

As tentativas de prear tupiniquins nos Ilhéus avolumaram-se na década de 1550, despertando reações enérgicas por parte dos indígenas.¹⁴⁶ Temendo eventuais prejuízos, Mem de Sá, Fernão d’Alvares e Lucas Giraldi conciliaram esforços a fim de resguardar os investimentos na região. Em 1557, os três juntos comunicaram a sua majestade que “a vila de São Jorge, onde eles tinham suas fazendas e povoações, era habitada e possuída da linhagem dos tupiniquins”, os quais “tinham assentado suas estâncias e fronteiras de guerra [a] duas léguas, pouco mais ou menos, da baía de São Jorge, dentro das terras de Lucas Giraldi”. A posição do grupo ameaçava a operação dos engenhos, a tranquilidade dos colonos e a perpetuação da sede da capitania, redundando,

¹⁴³ Hans Staden, “Viagem ao Brasil”, p. 41.

¹⁴⁴ “Depoimento de Brás Arias”, p. 178.

¹⁴⁵ Monteiro, *Negros da terra*, p. 37.

¹⁴⁶ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 12.

inevitavelmente, na alocação de recursos da produção para a peleja. Ao se rebelarem, os tupiniquins despertaram a ira do trio de sesmeiros, insatisfeitos por não conseguirem subjugar-los, no que os acusavam de serem “mal de pacificar [e] que não serviam, nem ajudavam a aproveitar a terra, pelo que, para sustê-la em paz, era necessário ter muita força de gente”.¹⁴⁷

Os fidalgos e o banqueiro não mencionaram as razões que suscitaram a cizânia. Todavia, elas continuavam marcadas na memória dos nativos no limiar do século XIX, conforme testemunhou Balthazar da Silva Lisboa.¹⁴⁸ Os colonos, segundo o autor, “quiseram somente haver, sem trabalho, o ouro, cativando aos índios e maltratando-os por todas as maneiras, até por força, tomando-lhes suas mulheres e suas escassas provisões”, o que deu causa a “armarem-se os valentes tupiniquins para expulsarem hóspedes tão incômodos, que projetavam sobre eles erigir o assento da tirania e escravidão”.¹⁴⁹ A dinâmica laboral imposta, vale salientar, implicou na modificação da tradicional divisão sexual do trabalho então vigente entre os povos tupi, porquanto impeliu homens a realizar atividades costumeiramente femininas, a exemplo da agricultura.¹⁵⁰ “A ambição dos povoadores” – disse mais Silva Lisboa –, “junto com a tirania com que atacaram os índios, excitou tanto ódio destes contra os portugueses, que [estes] [...] se viram vexados e perdidos por muitas corridas que os índios de contínuo lhes faziam, destruindo as suas lavouras e habitações, pondo-os no último risco de vida”.¹⁵¹

A refrega desdobrou-se em um embate cruento, destampado em 1559, conhecido como Batalha de Cururupe. Na época, Mem de Sá, residente na colônia havia um ano, ocupava o maior cargo da administração pública local, o de governador geral do Brasil, posição que manteria até 1572.¹⁵² Ao ser informado que, nos Ilhéus, os tupiniquins haviam se rebelado, causando mortes e destruição nos engenhos, e que sitiavam os

¹⁴⁷ “Sentença contra Jorge de Figueiredo”, p. 186.

¹⁴⁸ Balthazar da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 1761; ocupou os cargos de ouvidor e conservador das matas da comarca de Ilhéus, quando produziu memórias relativas à região. Sobre o autor e sua trajetória, ver: Cristiane Maria Marcelo, “Os embates de um Juiz de Fora: Balthazar da Silva Lisboa na Capitania do Rio de Janeiro (1787-1796)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010), *passim*; e Ana Paula dos Santos Lima, “Baltasar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797-1818)”, *Revista Crítica Histórica*, vol. 2, nº 4 (2011), pp. 160-175.

¹⁴⁹ Balthazar da Silva Lisboa, “Memoria topografica e economica da Commarca dos Ilheos”, in: *Memórias da Academia Real da Sciencias de Lisboa*, tomo IX (1823), [pp. 87-264] p. 92.

¹⁵⁰ Cancela, “De projeto a processo colonial”, p. 62.

¹⁵¹ “Offício do Ouvidor da comarca dos Ilhéos Balthazar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe comunica uma interessante informação sobre a comarca do Ilhéos, a sua origem, a sua agricultura, comércio, população e preciosas matas. Cairú, 20 de março de 1799”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXVI (1914), [pp. 102-117] p. 104.

¹⁵² Wetzel, *Mem de Sá*, pp. 15-16.

moradores na vila, juntou o contingente que pôde na Bahia e singrou, imediatamente, rumo à povoação ameaçada. Chegando à noite na região, o estadista liderou um ataque na madrugada contra todas as aldeias que encontrou pela frente, reduzindo-as a cinzas, e dizimou todos que resistiram. Alguns indígenas, ainda, ajuntaram-se e o contra-atacaram na praia, mas, encurralados, deitaram-se a nado ao mar, donde se seguiu a peleja, de modo que nenhum deles sobreviveu. Ao fim do combate, todos os corpos foram ordenados na areia, onde ocuparam, de acordo com o próprio Mem de Sá, funesta faixa de meia légua.¹⁵³

O estopim da sublevação teria sido o assassinato de um índio pelos europeus, os quais não foram punidos pelas autoridades locais. Revoltados, os tupiniquins vingaram-se matando dois brancos e destruindo plantações, o que impeliu os colonos, aterrorizados, a abandonarem as fazendas, refugiarem-se na vila e enviarem pedido de socorro ao governador.¹⁵⁴ A referida causa foi, sem dúvida, a última gota que transbordou o copo cheio das tensões resultantes da pertinácia portuguesa em prear os nativos, sobretudo a partir de 1550. Após a Batalha de Cururupe, ocorrida nessa praia, os tupiniquins sofreram brusca redução demográfica, ficaram desagregados socialmente e submetidos, efetivamente, à escravidão contra a qual haviam se rebelado.¹⁵⁵ Os prisioneiros foram condenados ao trabalho compulsório, à guisa de indenizar os prejuízos alegados pelos portugueses, principalmente no que concerne à reconstrução e reativação dos engenhos.¹⁵⁶ Mem de Sá, o proprietário do Santana, por certo, não fez diferente, ora estando na colônia, donde podia zelar e proteger seu empreendimento de modo imediato, acionando, inclusive, a estrutura governamental, sob seu comando, para tanto.

Os tupiniquins, combalidos pela guerra e pela escravização, sofreram outro duro golpe no mesmo ano. O intenso contato com os brancos em aldeias e engenhos tornava os nativos cada vez mais suscetíveis a doenças europeias, o que culminaria, também em 1559, na deflagração de uma epidemia de varíola, que assolou a costa brasileira. O flagelo atingiu seu auge em 1562 e sepultou cerca de 30 mil indígenas que estavam sob o jugo português, sem mencionar as incontáveis vítimas do interior, onde a doença se alastrou levada pelos que fugiam das péssimas condições costeiras.¹⁵⁷ A resistência

¹⁵³ Para mais detalhes sobre o assunto, ver: Campos, *Crônicas da Capitania*, pp. 42-51.

¹⁵⁴ Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 31.

¹⁵⁵ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, p. 14.

¹⁵⁶ Campos, *Crônicas da Capitania*, p. 51.

¹⁵⁷ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 51-52.

indígena ao cativo e as altas taxas de mortalidade causadas por condições desumanas de trabalho e por doenças europeias levaram ao rápido declínio da população nativa no litoral, enquanto os colonos, familiarizados com a moléstia, tiveram poucas baixas.¹⁵⁸

A aguda letalidade impactou demasiadamente a economia açucareira. Houve engenhos que perderam a quase totalidade de seu contingente escravo, quadro que seria agravado no ano seguinte, com a explosão de uma segunda peste, desta vez o sarampo. Os efeitos das epidemias abalaram toda a estrutura social e produtiva da colônia, já que, com a dizimação dos habitantes originários, as principais fontes de víveres foram destruídas e a fome grassou. Nessa conjuntura, alguns indígenas sobreviventes, desesperadamente famintos, entregaram-se voluntariamente à escravidão para não perecerem.¹⁵⁹ O flagelo sobre o gentio do litoral forçou, por outro lado, uma procura maior por mão de obra indígena no interior por parte dos colonos, ávidos em realizar novos “descimentos”.¹⁶⁰

A drástica redução da população tupiniquim ensejou, também, uma longa história de ataques aimorés à Capitania de Ilhéus, motivados por choques com os brancos. Sem encontrar a resistência dos seus antigos inimigos, esses indígenas passaram a migrar com maior frequência do interior ao litoral.¹⁶¹ Quando não vinham livremente, eram trazidos pelas incursões organizadas por colonos que, penetrando no continente, buscavam aprisioná-los ou “descê-los” à costa, onde trabalhariam nas propriedades ou seriam aldeados.¹⁶² Tais expedições, chamadas “bandeiras”, intensificaram-se à medida que a mão de obra tupiniquim se escasseara e o tráfico interno não dava conta de supri-la, o que impeliu os moradores da vila de São Jorge a demandar indígenas no “sertão”, isto é, no interior, afastando-se do litoral.¹⁶³

O primeiro dos vários embates com os aimorés na capitania data de 1560, de acordo com o relato do jesuíta e cronista Simão de Vasconcelos. O religioso informa que, “por esses tempos, [eles] começaram a descer de suas terras [...] e guiados das correntes dos rios, vinham sair ao mar, e davam assaltos em tudo que achavam, matando

¹⁵⁸ Fabricio Lyrio Santos, “Te Deum Laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002), p. 42.

¹⁵⁹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 51-52.

¹⁶⁰ Monteiro, *Negros da terra*, p. 157.

¹⁶¹ Campos, *Crônicas da Capitania*, p. 61.

¹⁶² Paraíso, “Caminho de ir e vir”, pp. 14-15.

¹⁶³ De acordo Kalina Vanderlei Silva, o “sertão” era qualquer espaço ausente de “súditos da Coroa e de exploração econômica efetiva”, noutras palavras, o lugar do “outro”, do “selvagem”, na perspectiva do conquistador, em “O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)”, *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 32, nº 2 (2006), p. 62.

e assolando os escravos e fazendas dos moradores e ainda dos muitos senhores na vila dos Ilhéus”. As notícias dos ataques teriam chegado à Bahia, e o belicoso Mem de Sá, mais uma vez, partiu para a região com o intuito de reprimir ofensivas indígenas – oportunidade sempre aproveitada pelo governador para fazer cativos para o seu engenho e expandir seu patrimônio.

A contenda inaugural se deu em duas lutas cruentas, ambas vencidas pelas forças coloniais, que executaram e aprisionaram inúmeros aimorés. Consoante Vasconcelos, alguns debandaram durante a refrega mas, poucos dias depois, voltarem, desolados, pedindo paz, que lhes foi concedida mediante as condições de que não “comeriam carne humana”, “nem fariam guerra”, “sem a aprovação do governador, e, [por fim], ajuntar-se-iam em aldeias grandes”, onde “levantassem igrejas e casas aos padres da Companhia [de Jesus] que viriam e ensinar-lhes-iam a Doutrina da Fé”.¹⁶⁴

OS ALDEAMENTOS

A sujeição dos povos nativos também passava pela política dos aldeamentos. A iniciativa, prescrita no Regimento de Tomé de Sousa, destinava-se aos indígenas aliados, que deviam ser reunidos e alocados “perto das povoações das capitanias para que [...] possam ser doutrinados e ensinados nas coisas da nossa Santa Fé”. Ao gentio inimigo, entretentes, a ordem era puni-los “com muito rigor”, “destruindo suas aldeias e povoações, matando e cativando [...] [quantos] parecer que basta para seu castigo e exemplo”.¹⁶⁵

O documento, que inaugura a política indigenista, reconhecia que a colonização seria impossível sem um projeto claro em relação aos povos nativos.¹⁶⁶ Com os aldeados, a Coroa buscava garantir “a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da

¹⁶⁴ Simão de Vasconcelos [1597-1671], *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, tomo I, pp. 241-246. O informante nasceu em Portugal, em 1597, e mudou-se para o Brasil ainda criança. Ordenou-se padre da Companhia de Jesus e notabilizou-se como educador e cronista. Sobre sua vida e obra, ver: Lenin Campo Soares, “O padre, o filósofo e o profeta: a América de Simão de Vasconcelos” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007), pp. 37-82.

¹⁶⁵ “Regimento que levou Tomé de Sousa governador do Brasil”, 17 de dezembro de 1548, <<https://11nq.com/regimento-de-tome-de-souza-1548>> acessado em: 17 de setembro de 2020. Sobre direitos territoriais indígenas na legislação colonial, ver: Beatriz Perrone-Moisés, “Terras indígenas na legislação colonial”, *Revista da Faculdade de Direito, USP*, vol. 95 (2000), pp. 107-120.

¹⁶⁶ Monteiro, *Negros da terra*, p. 36.

colônia”.¹⁶⁷ Nesses assentamentos, diferentemente das aldeias genuínas, a administração e a organização social seria delegada a particulares, especialmente religiosos, que reduziram as diversas populações autóctones, inimigas ou não, em um mesmo lugar.¹⁶⁸ Os povos indígenas que se submeteram aos aldeamentos fizeram-no “em busca do mal menor”, o que, para Maria Regina de Almeida, pode ser compreendido como uma estratégia de resistência adaptativa. Afinal, ao se inserirem nessas comunidades, eles participavam da sua construção, negociando com missionários, colonos e autoridades locais, inscrevendo-se, portanto, como sujeitos na composição da nova sociedade.¹⁶⁹

Os jesuítas, amparados pelo governo geral, serão os primeiros religiosos a consolidar essa política – ampliando-a especialmente durante o mandato de Mem de Sá (1557-1572).¹⁷⁰ A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola no contexto da Reforma e Contrarreforma, tornou-se o principal bastião do catolicismo no Velho e, mormente, no Novo Mundo. Tais como guerreiros da fé, o criador e seus discípulos, cognominados inicianos ou jesuítas, incumbiam-se de salvar o povo cristão do abandono espiritual, postura que se amoldava aos interesses da belicosa coroa portuguesa. Diante disso, d. João III não tardou em solicitar a presença dos religiosos em seus domínios, a fim de fortalecer, com a ajuda deles, o controle sobre as sociedades metropolitana e colonial. Em 1540, ano da criação oficial da ordem, o monarca logo concedeu autorização aos inicianos para atuarem nas colônias e contribuírem com a expansão do império marítimo português.¹⁷¹

Os primeiros jesuítas desembarcaram no Brasil em 1549, junto com o governador-geral Tomé de Sousa, no que o ajudou a instaurar a nova estrutura administrativa. Acompanhavam-no seis religiosos, contando com o chefe da missão, o padre Manuel da Nóbrega.¹⁷² Com o passar dos anos, os membros da companhia cresceram em número e espalharam-se pelas capitâncias, onde fundaram e geriram igrejas, colégios, residências, aldeamentos e negócios.¹⁷³ A presença deles na colônia foi, com efeito, um divisor de águas nas desequilibradas relações entre nativos e

¹⁶⁷ Beatriz Perrone-Moisés, “Índios livres e índios escravos: princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in: Cunha, *História dos índios*, p. 120.

¹⁶⁸ Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, pp. 34-36.

¹⁶⁹ Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfozes indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 136.

¹⁷⁰ Fabricio Lyrio Santos, “Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)” (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2012), p. 43.

¹⁷¹ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 90-97.

¹⁷² Abreu, *Capítulos*, p. 57.

¹⁷³ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 18.

lusitanos, porque, como testemunhou Pero de Magalhães Gandavo, “depois que os padres da Companhia vieram a estas partes [...] vedaram muitos saltos que faziam os portugueses por esta costa, os quais encarregavam muito suas consciências com cativarem muitos indígenas contra direito e moverem-lhes guerras injustas.”¹⁷⁴

Durante quase dois séculos, os inácianos se dedicaram à missão de transformar os autóctones em católicos, enfrentando resistências, em maior ou menor grau, mas repetindo a mesma metodologia. Eles erigiam igrejas e residências em aldeias existentes ou em novos locais; evangelizavam, ensinando a fé e preparando para o batismo; e promoviam “descimentos”, deslocando indivíduos do interior para povoações já estabelecidas, a fim de concentrar a conversão. Segundo Fabricio Lyrio Santos, as “etapas nem sempre seguiam essa ordem, podendo ocorrer, também, simultaneamente”, dado que o versátil “sistema de catequese” dos jesuítas “foi adaptado à realidade local e não foi importado para a América”.¹⁷⁵ Nesse esquema, os religiosos eram os únicos a terem contato efetivo com a população assentada.¹⁷⁶ Através de uma “socialização prolongada”, concentravam-se na conversão dos sujeitos mais receptivos, ao passo que remodelavam a estrutura cultural e espacial na qual estavam inseridos.¹⁷⁷ Segundo John Monteiro, “estas novas aglomerações rapidamente começaram a substituir as aldeias independentes, transferindo para a esfera portuguesa o controle sobre a terra e o trabalho indígena”, ao passo que “aceleraram o processo de desintegração de suas comunidades”.¹⁷⁸

Além de “salvar” almas, as missões – ou reduções – propuseram-se a converter o gentio em camponês.¹⁷⁹ Na lida cotidiana dos aldeamentos, os jesuítas procuraram impor uma nova concepção do tempo e do trabalho, inspirada no campesinato europeu, mas fortemente conflitante com os costumes locais.¹⁸⁰ O intuito, assegura Schwartz, era fomentar a agricultura a modo que os nativos pudessem prover com alimentos a si e as necessidades da colônia. O plano, contudo, não agradou os produtores de açúcar, interessados, então, em aplicar o trabalho indígena em seus empreendimentos: o gentio

¹⁷⁴ Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, p. 70. O informante foi um cronista português que esteve no Brasil, por volta de 1558 e 1572. Sobre o autor e seus escritos, ver: Alexandre José Barboza da Costa, “Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil Colonial” (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2010), *passim*.

¹⁷⁵ Santos, “Da catequese à civilização”, p. 43-44.

¹⁷⁶ José Eisenberg, *As Missões Jesuíticas e o pensamento Político Moderno*, Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 109.

¹⁷⁷ Santos, “Te Deum Laudamus”, pp. 37-38.

¹⁷⁸ Monteiro, *Negros da terra*, p. 43.

¹⁷⁹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 50-51.

¹⁸⁰ Monteiro, *Negros da terra*, p. 47.

“domesticado”, ao ver deles, deveria ser fixado nos limites das propriedades canavieiras, a fim de manter afastadas as “tribos selvagens” do interior, cultivar provisões para o engenho e, ocasionalmente, trabalhar nele.¹⁸¹ De qualquer forma, “o projeto jesuítico logo tornou-se um dos sustentáculos da política indigenista no Brasil colonial”, “apesar de nunca atingir plenamente suas metas”.¹⁸² Afinal, destaca Maria Regina de Almeida, o aldeamento fora também “um espaço indígena, onde os índios encontram possibilidades de adapta-se à Colônia, recriando suas tradições e identidades”.¹⁸³

Em janeiro de 1553, os membros da Companhia de Jesus compareceram aos Ilhéus, ao lado de Tomé de Sousa. O governador-geral e sua comitiva haviam partido da cidade do Salvador para inspecionar o sul da costa brasílica, assistidos pelos padres Manoel da Nóbrega e Francisco Pires, além de quatro órfãos seminaristas. A primeira parada da expedição fora na vila de São Jorge, onde os eclesiásticos, “no breve tempo que ali estiveram, levaram o zelo de suas pregações aos olhos de todo aquele povo”, que, por sua vez, “pediu-lhes assistência de padres [da companhia]” na povoação, desejo que só seria atendido após uma década, dada a escassez de religiosos na colônia.¹⁸⁴ Na época, predominavam as “missões volantes”, com as quais os inacianos, apoiados por autoridades locais, peregrinavam pelas capitânicas a pregar e batizar os indígenas já contatados.¹⁸⁵ Após aquele ano, os jesuítas estiveram “muitas vezes” em visita apostólica na vila dos Ilhéus “e chegaram a estar de residência em uma aldeia perto dela” por algum tempo – o que não serviu, entretanto, para dirimir as tensões entre tupiniquins e colonos, agravadas, especialmente, na ausência dos sacerdotes.¹⁸⁶

Estes perceberam, com as visitas, que a simples ação sacramental não demovia o gentio dos inveterados costumes, tampouco os tornava cristãos de fato. Por outro lado, nos aldeamentos, “sob a vigília e influência sistemática dos missionários”, a conversão se mostraria mais eficaz.¹⁸⁷ Na Capitania dos Ilhéus, a efetiva instituição desses assentamentos ocorreu a partir do governo de Mem de Sá (1558-1572), o qual, para tal

¹⁸¹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 50-51.

¹⁸² Monteiro, *Negros da terra*, p. 42.

¹⁸³ Almeida, *Metamorfozes Indígenas*, pp. 282-283.

¹⁸⁴ Vasconcelos, *Chronica da Companhia*, p. 111.

¹⁸⁵ Ver nota de rodapé 49, em Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 30.

¹⁸⁶ Vasconcelos, *Chronica da Companhia*, p. 320.

¹⁸⁷ Márcia Malheiros, “Homens da fronteira”: Índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, séculos XVIII-XIX” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008), p. 189.

fim, transferiu sua sesmaria de doze léguas no Camamu ao Colégio jesuítico da Bahia, em 1563.¹⁸⁸

No mesmo ano, a cadeia da sede da donataria seria desfeita, e o seu chão doado para a construção de templo e residência para religiosos da Ordem. A obra, patrocinada pelos moradores, fora interrompida em 1565, devido à nova investida dos aimorés, sendo concluída, finalmente, em 1572.¹⁸⁹ Desde o início da construção, três inacianos residiam na vila, “com boa aceitação”, pondo fim a longa espera daquela comunidade por assistência espiritual. Entre os eclesiásticos advindos, incluíam-se os padres Francisco Pires, ex-reitor do Colégio da Bahia, e Balthasar Álvares, intérprete da língua tupi. O nome do terceiro membro não foi revelado. A presença do trio, informa Simão de Vasconcelos, dera ensejo à perene messe de “grande fruto nos índios” locais.¹⁹⁰

A chegada dos religiosos impactou profundamente a sociedade ilheense, modificando, inclusive, a paisagem urbana da jovem vila. Posteriormente, repetindo o exemplo dos confrades baianos, os inacianos se fixaram fora do núcleo da povoação, em terreno situado na planície ao lado do morro em que ela se circunscrevia à época. Paulatinamente, os moradores de São Jorge também foram ocupando o novo sítio, confiados na relativa segurança garantida pelos esforços dos missionários. Com a baixada povoada, a residência jesuítica tornou-se o centro religioso e educacional locais, no que fomentou “a abertura de novas ruas de traçado regular”, sendo a igreja dos inacianos “o elemento estruturador no ordenamento da tessitura urbana da Ilhéus [colonial]”.¹⁹¹

O trabalho dos missionários, vale ressaltar, deixou marcas nas fontes da época. Em notícia do final da década de 1580, é mencionada a existência de duas “aldeias” tupiniquins, com “pouca gente”, junto a dois engenhos nas redondezas da vila.¹⁹² Além disso, registros cartográficos do final do século XVI e limiar do XVII sugerem localização e topônimo de três eventuais aldeamentos a formar uma espécie de cinturão protetivo ao redor da povoação de São Jorge, quais sejam: a “Aldeia dos Índios dos Padres” – no pontal sul da angra dos Ilhéus –, o “Paço de Camarupins” ou “Tucana Goura” – na margem oeste da ribeira da Esperança – e o “Posto de Maria Jape” – na

¹⁸⁸ Barros, “Da letra da Lei às práticas coloniais”, p. 26.

¹⁸⁹ Almeida Prado, *A Bahia e as Capitânicas*, p. 187-188.

¹⁹⁰ Vasconcelos, *Chronica da Companhia*, p. 320.

¹⁹¹ Oliveira, “Morfologia urbana e dimensão material e social da vila e cidade de Ilhéus”, p. 47.

¹⁹² Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, p. 47.

bifurcação provocada pelos rios Santana e Cachoeira (Figura 2).¹⁹³ O último ponto, ocupado desde 1579, situava-se em terras pertencentes ao engenho de Santana e abrigava indígenas trazidos do interior pelos inacianos para lutar contra os aimorés que, como vimos, passaram a aparecer continuamente por aquelas paragens a partir de 1560.¹⁹⁴

O conflito entre colonos e indígenas, como demonstrado acima, tornou-se perene e, após sucessivas baixas pela espada, a estratégia de “apaziguamento” pela cruz prevaleceu. A guinada na política de enfretamento aos aimorés foi corroborada pela chegada de mais membros da companhia à vila que, em 1583, albergava seis missionários, todos residentes num sobrado apenso à igreja doada à Ordem.¹⁹⁵ No auge da crise da lavoura açucareira na região, momento marcado pelo vertiginoso declínio da população devido à incessante refrega, também advieram frades beneditinos para somar esforços à labuta espiritual e diplomática, os quais teriam começado a erguer mosteiro na povoação por volta de 1587.¹⁹⁶

No século seguinte, à medida que as missões jesuíticas avançavam, os indômitos aimorés resistiam. Na casa da vila, em 1608, residiam agora quatro membros, “dois padres e dois irmãos, com grande crédito da Companhia”, os quais, “além de procurarem seu próprio bem espiritual”, aplicavam-se “também ao bem dos próximos, confessando, batizando e pregando”. Contudo, nenhuma faina lhes absorveu mais que “o cuidado com a doutrina dos aimorés”, no entender do padre Manoel Cardoso, redator da “Carta Ânua da Província do Brasil de 1607”. De acordo com o inaciano, por ser “gente grosseira e vagabunda, Deus colhe contadas suas flores do meio de tão ásperos espinheiros, que são as almas das crianças que morrem batizadas e as dos adultos que, depois de catequizados e instruídos na fé, batizam *in extremis*, e vão gozar do senhor

¹⁹³ Albernaz I, “Capitania dos Ilhéus”, p. 193. Exceto o Posto de M.^a Jape, os outros dois sinais aparecem na cartografia de Luís Teixeira, séc. XVI, suposto autor de *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968 [orig. 1586], p. 39, f.1. Nela, no lugar da Aldeia dos padres, há o desenho de uma capela, a indicar uma missão, e não fora registrado o topônimo; e, no outro caso, ao invés de Paço de Camarupins, há uma casa, a sugerir um lugar de morada, sobrescrita com o topônimo de origem tupi Tucana Goura, o que interpretamos como indicativo de um espaço indígena.

¹⁹⁴ A informação consta em Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, pp. 33-34. Marcelo Henrique Dias, por outro lado, diz que a antiga aldeia Maria Jape, atual distrito de Ilhéus com o mesmo nome, foi fundada por jesuítas em 1603, ver: Dias, “Economia”, pp. 369-370.

¹⁹⁵ Fernão Cardim (1549-1625), *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica: pela Bahia, Ilheos, Porto seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1847, p. 22.

¹⁹⁶ Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, pp. 46-47.

que é maravilhoso em suas obras, e o culto em seu serviço”.¹⁹⁷ Os impropérios, longe de fazer jus aos aimorés, denunciam, com efeito, a insatisfação do relator ante o insucesso das missões, pressurosas em enquadrar os indígenas no projeto colonial.

As fontes históricas da época sobre os Jê são carregadas de etnocentrismo. Elas, muitas vezes, apresentam uma visão distorcida e estereotipada da cultura e sociedade deles, fruto do ponto de vista dos colonizadores e de outros grupos indígenas seus inimigos. O historiador Rafael Barros fala da importância de entender os aimorés a partir de suas próprias perspectivas e identidades, sem cair nos preconceitos propalados pelos colonizadores. Além disso, dá notícia do contexto da instalação, a partir de 1728, do aldeamento de Nossa Senhora dos Remédios dos Índios Gueren, localizado na parte norte da Capitania dos Ilhéus. Nesse processo, aduz Barros, os nativos atuaram “como estrategistas políticos, usando a tutela de um capitão-mor para livrarem-se da opressão” e obter “inúmeras vantagens, podendo solicitar demarcação de terras, o direito de não serem escravizados, ajuda de custo e outros benefícios”.¹⁹⁸

Com o passar dos anos, as missões consolidaram-se na Capitania dos Ilhéus, como ocorreu noutros pontos da América Portuguesa. Teresinha Marcis afirma que, de modo estratégico, esses espaços contribuíram com a solidificação da conquista lusitana no território, uma vez que serviam como pontos de defesa contra inimigos oriundos do mar e do sertão. Além disso, completa a historiadora, funcionavam como reservatório de mão de obra, pois os indígenas residentes nas reduções eram, corriqueiramente, recrutados como trabalhadores para os engenhos de açúcar, para construções ou emprego nas tropas coloniais.¹⁹⁹

Os aldeamentos da donataria, ademais, eram economicamente ativos, sendo parte da produção destinada à dinâmica mercantil colonial. Marcelo Henrique Dias revela que, nas missões, os indígenas eram orientados para atividades agrícolas, extrativistas e artesanais, cujo excedente foi comercializado no mercado interno regional, chegando a circular, possivelmente, até no reino.²⁰⁰ Segundo o autor, as reduções estavam economicamente integradas ao peculiar sistema produtivo que se

¹⁹⁷ Padre Manoel Cardoso, “Carta Ânua da Província do Brasil de 1607”, 09 de agosto de 1608, ANTT, CJ, maço 68, doc. 429.

¹⁹⁸ Barros, “Da letra da Lei às práticas coloniais”, pp. 10, 56-64 e 143.

¹⁹⁹ Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 34.

²⁰⁰ Marcelo Henrique Dias, “A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus”, in: Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara (orgs.), *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau* (Ilhéus: Editus, 2007) pp. 183-232.

desenvolveu na capitania, o qual articulava o cultivo de gêneros alimentícios com o beneficiamento de matérias-primas locais.²⁰¹

Assim, os aldeamentos jesuíticos da antiga Capitania dos Ilhéus perduraram até 1759, ano da expulsão da Companhia. Os inacianos administravam, então, três aldeamentos, a saber: Nossa Senhora da Escada dos Ilhéus (Ilhéus), Nossa Senhora das Candeias do Marauá (Camamu) e Santo André e São Miguel do Serinhém (Ituberá). Na data, as povoações foram alçadas ao patamar de vilas, à proporção que eram integradas à estrutura administrativa portuguesa vigente. Os indígenas residentes ganharam o *status* de súditos da Coroa, doravante encarregados de servir ao Estado e a outros em igual condição como produtores de alimentos, trabalhadores, fornecedores e prestadores de serviços, sem a ingerência dos inacianos, como anteriormente.²⁰²

RESSURGIMENTO E DECADÊNCIA

Após as primeiras peijas com os indígenas, a produção açucareira ilheense esboçou breve reação para, em seguida, declinar novamente e estagnar por completo até meados do século XVIII. O malogro dos engenhos, entretentes, não significou a falência completa da capitania, porquanto outras práticas econômicas permitiram a consolidação da ocupação de quase toda a costa do seu território e sua inserção estratégica no funcionamento do sistema colonial.²⁰³

No final da década de 1560, a atividade canavieira nos Ilhéus recuperou o fôlego. Graças ao suor do aborígene subjugado e mais injeções de capital estrangeiro, a economia açucareira ressurgiu pujante, estando a donataria, então, sob nova direção. Ao que parece, os prejuízos causados pelas revoltas indígenas e epidemias desestimularam o herdeiro do primeiro capitão a dar continuidade ao projeto colonial encetado pelo pai. Segundo Gabriel Soares, após os “muitos trabalhos de guerra com o gentio”, “fez[-se] pazes com eles” e, “com seu *favor*, foi a capitania em grande crescimento”, a qual “Jeronimo de Alarcão, filho segundo de Jorge de Figueiredo, com licença de S. Alteza, vendeu[-a] a Lucas Giraldi, que nela meteu grande cabedal com que a engrandeceu, de

²⁰¹ Dias, “A inserção econômica”, pp. 205-206.

²⁰² Marcis, “A integração dos índios como súditos do rei de Portugal”, pp. 283-286.

²⁰³ Dias, “Economia, sociedade e paisagem”, pp. 32-38.

maneira que veio a ter oito ou nove engenhos”.²⁰⁴ A negociação mencionada teria ocorrido em 1563 e tornou o banqueiro genovês o principal investidor na donataria, a qual continuou a ser administrada à distância, com a ajuda de prepostos.²⁰⁵

A nova fase do açúcar na região seria colocada à prova pelas recorrentes ofensivas dos aimorés. Em momento de expansão da lavoura, eles teriam se tornado alvo preferencial dos portugueses na tentativa de substituição dos escassos tupiniquins na lida dos engenhos. Porém, por não terem sofrido desestabilizações demográficas e sociais, esses índios puderam reagir impetuosamente contra as tentativas de escravização por parte dos colonos.²⁰⁶ Pouco afeitos a alianças com os brancos, os aimorés logo foram descritos como bárbaros, hostis e antropófagos, representações que serviam para justificar o combate e, conseqüentemente, o aprisionamento desses povos mediante “guerras justas” – sobretudo a partir de 1570, ano de promulgação da Lei sobre a Liberdade dos Gentios.²⁰⁷ É dessa década, por exemplo, o relato hiperbólico de Pero de Magalhães Gandavo, que os retratou “tão altos e tão largos de corpo que quase parecem gigantes”, antes de dar a notícia de que eles “têm feito muito dano aos moradores [da povoação de São Jorge] depois que vieram a esta costa e mataram alguns portugueses e escravos”, mas que “também os portugueses matam alguns deles, e têm muitos destruídos, principalmente nesta Capitania dos Ilhéus, e guardam-se muito deles, porque já sabem suas manhas e conhecem mui bem sua malícia”.²⁰⁸

O conflito acelerou nos anos 1580 e, somado a uma nova peste, implicou no declínio do número de estabelecimentos canavieiros e de colonos na capitania. A epidemia assolou a paragem em 1582 e provocou tantas mortes que os engenhos ficaram sem funcionar por cinco meses.²⁰⁹ Em setembro do ano seguinte, o jesuíta Fernão Cardim, de passagem pelos Ilhéus, registrou tais efeitos: a vila de São Jorge, na ocasião, tinha “50 vizinhos”, “três engenhos de açúcar” e nenhuma “aldeia de índios”, provavelmente dizimados pelo flagelo ou “apartados dos Aimorés, e com eles em

²⁰⁴ Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, p. 46. Grifo nosso: em lugar de “favor”, leia-se “subjugação”.

²⁰⁵ Sobre a nova administração, ver: Dias, “Economia, sociedade e paisagem”, pp. 46, 55 e 89-182.

²⁰⁶ Paraíso, “Caminho de ir e vir”, pp. 14-15. Para a historiadora, os primeiros ataques de aimorés à Capitania dos Ilhéus ocorreram em 1565 e ficaram conhecidos como “Guerra dos Aimorés”, ver: p. 63. A obra não apreciou a supracitada notícia dada pelo Pe. Simão de Vasconcelos.

²⁰⁷ No tocante a representações dos aimorés, ver: Cancela, “De projeto a processo colonial”, pp. 62-63. Sobre a lei de 1570, ver: Schwartz, *Segredos internos*, p. 53. Para entender o que foram as “guerras justas”, ver: Márcia Sueli Amantino, “As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”, *Varia História*, vol. 22, nº 35 (2006), pp. 189-206.

²⁰⁸ Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, pp. 41-42.

²⁰⁹ Schwartz, *Segredos internos*, p. 59.

contínua guerra”.²¹⁰ O informe mais aterrador, entretanto, partiu de Gabriel de Sousa, no final da década: “deu nesta [donataria] esta praga dos Aimorés de feição que não há aí mais que seis engenhos, e estes não fazem açúcar, nem há morador que ouse plantar cana, porque, indo os escravos ou homens ao campo, não escapam a estes alarves”. “Com medo”, concluiu o autor, “foge a gente dos Ilhéus para a Bahia, e tem a terra quase despovoada”, quando já “teve quatrocentos ou quinhentos vizinhos”. Os tupiniquins, nessa conjuntura, debandaram e “foram viver ao sertão”, dos quais “não há já nesta capitania senão duas aldeias”, com “pouca gente”.²¹¹

Entre 1591 e 1603, levas de índios aliados, oriundos de diversos pontos da colonização, foram deslocadas aos Ilhéus para serem assentadas no entorno da vila. A medida objetivava repovoar o território para defendê-lo do avanço dos indesejados aimorés, com os quais se travava “guerra justa” desde 1595 na capitania. O embate, consoante Maria Hilda Paraíso, “indica que a necessidade de trabalhadores [para a economia açucareira] persistia, ampliando o número de entradas em busca de escravos, e que os ditos indígenas dos sertões reagiam e persistiam nos ataques esporádicos às propriedades dos colonos”. A autora informa, ademais, que o auge do conflito na região ocorreu em 1602, com a deflagração de uma revolta escrava que desencadeou a fuga em massa de mais de 300 ameríndios e duas mulatas, evadidos de diversas propriedades para o sertão.²¹²

O então preposto do Engenho de Santana, Domingos Fernandes da Cunha, falou sobre o ocorrido em carta de 16 de março de 1603. O destinatário das informações era o conde d. Fernando de Noronha que, na altura, era o proprietário absenteísta do empreendimento, cujos rendimentos “há muito tempo” não recebia e, por isso, cobrava explicações ao subordinado. O administrador justificou-se dizendo que no “verão passado estava para fazer muito açúcar”, mas, “por se levantar o gentio todo desta terra, a 21 de outubro no ano de 1602”, toda operação foi por água abaixo. Na ocasião, indígenas “vieram a esta fazenda e me levaram 18 peças da terra”, isto é, cativos autóctones, “entre machos e fêmeas, a caminho do sertão”. Segundo Fernandes da Cunha, o desfalque na mão de obra cativa estagnou o engenho e, para piorar, as “canas [que] havia na terra tudo comeram e destruíram os potiguares que vieram de

²¹⁰ Cardim, *Narrativa epistolar*, pp. 21-22.

²¹¹ Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, pp. 46-47.

²¹² Paraíso, “Revolta Indígena no Engenho de Santana”, p. 109.

Pernambuco e estão todos assentados numa aldeia uma légua desta fazenda, a qual não dão guarda nenhuma”.

A ocupação aludida tratava-se do Posto de Maria Jape, abordada anteriormente. Embora não servisse propriamente aos fins defensivos do Santana, como apontou o preposto, a estação cumpria papel estratégico para a segurança da vila de São Jorge, funcionando como barreira contra ameaças vindas do interior (Figura 2). Os potiguares que nela residiam foram deslocados à região com esse propósito, a mando do conde de Linhares. Porém, o local onde o grupo foi fixado distava cerca de 5 km do Santana. Por essa razão, Fernandes da Cunha viu-se aliado dos indígenas, não podendo usá-los, a valer, na defesa e operação do engenho. Insatisfeito, responsabilizou o então governador geral pelo feito: “A culpa disto deve de tê-la Diogo Botelho de não mandar por uma aldeia sobre esta fazenda”. Por fim, intercedeu a d. Fernando de Noronha: “É necessário Vossa Senhoria avisá-lo disto”, pois “sem gente não posso fazer nada”; “também é necessário ter as fronteiras [desta fazenda] povoadas para os lavradores fazerem suas canas”, dado que a terra, “hoje, mais que nunca, ainda está em guerra com estes aimorés”. E completou o feitor: “estando a terra em paz”, terá “nela a melhor fazenda que há no Brasil”. Por isso, rogou ao conde: ponha “os olhos nesta terra que está a mais perdida terra que nunca vi dos olhos”, ou “não tenho o que fazer aqui se não ir-me muito embora”.²¹³

O confronto com os Jê irrompeu, simultaneamente, noutros pontos da América portuguesa. Alencastro diz que, na época, “a guerra aos indígenas toma proporções de um rolo compressor levando ao desbarato das tribos ‘bravas’ que ainda perduravam no horizonte do colonato”. Concomitantemente, “estava em curso um processo de dominação e exploração baseado numa política de repovoamento – repousando sobre o colonato europeu e a mão de obra africana – que conduzia ao aniquilamento dos povos indígenas cercados pela junção dos enclaves coloniais”. Segundo o historiador, no geral, “tal situação mudará em meados do século XVIII, sob a influência da política civilizatória pombalina, que reabilita o indígena americano integrando-o como mão de obra complementar ao escravo africano”.²¹⁴ Nos Ilhéus, porém, a retração da “ocupação portuguesa na capitania e o fomento à formação de aldeamentos jesuíticos em lugar das antigas aldeias dos índios”, fará desses redutos “os principais e mais importantes

²¹³ “Carta de Domingos Fernandes da Cunha ao Conde de Linhares”, 16 de março de 1603, ANTT, CJ, maço 8, doc. 125.

²¹⁴ Alencastro, *O trato dos viventes*, pp. 336-340.

povoamentos para assegurar, à Coroa Portuguesa, sua propriedade do Além-Mar”, afirma Teresinha Marcis.²¹⁵

Importa salientar que, além das refregas com os indígenas, os colonos precisaram se defender simultaneamente de ameaças externas. A sede da capitania, não raro, fora assediada por piratas e corsários de nações rivais europeias. Há notícia, sem muito detalhe, de uma invasão de huguenotes franceses à vila em 1595.²¹⁶ Os batavos, no entanto, foram os inimigos externos mais renitentes, causando, durante anos, diversos prejuízos aos moradores, ao comércio e aos engenhos locais. Os ataques amiudaram-se ao longo do Seiscentos, no contexto das invasões holandeses, e feriram de morte a já combalida economia canavieira na capitania, como se verá no capítulo 2.

As investidas dos aimorés arrefeceram com o tempo, mas jamais estancaram. Os colonos que permaneceram na região tiveram que aprender a conviver com eventuais assaltos ao longo dos séculos. Até o Setecentos, por exemplo, foi comum ocorrências no Santana como esta, em 1712: “tem uma praga de tapuias, gentio bravo do mato, que fazem grande estrago nos canaviais”; e mais esta, em 1738: “aqui deu o gentio nas terras do nosso engenho e nos flechou um escravo”.²¹⁷ Por essas e outras razões, afirmou Stuart Schwartz: “nenhum povo ofereceu resistência mais contínua e eficaz aos portugueses” do que os Jê, de modo que “mais de uma vez colonos e senhores de engenho queixaram-se de que nem a agricultura nem suas vidas estariam seguras enquanto os aimorés não fossem derrotados”.²¹⁸

Os relatos coloniais, amiúde, projetam esses povos como vândalos, reduzindo sua luta pela liberdade à um rol de barbaridades contrárias à efetivação da colonização. Marcelo Henrique Dias, no entanto, chama à atenção para “certo grau de alarmismo” presente nos testemunhos da época, superdimensionados para persuadir as autoridades à necessidade de entradas e da “guerra justa” contra os indígenas, única forma legalizada de se produzir cativos na terra.²¹⁹ Muitas vezes, uma notícia sobre invasão a toda uma povoação, não passava, com efeito, “de ocorrência localizada em uma ou outra fazenda ou em área de cortes de madeira”, que era exagerada para fins escravagistas. Tais relatos, não obstante, marcaram a historiografia, desaguando no que Dias denominou de

²¹⁵ Marcis, “A ‘hecatombe de Olivença’”, p. 34.

²¹⁶ Campos, *Crônicas da Capitania*, p. 178.

²¹⁷ “Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre procurador Bento de Oliveira”, 23 de julho de 1712, ANTT, CJ, maço 71, doc. 96 e “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Estevens”, 25 de abril de 1738, ANTT, CJ, maço 69, doc. 177.

²¹⁸ Schwartz, *Segredos internos*, p. 43.

²¹⁹ Dias, “A inserção econômica”, pp. 188-192.

“o mito da ‘devastação’ da Capitania pelos aimorés”, isto é, uma interpretação que atribui aos Jê, especialmente Aimorés e Pataxós, “a qualidade de principais obstáculos ao desenvolvimento da colonização”.²²⁰

A “crônica da destruição”, como chamou Rafael Barros, foi o legado deixado pelos ilustrados da época acerca desses povos guerreiros. A partir desse prisma, os indígenas foram vulgarmente associados à decadência da capitania, sendo “descritos durante muitos anos como bestas antropofágicas”, com os pesquisadores “apontando sempre as mesmas fontes para ratificar” suas interpretações. O investigador nota, todavia, que na documentação histórica os aimorés, diacronicamente, oscilam ora como vilões, ora como aliados dos portugueses. Sendo assim, importa entender esses sujeitos a partir de suas próprias perspectivas e identidades, sem se deixar levar por estereótipos do passado. Afinal, os Jê resistiram à opressão colonial, reagindo a ataques e procurando preservar sua cultura, ainda que inseridos numa complexa relação de guerra e negociação com os brancos.²²¹

Ao longo do século XVII, a economia açucareira à roda da vila de São Jorge fora perdendo força. Em 1627, uma nova paisagem produtiva já era visível na capitania, conforme o testemunho contemporâneo de frei Vicente do Salvador. O historiógrafo disse que, na vila de Ilhéus, os “aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos”, “hoje estão já de paz”, mas “ficaram os homens tão desbaratados de escravos e mais fábricas que se contentam com plantar mantimento para comer”. (O Santana, como se verá no Capítulo 2, continuou ativo nessa década, a despeito das dificuldades). Na parte norte da donataria, “mais perto da Bahia”, o religioso deu notícia da existência de “alguns bons engenhos e fazendas, e [outro] no rio de Taípe, que dista só duas léguas [da povoação] dos Ilhéus”.²²² (A maioria dessas propriedades seria abandonada futuramente, devido a sucessivos ataques dos valentes aimorés, diz Schwartz).²²³

As investidas indígenas e epidemias, sem dúvida, dificultaram a colonização e a operação canavieira nos Ilhéus. Contudo, tais fatores não foram exclusivos à donataria de Jorge de Figueiredo, visto que afetaram também outras capitanias – como a Bahia,

²²⁰ Dias, “Economia, sociedade e paisagem”, pp. 182-186.

²²¹ Barros, “Da letra da Lei às práticas coloniais”, pp. 56-64 e 143.

²²² Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, [orig. 1627], Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1889, pp. 42-43.

²²³ Schwartz, *Segredos internos*, p. 90.

por exemplo – que, posteriormente, vieram a prosperar com a produção açucareira.²²⁴ Para Marcelo Henrique, a decadência da lavoura canavieira na região se deu, principalmente, devido à falta de investimentos da Coroa e os impactos das invasões holandesas que, com a guerra de corso, dificultaram o comércio de escravos e o transporte do açúcar, aumentando os custos operacionais dos engenhos da capitania.²²⁵ Concorreram para o agravamento dessa conjuntura, ademais, a má administração da donataria, a inadaptabilidade da cana aos solos locais e a progressiva fuga de capitais para o Recôncavo baiano, após o estabelecimento do Governo Geral. Com o colapso da economia canavieira, a região assumiu, durante os séculos XVII e XVIII, um perfil de zona de abastecimento interno, dedicada, sobretudo, à produção de farinha de mandioca, provisão elementar na dieta coeva. Assim, no plano macroeconômico, tal configuração serviu como garantia primordial à manutenção da ordem na capital da colônia e no entorno, papel que “se impôs como expressão da luta política que tinha nos senhores de engenho do Recôncavo um grupo dominante”.²²⁶

O Santana, nesse contexto, tornou-se o único empreendimento açucareiro da capitania a permanecer ativo no decorrer de todo o período colonial.²²⁷ Atento à nova conjuntura econômica regional, diversificou a produção de olho no mercado interno, mas sem deixar de se aplicar à exportação de sua *commodity* essencial. Isolado, foi a grande referência empresarial da povoação de São Jorge. Impávido, assistiu relampejar vários trapiches ao redor durante os séculos, mas nenhum que o igualasse. Afinal, longo e imponente só houve um engenho nos Ilhéus, o Santana.

²²⁴ Ângelo Alves Carrara, “Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII”, in Dias e Carrara (org.), *Um lugar na história*, p. 31.

²²⁵ Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico”, p. 476.

²²⁶ Dias, “Economia, sociedade e paisagem”, pp. 37 e 12.

²²⁷ Schwartz, *Segredos internos*, p. 90.

CAPÍTULO 2: PROPRIEDADE, ADMINISTRAÇÃO E ESCRAVIDÃO

O ENGENHO

O engenho era um empreendimento agroindustrial especializado na produção e exportação de açúcar para o mercado externo. Rural, escravagista e extenso, foi o coração da produção colonial, aglutinando, em um único ponto, edifícios, maquinarias, ferramentas, veículos, terras, lavouras e diversas classes de trabalhadores, sobretudo os escravizados.¹ Presença marcante na costa brasileira por séculos, replicou, basicamente, a mesma fórmula estrutural, composta por elementos que encerravam em si valores materiais e simbólicos próprios. O resgate desses significados é, seguramente, uma via de acesso à cosmologia da sociedade que plasmou e se moldou a partir desse estabelecimento icônico do Brasil colonial.

Na lexicografia do Setecentos, a palavra “engenho” designava a “faculdade” humana de inventar e aprender, bem como as criações originadas a partir dela.² O uso das duas acepções pode ser verificado, aliás, na obra do jesuíta André João Antonil, escrita no começo do século XVIII, na qual o autor utilizou-se do termo para apontar o objeto do seu famoso estudo e, outrossim, como sinônimo de “imaginação”, tudo na mesma passagem. De modo lúdico, o inaciano registrou que quem primeiramente chamou de “engenho” as oficinas do açúcar “acertou verdadeiramente no nome”, “porque, quem quer que as veja e considere com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano”.³ Por outro lado, Vera L. Amaral Ferlini explica que, nas propriedades canavieiras, o vocábulo remetia, inicialmente, apenas ao setor responsável pelo beneficiamento do doce produto, mas que, com o passar do tempo, ele passou a abarcar, também, o seu entorno, incluindo terras e lavouras, se assemelhando, assim, com o termo inglês *plantation*.⁴

¹ Vera Lucia Amaral Ferlini, *A civilização do açúcar, Séculos XVI a XVIII*, São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 30-31.

² Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 500.

³ André João Antonil [João Antônio Andreoni], *Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas e minas [...]*, Rio de Janeiro: Officina Real Deslenderina, 1837, p. 3.

⁴ Ferlini, *A civilização do açúcar*, p. 30.

No tocante à dimensão material, os estabelecimentos açucareiros coloniais possuíam configuração comum no mais das vezes, sendo observada pouca variação de um imóvel para o outro. Consoante Antonil, eles eram compostos, essencialmente, pelos elementos seguintes: “senzalas dos escravos”, “capela decente com seus ornamentos”, “casas para o senhor” e “o edifício do engenho, forte e espaçoso, com as mais oficinas”.⁵ Ao analisar separadamente cada estrutura e sua finalidade principal, é possível enxergar que o complexo açucareiro fora projetado para atender três eixos fundamentais, quais sejam: 1) o econômico, 2) o habitacional e 3) o espiritual/ideológico. O primeiro setor, composto pelas fábricas, estava diretamente ligado à razão produtiva da propriedade; o segundo, contendo as diversas moradas, refletia a necessidade de abrigo às diferentes pessoas ali residentes, de acordo suas respectivas condições sociais; e o terceiro, concretizado na ermida, destinava-se à celebração dos ritos misteriosos inerentes à cristandade, bem como à reafirmação simbólica da ordem vigente por meio da chancela celeste. Abaixo, destrinchar-se-á cada uma dessas edificações, de modo a extrair o sentido histórico nelas encerrado.

Em um mundo anterior à Revolução Industrial, a manufatura da cana foi um prodígio, dada a sua natureza meticulosa e processual.⁶ A operação, dividida em etapas singulares, exigia instalações adequadas e instrumentos específicos, importados, majoritariamente, da Europa. O empreendimento demandava, igualmente, de numerosa mão de obra, não sendo rara a existência de propriedades que, ao longo da era colonial, possuísem mais de 200 cativos e outros tantos colaboradores livres assalariados.⁷ Antonil informa que, mediante pagamento de soldadas, empregavam-se nos engenhos os seguintes oficiais: barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores; havia também feitores nas lavouras (feitor de partido) e um feitor-mor do estabelecimento; à frente da manufatura, via-se um mestre de açúcar, feitor da moenda, guarda da moenda, um banqueiro, um soto-banqueiro, um purgador, caldeireiro, tacheiro etc.; para despachar o produto, um caixeiro *in loco* e outro na cidade; e, “para o espiritual, um sacerdote, e seu capelão”.⁸

O trabalho se avolumava no período da safra, época em que a moenda era o centro e o metrônomo da produção. Por ela, passavam as hastes de cana para extração

⁵ Antonil, *Cultura e opulencia*, pp. 8-9.

⁶ Schwartz, *Segredos internos*, p. 101 e 131.

⁷ Maria da Guia Santos-Gareis, “Senhores de engenho e inovação tecnológica: Caso do Nordeste Brasileiro”, *Iberoamericana*, vol. 3, nº 11 (2003), pp. 21-39.

⁸ Antonil, *Cultura e opulencia*, pp. 8-9.

do sumo que seria, posteriormente, cozido em caldeiras e cristalizado na casa de purgar para, finalmente, ser desenformado, triado, moído e encaixado. Cada uma dessas etapas realizava-se em oficinas próprias, todas contíguas num mesmo pavilhão e dispostas na ordem inerente ao processo industrial açucareiro. O ritmo da moagem dependia, especialmente, da matriz energética que impelia a máquina, a qual poderia ser hidráulica ou tracionada por animais. Os engenhos movidos por água, mais rápidos e eficientes, recebiam a alcunha de “reais”, enquanto os impulsionados por cavalos ou, mais comumente, bois, eram chamados por diversos nomes: trapiches, “engenhocas” ou “molinetes”, sendo os dois últimos, de certo modo, depreciativos.⁹ Os “reais” foram assim chamados, segundo Antonil, “por terem todas as partes de que se compõem e todas as oficinas perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios, e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água”.¹⁰

No Brasil, possuir um engenho desse porte era privilégio de poucos. Os primeiros aqui erigidos foram pequenos, sendo boa parte deles do tipo trapiche, movido por cavalos ou bois, porquanto o uso de energia hidráulica pressupunha a construção de uma grande roda d’água e de um oneroso sistema de calhas (levada), investimento pesado para a maioria dos colonos.¹¹ Os gastos, a propósito, não paravam por aí. A empresa açucareira exigia recursos consideráveis, e grande parte deles destinava-se à aquisição e conservação da escravaria. Além disso, dispndia-se com edificações, lavouras, insumos e com a manutenção do negócio até a obtenção dos primeiros lucros. Não obstante, os colonos que não tivessem cabedal para tanto podiam engajar-se como lavradores de cana.¹²

Os engenhos se diferenciavam, ainda, segundo a sua posição geográfica e a tipologia de propriedade, explica Stuart Schwartz. Aqueles que situados no litoral ou próximo aos estuários eram comumente denominados “à beira-mar” e tendiam a ser mais antigos, maiores e mais aristocráticos. Os distantes da costa, chamados de “da mata” ou de “terra adentro”, eram geralmente menores, não muito capitalizados e, devido à localização, arcavam com custos de transporte mais elevados. Ademais, no tocante às modalidades de propriedade, eles podiam ser classificados de três modos: régio, corporativo ou privado. O primeiro foi mais comum nos primórdios da

⁹ Schwartz, *Segredos internos*, p. 92.

¹⁰ Antonil, *Cultura e opulencia*, p. 3.

¹¹ Schwartz, *Segredos internos*, p. 36.

¹² Santos-Gareis, “Senhores de engenho”, p. 22.

implantação da economia açucareira no Brasil, momento em que a coroa portuguesa financiou a construção de alguns engenhos; o segundo foi usual entre as confrarias religiosas, ativas participantes no negócio canavieiro; e o terceiro, essencialmente particular, foi o tipo predominante durante todo o período colonial.¹³

O complexo açucareiro era, também, lugar de morada. Entre as construções dessa natureza, a residência senhorial ocupava, incontestavelmente, posição de destaque. Centro do poder rural escravocrata, durante um bom tempo ela foi o objeto preferido dos estudiosos da vida privada no Brasil. No entanto, nenhum outro lhe deu tanta notoriedade quanto o sociólogo Gilberto Freyre, cuja interpretação lhe conferiu a mais famosa de suas faces: a “casa-grande”. Tratava-se, segundo o autor, de uma expressão predial nova, adaptada à atividade agrária escravista nos trópicos, com sua estrutura patriarcal extensa, complexa e poligâmica. Entusiasta do assunto, o intelectual dizia que a “história social” dela representava “a história íntima de quase todo brasileiro”.¹⁴ Com o sucesso de sua obra, Freyre influenciou gerações de pesquisadores que, seguindo os passos do mestre, corroboraram a visão de que a morada do senhor de engenho foi, essencialmente, a “casa-grande”.¹⁵

A bem da verdade, as remanescentes mansões da aristocracia açucareira baiana do século XIX são grandiosas – a julgar pelo tamanho. Não obstante, foram poucas as moradas senhoriais que atingiram proporções tão imponentes na era colonial.¹⁶ Normalmente, a residência mor do complexo canavieiro era mal erigida, tinha pouca originalidade e se confundia com casas rurais de outras regiões.¹⁷ Assentada em sítio privilegiado, de onde se podia visualizar todo o domínio, a rústica edificação acumulava as funções de bastião, hospedaria e escritório.¹⁸

No século XVI, as moradas senhoriais eram construídas de taipa e com telhados de sapé, estampando ar de fortaleza, pois refletiam a necessidade de proteção contra os eventuais ataques indígenas.¹⁹ Tal configuração continuou a existir ao longo do século

¹³ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 36 e 91-92.

¹⁴ Freyre, *Casa-grande & senzala*, p. 35 e 56.

¹⁵ Para uma interpretação crítica da família patriarcal freyreana, ver: Mariza Correia, “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, *Cadernos de Pesquisa*, nº 37 (1981), pp. 5-16; e B. J. Barickman, “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835”, *Afro-Ásia*, nº 29-30 (2003), pp. 79-132.

¹⁶ Schwartz, *Segredos internos*, p. 187.

¹⁷ Robert C. Smith, “A arquitetura civil no período colonial”, *Revista do Patrimônio Artístico Nacional*, nº 17 (1969), pp. 27-126.

¹⁸ Ferlini, *A civilização do açúcar*, pp. 30-31.

¹⁹ Ana Paula Guedes de Andrade, “A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstrução arqueológica” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2006), p. 50.

XVII, período no qual emergiram também estruturas sólidas, erigidas em dois andares, que visavam proporcionar maior segurança e conforto aos residentes.²⁰ No decorrer da centúria seguinte, o modelo assobradado com tratamento erudito, brasões, pinturas de teto e rico mobiliário se consolidaria, curiosamente em um momento em que a economia açucareira estava em crise, fato que é interpretado por Esterzilda de Azevedo como sendo uma maneira de ostentação e afirmação do poder aristocrático em meio à decadência financeira.²¹ Assim, a residência principal do complexo, construída em cal e pedra, tornara-se espaçosa, com largas varandas a garantir sombra e temperatura agradável aos cômodos internos: numerosos quartos, amplas salas, imensa cozinha, locais de convívio entre senhores e a escravaria doméstica.²²

A grande maioria dos moradores da propriedade, por outro lado, abrigava-se nas senzalas. Desconfortáveis e insalubres, nelas os cativos descansavam, após estafante jornada de trabalho. Na paisagem açucareira, diz Stuart Schwartz, dois tipos arquitetônicos preponderaram: 1) cabanas espaçadas, de paredes de barro e telhado de sapé; 2) e estruturas enfileiradas, a modo de barracão, com o interior dividido em compartimentos.²³

Em geral, as vivendas do primeiro modelo não possuíam janela, apenas porta, a qual se comunicava com um terreiro, onde eram desenvolvidas dinâmicas socioculturais. Além disso, as famílias escravizadas nelas abrigadas gozariam de maior independência e reserva que os cativos alocados em moradas coletivas, informa Robert Slenes. O historiador salienta, ainda, que a fonte de inspiração para a construção e dimensão das choupanas seriam as tradicionais habitações da África Central, reproduzida aqui pelos negros que para cá vieram.²⁴ Já o segundo formato, mais frequente na paisagem rural escravagista brasileira, fora erigido “à moda de cárcere, retangular, térreo, sem outra mobília que os catres de palha suja, recobertos de trapos, poucos tamboretas e baús”, descreve Vera Lucia Ferlini.²⁵ Nos engenhos baianos, diz Esterzilda de Azevedo, esse tipo manteve-se inalterado ao longo dos séculos, com

²⁰ Schwartz, *Segredos internos*, p. 187.

²¹ Esterzilda Berenstein de Azevedo, *Engenhos do Recôncavo Baiano*, Brasília: Iphan, 2009, pp. 91-92.

²² Ferlini, *A civilização do açúcar*, pp. 84-85.

²³ Schwartz, *Segredos Interno*, p.125.

²⁴ Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 149-180.

²⁵ Ferlini, *A civilização do açúcar*, p. 85.

“variações apenas na presença de porta ou porta e janela, antecedidas ou não por varandas-corredores sustentadas por esteios de madeira ou colunas de alvenaria”.²⁶

A senzala em barracão ou pavilhão foi comum não só no nordeste canavieiro, mas também no sudeste cafeeiro oitocentista, e destinava-se, precipuamente, aos solteiros. Os casais, consoante Robert Slenes, costumavam morar em construções separadas, em barracos ou choças individuais. A pesquisa do historiador constatou, ademais, a possibilidade de coexistência dos dois formatos habitacionais em um mesmo domínio e a influência que a constituição de famílias escravas podia exercer sobre a morfologia das senzalas.²⁷ A mesma configuração fora verificada, também, no Recôncavo, no Engenho Trindade, na década de 1830. Os cativos da propriedade, segundo João José Reis, residiam em dois conjuntos de senzalas; um deles equiparava-se a um pavilhão, dividido em 14 moradas, duas das quais destinadas ao feitor-mor e ao caixeiro; e o outro era composto por 25 cabanas cobertas de sapé, destacadas do alojamento coletivo.²⁸

A posição que a morada dos negros ocupava no complexo também variava, esclarece a arquiteta Esterzilda Azevedo. Nos engenhos com prédios ordenados altimetricamente, era comum encontrá-las de permeio entre a casa senhorial/capela e as oficinas, na parte mais baixa do terreno. Em estabelecimentos com esquema centrado, onde os edifícios eram agrupados por atividades afins, as senzalas formaram um conjunto independente, equidistante da casa principal e das oficinas.²⁹

O ponto mais elevado do sítio era reservado, normalmente, à construção de pequenos templos católicos, chamados então de capelas. Assim, o senhor alçava sua fé e rendia homenagem ao santo de sua devoção, cujo nome, muitas vezes, também batizava o engenho. Essas edificações não diferiam muito de suas congêneres encontradas noutras zonas rurais ou mesmo nas cidades, apresentando, comumente, planta retangular e telhado de duas águas.³⁰ Parte integrante da residência principal ou construção separada, elas atraíam os moradores do complexo açucareiro e da vizinhança em dias

²⁶ Azevedo, *Engenhos do Recôncavo Baiano*, p. 128.

²⁷ Slenes, *Na senzala, uma flor*, pp. 149-165.

²⁸ João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 68.

²⁹ Azevedo, *Engenhos do Recôncavo Baiano*, pp. 129-130.

³⁰ Catarina Agudo Menezes, Bianca Machado Muniz e Maria Angélica da Silva, “Os Engenhos de Açúcar e a Construção do Patrimônio Cultural Alagoano”, *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, 2012, <<https://acesse.one/os-engenhos-de-acucar>> acessado em: 17 de setembro de 2020.

consagrados e domingos.³¹ Nelas, os fiéis reunidos prestigiavam missa celebrada, impreterivelmente, entre o amanhecer e o meio dia, conforme determinava a regra clerical coeva – a cerimônia natalina, não obstante, podia ocorrer à meia noite.³²

O catolicismo constituía, oficialmente, a base espiritual da ocupação portuguesa nos trópico, e as capelas, nesse contexto, cumpriam papel importante na consolidação da religião em meio rural. Poucas delas, contudo, contaram com vigário residente, porque, além de serem escassos na colônia, era dispendioso mantê-los na propriedade. Longe dos olhos dos sacerdotes, concubinatos, desvios sexuais e violações da doutrina da Igreja ocorriam constantemente. Inclusive, os preceitos que impactavam na condução eficiente do empreendimento açucareiro eram especialmente descurados, informa Stuart Schwartz: “engenhos operavam aos domingos, sacramentos eram negados aos escravos e o acesso destes à missa era às vezes proibido”.³³ Ademais, do encontro e diálogo entre tradições indígenas, africanas e ibéricas pré-cristãs, brotou um cenário profano riquíssimo, onde o uso de sortilégios foi amplamente difundido entre fiéis inveterados e recém-ingressos à cristandade. Numa sociedade escravista onde a tensão era perene, colonos buscaram, mediante recursos mágicos, ora preservar sua integridade física, ora provocar malefícios a eventuais inimigos.³⁴

A configuração dos engenhos, portanto, refletiu questões materiais e simbólicas diversas. Mais que uma unidade produtiva, o complexo açucareiro foi o gérmen da colonização portuguesa nos trópicos, que imprimiu, aqui, valores e estruturas de uma ordem social estrangeira. Sua longevidade na cena rural brasileira atesta, com efeito, a eficiência de sua força enquanto instrumento de dominação e exploração do homem e da natureza.

O SANTANA

³¹ Ferlini, *A civilização do açúcar*, p. 31.

³² D. Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo: Typog. 2 de Dezembro, 1853 [orig. 1707], p. 137. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram promulgadas em 1707, por iniciativa do arcebispo d. Sebastião Monteiro da Vide. Seu escopo era adaptar a Igreja às condições do Brasil, entre elas, a escravidão. Até o século XIX, foram a grande referência canônica e pastoral da hierarquia da Igreja no Brasil. Sobre o assunto, ver: Fernando Torres-Londoño, “Igreja e escravidão nas constituições do Arcebispado da Bahia de 1707”, *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 67, n° 267 (2007), pp. 609-624.

³³ Schwartz, *Segredos internos*, p. 239.

³⁴ Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 259.

Em 2018, Marcelo Henrique Dias e mais dois pesquisadores analisaram os aspectos arquitetônicos e territoriais do Santana a partir do cruzamento de fontes históricas e arqueológicas. O trio constatou, então, que “as paisagens e as estruturas edificadas” da propriedade “afiguram, em grande medida, o modelo padrão dos engenhos reais presentes na Bahia e na Zona da Mata pernambucana, no período colonial”.³⁵ O Santana, à vista disso, não se distanciou do arquétipo percorrido na seção anterior, não obstante ter pertencido a uma região ecologicamente distinta e desfavorável à economia açucareira.

Figura 3 - Projeção das estruturas edificadas do antigo Engenho de Santana.



Fonte: DIAS, MORALES e SANTOS, 2018, p. 117.

O estudo apresentou, também, uma projeção das extintas instalações da propriedade sobre o seu antigo sítio, o atual chão do distrito do Rio do Engenho, localizado no município de Ilhéus-Ba. A representação, copiada abaixo (Figura 3), inspira-se, especialmente, em dois manuscritos do século XVIII, cujas transcrições compõem o rol de fontes utilizadas nesta dissertação. Com autoria e datas distintas, os documentos foram produzidos para atender a um mesmo fim, qual seja: relatar o estado do Santana em 1730 e 1752, anos marcados por mudança no seu comando administrativo. O desenho proposto pelos pesquisadores retrataria, conseqüentemente, a planta do imóvel consoante se poderia observar no segundo quartel do Setecentos. A

³⁵ Dias, Morales e Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana”, p. 108.

essa altura, vale lembrar, a longeva propriedade perdurava por dois séculos na lúgubre e voraz paisagem ilheense, fazendo-se e desfazendo-se ao nada doce sabor do tempo. Com o auxílio de outras evidências documentais, é possível recuar mais no passado para entrever o referido processo por dentro.

Em 1572, por causa da morte de Mem de Sá, o Santana teve todos os bens inventariados. Na data, a propriedade estava operante, provida de embarcações, “ferramentas”, “ferraria”, “artilharia” e “escravos” – dos quais foram listados, nominalmente, 132 indivíduos, sendo 123 deles ameríndios e 9 oriundos da “Guiné”. A “casa do engenho” encontrava-se, então, munida de “todos os seus petrechos e aparelhos”, mas carecia de reparos, pois os “eixos” da roda d’água achavam-se decadentes e “as fornalhas para caírem de danificadas e maltratadas”.³⁶ Na época, ao que parece, as oficinas responsáveis pelo beneficiamento da cana não se situavam onde se assinala na Figura 3. A moenda e mais mecanismos teriam sido fixados, primeiramente, na margem oeste da ribeira de Santo Antônio, afluente sul do Rio Santana, “com cuja água primeiramente moeu”, segundo informação contida numa fonte do Setecentos.³⁷ A Figura 2, exibida no primeiro capítulo deste trabalho, ilustra a posição.

De todos os prédios existentes em 1572, a capela, por certo, era o mais sólido e austero de todos. Dedicada à senhora Santa Ana e guarneçada com o fundamental para a realização do culto católico, o templo tinha acabado de receber “retábulo grande”, “lampadário”, “dois castiçais e duas galhetas de estanho”, tudo vindo recentemente do reino. Já a casa da morada possuía aspecto agreste e rudimentar, a maneira de “baluarte”, no qual se abrigava o feitor Gaspar da Cunha, português que, então, administrava o engenho. No interior do recinto, poucos itens foram descritos, a saber: duas canecas, “dois ralos de ralar mandioca”, um saleiro, três picheis, sete botijas de pôr vinho e azeite; duas toalhas de algodão para as mãos e outras duas para mesa, cinco guardanapos, sete sacos “esburacados e rotos”, varas de pano de estopa grossa (9), de linho (4,5) e de algodão (39); centenas de pregos, cinco bacios, uma trempe, com seu espeto, grelhas e colher de ferro; “duas mesas de engenho com seus pés”, cercada de

³⁶ “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial e por este ao procurador dos herdeiros (1572-1574)” (doravante: “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”), in Instituto do Açúcar e do Alcool, *Documentos para a história do açúcar. Engenho Sergipe do Conde: espólio de Mem de Sá*, Rio de Janeiro: Serviço especial de documentação Histórica, v. III, 1963, pp. 81-155.

³⁷ A informação e citação constam em: “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

cinco “cadeiras rasas de couro” – já “velhas” – e outras duas de estrado, feitas de conduru. Não foram citados armários, tampouco camas, o que permite inferir que os residentes talvez dormissem em redes ou mesmo esteiras, talvez em estrados rudimentares.

O restante do espaço da casa dava lugar a um robusto arsenal. Compunham-no canhões conhecidos como “berço”, um grande e quatro médios, acompanhado de suas munições: “vinte e cinco pelouros de chumbo de berço e nove de meio berço”. A fortaleza possuía, também, “quatro espingardas e um arcabuz”; “cinco bestas”, “duas espadas” e “corpos de armas de algodão, velhas, que algumas delas não podem servir para nada”, de tão usadas. Os projéteis eram atirados pela força explosiva da pólvora, a qual ficava armazenada em três barris, dois para espingardas e um de “bombarda”, usado nos canhões, praticamente vazio. Pelo rol dos objetos no interior da vivenda, vê-se que a preocupação dos moradores, nessa etapa da colonização, focalizava especialmente a manutenção do território e defesa da posição conquistada. O conforto e a suntuosidade característica das mansões açucareiras do século XIX, nesse momento, não tinha vez, dada a necessidade de proteção frente a perigos iminentes, repelidos ativamente a ferro e fogo. Além disso, tratava-se de propriedade absenteísta, que existia para que seus donos gozassem alhures as riquezas ali produzidas por braço escravizado.

Próximo à habitação fortificada, situava-se um chiqueiro com “três porcas parideiras, uma com dois letões e as outras sem eles, e dois porcos”. Dali, podia-se avistar, no cais do engenho, duas barcas, uma “grande com o fundo gastado” e outra decrépita “que não tem senão a madeira velha, que não serve”. Para a primeira, que ainda cabia conserto, “quinze taboas de oiticica e cedro, de vinte palmos de comprimento”, aguardavam-na. A frota ainda possuía dois barcos, um “de pescar, com suas velas e fateixa”, e mais um “pequeno, com seus remos, do serviço da fazenda”. Além das embarcações, a propriedade dispunha de quatro carros (ou carretas) de bois para transporte de cargas por terra, e sete de oito animais aptos para puxá-los, pois, no rebanho, um encontrava-se “ruim e magro”. Não obstante, a avaliação dos veículos revelou que apenas um deles “está ainda que pode servir”, porquanto os outros se achavam “quebrados os eixos e desmanchados, de quando acarretaram as canas da fazenda” na última safra.

Em 1572, além de moer a produção dos lavradores da redondeza, o estabelecimento contava sete canaviais próprios, entre pequenos e grandes, sendo alguns

“já velhos” e outros carecendo de melhoramento. Juntos, eles totalizavam quarenta e uma “tarefas”.³⁸ O termo grifado era utilizado para designar a faina de um dia em um engenho de açúcar, quer dizer, a quantidade de canas necessária para ocupar a moenda entre 18 e 24 horas ininterruptas de trabalho.³⁹ Segundo cálculo proposto por Stuart Schwartz, uma tarefa equivalia, mais ou menos, a porção de 44.200 hastes a serem moídas em um único dia, o que podia render, na Bahia, entre 18 e 24 pães de açúcar, cada um pesando de 36 a 50,8 quilogramas.⁴⁰ Na ocasião do inventário, o Santana tinha em estoque 399 arrobas e dois arráteis de açúcar que haviam sido manufaturados na colheita anterior. A quantia equivale, aproximadamente, a seis toneladas, as quais estavam acondicionadas em 44 caixas de madeira, vendidas, posteriormente, por 187\$558, com cada arroba custando 470 réis.

Além dos canaviais, verificou-se na propriedade “uma roça de mantimentos”, lavrada com mandioca, raiz essencial à alimentação da multidão que habitava o Santana. A colheita dela, no ano de 1572, prometia gerar cerca de “quatro pipas de farinha”, além de sementes para uma área que aguardava “limpa para replantar” e, futuramente, “dar até vinte pipas”.⁴¹ A “pipa” era uma vasilha usada para armazenar líquidos e também como unidade de medida de volume, equivalente a meio tonel ou a 420 litros.⁴² Calcula-se que a colheita daquele ano teria rendido cerca de 980 quilos de farinha, e a estimativa era que, na próxima, ela quintuplicasse, atingindo, aproximadamente, cinco toneladas.⁴³

A fonte não dá pista sobre a então comercialização do gênero. É provável que, nesse momento, a produção fosse consumida *in loco*, dado o volume da escravaria do engenho e a quantidade fabricada. Por outro lado, o inventário assinala a expansão da lavoura de mandioca na propriedade, bem como prevê o aumento da colheita na safra seguinte. Com o passar do tempo, a cultura alcançará, paralelamente ao açúcar, patamar mercantil. No Setecentos, o Santana despontar-se-á como um importante fornecedor de mantimentos nos Ilhéus, sobretudo de farinha, vendida aos montes na Cidade do Salvador – como se verá, também, no capítulo 3.

³⁸ Grifo nosso. “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”, pp. 88-104.

³⁹ Bluteau, *Diccionario*, tomo II, p. 445.

⁴⁰ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 105-107.

⁴¹ “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”, p. 100.

⁴² Bluteau, *Diccionario*, tomo II, p. 204. O valor em litros foi obtido em: “Convert-me”, <<https://11nq.com/converter-pipa-litros>>, acessado em 21 de julho de 2021.

⁴³ “Conversor-de-Medidas”, <<https://11nq.com/merdir-litros-em-quilos-farinha>>, acessado em 21 de julho de 2021.

O inventário, ademais, não detalhou a forma das edificações, tampouco a sua localização no complexo. Paralelamente, nada falou sobre a senzala, embora tenha arrolado considerável população cativa, marcada por forte presença de casais com seus filhos. À vista disso, é provável que ela tenha sido uma estrutura grande, constituída por unidades familiares e coletivas. Foi citado, por outro lado, a existência de “um tronco, com seu cadeado e chave”, instrumento usado para castigar os escravizados da propriedade. Em 1572, finalmente, todo o engenho foi avaliado em 1.252\$100 réis, sendo que mais da metade do valor, isto é, 730\$800 réis, correspondia aos 132 cativos arrolados, ameríndios em sua esmagadora maioria.⁴⁴ Sem eles, portanto, o espólio seria radicalmente depreciado.

Como se buscou demonstrar no Capítulo 1, a virada de século nos Ilhéus foi marcada por sucessivas revoltas indígenas. O conflito, importa recordar, atingira seu clímax em outubro de 1602, quando um levante escravo estourou na região, desencadeando a fuga em massa de mais de 300 indígenas e duas mulatas, evadidos de diversas propriedades, em direção ao sertão. Parte dos fugitivos era do Santana, que além de sofrer baixas na senzala, foi incendiado e parcialmente destruído. Nele, permaneceram alguns “negros de Guiné”, que colaboraram na reconstrução e fortificação do imóvel, o qual receberia “uma cerca de madeira, com 16 palmos de altura e dez de largura em volta do engenho, para evitar ataques dos revoltosos”, informa Baqueiro Paraíso.⁴⁵ A restauração fora conduzida por Domingos Fernandes da Cunha, feitor do estabelecimento na oportunidade. Em março de 1603, resignado do incidente ocorrido no ano anterior, o preposto reportava a Fernando de Noronha, atual proprietário do imóvel, ter a “fazenda mais forte do que nunca esteve e com uma caba que mandei fazer, em derredor dela, muito forte”.

Financeiramente, porém, o empreendimento encontrava-se à beira da ruína, inoperante, endividado e desabastecido. Somavam-se “as dívidas trezentos e tantos mil reis” de “duas sentenças” em desfavor do Santana, “e cada dia sou citado e demandado por [...] outras muitas que tenho feitas que me vejo em tal estado que não sei por onde ando com tantas penhoras e execuções que me fazem”. Em caixa, Fernandes da Cunha afirmou possuir “três mil cruzados”, “que tenho gastado em restaurar esta fazenda”. A quantia provinha da negociação de “quatrocentas e quarenta arrobas de açúcar” manufaturadas antes da sublevação e vendidas às pressas, nos Ilhéus, “por menos do

⁴⁴ “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”, pp. 105-106.

⁴⁵ Paraíso, “Revolta Indígena”, p. 117.

que vale na Bahia, a terça parte”. O feitor queixava-se, ainda, da falta de “pólvora”, “ferro, cobre, azeite de peixe e doce”, provimentos indispensáveis à defesa, indústria e alimentação no engenho.

A carência mais sensível no momento, todavia, era a de “gente para fazer fazenda, que sem gente não posso fazer nada”, frisou o administrador. Após o levante, além dos escravizados evadidos, outros, aproveitando-se do enfraquecimento do controle senhorial, também conseguiram, ulteriormente, desvencilhar-se do cativo, inclusive com o concurso de brancos, residentes na propriedade. Em 17 de março de 1603, Fernandes da Cunha registrou que lhe “fugiram dois negros barqueiros da fazenda com outros dez moradores, que se ajuntaram e fugiram para o sertão, com o que fico perdido com 4 negrinhos de guiné novos”. À vista disso, fica claro que os sucessivos atos de resistência indígena minaram a ordem escravagista na capitania, redundando no esvaziamento das senzalas. Abandonado por cativos e colonos, ao preposto restou deixar o engenho, tomar o “caminho para ir à Bahia” procurar ajuda, pois “se não há outro remédio, o que tenho que fazer aqui?”.⁴⁶ A repulsa ao feitor uniu trabalhadores livres e cativos, indígenas e africanos, que, juntos, debandaram para algum lugar secreto na floresta, em flagrante protesto às relações laborais vivenciadas na propriedade.

Em 23 de agosto de 1616, o Santana foi estampado noutra inventário, exarado em razão da destituição do administrador em exercício, Domingos Gonçalves. Os avaliadores, na oportunidade, iniciaram a inspeção pela igreja, encontrando-a “coberta de telha nova e muito bem consertada”, provida de alfaias, mas com alguns objetos já “velhos” ou “usados”. “A casa do engenho”, examinada em seguida, apresentava-se “coberta de palha”, com poucas falhas no teto e precisando de reparos fundamentais; a despeito de certos apetrechos acharem-se “gastos” e “ruins”, ela se via “aviada e preparada para daqui a oito dias botar a moer”. Próximas dali, inclusive, vinte tarefas de lenha aguardavam empilhadas para serem calcinadas nas fornalhas.

A casa das caldeiras, ao lado, mostrava-se austera por fora, “coberta de telha [e] feita de novo de boa madeira, que está para durar muito tempo”. Dentro dela, destacavam-se “as fornalhas consertadas para esta safra”, porém ainda decadentes, e todo tipo de recipiente para receber e cozer o doce caldo da cana, uns “bons” e “novos”, outros “usados” e “velhos”. Quatro imponentes caldeiras notabilizavam-se na cena, duas

⁴⁶ “Carta de Domingos Fernandes da Cunha ao Conde de Linhares”, 16 de março de 1603, ANTT, CJ, maço 8, doc. 125.

“que ainda estão boas” e “mais outras duas [...] que este ano servirão, e não mais, porque se não podem deitar nelas remendos, por serem já muito velhas”.

A casa de purgar, visitada logo após, dava tristeza de ver, porquanto estava “tão velha” que “já não serve”, registrou o avaliador. Na ocasião, o setor recebia reparos com grossa madeira para, “depois de feita, ficar muito grande, muito boa”, de modo que “ornará muito a fazenda”. Dela, ainda se poderia aproveitar “setecentas formas, que estão boas” para receber o caldo após o cozimento. Encerrava o bloco das oficinas a ferraria, onde estavam alojados insumos de metal, sete candeeiros e ferramentas diversas: três verrumas, dois martelos, um camartelo, uma lima, três serras, vinte e cinco machados “entre bons e ruins”, vinte e quatro foices “de cortar cana”, sendo algumas “já muito velhas”, e, finalmente, quatorze enxadas. Muitas das ferramentas menores não contabilizadas, como foices, poderiam estar em mãos dos trabalhadores escravizados, com ou sem consentimento dos administradores do engenho.

A escravaria do Santana também foi alvo de avaliação. Na ocasião, ela apresentava um quadro totalmente divergente do apontado em 1572. Em 1616, foram arrolados 34 cativos, divididos em nove núcleos familiares ou unidades residenciais. Em relação às origens, todos foram trazidos da África, sendo 14 deles citados como “crioulos” – pretos nascidos em alguma comunidade lusa naquele continente, ao que parece.⁴⁷ Os ameríndios que, no inventário anteriormente analisado, compunham a quase totalidade do contingente cativo da propriedade, neste, lavrado 44 anos depois, não foram mencionados. O cotejo entre as duas situações revela a transição do braço indígena para o africano na composição da força de trabalho escrava do Santana, fenômeno histórico que se repetiu, simultaneamente, em outras regiões canavieiras na virada do Quinhentos para o Seiscentos. Na década de 1610, afirma Rafael Bivar de Marquese, “a colônia portuguesa no Novo Mundo não só detinha o virtual monopólio do fornecimento de açúcar na Europa, mas também a força de trabalho empregada nos engenho [...] já era formada majoritariamente por escravos negros trazidos da África, em substituição ao trabalho forçado indígena”.⁴⁸

A presença de cativos africanos nas décadas iniciais da colonização era inexpressível. Embora os portugueses os explorassem há anos na península ibérica e

⁴⁷ “Auto de inventário de fazenda da fazenda e Engenho de Santana que se fez a requerimento de Domingos Gonçalves, feitor e administrador da dita fazenda” (doravante: “Auto de inventário”), 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12. Sobre o significado da palavra “crioulo”, ver: Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 349.

⁴⁸ Marquese, “*Administração e escravidão*”, p. 38.

reconhecessem a sua eficiência no fabrico do açúcar na Madeira e em São Tomé, a abundante oferta, a baixo custo, de escravos indígenas aqui equalizava a demanda senhorial por mão de obra. Mesmo os nativos demonstrando, por uma série de razões, não serem tão adequados à faina canavieira quanto os africanos, o menor valor desembolsado para adquiri-los pesava bastante na hora da decisão da compra. Por essa razão, nos anos entre 1550 e 1560, fase da expansão da economia açucareira, “praticamente não havia cativos africanos nos engenhos do Nordeste”, e os poucos que existiam “vieram como criados particulares ou trabalhadores especializados, e não para lavrar os campos”, explica Stuart Schwartz.⁴⁹

Na década de 1570, todavia, a drástica redução da população nativa no litoral e a legislação portuguesa antiescravista tornaram a captura do gentio arriscada e cara. Em contrapartida, pontua Alencastro, “o fluxo regular do tráfico negreiro diminuiu a importância dos indígenas na reserva potencial de mão de obra cativa, transformando-os apenas num embaraço à expansão da fronteira agropastoril: abria-se a via à sua exterminação”.⁵⁰ Viu-se acima que, no Santana, em 1572, para cada “escravo da Guiné”, havia aproximadamente 14 “negros da terra” servindo no estabelecimento. Aqueles, todavia, obtiveram precificações maiores que esses. A diferença fica evidente quando cotejado o valor dos dois cativos mais caros de ambos os grupos: o africano Bastião, “caldeireiro”, orçado “em vinte cinco mil réis”, e o indígena “Gaspar grande, da roça, que pode ser de trinta anos para cima”, “avaliado em sete mil réis”.⁵¹ “Os africanos”, explica Schwartz, “eram mais caros para se obter, mas a longo prazo representavam um investimento mais lucrativo”, de modo que, quando os senhores de engenho acumulavam recursos financeiros suficientes, optavam por comprá-los. Consequentemente, as senzalas tornaram-se “misturas do ponto de vista racial, e a proporção foi mudando crescentemente em favor dos africanos importados e sua prole”.⁵² Alencastro acrescenta, ainda, que “a ação da Coroa e dos missionários em favor da liberdade dos aborígenes fora um dos fatores que haviam estimulado a difusão do trabalho escravo africano na América”.⁵³

Na Bahia, centro da administração colonial, “a transição para uma força de trabalho africana foi efetuada nas primeiras duas décadas do século XVII”, afirma

⁴⁹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 68.

⁵⁰ Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 337.

⁵¹ “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”, pp. 86-89.

⁵² Schwartz, *Segredos internos*, pp. 68 e 72.

⁵³ Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 337.

Schwartz. Segundo o historiador, a mudança teria sido impulsionada pela rápida expansão que a indústria açucareira experimentava “devido aos altos preços internacionais do açúcar, do crescimento do mercado europeu e, talvez, da paz nos mares com a trégua dos doze anos entre Espanha e Holanda (1609-21)”.⁵⁴ Não obstante, em trabalho recente, a historiadora Jamille Santos observou “a recorrência da escravidão indígena na região do Recôncavo da Bahia, mesmo após a chamada ‘transição’ da mão de obra indígena para a africana”. O fato, embora importante, passou despercebido devido à “complexidade das relações que se forjaram entre colonos, indígenas e jesuítas, na imprecisão da legislação indigenista e nas estratégias e meandros arquitetados pelos senhores para explorar a mão de obra indígena, já que o cativo nativo fora proibido”, argumenta a pesquisadora.⁵⁵

Ainda sobre a questão, Luiz Felipe Alencastro a considerou no âmbito da América portuguesa. A seu ver, no decurso do século XVII, “o movimento do tráfico negro assumia sua centralidade, esvaziando a importância econômica do cativo dos índios”, cuja ocorrência circunscrever-se-á às regiões da colônia “pouco integradas ao mercado atlântico”.⁵⁶ Foi o caso, por exemplo, de São Paulo, onde a forte dependência dessa força de trabalho culminou, em 1640, na expulsão dos jesuítas pelos moradores, em razão de conflitos em torno da liberdade do gentio.⁵⁷ A exploração compulsória do nativo na localidade atravessará o setecentos, sob a égide do sistema de administração, instituído em 1695, o qual, segundo Antonio Martins Ramos, “serviu como dissimulação da liberdade legal dos indígenas, e se constituiu num modelo consolidado e efetivo de escravismo”.⁵⁸

O Santana, apesar de distante dos grandes centros produtores de açúcar da colônia, não estava alheio à conjuntura macroeconômica que os atingiu. Assim como os engenhos da Bahia, o empreendimento dos Ilhéus, em 1616, também havia realizado a transição do braço indígena para o africano na composição da sua força de trabalho cativa – pelo menos no papel. Contudo, a peremptória redução daquele mostrada no inventário é inquietante. Como se comentou acima, mais da metade do valor do

⁵⁴ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 68-73.

⁵⁵ Jamille Macedo Oliveira Santos, “Entre aldeamentos, mocambos e engenhos: etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1697)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2021), p. 210.

⁵⁶ Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 337.

⁵⁷ Monteiro, *Negros da terra*, p. 130.

⁵⁸ Antonio Martins Ramos, “As almas do gentio da terra - A escravidão indígena em São Paulo na instituição do sistema da administração” (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021), p. 10.

empreendimento, em 1572, creditava-se à sua vultosa escravaria, constituída, predominantemente, por “negros da terra”, isto é, ameríndios. Com o encolhimento no número de cativos arrolados, é provável que o empreendimento, na década de 1610, tenha desvalorizado. Infelizmente, a fonte em análise não precifica os bens inventariados, impossibilitando, desse modo, a comparação.

O exíguo contingente escravo coloca em questionamento, ainda, a viabilidade operacional do engenho. É intrigante ver, em 1572, 132 trabalhadores relacionados e, em 1616, unicamente 34, dentre os quais, Salvador, “caldeireiro”, “falecido de bexigas” aos 32 anos – as idades foram sempre estimadas (“pouco mais ou menos”) no caso dos africanos –, mas que, em vida, foi um “negro de préstimo” ao labor. A propósito, poucos foram bem reputados, em 1616, como o finado. No rol, cada cativo foi classificado conforme o seu potencial produtivo e, por essa razão, idosos e enfermos foram mal avaliados. Maria, por exemplo, foi considerada “já velha, que não serve”; três viúvas, Catarina, 30 anos, outra Catarina, 50, e Cristina, 60, foram classificadas como “de pouco préstimo”, assim como Luís, 34, e Antônio, 60. Em relação a Bastião, 55, apelidado de “Curto”, mesmo sendo ele um “tacheiro” experiente, consideraram-no “muito doentio” e, por isso, pouco útil. Com a jovem crioula Francisca, 17, mulher de “Domingos Angola”, 28 – “bom negro” –, os avaliadores dobraram os advérbios – “negra de *muito pouco* préstimo” – sem, no entanto, darem qualquer justificativa – mas que podia ser por seu caráter rebelde ou pouca saúde. A lista conta, ainda, com nove crioulinhos de tenra idade (entre 1 e 10 anos), que não contribuían efetivamente na faina do engenho e careciam de cuidados.

No rol dos “escravos”, destarte, apenas dezesseis foram considerados de “préstimo”, ou seja, capacitados e ativos na lida do açúcar. Entre eles, a primazia era de “Gaspar Luís, *crioulo negro do gentio de Guiné*, de *muito préstimo*, [que] tem de idade [...] vinte e oito anos”. O cativo elogiado encabeça a relação, seguido pelos membros de sua família: “sua mulher, Izabel Fernandes [26 anos], moça crioula [...] do gentio de Guiné”, seu irmão, Paulo, 24 – “negro de préstimo [que] serve de caldeireiro” – e a supracitada “Maria, mãe dos ditos crioulos”. A posição destacada de Gaspar devia-se ao ofício exercido por ele no Santana, o de mestre de açúcar.⁵⁹

⁵⁹ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12. Até aqui, todos os grifos são nossos. Ademais, acreditamos que a alcunha “crioulo negro do gentio de Guiné” para Gaspar Luís significa que, apesar do negro ser natural da África, seu nascimento tenha se dado no seio de algum enclave luso naquele continente. Outra hipótese é ele ter sido “crioulizado” por lá, o que denotaria, portanto, adesão à religião e a outros costumes portugueses.

A função era, simplesmente, a mais importante na manufatura da cana, segundo atestam os coetâneos. Fernão Cardim registou, na década de 1580, que aqueles que ocupavam o cargo eram os verdadeiros “senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores dão mesa e cem mim réis e outros mais cada ano.”⁶⁰ Antonil, no início do Setecentos, pontuou os pré-requisito para o serviço: “a quem faz o açúcar, com razão se dá o nome de mestre, porque o seu obrar pede inteligência, atenção e experiência, e esta não basta que seja qualquer, mas é necessária a experiência local”.⁶¹ O ofício, devido a sua complexidade e delicadeza, era geralmente conferido a homens brancos assalariados e versados no assunto, não sendo comum depositá-lo nas mãos de negros. Nos anos iniciais da indústria canavieira no Brasil, “os madeirenses que tivessem essa especialização eram altamente valorizados” e, por isso, a eles eram oferecidos altos salários com o fito de atraí-los ao Novo-Mundo, informa Stuart Schwartz.⁶²

O trabalho do mestre de açúcar, evidentemente, não era moleza. Como bem sublinhou Antonil, era preciso articular “inteligência” e “experiência local” para desenvolvê-lo. Nascido e criado no Santana, Gaspar Luís conhecia aquela paragem como ninguém, seus canaviais, trabalhadores e instalações. O negro, ainda que cativo, sem dúvida era consciente de sua responsabilidade à frente do processo produtivo, de sua distinção em relação aos outros escravizados e aos mestres de açúcar brancos. Sabia, também, que as operações que liderava eram complexas e suscetíveis a sabotagens. Sobre isso, Schwartz diz que bastava “um incêndio no canavial, cal numa panela fervente, uma engrenagem partida no próprio engenho”, enfim, qualquer descuido poderia “significar ruína”.⁶³ Gaspar Luís, obviamente, usou desse conhecimento e de sua posição para conseguir melhores condições de vida perante seus algozes. O próprio inventário indica algo nesse sentido. Nele, sua mulher, Izabel, é a única que consta como comprada e com a sinalização do valor ao lado (“custou oitenta mil reis”). Nesse sentido, a aquisição da negra parece ter sido recente e, talvez, encomendada ao então companheiro, porquanto já se encontrava casada com Gaspar, influente oficial do Santana.⁶⁴

⁶⁰ Fernão Cardim (1549-1625), *Tratados da terra e gente do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria J. Leite & Cia, 1925, p. 321.

⁶¹ Antonil, *Cultura e opulencia*, p. 25.

⁶² Schwartz, *Segredos internos*, p. 38.

⁶³ Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 94.

⁶⁴ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

Além de um bom mestre, o fabrico de açúcar demandava braços bastantes no eito e nas oficinas – como se verá no capítulo 3. Schwartz informa que, conquanto existissem engenhos que operassem com menos de quarenta escravos, na Bahia “a maioria deles possuía entre sessenta e oitenta, número esse que podemos supor como sendo o mínimo necessário para o funcionamento eficaz”.⁶⁵ Noutro livro, todavia, o historiador acrescenta que o problema da equação “nunca era [...] a mera quantidade e a produtividade do contingente, mas sua colaboração também”.⁶⁶ Infelizmente, a fonte não possibilita analisar os índices de cooperação e eficiência do grupo. Porém, fica difícil acreditar que dezesseis trabalhadores escravizados dariam conta da safra anunciada sem ajuda exterior.

Apesar de não manifesto no inventário de 1616, é possível que na época ainda houvesse indígenas escravizados na propriedade, informação ocultada dada a sua ilicitude.⁶⁷ O indício está numa lista de “gastos que Cristóvão Barroso diz fazer na Fazenda de Santana dos Ilhéus”, escrita por volta de 1611. O citado era feitor no Sergipe do Conde, de onde superintendia os dois engenhos da Condessa de Linhares e Felipe de Sá. Dentre os itens de despesa, Barroso alegou ter desembolsado “doze mil réis [de frete] que paguei a Antônio Simões de uma negra potiguar que trouxe para o Engenho de Sergipe”. A indígena servia no Santana e fora transportada para trabalhar no Recôncavo, na outra propriedade. Na mesma relação, o feitor afirma ter dispendido “oitenta e quatro mil réis” “por três escravos, dois machos e uma fêmea”, e “cento e quarenta mil réis por quatro escravos, três machos e uma fêmea”, numa média de 32 réis pagos por cada um.⁶⁸ O documento não informa o perfil étnico dos cativos, mas, pelo preço baixo, por certo eram indígenas. Afinal, pela moça “crioula do gentio de Guiné”, Izabel, consta no inventário de 1616 que foram desembolsados “oitenta mil reis”, isto é, quase o triplo do valor daqueles.⁶⁹

O reforço na mão de obra costumava vir, também, dos lavradores de cana, muitos dos quais eram também escravizadores. Desde os primórdios, eles constituíam

⁶⁵ Schwartz, *Segredos internos*, p. 136.

⁶⁶ Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p.94.

⁶⁷ É importante lembrar que, em 1603, indígenas estavam no Santana se rebelando e que, em 1609, fora promulgada a lei que abolia a escravidão indígena, o que, por sua vez, justificaria eventual omissão deles no rol de cativos, dada sua ilicitude. A ausência, portanto, não elimina a possibilidade de eles ainda estarem, à época, servindo ao engenho em condições análogas à de um cativo, como indica a fonte abaixo.

⁶⁸ “Gasto que Cristóvão Barroso diz fazer na fazenda de Santana dos Ilhéus”, [1611], ANTT, CJ, maço 17, doc. 9.

⁶⁹ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12

parte importante da economia açucareira do Brasil, fornecendo a matéria-prima essencial e controlando parcela significativa da força de trabalho cativa. À parte os senhores de engenho, eles eram considerados a elite entre os agricultores e, por isso, ocuparam posição social relativamente vantajosa ao longo do período colonial.⁷⁰ Deles provinha grande parte do fruto que alimentava as moendas, de maneira que, manufaturar açúcar numa região desprovida de lavradores, “é como se fizessem um engenho em Lisboa, pois a cana de onde havia de vir?”, ironizou um inaciano responsável pelo Santana, em 1625.⁷¹ Muitos deles, entretanto, não dispunham de capital ou crédito suficiente para estabelecer fazendas independentes, sendo preciso arrendar terras dos engenhos, mediante contratos em que, não raro, todos os riscos recaíam sobre o rendeiro. Assim, tornavam-se lavradores de “canas cativas”, sujeitos a moerem toda sua produção na propriedade original e a pagarem foros anuais pelo usufruto da gleba. Por outro lado, os que eram donos das áreas cultivadas e livres de obrigações, formavam um grupo privilegiado de senhores de engenho em potencial.

Não se tratava, portanto, de uma casta homogênea. O vínculo com a terra, o cabedal disponível, o tamanho da produção e a origem social os colocavam em grande disparidade. Na Bahia, por exemplo, houve lavradores padres, comerciantes, cristãos-novos, viúvas ricas, oficiais milicianos e cavalheiros maltrapilhos. Eram quase invariavelmente brancos até o Setecentos, mas a situação começou a mudar na virada do século, com a inclusão de homens de cor livres, o que indicaria, de acordo com Schwartz, “um declínio da posição social dessa categoria no final da era colonial”.⁷²

O inventário de 1616 menciona, nominalmente, três lavradores a serviço do Santana, sendo um deles a senhora Leonor Maciel.⁷³ Apesar dos preconceitos da época, mulheres também eram proprietárias e às vezes dirigiam fazendas de cana; quando viúvas, herdavam os bens e as obrigações dos maridos, bem como sofriam as pressões para se casarem novamente, dada as exigências da atividade agrícola e o valor de seus bens.⁷⁴ O compromisso de fornecer canas ao engenho foi legado a Leonor pelo seu falecido marido, o Magalhães. Ao lado da família e de sua escravaria, ela constituiu fazenda e viveu por mais de 40 anos da terra, alimentando com canas a faminta moenda

⁷⁰ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 247-250.

⁷¹ “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe”, Julho de 1621, ANTT, CJ, maço 14, doc. 52.

⁷² Schwartz, *Segredos internos*, pp. 250-54.

⁷³ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

⁷⁴ Schwartz, *Segredos internos*, p. 254.

do Santana. Na metade do século XVIII, da antiga fazenda que geriu, restavam apenas ruínas no terreno e lembranças registradas em um memorando.⁷⁵

Os outros dois citados chamavam-se Paulo Dias e Belchior Pereira. Além deles, não é conhecida a existência de mais fornecedores em 1616, informação que, naturalmente, encontrar-se-ia no “livro onde se assentam as tarefas em que estão os lavradores assinados e enumerados”, item mencionado no inventário.⁷⁶ Com a decadência da produção de açúcar na capitania dos Ilhéus, logo no primeiro século da colonização, e sua estagnação por completo até meados do século XVIII, talvez os três agricultores tenham sido os únicos a abastecer o Santana com canas naquele período.⁷⁷ Para a época, entretantes, Pernambuco e Paraíba registraram número maior, entre seis e dezessete desses agricultores por engenho.⁷⁸

Paulo, Leonor e Belchior haviam arrendado terras do Santana para estabelecer canaviais, com contrato previsto para acabar em 1621. Anualmente, eles deviam pagar foro no valor de duas galinhas cada um e, respectivamente, dez, oito e seis alqueires de farinha. No mais, os três eram obrigados a moer sua produção no engenho. Naquela safra, Paulo e Leonor forneceram “quinze tarefas de canas” que, nas mãos habilidosas de Gaspar Luís e companhia, transformar-se-iam em açúcar; Belchior, por sua vez, entregou “pouco mais de duas”.⁷⁹ Este último lavrava as terras conhecidas como “Saguipe”, “aonde viveu muitos anos” dedicado ao serviço de feitor.⁸⁰

Assim como em 1572, o inventariante de 1616 concluiu a avaliação dos negros sem registrar uma palavra sequer sobre a senzala, sua forma ou localização. Em seguida, tomou nota das embarcações atracadas no cais do Santana: “uma barca já velha”, “uma canoa grande nova” e “um barco de balança”. Dali, foi até a morada principal do complexo, “numas casas térreas novas, muito boas, cobertas de palha e com varanda coberta de telha”. Dentro, avistou apetrechos diversos do engenho, uma “rede de pescar” e um precário arsenal: “três canos de mosquetes que não serve mais”, “três canos de arcabuzes desconcertados” e “dois arcabuzes concertados com coronhas novas e fechos, mais um caixote com seus colares”. O estado decadente e reduzido dos

⁷⁵ Informação colhida em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁷⁶ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

⁷⁷ Sobre a decadência e estagnação do açúcar na região, ver: Marcelo H. Dias, *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*, Ilhéus: Editus, 2011, p. 47.

⁷⁸ Schwartz, *Segredos internos*, p. 254.

⁷⁹ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

⁸⁰ Informação contida em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

armamentos indica uso demasiado, bem como relaxamento bélico, após uma era de trégua entre colonos e indígenas nos Ilhéus. No tocante a móveis, dentro da morada que não mais é chamada de “bastião”, como em 1572, via-se apenas uma “mesa”, três cadeiras e poucos utensílios, tudo reputado como “usado”.

Saíram da casa e, próximo dali os avaliadores deram de frente com “três pilões de arroz”, “uma roda de fazer farinha, com seu banco e um rolo de ralar mandioca”. A raiz beneficiada nesse setor vinha de “uma roça que terá duas mil covas [...] e [que] vão plantando [mais]”, a confirmar a expansão da lavoura prevista há 44 anos. Antes de encerrar o rol, listaram, por fim, “umas casas na Vila, todas com sua câmara de sobrado e forradas e cobertas de telha que ainda estão boas com seus chãos, aonde se podem fazer outras”.⁸¹ O imóvel estava incluído entre os bens do Santana.

A SUCESSÃO

Em testamento lavrado no ano de 1569, Mem de Sá declarou ter “no Brasil, entre tantos bens, dois engenhos de fazer açúcar, com sua escravaria da terra e alguns de guiné”. Um situava-se “na Capitania dos Ilhéus” e era vulgarmente chamado de “Fazenda de Santana”, com “duas léguas e meia de terra”; e o outro, “na Capitania da Bahia do Salvador”, contava com área de “três léguas e meia de costa e quatro para o sertão, com duas ilhas [no rio] Sergipe”, cujo nome o tomou.⁸² Mais que proclamar os imóveis, o fidalgo nomeou quem os herdaria, dando início, assim, a longa cadeia sucessória em torno do Engenho de Santana.

O governador, quando exarou o documento, devotava-se à administração colonial e, concomitantemente, aos próprios negócios, sediados em duas capitanias. Enquanto nos Ilhéus a área que possuía fora reduzida, no Recôncavo ele adquiriu, por meios fraudulentos, amplo domínio nos anos de 1560, usando do seu cargo para prover-se com terras na região.⁸³ O indivíduo, além de dotar-se com sesmarias, aproveitava-se das guerras contra os indígenas para engordar seu patrimônio. As batalhas que liderou, ao passo que concretizavam a conquista lusa na América, geraram, também, cativos às

⁸¹ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

⁸² “Testamento de Mem de Sá (1569)”, in Instituto do Açúcar e do Alcool, *Documentos para a história do açúcar. Engenho Sergipe do Conde: espólio de Mem de Sá* (doravante: “DHA”), Rio de Janeiro: Serviço especial de documentação Histórica, vol. III, 1963, p. 6.

⁸³ Sobre aquisição da sesmaria em Sergipe, ver: Schwartz, *Segredos internos*, pp. 393-394.

senzalas dos seus estabelecimentos canavieiros. Durante a sua gestão, portanto, o interesse público e o privado imiscuíram-se terminantemente, redundando-lhe um espólio de vulto no Novo Mundo.⁸⁴

Ao morrer em 2 de março de 1572, todos os bens de Mem de Sá no Brasil ficaram sob a curadoria do Estado, pois na colônia não havia quem, legalmente, pudesse assumi-los. O Engenho de Santana, nesse ínterim, foi inventariado e posto “em pregão de renda” pelas autoridades da vila de São Jorge que, aos 10 de julho de 1572, fizeram a “avaliação das coisas [...] para tudo se entregar ao rendeiro Gaspar da Cunha” que, até então, era o feitor do estabelecimento, conforme mencionado acima. Enquanto os herdeiros, no reino, não tomassem providências sobre o futuro do imóvel, o locatário o conservaria em ordem, pois a operação açucareira na região e a imensa escravaria do engenho não poderiam esperar diretrizes vindas do outro lado do atlântico, que costumavam demorar, quando menos, três meses para atingir seu destino. Na ausência dos donos legítimos, Cunha arrendou a propriedade e “obrigou-se de tudo dar fianças abonadas” e “entregar ao cabo de três anos tudo melhorado”, caso os legatários não assumissem o negócio e o demovessem da posição original, “assim como estava dantes pelo governador Mem de Sá”.⁸⁵

Da família do finado, na circunstância, restavam dois filhos vivos, Francisco e Felipa de Sá, ambos residentes em Portugal e dedicados à vida religiosa. O varão, ao se tornar o principal beneficiado, renunciou à vida eclesiástica para casar-se e cuidar da herança. No entanto, oito meses após a perda do pai, o filho faleceu, em Lisboa, sem deixar descendência. Antes, porém, lavrou testamento nomeando a irmã como sua “universal herdeira”, incumbida de cumprir, “inteiramente e com brevidade”, a vontade póstuma do patriarca, o falecido Mem de Sá.⁸⁶ Felipa, na ocasião, tinha 25 anos e vivia há doze no convento das dominicanas em Évora, donde saiu, no ano seguinte, para contrair matrimônio com quem se tornaria o tutor dos seus bens, d. Fernando de Noronha, o futuro Conde de Linhares.⁸⁷

Os engenhos Santana e Sergipe do “Conde” – ou da “Condessa” – pertenceram ao clã Sá até o ano de 1618. Na altura, a septuagenária filha do governador encontrava-se viúva, sem descendente e muito achacada. Na antevéspera de sua morte, dia 31 de agosto, como que prevendo o pior, Felipa registrou sua derradeira vontade, que era legar

⁸⁴ “Testamento de Mem de Sá (1569)”, pp. 1-21.

⁸⁵ “Inventário do Engenho de Santana para entrega ao rendeiro judicial”, pp. 84-89 e 113.

⁸⁶ “Testamento de Francisco de Sá (1572)”, in *DHA*, vol. III, pp. 27 e 30.

⁸⁷ Rodolfo Garcia, “Explicação”, in: *DHBN*, vol. LXII (1943), pp. I-III.

todos os seus bens, do Brasil e do Reino, ao Colégio Jesuíta de Santo Antão de Lisboa, do qual ela era devota e dotava desde 1613.⁸⁸ A instituição, fundada pelos inacianos em 1553, era notável em Portugal por seu pioneirismo na oferta de ensino público pré-universitário não restrito à carreira eclesiástica, aberto a quem se interessasse e pudesse pagar. Sediada, inicialmente, no antigo mosteiro de Santo Antão, cujo nome herdou, a entidade mudou-se para instalações mais adequadas no ano de 1610, com capacidade para mais de dois mil alunos e possuindo igreja anexa, obra patrocinada pela Condessa.⁸⁹ Com a morte desta aos 2 de setembro de 1618, os inacianos passaram a ter direito sobre sua fortuna, no extraordinário valor, para a época, de 52 contos de réis.⁹⁰

A última decisão da condessa, entretentes, redundou em um imbróglio jurídico intrincado e longo. No testamento de Francisco, a herdeira fora incumbida de cumprir “inteiramente” os “encargos e obrigações” deixados pelo pai.⁹¹ Num deles, Mem de Sá estipulou que, se os filhos morressem sem descendentes – como de fato ocorreu –, as propriedades do Brasil deveriam ser vendidas, e o dinheiro entregue, em terças partes, ao Colégio dos Jesuítas da Bahia, à Casa da Misericórdia de Salvador e aos pobres da mesma cidade.⁹² Mas Felipa, à beira da morte, ignorou o desejo testamental do patriarca e legou toda a herança aos inacianos de Santo Antão, incluindo, é claro, os engenhos brasílicos, os quais se tornaram objeto de uma encarniçada querela forense.

A questão gerada em torno do direito de propriedade do Sergipe do Conde – mais renhida e cabeluda – é bem conhecida na historiografia.⁹³ O mesmo, no entanto, não ocorreu em relação ao seu congênere ilheense. Embora não se saiba do paradeiro da papelada que tratou da pendenga judicial envolvendo o Santana, as movimentações do processo aparecem, furtivamente, em memorandos e arrazoados do caso Sergipe do Conde, possibilitando, assim, reconstruir parte da trajetória.

Os inacianos do Colégio da Bahia, tão logo souberam da morte da condessa, meteram-se de posse dos dois engenhos, em nome dos legatários do falecido

⁸⁸ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 394-395.

⁸⁹ Sobre o colégio de Santo Antão, ver: Natália Cristina Oliveira, Célio Juvenal Costa e Sezinando Luiz Menezes, “Colégio de Santo Antão de Portugal, do século XVI: um estudo da educação jesuítica e do ensino público”, *Educação em Revista*, vol.17, nº 1 (2016), pp. 55-72.

⁹⁰ Garcia, “Explicação”, p. II.

⁹¹ “Testamento de Francisco de Sá (1572)”, p. 30.

⁹² “Testamento de Mem de Sá (1569)”, pp. 7-8.

⁹³ Sobre a pendenga jurídica pela posse do Engenho Sergipe do Conde, ver: Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, tomo V, 1948, pp. 243-252; Schwartz, *Segredos internos*, pp. 393-399; e Pablo Antônio Iglesias Magalhães, “Equus Rusus. A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2010), pp. 382-386.

governador. No Santana, mantiveram-se de 1620 até 1622, quando, mediante cumprimento de sentença, foram despejados, com a posse do imóvel sendo transferida ao “herdeiro universal” de Felipa de Sá, o Colégio de Santo Antônio.⁹⁴ Os lisboetas permaneceram livremente no empreendimento até 24 de novembro de 1638, quando uma decisão judicial colocou em cheque seu direito sobre a propriedade.⁹⁵ Na altura, entretanto, o antagonismo entre os jesuítas baianos e reinóis arrefecera-se, sobretudo após perceberem que a longa contenda judicial não servia aos interesses gerais da Companhia.⁹⁶ Nessa esteira, por volta de 1640, os dois colégios, unidos, assumiram a posse do estabelecimento, repartindo entre si despesas e dividendos.⁹⁷

A junção dos religiosos provocou, em julho de 1657, a definitiva retirada da Misericórdia da disputa pelo engenho dos Ilhéus, o qual passou a pertencer, meio a meio, aos Colégios da Bahia e de Santo Antônio. A sociedade, todavia, não perdurou. Em 29 de abril do ano seguinte, os lisboetas adquiriram o domínio pleno do Santana, após um acerto celebrado na Corte entre representantes de ambas as partes.⁹⁸ Aos 15 de março de 1676, o Sergipe do Conde também seria objeto de um acordo assim, novamente em favor de Santo Antônio. Aos pobres e miseráveis da cidade do Salvador, no entanto, nada fora legado: esquecidos e postergados, não havia quem pugnassem por eles na altura.⁹⁹

O Santana, portanto, pertenceu exclusivamente ao Colégio lisboeta de 1658 a 1759, ano em que fora confiscado pelo Estado após a expulsão dos jesuítas do Brasil. Posto a leilão em seguida, o imóvel fora arrematado por Manuel Ferreira da Silva. Por volta de 1813, Felisberto Caldeira Brant Pontes, o futuro Marquês de Barbacena, adquiri-o, permanecendo com ele até seis de março de 1834. Nessa data, o Santana teria sido comprado pela família Sá Bittencourt Câmara, a qual o manteve sob seu domínio até o fim do século XIX, momento em que os canaviais deixam de ser cultivados para dar entrada aos cacauais.¹⁰⁰

⁹⁴ “Informações do estado em que se achava a demanda do colégio do Brasil com o Colégio de Santo Antônio de Lisboa”, 19 de abril de 1643, ANTT, CJ, maço 17, doc. 42.

⁹⁵ “Papel sobre as partilhas de Mem de Sá que se haviam de fazer entre o Colégio de Santo Antônio de Lisboa e o da Bahia”, 1640, ANTT, CJ, maço 20, doc. 2.

⁹⁶ Schwartz, *Segredos interno*, p. 397.

⁹⁷ Carta do padre Simão de Souto Maior ao padre Reitor, 19 de junho de 1640, ANTT, CJ, maço 71, doc. 34.

⁹⁸ “Carta do padre Felipe Franco ao padre Reitor”, 13 de junho de 1661, ANTT, CJ, maço 71, doc. 40.

⁹⁹ Schwartz, *Segredos Interno*, p. 398.

¹⁰⁰ Mary Ann Mahony, “Em busca de Mejigã e sua Família: um diálogo entre a oralidade e a documentação escrita”, in Póvoas (org.), *Mejigã*, p. 105.

A COMPANHIA

A Sociedade de Jesus, fundada na Paris de 1534, foi oficialmente reconhecida pelo papa em 1540. No mesmo ano, a convite da coroa lusitana, a Ordem se radicaria, também, em Lisboa, numa conjuntura favorável ao seu crescimento pelo globo. Da corte, os jesuítas se expandiriam, gradualmente, por todo o Império Ultramarino português, sustentados por uma robusta cadeia de negócios temporais.

A presença dos inicianos em território luso foi amplamente incentivada por d. João III. Com a ajuda dos religiosos, o monarca objetivava, especificamente, instituir missões no além-mar e fomentar iniciativas assistenciais junto aos desvalidos do reino.¹⁰¹ Tratava-se, portanto, de aspiração de grande alcance, que não podia ser levada adiante sem recursos consideráveis.¹⁰² A messe, obviamente, urgia por um número significativo de voluntários, demanda que encontrava eco na filosofia e nas regras constitutivas da Sociedade de Jesus: diferentemente dos clérigos comuns, os inicianos podiam ser recrutados das classes menos abastadas, pois aos admitidos não era exigido que possuíssem patrimônio pessoal ou recebessem pensão que os assegurassem durante a vida eclesiástica.

O recolhimento de dízimos, por isso, foi a maneira primordial de obtenção de recursos para a fixação dos religiosos no reino e no ultramar. O que estava em jogo, na fase de implantação, era a consecução do mínimo para o sustento da confraria, situação que impeliu os jesuítas a uma interação maior junto ao poder real e a corte. Os mecanismos utilizados por eles para induzir a caridade da nobreza eram os mesmos praticados por sacerdotes de outras ordens, isto é, requerimentos, petições, audiências e solicitações, todas elas justificadas na necessidade de fomentar a missão evangelizadora. Dessa maneira, os inicianos conseguiram amealhar dinheiro, imóveis, privilégios reais e, em especial, propriedades produtivas, dádivas que concorreram à perpetuação da Companhia e de sua obra espiritual em todo o vasto império luso do ultramar.

Os empreendimentos recebidos passavam a pertencer às instituições de ensino da confraria, e não aos membros.¹⁰³ O Colégio de Santo Antão, fundado em Lisboa em 1553, foi a primeira entidade do gênero a ser erigida no Reino e a receber dádivas da

¹⁰¹ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 98.

¹⁰² Francisco Rodrigues, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões. Esboço histórico – superiores – colégios (1540-1934)*, Porto: Edições do Apostolado da Imprensa, vol. I, 1935, p. 457.

¹⁰³ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 97-105.

aristocracia local.¹⁰⁴ Quem administrava os bens, fazia-o não como senhor de fato, mas, sim, de ofício, investido de poderes para dispor deles como se dono fosse, remetendo os rendimentos a quem por direito cabia.¹⁰⁵ O nível de autonomia dos gestores investidos nas propriedades dependia da natureza e necessidade de cada negócio. O Santana e o Sergipe do Conde, por exemplo, exigiam administração mais independente, tendo em vista o abraço causado pela distância entre os imóveis e o proprietário.¹⁰⁶

À medida que a Companhia se radicava nos domínios portugueses, novas células surgiam. Além dos colégios, a confraria contava com casas professoras e residências, cada qual com sua capela ou igreja anexa. De dimensões módicas, essas estruturas eram mais fáceis de serem implantadas no extenso império e serviam como moradia para os associados. Diferentemente das instituições de ensino, elas não possuíam empreendimentos para auferir renda e conservavam-se através de donativos dos devotos.

Todas as unidades da Ordem, por sua vez, deviam submeter-se à mesma regra e hierarquia. Nela, os padres provinciais ocupavam proeminente posição e eram responsáveis por zelar pelos bens e interesses dos colégios existentes em sua jurisdição, além de mediar eventuais conflitos entre eles. Abaixo do seu comando, estavam os padres reitores e os procuradores. Os primeiros controlavam os sacerdotes e os irmãos pertencentes a seu estabelecimento de ensino, assim como os administradores das propriedades. Competia-lhes, ainda, zelar pelo patrimônio do colégio que regiam, supervisionando diretamente ou interpondo procurador para tanto. Além dos já citados, havia os padres visitantes, cuja função era verificar, nas repartições e residências da ordem, se seus regulamentos estavam sendo seguidos à risca, seja no tocante às práticas espirituais ou temporais.

O procurador, importa destacar, participava vivamente dos negócios seculares da confraria. Eles eram encarregados de suprir, remotamente, as necessidades dos bens dos colégios e residências, além de serem responsáveis pelo exame dos relatórios e contas remetidas pelos gestores dos empreendimentos. Os padres investidos na função,

¹⁰⁴ Natália Cristina de Oliveira, Célio Juvenal Costa e Sezinando Luís Menezes, “Ciência moderna em Portugal: a ‘aula da esfera’ no colégio de Santo Antão”, *Acta Scientiarum. Education*, vol. 39, nº 3 (2017), pp. 243-253.

¹⁰⁵ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 114 e 248.

¹⁰⁶ A delegação de poderes se deva por estabelecimento de instrumento de procuração. Ver: “Carta do padre Pedro Teixeira ao padre reitor do Colégio da Bahia, Gaspar de Faria” 12 de fevereiro de 1731, ANTT, CJ, maço 70, doc. 147. Na missiva, o autor relata as decisões administrativas e comerciais tomadas em relação à produção e ao açúcar resultante da última safra, bem como esclarece as razões que as nortearam.

portanto, recebiam informes das transações efetuadas, podendo mensurar a queda ou o aumento da rentabilidade de cada estabelecimento. Para que um sistema de controle e fiscalização assim funcionasse, a produção de tais documentos tornava-se obrigatória, meticulosa e frequente, principalmente no que concerne aos negócios sediados no além-mar.¹⁰⁷

Na América portuguesa, o grosso das aquisições da Companhia em terras e prédios se deu entre os anos de 1570 e 1620.¹⁰⁸ Aqui, os inacianos se envolveram diretamente com a administração de suas propriedades, algo insólito na Europa. Geriram-nas para aumentar a produção e obter resultados eficientes, seguindo os movimentos da dinâmica econômica colonial. No Novo Mundo, a realidade era distinta da existente em Portugal, onde se podia obter, sem tanta dificuldade, doações, esmolas e rendas de mosteiros ou de terras coutadas.¹⁰⁹ Ademais, a concepção de pobreza eclesiástica, levada à risca em algumas Ordens, não implicara, para os jesuítas, na renúncia ao direito de adquirir riqueza secular em forma de bens e fontes fixas de rendimentos.¹¹⁰ Longe da corte, os missionários designados aos trópicos viram-se na incumbência de se adaptar ao contexto cultural e material locais, donde se empenharam, eles mesmos, a produzir e aumentar os bens divinos.

Tanto lá, quanto aqui, o cuidado com o patrimônio da Companhia teria seguido, relativamente, os mesmos princípios. Porém, a gestão dos bens não se orientou pela homogeneidade, tampouco pela estabilidade, já que as vicissitudes mundanas impunham aos administradores desafios diversos, exigindo habilidade e pragmatismo na resolução dos problemas cotidianos. Os sacerdotes à frente das unidades produtivas deviam possuir, com efeito, um conhecimento profundo da atividade desempenhada, uma vez que uma má decisão podia por em risco a segurança material dos colégios e das missões.¹¹¹

Embora os prepostos gozassem da confiança dos seus superiores, estes não abriam mão de vigiá-los. Quando necessário, os administradores eram demandados a enviar informes e explicações aos padres procuradores sobre o seu proceder. No Engenho de Santana, por exemplo, os inacianos que superintenderam a propriedade eram autorizados a gerenciar os bens conforme as demandas do negócio, vendendo,

¹⁰⁷ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 82, 97 e 239

¹⁰⁸ Dauril Alden, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750* (Stanford, Cal.: Stanford University Press, 1996), p. 376.

¹⁰⁹ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 85 e 151.

¹¹⁰ Santos, “Te Deum Laudamus”, p. 66.

¹¹¹ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 98-151.

comprando ou contratando com terceiros sem a necessidade de outorga direta de seu proprietário legal, o Colégio Santo Antão de Lisboa. O relatório das ações, e seus respectivos efeitos, era reportado ao reino, de modo a dar ciência aos superiores da instituição que, por sua vez, enviavam ao gestor da propriedade pareceres, diretrizes e solicitações.¹¹²

A Companhia de Jesus, diga-se de passagem, não foi a única agremiação religiosa a investir diretamente na economia açucareira no Brasil. Onde hoje é o município baiano de São Sebastião do Passé, os carmelitas foram donos de dois engenhos. Os beneditinos, que até 1656 apenas lavravam canas, chegaram a construir três no interior do Recôncavo, sendo o último erigido no limiar do século XIX. O lucro do açúcar era revertido à sustentação das ordens, podendo corresponder, por vezes, de 30% a 40% da receita anual delas, como ocorreu à Ordem de São Bento. Os jesuítas, por sua vez, acumularam o maior número de engenhos entre os eclesiásticos. Na Bahia, em uma ou outra época, possuíram seis, sendo o primeiro construído por volta de 1601, em Passé. O Colégio lisboeta de Santo Antão, inclusive, foi dono de três estabelecimentos, os já mencionados Santana e Sergipe e o Petinga, adquirido em 1745.¹¹³

Os inacianos, portanto, mergulharam de cabeça no cotidiano do açúcar. Relacionaram-se com produtores, lavradores, escravos e comerciantes coloniais, adotando práticas administrativas similares à dos grandes senhores de engenho, e assumindo de fato esse papel. Em um universo de incertezas, tinham de lutar para que a produção gerasse lucro, o que era, muitas vezes, difícil. Além dos problemas inerentes à manufatura, eles precisavam se preocupar com as variações climáticas, as oscilações dos mercados e o jogo da política internacional. Por outro lado, os membros da Companhia contavam com benefícios alfandegários exclusivos, concedidos por sua majestade, privilégios que os distinguiu entre os proprietários comuns.

A solicitação de regalias, neste lado do Atlântico, era justificada na necessidade de dar impulso à doutrinação indígena. Por parte do monarca, a concessão das vantagens significava uma forma de reconhecimento e incentivo ao trabalho espiritual desempenhado. Os privilégios conferidos à ordem permitiram que a produção das

¹¹² As fontes são unânimes em relação à descrita dinâmica administrativa. A título de exemplo, ver: “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Estevens”, 27 e 28 de julho de 1736, ANTT, CJ, maço 71, doc. 129. No documento, o autor relata suas ações e esclarece as razões a seu superior em Lisboa, no Colégio de Santo Antão.

¹¹³ Schwartz, *Segredos interno*, pp. 92-93.

propriedades fosse comercializada, praticamente, com isenção de taxas e de impostos reais. Paralelamente, eles continuavam a obter doações dos fiéis e a engordar o patrimônio da instituição. Pouco a pouco, os religiosos conseguiram constituir, na estrutura do império ultramarino português, uma grande e vantajosa rede mercantil, promovendo a livre circulação de produtos entre as unidades jesuíticas, de modo perene e a baixo custo.¹¹⁴

As estratégias econômicas adotadas pela Companhia asseguraram a continuidade e expansão do empreendimento colonial, mas também desencadearam críticas e problemas não previstos.¹¹⁵ Ao longo da primeira metade do século XVIII, a sociedade lusitana passou a questionar o notório enriquecimento da ordem, confrontando a razão entre necessidade e excesso patrimonial. Os religiosos, em sua defesa, justificavam a concentração na obrigação de amparar os missionários que laboravam para o aumento dos bens divinos no reino e no além-mar, equiparando, assim, interesses temporais e espirituais. Mas, ao se assenhorearem das coisas mundanas com tal devoção, os inicianos manifestaram feições e interesses conflitantes com as exortações espirituais que normalmente realizavam. Havia confessores jesuítas, por exemplo, que prometiam abrir as portas do céu àqueles que, antes de morrer, deixassem herança às suas igrejas. Aos olhos dos opositores mais radicais, o comportamento secular dos membros da confraria era pura expressão da luxúria.¹¹⁶ A Coroa, nesse diapasão, começou a acolher as queixas dos colonos em várias partes do império, especialmente onde os jesuítas eram fortes concorrentes econômicos, nomeadamente nas Américas, em regiões da África e em Goa.¹¹⁷

A Ordem, em 1749, alcançou seu apogeu nos domínios lusitanos. Na ocasião, ela contava com 22.589 integrantes, espalhados por 39 províncias, 669 colégios, 176 seminários, 61 noviciados, 24 casas professas e 608 missões. Toda a estrutura lastreava-se, materialmente, na arrecadação de doações e no acumulado e lucros do imenso patrimônio fundiário, privilégios e regalias que, então, ameaçava consideravelmente as finanças do Estado português.¹¹⁸ No Brasil, devido à extensão da sua influência, a ordem fora à miúdo acusada de prejudicar os interesses dos colonos e, portanto, da

¹¹⁴ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 25, 83, 122 e 146

¹¹⁵ Alden, *The Making of an Enterprise*, p. 402.

¹¹⁶ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 108, 113 e 145.

¹¹⁷ Dauril Alden, "Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil: notícia preliminar", In: Henry H. Keith e S. F. Edwards (org.), *Conflito e continuidade na sociedade brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970), p. 39.

¹¹⁸ Assunção, *Negócios jesuíticos*, pp. 145-146.

monarquia, especialmente a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri.¹¹⁹ Nos anos seguintes, a Coroa reagiu, ordenando a secularização das aldeias indígenas administradas pelos jesuítas e o confisco de seus bens sem licença régia, decisões influenciadas pelo emergente regalismo, ideologia política que preconizava a supremacia do poder civil e a redução da influência da Igreja Católica no Estado.¹²⁰

Em 1759, finalmente, a Companhia de Jesus fora expulsa do império português. Na lei que promulgou o ato, os jesuítas foram tratados como “notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores” e “deploráveis corruptos, pela sua ‘ingerência nos negócios temporais’, principalmente no que dizia respeito à administração das aldeias”.¹²¹

O NEGÓCIO

Após sentença favorável ao Colégio de Santo Antônio em 1622, o padre Simão de Souto Maior, procurador da instituição, foi enviado à colônia para assumir o controle do espólio da Condessa. Presente nos Ilhéus em 1623, o sacerdote passou a conduzir o Santana depois de recebê-lo das mãos dos jesuítas da Bahia, que deixaram o empreendimento com dívidas no valor de 188.435 réis, realizadas durante os dois anos em que lá estiveram.

À frente do negócio, Souto Maior preocupou-se em fortalecer os lavradores da redondeza, de modo a assegurar o fornecimento de canas ao engenho. Alguns agricultores, por se encontrarem “tão pobres”, não possuíam escravos suficientes para operar suas fazendas, o que obrigou o inaciano a ceder-lhes “negros fiados”, “a pagar em açúcar”. No primeiro ano sob a gestão do sacerdote, o engenho moeu 17 tarefas de canas, que renderam 300 arrobas, vendidas a 320 réis cada, sendo metade pertencente aos lavradores e a outra a Santo Antônio.¹²² A administração de Souto Maior, contudo, foi

¹¹⁹ Márcia Sueli Amantino, “A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens”, *RIHGB*, n° 443 (2009), pp. 169-191.

¹²⁰ Santos, “Te Deum Laudamus”, pp. 140-145.

¹²¹ Alden, “Aspectos econômicos da expulsão dos jesuítas do Brasil”, pp. 31-78.

¹²² “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe”, Julho de 1621, ANTT, CJ, maço 14, doc. 52.

interrompida subitamente no início de 1624, quando o religioso foi sequestrado por corsários flamengos e levado como prisioneiro à Holanda.¹²³

Nesse ano, os batavos começaram uma série de incursões no litoral da Colônia, chegando a invadir e ocupar Salvador, donde foram expulsos em 1625 pelos portugueses. Posteriormente, estabeleceram-se noutras regiões do Nordeste, especialmente em Pernambuco, sendo repelidos, definitivamente, em 1654, pelas forças luso-brasileiras. Durante esse período, houve diversas batalhas e conflitos entre as forças holandesas e portuguesas, que acarretaram impactos significativos na sociedade e economia coloniais. A guerra de corso, vale destacar, praticamente esgotou a comunicação entre as duas margens do Atlântico entre 1627 e 1628, de modo a obstar sensivelmente as trocas mercantis ultramarinas.¹²⁴ Nos Ilhéus, as ofensivas flamengas redundaram em saques e prejuízos ao comércio local, especialmente após a adoção do sistema de comboios em 1660, quando o transporte de mercadorias para o reino passou a sair, necessariamente, de Salvador. Dessa forma, os preços dos escravos, dos insumos e do frete do açúcar aumentaram significativamente, assim como os custos operacionais dos engenhos ao redor da vila de São Jorge.¹²⁵

Com o rapto de Solto Maior no começo de 1624, as atividades no Santana paralisaram, sendo retomadas em janeiro de 1625, ocasião em que fabricou cerca de 100 arrobas de açúcar.¹²⁶ Nesse momento, nenhum inaciano se fazia presente na propriedade, pois, com o avanço da ofensiva neerlandesa na Bahia, cada religioso tornou-se imprescindível à defesa contra o exército protestante invasor. Segundo o historiador Pablo Antônio Iglesias Magalhães, os jesuítas tiveram participação significativa no conflito, arregimentando e liderando uma milícia composta por indígenas aldeados, que se tornou a maior força militar organizada do Recôncavo. Além disso, os membros da Companhia foram exímios mediadores, moderando o choque de interesses entre os nativos e os colonos portugueses, o que ajudou a manter a estabilidade social e política na região ao longo da guerra.¹²⁷

¹²³ Sobre o envolvimento do padre Simão de Souto Maior com os flamengos, ver: Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, tomo IX, 1949, pp. 141-142.

¹²⁴ Wolfgang Lenk, “Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)” (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2009), pp. 16-53.

¹²⁵ Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico”, p. 476.

¹²⁶ “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe”, Julho de 1621, ANTT, CJ, maço 14, doc. 52.

¹²⁷ Magalhães, “Equus Rusus”, pp. 48-51.

O Colégio de Santo Antão, nesse período agitado, permaneceu com a posse do Santana, cuja administração, ao longo das duas décadas seguintes, deu-se através de fatores contratados. Remotamente, portanto, os jesuítas do Sergipe do Conde superintendiam o empreendimento, do qual recebiam notícias e davam ordens via correspondência trocada com os prepostos lá alocados. A produtividade anual do empreendimento, na altura, girou em torno de 300 a 400 arrobas, rendimento ínfimo quando comparado ao do seu congênere do Recôncavo, que fabricava, por volta de 12 mil arrobas. Por essa razão, alguns inacianos buscaram persuadir Santo Antão a se desfazer do engenho ilheense.

O primeiro a defender tal posição em cartas foi o padre André de Gouvêa, gestor do Sergipe do Conde em 1625. Ao se reportar a seu superior em Lisboa, o jesuíta manifestou sua insatisfação com a manutenção do Santana, pois “serve-nos pouco e dá-nos muita perda”. O imóvel, na oportunidade, estava arrendado, e a safra daquele ano prometia gerar “200 arrobas”. A localização do estabelecimento, distante “60 léguas” da capital da colônia, a necessidade de “ajudar os lavradores” e a baixa produtividade foram as razões alegadas por Gouvêa para justificar o insucesso do negócio. Na opinião do inaciano, seria “muito melhor mudar a fábrica” do Santana para “aplicá-la a outro engenho que se pode fazer em Sergipe, que renda tanto como o que hoje temos”. Além da maquinaria, importava também realocar o “negro, crioulo, [...] que serve nele de mestre de açúcar”, o supramencionado Gaspar Luís, por certo, com 38 anos, na época. Para o padre, após trasladar a aparelhagem e os cativos do imóvel, o próximo passo deveria ser “tratar de vendê-lo”.

Apesar das dificuldades descritas, Gouvêa também prescrevia os remédios para reanimar o negócio, caso Santo Antão quisesse mantê-lo. Para tanto, apregoou: “hão de dar negros aos lavradores” e hão de “prover este engenho do reino, porque nesta terra valem as coisas, meio por meio, mais do que no reino, e a esse colégio custa-lhe pouco mandar [...] e o açúcar que cá se fizer vai todo ao reino”.¹²⁸ A estratégia, em resumo, consistia em importar os equipamentos da manufatura e exportar a produção, comercializando-a diretamente em Portugal, a preços mais vantajosos, de modo a evitar atravessadores. Paralelamente, os religiosos também deveriam injetar capitais na região, abastecendo os fornecedores de cana com a mão de obra necessária para amanhar canaviais. Não se tratava, portanto, de prover o engenho apenas, mas, sim, de reerguer a

¹²⁸ “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe”, Julho de 1621, ANTT, CJ, maço 14, doc. 52.

economia açucareira nos Ilhéus a partir do Santana, missão que os inacianos teriam que assumir, se quisessem ver o negócio luzir novamente.

As palavras de André de Gouvêa ecoaram entre seus pares. Em 1629, o Colégio lisboeta decide enviar, então, o jesuíta Estevão Pereira ao Brasil para avaliar, *in loco*, a viabilidade das propostas. A tarefa do sacerdote era inspecionar o Santana para “informar se convinha desfabricá-lo de todo, ou reformá-lo, como levava encomendado dos superiores”. Ao chegar na propriedade, Pereira abismou-se com o estado de abandono no qual a encontrou: “não tinha casa de engenho, nem de purgar; a roda d’água e moenda acabadas, e as fornalhas no chão, tudo desbaratado; os canaviais tornados mato, e os lavradores com ânimo caído”. Mesmo assim, ao fim da checagem, o parecer do visitante recomendou a restauração do empreendimento, contrariando a posição primeira de Gouvêa.

O documento foi enviado à corte para a apreciação do Padre Provincial Antônio Mascarenhas. Enquanto a resposta não chegava, Estevão Pereira, então com 40 anos de idade, foi tomando providências no sentido de revitalizar o estabelecimento: “fui persuadindo aos lavradores a que plantassem muita cana – o que logo fizeram”; “mandei logo pôr moenda, fazer roda e fornalhas [...], fornecendo de todo o necessário para poder ir moendo essa pouca cana que então havia, levando propósito de o tornar ao primeiro estado que nos princípios teve”. Ao revisar registros em “livros antigos” da propriedade, o inaciano descobriu que, no tempo de Mem de Sá, havia “safras de 12 a 14 mil arrobas de açúcar”, rendimento que não se repetiu, posteriormente, “por razão dos aimorés que empestearam aquela vila de Ilhéus e puseram fogo ao dito engenho”, o qual, depois de calcinado, “não tornou a reedificar em forma competente”.

A empolgação do administrador, contudo, reverteu-se em medo ante as invasões flamengas deflagradas imediatamente à sua chegada. Com “a tomada de Pernambuco e perseguição dos holandeses”, Pereira informa que buscou refúgio no Sergipe do Conde, pois temeu que os inimigos “poderiam dar nos Ilhéus e por fogo a tudo”. Não obstante, do Recôncavo foi “acudindo [o Santana] com o necessário para que não perecesse o que estava aproveitado e, ainda, para dar ânimo aos lavradores a que fossem plantando, [de modo que] os favoreci no que pude”. Preocupado com o transporte de lenhas e canas, o distante gestor diz ter encomendado a obra de um “carral de gado”, onde confinaria oito

bois “muito formosos, com que se fará muito dinheiro”.¹²⁹ Durante sua ausência, a faina foi conduzida, na propriedade, pelo feitor Antônio de Crasto, a quem dava instruções e recebia informes por escrito.¹³⁰

Em 1633, sentindo-se mais seguro, o inaciano retornaria aos Ilhéus para dar continuidade à restauração presencialmente. Na ocasião, acompanhou a construção de “uma nova casa de purgar”, feita “com pouquíssimo custo”, e apreciou o resultado do trabalho dos lavradores, os quais se viam “metidos em grandes fervores de plantar mais e mais canas”. Pasmado com o que verificou na visita, o sacerdote regressou ao Sergipe do Conde “com o propósito de acudir logo [o Santana] com 8 ou 10 peças [de escravos], que é o que lhe faltava para poder dar mais proveito” ao movimento que jactava ter ensejado. No entanto, o padre não chegou a efetivar o intento, pois, na Bahia, fora surpreendido com sua dispensa do cargo, por meio de carta expressa de Santo Antão ordenando que voltasse a Portugal.¹³¹

Em setembro de 1633, portanto, o padre Sebastião Vaz substituíra Pereira na administração do Sergipe do Conde e passou a supervisionar, do Recôncavo, o engenho dos Ilhéus. Logo que assumiu a função, o inaciano pediu, “encarecidamente”, ao confrade Antônio Roiz, residente na vila de São Jorge, que “fosse visitar [o Santana] e dissesse missa à gente dele e me avisasse do estado dele”. Aos 30 de janeiro de 1634, chegara às mãos de Vaz carta com a resposta do companheiro, onde se lia:

Espantei-me do desamparo em que achei [a propriedade], porque o feitor Antônio de Crasto sabe melhor tratar com bois do que com negro e engenho. É tão descuidado no principal da doutrina dos escravos, que não haviam confessado a quaresma passada; e havia mais de um ano que não se lhes dizia missa na capela do engenho, na qual não achei mais que um ornamento com cálice, mas sem missal, galhetas, toalha do altar, pano de estante, corporais, sanguinhos e, finalmente, sem cera para missa.¹³²

A observância religiosa, sem dúvida, era uma questão prioritária a Roiz e Vaz, padres da Companhia de Jesus, ao passo que, para Crasto, um feitor leigo, talvez não o fosse deveras. Os inacianos, por serem eclesiásticos, dedicavam-se não só à lucratividade do

¹²⁹ Estevão Pereira, “Descrção da Fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brazil e de seus rendimentos [1635]”, *Anais do Museu Paulista*, vol. IV (1931), pp. 775-794.

¹³⁰ “Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim”, 1634*, ANTT, CJ, maço 69, doc. 83.

¹³¹ “Descrção da Fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brazil”, p. 783.

¹³² “Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim”, 1634*, ANTT, CJ, maço 69, doc. 83.

negócio, mas também à salvação das almas de seus cativos, algo ordinariamente negligenciado pelos seculares à frente do empreendimento açucareiro.¹³³

O relatório do supervisor, todavia, não se restringiu à Capela ou ao cumprimento da doutrina católica. Antônio Roiz informou mais: que as casas da morada, “quando chove, mais chove nelas do que fora”; que o engenho encontrava-se “quase no chão”, com os utensílios de cobre “velhos e já no cabo, e esses poucos”. A casa de purgar, por outro lado, era “a melhor coisa que há” no imóvel, “mas, como foi feita às pressas e mal telhada, está muito danificada e, se não lhe acudirem, cairá e perderá a madeira e telha”. Nela, havia 800 formas, sendo “ruins e quebradas as mais delas”. No curral, pastavam “6 bois”, que serviam a dois carros, um “novo e outro velho”. No cais, “a barca podre e metida no fundo, com água” dentro. Enfim, Roiz ilustrou um panorama desolador, como se o Santana estivesse sem “dono havia muitos anos”, num “maior desamparo que rói”, arrematou.

A senzala do estabelecimento, naquele janeiro de 1634, contava com exíguo efetivo. Ao todo, eram 17 cativos, sendo oito homens, dos quais “alguns já se podem aposentar”, e nove mulheres que, “tirando quatro, as outras ou muita velhas, ou doentes todo o ano”. O número de escravizados, na ocasião, era insuficiente para realizar a operação açucareira, pois, para tanto, eram necessários, “ao menos, 30 peças”, disse Roiz – o déficit de trabalhadores era compensado com o aluguel de cativos dos lavradores vizinhos. Contudo, a tendência observada pelo visitante era de redução no já diminuto grupo, pois os negros, sem “parentes que os ajudem”, “vivem desgostosos e vão morrendo”. A razão para o descontentamento dos cativos do Santana seria os maus-tratos perpetrados pelo feitor, que os governava “de contínuo com o diabo na boca e o pau nas costas dos pobres”.

Ao concluir seu relatório, Roiz responsabilizou Antônio de Crasto pela então “ruína” do engenho. Acusou-o de ter provocado “desordens” e prejuízos irreparáveis durante sua gestão, como na vez em que “matou um mulato a açoutes”. Apesar disso, “nunca houve queixas dele” a Santo Antão, porque, nos Ilhéus, o preposto “tinha a todos por amigos e compadres, à custa da barba longa, como diz o provérbio” – ou seja, favorecia a terceiros com os recursos do estabelecimento. Portanto, Antônio Roiz rogou ao seu interlocutor: “acuda [o Santana] com feitor que conserve e repare as coisas e proveja-o de algum fornecimento para se fazer alguma coisa, que é lástima ver uma

¹³³ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 322-23.

fazenda estar se perdendo”. Nas palavras do eclesiástico, é possível ouvir ecos das vozes dos cativos insatisfeitos com o atual feitor, a destampar o contexto de tensão no qual estava mergulhada a propriedade após a morte de “um mulato a açoutes”, o que por certo espicou revolta de um lado e mais agressões de outro.

Perante informe tão alarmante, Sebastião Vaz não pensou duas vezes e ordenou, imediatamente, o afastamento de Castro do cargo que ocupava. No lugar, pôs novo encarregado, um “homem zeloso do bem da fazenda e que não consente com desordens”. Contudo, a mudança não agradou a todos. Em pouco tempo, dos Ilhéus chegaram petições, às mãos do sacerdote, a manifestar oposição à permanência do novo preposto. Não se pode fixar de quem partiu os pedidos, se dos exíguos cativos, dos colaboradores livres, dos lavradores ou se dos “amigos e compadres” de Antônio de Crasto, entre todos eles, a quem o ex-administrador favorecia às custas do engenho, os quais, com efeito, não devem ter gostado da troca repentina. O sacerdote, por sua vez, não deu ouvido aos reclamantes, pois: “como eu tenho outras informações dos nossos [confrades] que residem naquela Capitania e de homens desapaixonados, amigos da Companhia [de Jesus], não lhe defiro as Cartas [...] de queixas, [pedindo] que lhes mandem outro feitor”.

O novo capataz manteve-se na função, à revelia dos opositores. Ao tomar pé da situação global do empreendimento, emitiu parecer a Sebastião Vaz, aconselhando-o a vendê-lo, provê-lo ou desmontá-lo, “porque querer conservar isto, não só não dá proveito, senão muita perda e gastos sem rendimentos”. Ademais, ressaltou que, na ocasião, “a maior falta que há [...] é de escravos [próprios]”, pois “não posso fazer nada sem gente”; e “o pouco que se faz há de ser com os escravos dos moradores alugados”. Assim sendo, “que proveito ou rendimentos se podem esperar do engenho?” Todavia, para tanto, tinha solução, pois “havendo gente, de modo que se escusem negros alugados [aos lavradores], tudo o mais terá remédio”, senão “mande pessoa [para] que se entregue [o Santana], porque eu não me atrevo estar neste desemparo e fazer gastos sem proveito, nem rendimentos”, arrematou o feitor.¹³⁴ Ao que parece, nessa altura, os cativos do Santana eram empregados unicamente no fabrico do açúcar – ou na agricultura de subsistência –, moendo a cana cultivada por lavradores, os quais também cediam os seus para compensar o déficit de mão de obra no engenho durante a produção.

Ainda que bem informado, Sebastião Vaz encontrava obstáculos para suprir o estabelecimento. Além de dívidas, o eclesiástico chocava também com os entraves

¹³⁴ “Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim”, 1634*, ANTT, CJ, maço 69, doc. 83.

logísticos e comerciais desdobrados da guerra luso-holandesa. Há notícia, de 25 de novembro de 1634, de que tinha “um ano que deste porto [de Salvador] não partem navios, sendo assim que, de Pernambuco, onde a guerra está em seu auge, partem, e esperamos que neste ano partam 70 e tantos navios que aqui estão em purgatório”, com alguns “de molho há dois anos”, aguardando liberação.¹³⁵ Pela mesma razão, explicou Sebastião Vaz, “não vem navios de Angola [à Bahia], porque, como o Governador os retém aqui, todos os que vêm [da África], não querem cá vir e, como há tanta falta [de escravos], algum [navio] que, [por] acaso, aporta, vendem-se os negros por preços excessivos e dinheiro na mão, e como estou tão falto dele”, lamentou o inaciano.

Impossibilitado de atender a demanda do novo feitor, Vaz foi pondo remédio a outras questões imediatas. Em relação ao governo espiritual, solicitou ao “padre Antônio Nunez [...] que fosse ou mandasse, a cada quinze dias, ou a cada mês, dizer missa a gente do engenho, e avisar-me do que lhe parecesse necessário”. Mesmo com dificuldades, a propriedade continuou produtiva, chegando a fabricar, na safra de 1634, cinco caixas de açúcar branco, despachadas “em um patacho, nos Ilhéus, [...] a esse porto [de Lisboa]”. À medida que auferia dinheiro, Vaz investia-o em cativos, e distribuía-os entre os dois empreendimentos do Colégio de Santo Antão, tendo enviado ao Santana, naquele ano, “6 escravos novos de 13 que comprei”.¹³⁶

Com o correr do tempo, porém, o inaciano foi perdendo a fé no negócio. Em carta de 20 de dezembro de 1635, Vaz solicitou ao colégio lisboeta que atentasse para “o pouco que faz [o engenho dos Ilhéus], que nem para pagar o quanto gasta ele dá, nem nunca deu coisa de consideração na vida dos Condes”.¹³⁷ O sacerdote, assim como o confrade André de Gouvêa, era de opinião contrária à manutenção do estabelecimento, dada sua baixa rentabilidade. No Reino, todavia, o padre Estevão Pereira advogava favoravelmente à conservação da propriedade, pois, a seu ver, era uma “das melhores que tem o Brasil”. O entusiasmo do jesuíta em relação ao Santana devia-se, especialmente, a suas condições ecológicas, a saber: a fertilidade de suas terras, “muito ao propósito para canaviais” e servidas de “infinitas lenhas e madeiras”; a “firmeza” de sua ribeira, “da qual se tira uma copiosa e curta levada d’água, que de ordinário [...] faz

¹³⁵ “Carta do padre João de Oliveira ao padre Diogo Cardim”, 06 e 25 de novembro de 1634, ANTT, CJ, maço 69, doc. 71.

¹³⁶ “Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim”, 1634*, ANTT, CJ, maço 69, doc. 83.

¹³⁷ “Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim”, 20 de dezembro de 1635, ANTT, CJ, maço 69, doc. 75.

moer o engenho”; e, finalmente, o aspecto do sítio, “lindo e bem acomodado para o engenho e mui sadio para a gente”, arguia o sacerdote.¹³⁸

Os argumentos de Pereira prevaleceram, e Santo Antão manteve o Santana, a despeito da baixa lucratividade alegada. Em 2 de dezembro de 1636, Sebastião Vaz, ainda a sua frente, relatou que “o engenho dos Ilhéus deve até o dito tempo 1.042\$683”, de “8 peças que lhe mandei e uma moenda nova que custa muito”. A dívida, entretanto, tendia a aumentar, porque o estabelecimento “está falto de tudo o necessário para fazer açúcar”. A senzala, ademais, sofria baixas significativas na época, porquanto “morreram algumas [‘peças’] e, como eram poucos, sentiu-se mais a falta, por onde foi necessário comprar algumas, e ainda são necessárias mais”, prognosticou o jesuíta. Naquele ano, Vaz afirma ter adquirido “22 peças a 40\$ e a 42\$”, das quais “mandei sete para os Ilhéus, e os demais ficaram no engenho de Sergipe”.¹³⁹

Até 24 de novembro de 1638, Santo Antão governou sozinho o Santana, muito embora a pendenga sobre a herança de Mem de Sá continuasse tramitando nos tribunais da Corte. Após uma reviravolta no processo, o padre Simão de Souto Maior, de volta ao Brasil vinte anos depois de seu rapto pelos flamengos, assumiu de novo a gestão do imóvel em nome dos três legatários de Mem de Sá: os colégios jesuíticos da Bahia e de Lisboa, e a Santa Casa da Misericórdia de Salvador. Na época, o sacerdote era coadjuvado por um religioso não pertencente à Companhia de Jesus, o “padre Pedro Francisco, que sendo secular, foi feitor mor deste engenho”.¹⁴⁰ Em 19 de junho de 1640, empolgado com o que “empenhava” ao retornar, Souto Maior comunicou: “tenho-me feito lavrador e metido muitos negros em umas terras que lavro, de que se tirará muito proveito, porque nos fica todo o açúcar e o dízimo dele”. Confiante do sucesso das medidas adotadas, o inaciano não esmorecia ante os gastos realizados, porquanto: “espero em Deus que os Ilhéus nos dará muito proveito”.¹⁴¹

Não sabemos se os esforços do padre contemplaram a expectativa. A última notícia que se tem a seu respeito, daquele ano, fala sobre a aquisição de “uma sorte de terra defronte do engenho” a “Manoel de Freitas Lobo e a sua mulher Felipa Pimentel”, onde, no futuro, seria erguida a olaria do complexo. Possivelmente, a terra obtida fora usada para expansão da lavoura canavieira, nos moldes do que apregoou Souto Maior acima. Outra compra dessa natureza seria executada em 1645, pelo padre Sebastião Vaz

¹³⁸ “Descrezão da Fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brazil”, p. 782.

¹³⁹ “Carta de Sebastião Vaz para Diogo Cardim”, 02 de dezembro de 1636, ANTT, CJ, maço 69, doc. 76.

¹⁴⁰ “Carta de Felipe Franco ao padre Reitor”, 16 de janeiro de 1660, ANTT, CJ, maço 68, doc. 307.

¹⁴¹ “Carta de Simão de Souto Maior ao padre Reitor”, 19 junho de 1640, ANTT, CJ, maço 71, doc. 34.

que, na altura, superintendia o Santana a partir do Sergipe do Conde novamente: “duas sortes de terras”, vizinhas à vila dos Ilhéus, compradas “a Antônio Dormundo Pimentel e a sua mulher D. Maria de Mello”.¹⁴² As áreas negociadas nas duas tratativas pertenceram, originalmente, as sesmarias doadas a Mem de Sá e foram desmembradas em favor de lavradores que, desfazendo-se delas, venderam-nas de volta ao engenho.

Em maio de 1657, o empreendimento voltou a ter um administrador jesuíta residente, o padre Felipe Franco. O sacerdote assumira o comando do Santana em nome do Colégio da Bahia e do de Lisboa, os únicos remanescentes na pendenga pela propriedade. Em abril do ano seguinte, Franco passaria a responder unicamente a Santo Antão que, finalmente, tornara-se dono exclusivo e incontestado do imóvel.¹⁴³ Daí até 1759, ano da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, inaugurou-se uma nova fase administrativa no engenho, caracterizada pela presença contínua de inacianos residindo nele e conduzindo-o diretamente.

Durante esse período, diversos padres sucederam-se no comando da propriedade, coadjuvados por um ou dois confrades não ordenados. O sacerdote Felipe Franco governou o estabelecimento até 1674, ano em que faleceu. O seu ajudante, o irmão Manoel da Costa, assumiu provisoriamente a direção do engenho até 1676, quando foi substituído pelo padre José Teixeira.¹⁴⁴ De 1685 a 1691, o sacerdote João Rabelo administrou o Santana coadjuvado pelo irmão João Dias, o qual permaneceria no estabelecimento nessa função até 1731, colaborando na gestão dos padres superiores Luiz Veloso (1691-1701), Manoel de Figueiredo (1701-1730) e Pedro Teixeira (1730-1735).¹⁴⁵ Este último, após substituir o mais longevo administrador do engenho, redigiu um inventário minucioso, sobre o qual nos debruçaremos no próximo capítulo.

Finalmente, poderemos verificar o estado do Santana em dois momentos históricos distintos. Neste capítulo, iniciamos a discussão a partir do inventário de 1572, encerrando-a no ano de 1657, ano da aquisição definitiva da propriedade pelo Colégio de Santo Antão; e no próximo, retomaremos a história em 1730. Ao saltar no tempo, será possível examinar os efeitos concretos da administração jesuítica na propriedade, sobretudo no que se refere ao período em que esses religiosos estiverem lá como

¹⁴² “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

¹⁴³ “Carta de Felipe Franco ao padre Reitor”, 13 junho de 1661. ANTT, CJ, maço 71, doc. 40.

¹⁴⁴ “Traslado do inventário do Engenho de Santana feito pelo Irmão Manuel da Costa” (doravante: “Traslado do inventário do Engenho”), [1674], 27 de agosto de 1676, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7.

¹⁴⁵ “Carta do irmão João Dias para o padre Simão Esteves”, 19 de setembro de 1731, ANTT, CJ, maço 68, doc. 350.

residentes. Tal perspectiva só é viável na longa duração. Portanto, convidamos o leitor a nos acompanhar nessa viagem ao engenho noutra tempo.

CAPÍTULO 3: O ENGENHO DE SANTANA EM 1730

A CHEGADA

As ilhotas faceando a reentrância denunciavam a localização do engenho. Sim, chegara o jesuíta Pedro Teixeira à vila de São Jorge dos Ilhéus, finalmente, derradeira parada antes do seu destino. Como não ficar ansioso?

A viagem demorara meses. Portugal e o Velho Mundo achavam-se distantes após exaustiva travessia atlântica. Os enjoos e os temores intrínsecos ao périplo não mais o molestavam.¹ A breve estadia na cidade da Bahia, enquanto aguardava a barca que o conduziria para a povoação dos Ilhéus, ajudou-lhe a recompor as forças.² Nunca estivera tão longe de casa e tão próximo do seu propósito como agora. Apenas duas léguas fluviais, pela parte do poente, separavam o religioso do desfecho de sua jornada. A boca do rio, de águas plácidas, abria-se em boas-vindas ao forasteiro, naquele incipiente inverno de 1730.

A condução, impelida pelo vento sudeste em popa, despedira-se do mar ao passo que penetrara no estuário. Os negros manejavam-na com maestria. Ilhéus expunha-se panoramicamente à contemplação: ao sul da costa, o forte do Morro de Pernambuco, com seus canhões a guarnecer o limiar da barra e, distante, uma aldeia de indígenas; do lado oposto, o outeiro, encrespado de casas, tendo ao pé um pequeno reduto de pedra e cal, com falcões a defendê-lo.³ Teixeira, curioso, colhia-lhe as primícias de tudo; vira, ouvira e aspirara com ineditismo. À medida que a embarcação se acostava, assomavam-se ruas: a do porto, a da Matriz, a de São Sebastião, a da Cadeia, a do Colégio jesuíta, a

¹ O inaciano João Fernandes relatou ter sido acometido por longos enjoos e medos durante a sua viagem de Portugal ao Brasil, sem dar mais detalhes, em “Carta do Padre João Fernandes ao Padre Gaspar Esteves”, 12 de junho de 1735, ANTT, CJ, maço 71, doc. 111.

² O transporte da Bahia ao Santana ocorria por meio da barca do engenho. Enquanto não chegava, os inacianos costumavam aguardá-la no Colégio jesuítico da Bahia ou no Engenho Sergipe do Conde. Ver: “Carta do irmão Matheus de Souza para o padre Simão Esteves”, 30 de agosto de 1728, ANTT, CJ, maço 71, doc. 100.

³ Trata-se de um exercício de imaginação histórica e de história das sensibilidades, a partir da análise de mapas e descrições, a saber: [Luís Teixeira, séc. XVI] suposto autor, *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968, pp. 36-39; [Diogo de Campos Moreno, séc. XVII] suposto autor, *Rezão do Estado do Brasil (c. 1616)*, Lisboa: João de Sá da Costa, 1999 [orig. 1616], fls. 36-37; Autor desconhecido (séc. XVII), “Relação das Capitânicas do Brasil”, *RIHGB*, tomo LXII, Parte 1 (1900, [orig. séc. XVII]), pp. 5-34; Albernaz I, “Capitania dos Ilhéus”, p. 193.

de São Bento, a da Praça, a travessa da Matriz, a de João Souza e a de Ignácio Jorge.⁴ A vila despiá-se aos olhos do curioso estrangeiro.

O feitio dos edifícios não o arrebatou; não eram monumentais, como aqueles da Bahia, que ostentavam, barrocamente, o poderio econômico do açúcar.⁵ Sobre as igrejas, deitou olhar mais vagaroso e pio, evitando compará-las. Furtivamente, ergueu as mãos aos céus e agradeceu o fato de ter chegado são e salvo, recordando em pensamentos os apuros da viagem. Por fim, encerrou a curta prece pedindo forças para encarar o que estava por vir.

Enquanto isso, os negros que conduziam a embarcação espiavam-no calados. Teixeira, embora também os notasse, fez-se indiferente, beijou o crucifixo e percebeu, em seguida, que a malha urbana da vila de São Jorge abria-se, à direita, em quarteirões. No planalto, os logradouros amoldavam-se aos contornos do relevo; na planície, espriavam-se de modo mais regular, principalmente às ruas que rumavam em direção à residência e igreja da Companhia de Jesus, endereço dos seus confrades, dedicados sacerdotes e professores – logo os visitaria, não hoje! Cansado, só queria chegar ao seu destino. Por um instante, observou a povoação e considerou que “não era diferente da materialidade de outras” que divisara na costa brasileira, quiçá no reino: casas de alvenaria, dispostas em vias organizadas, num plano geométrico. Bom, pelo estilo, até arriscaria dizer que fora arquitetada por um inaciano, grandes especialistas no assunto à época.⁶

O inverno apenas engatinhava e, naturalmente, chuviscava de modo intermitente de um céu plúmbeo, com temperatura amena, soprada por vento suave. Contudo, do clima local e da vista do sítio no qual jazia Ilhéus, Pedro Teixeira não nos legou suas impressões inaugurais. É conhecido, no entanto, o encômio registrado por um observador do início do século XVII, o qual dizia ser “a terra fresca e de bons ares, e a povoação situada num monte muito aprazível”.⁷ A elevação elogiada, o atual outeiro de São Sebastião, também foi chamada de “Focinho de Cão”, numa referência óbvia a seu

⁴ Os nomes das ruas constam em Vigário Luiz Soares de Araujo, “Relação das povoações, logares, rios e distância, que há entre elles, na Freguezia da Invenção de Santa Cruz da Villa dos Ilhéos [1758]”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXI (1913), pp. 184-85.

⁵ Marcelo Henrique Dias, Ruana Alencar Oliveira e Iuri Dantas Andrade, “Morfologia urbana da Vila Colonial de São Jorge dos Ilhéus (Bahia-Brasil, séculos XVI a XIX)”, *Urbana*, vol. 11, nº 1 (2019), pp.149-171.

⁶ Oliveira, “Morfologia urbana e dimensão material e social da vila e cidade de Ilhéus”, pp. 208-209.

⁷ Autor desconhecido, “Relação das Capitânicas do Brasil”, p. 18.

formato avistado do mar.⁸ Na primeira metade do XVIII, época do advento do padre, o povoado, além de cobrir o morro, ocupava o seu sopé e se espalhava a derredor, “numa baixa quase junto à barra dos Ilhéus”.⁹

A embarcação não fundeu no porto da vila, dando-lhe às costas ao manobrar em direção ao meandro, singrando, contracorrente, rio acima. Teixeira voltaria ali noutro momento, não tinha pressa. Assim, apresentar-se-ia as personalidades locais e conheceria as idiossincrasias da terra; mas agora não, porque o que importava, definitivamente, era chegar.

Ao sair do golfo, o caminho estreitava-se entre a “Ilha dos Padres”, à direita, e o último pontal à esquerda.¹⁰ Naquele trecho, só podiam entrar sumacas e barcos que navegassem em duas braças.¹¹ A paisagem era – e ainda é – esplendorosa. Após a curva, o manguezal: impressionara o adventício as longas raízes emergindo das profundezas aquáticas, tais como aranhas gigantes. A floresta atlântica, vicejante e lúbrica, forrando as serras com árvores exuberantes, transpirando frescor. A cada fresta, vida: pássaros, peixes, crustáceos e mais criaturas irrompendo para desaparecer em seguida. A singular paisagem dos trópicos requestara a atenção do viajante.

O caminho, de um, tripartiu-se no encontro das águas. Três rios caudalosos, três direções distintas desfraldaram-se. À direita, o Esperança ou Fundão, o menor deles, cujo leito esticava-se, a norte, em distância de uma légua. No meio, o Cachoeira, capaz de comportar sumacas, barcas, lanchas e canoas, cuja nascente era desconhecida à época, por vir muito de dentro do continente a oeste, havendo quem inferisse que viesse das minas – qual? Não se sabe. À esquerda, outro também grande, chamado Santana, bem interiorizado, com origem, diziam-no, na baixa de dois outeiros a sudoeste. Havia vários arraiais ao longo dos três rios, em especial do terceiro, “onde os Reverendos Padres da Companhia de Santo Antão tem uma formosa fazenda de engenho”.¹²

Pedro Teixeira sabia disso, afinal rumava exatamente para lá. Adentrara pelo rio batizado em homenagem a Santa Ana, a mãe da Virgem, topônimo também legado ao engenho edificado na beira sul do flúmen, parada definitiva do inaciano naquele rincão.

⁸ [Jacinto José Paganino, 173?-1805] suposto autor, “Descrição da costa do Brasil”, <<https://urx1.com/paganino>>, acessado em 19 de maio de 2020.

⁹ Araujo, “Relação das povoações”, p. 184.

¹⁰ A Ilha dos Padres pertenceu à residência jesuítica dos Ilhéus e seria confiscada pelo coroa em 1759, após a expulsão da Companhia do Brasil, segundo Joaquim José Rodrigues, “Requerimento pedindo por sesmaria na Ilha dos Padres, no rio da vila de Ilhéus, que pertencera aos jesuítas”, 1807-1808, <<https://bit.ly/3n6OUsK>> acessado em: 2 de outubro de 2020.

¹¹ À profundidade no rio dos Ilhéus, ver: [Paganino], “Descrição da costa do Brasil”.

¹² Araujo, “Relação das povoações”, p. 184.

Velejou em sentido sudoeste por quase uma légua; cruzou por sortes de terras e ribeiras que desaguavam ao longo do curso principal; curvou a oeste e percorreu mais uma légua. Passou em frente ao esteiro que levava ao porto da engenhoca de Manoel do Xisto Ribeiro, na margem esquerda, e deu de cara com a Ilha dos Coqueiros, situada entre o manguezal e o canavial à borda do rio. Por fim, atingiu a antiga ribeira de “Santo Antônio, hoje de Teberipe, ou das Cobras”, que desaguava no fundo do pasto do Santana na beirada sul, donde se podia avistar, ao fundo, o morro chamado Granjão, no qual “o engenho quase sempre teve canas lavradas”. Na margem oposta, se podia divisar os sinais da olaria do engenho.¹³ Estamos quase lá, Pedro.

Na bagagem, ele carregava os sabores da terra natal, provimentos bastantes para um ano. Trouxera duas pipas de vinho, um barril de água ardente e outro, presenteado por seus confrades em Lisboa, com paios, presuntos e queijos; e uma barrica de bacalhau para a quaresma do ano seguinte. Prevenira-se por supor o quanto seria raro e, por isso, caro encontrar tais itens em Ilhéus e, ainda que pudesse adquiri-los na cidade da Bahia, teriam a mesma qualidade? Na dúvida, era melhor se precaver. Ademais, não tinha ideia de quando regressaria a Portugal, daí a importância das provisões avultadas. Malgrado a distância, desfrutaria de alguns gêneros de sua pátria. Transportava, além disso, duas peças de pano pardo para a confecção de roupa para os escravos e, mais importante, a procuração que o revestia de plenos poderes de administrador no Engenho de Santana. Aliás, já era possível vê-lo à margem esquerda do rio.

A lancha, movida a vela e remos, arribara ao cais. Chegara, enfim! Da terra, curiosos observavam a cena, porquanto o regresso da barca era corriqueiramente acompanhado de novidades; outros, rapidamente, se punham de prontidão para ajudar no desembarque. O forasteiro chamara a atenção dos circunstantes que, por sua vez, examinavam-no. Posto que fosse aguardada a vinda de um novo superior, como identificá-lo naquele estranho? É verdade que a indumentária negra que envergava delatava sua condição de jesuíta. Mesmo assim, podia ser confundido com um padre do colégio da vila, da aldeia ou visitador a trabalho.

Não era nada disso, todavia. O inaciano Pedro Teixeira apresentara-se ali para ocupar a direção do empreendimento, como representante de seu proprietário, o Colégio

¹³ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

de Santo Antão de Lisboa. Procuração à mão e borboletas no estomago, pisou em terras do Santana aos 23 de junho de 1730.¹⁴

O INFORME

O jesuíta Manoel de Figueiredo era administrador do Santana quando por lá desembarcou seu correligionário Pedro Teixeira. Auxiliavam-no, na condução do engenho, os irmãos João Dias e Antônio de Figueiredo, membros da companhia não ordenados. A missão do gestor em exercício alcançou fim com a vinda do novo procurador, mas, antes de Figueiredo transferir-lhe o comando, era preciso por em inventário a situação de tudo que se entregaria. Simultaneamente, o adventício inspecionava e também tomava nota do estado presente do que assumiria, a fim de conhecê-lo e, *a posteriori*, comunicá-lo ao Colégio de Santo Antão, principal interessado em sabê-lo.

Durante cerca de um mês e meio, Teixeira permaneceu na suplência observando, talvez anotando, enquanto o Padre Manoel de Figueiredo se desligava do cargo e pormenorizava a propriedade. Tratava-se de uma praxe, aliás. A mudança na administração do engenho era regularmente acompanhada da elaboração de relatórios gerais que eram enviados a Lisboa, informando as condições em que se encontrava o imóvel e suas edificações, número e condições dos escravos, caixas de açúcar, cabeças de gado etc.¹⁵ O documento era consignado, assistido ou inspecionado por ambas as partes, a que entregava o negócio e a que o recebia, de modo a garantir-lhe autenticidade.¹⁶ Após meses de exercício no cargo, o procurador investido remetia a Santo Antão informe atualizando a situação do estabelecimento, a aditar, reiterar ou contestar a realidade descrita no rol recebido no momento da posse.¹⁷

¹⁴ Sobre os provimentos que trouxera e a data da chegada do Padre Pedro Teixeira ao Engenho de Santana, ver: “As causas que tive para pedir ao Reitor do Colégio da Bahia que me tirasse daqui o irmão Antônio de Figueiredo” (doravante: “As causas”), [1731], ANTT, CJ, maço 70, doc. 469. A procuração que lhe conferia poderes sobre o engenho foi mencionada, em “Carta do padre Pedro Teixeira ao padre reitor do Colégio da Bahia, Gaspar de Faria” 12 de fevereiro de 1731, ANTT, CJ, maço 70, doc. 147.

¹⁵ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 327.

¹⁶ Exemplos em: “Traslado do inventário do Engenho”, [1674], 27 de agosto de 1676, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7; “Lista dos escravos que se tomaram para o Engenho de Sergipe do Conde”, [abril de 1745], ANTT, CJ, maço 15, doc. 25 e “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

¹⁷ A título de exemplo, ver: “Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe, feita em julho de 625”, [1625], ANTT, CJ, maço 14, doc. 52; “Papéis do padre Felipe Franco em que dá conta dos Ilhéus e do que se a de fazer no Engenho de Sergipe” (doravante: “Papéis do padre Felipe Franco”), 29 de

Os inventários das fazendas jesuíticas, por essa razão, são documentos históricos riquíssimos. Devido à acuidade de suas informações, eles podem ser comparados a uma fotografia do momento específico do cotidiano de cada uma das propriedades inacianas e permitem compreender o complexo mundo rural do século XVIII, mais especificamente, daquele vivenciado por uma ordem religiosa.¹⁸ O relatório do padre Figueiredo, redigido em 1730, encaixar-se-ia nessa descrição com certeza, assim como seria fonte elementar à reconstituição do cenário do Santana quando da assunção do seu sucessor. Mas, mesmo sabendo de sua existência, não o encontrei entre os papéis do Cartório Jesuítico, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.¹⁹

Em compensação, foi encontrado outro manuscrito oriundo dessa conjuntura, escrito por Pedro Teixeira em 1731, então administrador da propriedade havia um ano. Trata-se do informe intitulado “Estado em que achei e fez entrega do Engenho de Santana dos Ilhéus o padre Manoel de Figueiredo aos 7 de agosto de 1730” (ver Apêndice).²⁰ Embora tardio, o documento é imprescindível para mergulharmos no processo sucessório recente, uma vez que sumaria a situação encontrada pelo inaciano quando de sua chegada, bem como narra suas observações originais e reconsiderações ulteriores. As condições operacionais, a estrutura física, os bens e a população escrava do Santana foram o cerne do relato, o que permite, em primeira análise, o vislumbre dos aspectos materiais do estabelecimento. Por outro lado, a leitura atenta do mesmo revela chaves para entender a dimensão social do pensamento coevo, haja vista que a expressão individual, quer seja de si ou de algo externo, ocorre dentro de uma estrutura simbólica fornecida pela cultura.²¹

O “Estado em que achei”, nessa perspectiva historiográfica, torna-se plural, podendo ser encarado, inclusive, como um relato etnográfico. Afinal, Teixeira foi “a campo”, adentrou em território estranho e buscou imbuir-se nele, dominá-lo e retratá-lo,

setembro de 1659, ANTT, CJ, maço 68, doc. 306; “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Esteves”, 27 de julho de 1736, ANTT, CJ, maço 71, doc. 128; “Carta do padre João Corte ao padre Francisco da Guerra”, 30 de junho de 1748, ANTT, CJ, maço 69, doc. 140; e “Informe do Estado passado e presente do Engenho de Santana dos Ilhéus, ano 1753” (doravante: “Informe”), 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹⁸ O paralelo foi proposto por Márcia Sueli Amantino, “A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII” (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015), p. 33.

¹⁹ Menção ao documento consta em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

²⁰ “Estado em que achei e fez entrega do Engenho de Santana dos Ilhéus o padre Manoel de Figueiredo aos 7 de agosto de 1730” (doravante: “Estado”), 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

²¹ Robert Darnton, *O grande massacre de gatos – e outros episódios da História Cultural Francesa*, Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 17.

postura semelhante à praticada pelos antropólogos, segundo descrição de José Magnani. Para ele, o método etnográfico “não se confunde nem se reduz a uma técnica”, “é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” – e, nesse sentido, não resta dúvida que Teixeira assim o fez, à sua maneira, evidentemente.²²

A síntese da experiência foi descrita no manuscrito, aos 30 de junho de 1731, arrematado após 372 dias de vivências naquele microcosmo. O intervalo demorado, importante à maturação da observação e reflexão, ao invés de desabonar a analogia proposta, torna-a mais compatível. Afinal, a etnografia também pressupõe “um tempo prolongado dialogando com as pessoas que pretendemos entender”, “um encontrar uma ordem nas coisas e, depois, um colocar as coisas em ordem mediante uma escrita realista, polifônica e inter-subjetiva [sic]”.²³ O “Estado”, sem dúvida, originou-se de processo similar, como o leitor verificará ao desenrolar do capítulo ou, se preferir, na leitura do texto, na íntegra, conforme está no Apêndice desta dissertação.

O documento permite reconstituir e explorar um complexo arquitetônico e material extintos. A incursão ao interior do engenho é possível e terá por norte o roteiro estabelecido por Pedro Teixeira no seu informe. O padre observou, abstraiu e descreveu, no papel, o estabelecimento dividido por setores. Iniciou pela capela e, depois, percorreu sobre as “casas da morada” dos religiosos, o departamento produtivo e, por fim, a escravaria. Ao seguirmos a trilha deixada pelo religioso, objetivamos tangenciar elementos materiais e simbólicos de uma época, assim como realizar uma etnografia do documento, da produção e do redator. Mas, que fique claro: a fonte é a bússola, não o destino. Foi o Santana e sua historicidade que se intentou atingir, com efeito. Por isso, naquilo que o “Estado” foi omissos, buscou-se respaldo na bibliografia e em manuscritos semelhantes para completar e discutir a representação proposta. Entendendo o relato do informante como resultado de uma operação intelectual, interessou refletir, ainda, como a cultura modela as possibilidades dos enunciados.

A descrição da cultura material do engenho, como se notará, dominará a narrativa a seguir, ao ponto de passar a impressão de que se fala sobre um lugar vazio, quase fantasmagórico, sem dinâmica social. Mas, claro, não foi esse o caso do Santana. No início da década de 1730, o estabelecimento era ocupado e animado por mais de 200 sujeitos, cativos – em sua imensa maioria –, inacianos, agregados e trabalhadores

²² José Guilherme Cantor Magnani, “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49 (2002), p. 17.

²³ Urpi Montoya Uriarte, “O que é fazer etnografia para os antropólogos”, *Ponto Urbe*, nº 11 (2012), p. 10.

brancos livres, numa frenética roda-viva. Aqui, não será descrito esse movimento, pois se optou por uma análise sincrônica, com relógio parado, a esboçar um retrato. Trata-se, portanto, de um recurso narrativo, de escolha metodológica.

A CAPELA

Figura 4 - Capela de Santana, séc. XVI.



Fonte: DIAS, MORALES e SANTOS, 2018, p. 114 (adaptada).

A apresentação do engenho, no “Estado”, estreou pela parte do sagrado: “tem este engenho uma capela em invocação de Santa Ana, suficientemente ornada” – apontou Teixeira.²⁴ Ei-la na imagem acima, ainda que nem toda original. O sacerdote, respondendo ao que se espera de um bom devoto, não poderia entabular por outro ponto, senão pelo lugar do divino, portal entre o mundo terreno e o etéreo.

O templo fora erguido próximo ao cais e contem, atualmente, seis metros de frente e dezoito de fundo.²⁵ Teimoso, resiste à perene ação das águas fluviais na base, e às chuvaradas no teto, há longa data. Em 1730, Pedro Teixeira alertou a necessidade de “calço [no prédio] por parte do rio, que uma cheia o descalçou,” de “uma porta nova e conserto no alpendre, que está vindo ao chão”.²⁶ A ameaça de ruína perdurou até 1753, quando o “frontispício da Igreja ia desfalecendo para a parte do rio, por causa do mesmo, que o lambe, e da chuva”, conforme reportou o padre Jerônimo da Gama. O sacerdote era o intendente em exercício na ocasião e, ante o problema, mandou fazer “um paredão na mesma parte” e continuou “um adro formoso, para igualar o vácuo que

²⁴ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

²⁵ IPAC-BA, *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Monumentos e sítios do litoral sul*, Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1988, p. 246-247.

²⁶ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

fez o paredão”, lajeando-o de tijolo.²⁷ Se não fosse a obra relatada, talvez não houvesse foto para o capítulo.

Ao adentrar a ermida em 1730, Teixeira sondou os objetos sagrados dela e deu por falta de um instrumento fundamental à celebração do culto católico: o missal.²⁸ O objeto era um livro que, na cerimônia dos Santos Sacrifícios, os padres deveriam seguir irrestritamente, evitando-se, assim, dar “lugar a algum gênero de superstição”, pois era vedado “meter no discurso da Missa outras inclinações, reverências, genuflexões, ósculos, bênçãos”, tampouco dizer “coletas e orações” não previstas nele.²⁹ O manual era, destarte, um mecanismo de controle da atuação sacerdotal, bem como um roteiro uniforme para o culto católico. Por outro lado, era ferramenta de trabalho apostolar e, por isso, quanto mais didático fosse, melhor, como sugere uma encomenda feita por um inaciano domiciliado no Brasil, em 1673, ao seu confrade lisboeta: “que [o missal] seja na perfeição”, “e novo, que tenha todos os santos novos pela ordem dos meses, no corpo do missal e não em cadernos no fim, como alguns tem”.³⁰

Pedro Teixeira, encerrando a curta passagem pelo santuário, registou ser bastante seus ornamentos, mas não os detalhou. Ao se reportar a outro religioso, o jesuíta supôs ser desnecessário, contentando-se em dizer-lhe que eram suficientes. A curiosidade em descobri-los permanece, todavia. Afinal, de todas as edificações da propriedade, a capela era a que mais inspirava cuidados, como ilustrou um inventário, exarado em 1752, pelo inaciano João Cortes. Na oportunidade, objetos e alfaias foram descritos com minúcia, o que permite supor o que Pedro Teixeira teria observado em seu escrutínio inaugural. O documento, inúmeras vezes citado na dissertação, é riquíssimo em informações e serve de sucedâneo para iluminar a obscuridade do “Estado” a partir daqui.

A igreja, nos anos 1750, continha retábulo entalhado com imagem centralizada da padroeira e credências, tudo dourado. À frente, o púlpito com guarnições de jacarandá e o altar ornado com frontal entalhado, sacras, evangelhos de São João com molduras e estante para missal. Depositavam-se sobre a ara/altar, seis castiçais e lâmpada de prata, caldeirinha de bronze, gradinhas da comunhão e estrado ao

²⁷ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

²⁸ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

²⁹ Vide, *Constituições Primeiras*, p. 136.

³⁰ “Carta do padre Manoel de Oliveira ao padre Sebastião de Lima”, 13 de agosto de 1673, ANTT, CJ, maço 71, doc. 76.

chão, os dois feitos de jacarandá; sacrário com chave de prata, onde se guardavam os Santos Óleos, em vasos de estanho, dentro de duas caixinhas também da dita madeira.³¹

Os objetos de uso da religião não eram escolhidos a esmo, mas regulamentados por ordens eclesiásticas que fitavam assegurar a uniformidade do culto católico. Os Santos Óleos, por exemplo, deviam estar “em vasos distintos, decentes e limpos, com suas letras”, para evitar enganos, e, quando não fossem de prata, seriam ao menos de estanho, guardados em um armário fechado e exclusivo. Usados na administração dos Sacramentos, cada qual encerrava “singulares efeitos e significações misteriosas”; esgotando-se, podiam ser reformados “com bom azeite claro, deitando sempre menos quantidade de azeite, do que for o Óleo Sagrado”. O altar deveria ser em pedra sagrada “em que comodamente caibam hóstia, cálice e corporais sagrados”, com suas guardas, duas toalhas e “com aquela limpeza que convêm ao ministério de que servem”.³² A ermida de Santa Ana dispunha de duas aras, uma delas quebrada inclusive, mas que podia ser aproveitada para se “fazer dela outra menor”.³³

As coisas sagradas podiam ser recicladas, contanto que fossem observados os critérios regimentais. A conservação da “decência” da peça era o quesito mais importante e, na impossibilidade do seu cumprimento, dever-se-ia “queimá-la e enterrar as [suas] cinzas dentro da Igreja, ou lançar no sumidouro das pias baptismas”. Às madeiras, pedras e telhas retiradas dos templos, a reutilização só poderia ocorrer, livremente, se fossem empregadas em outro lugar religioso, do contrário deveriam ser obliteradas.³⁴ Assim, visava-se evitar o reuso dos objetos sagrados em âmbito profano ou para fins de sortilégios, como o praticado pela colona portuguesa Paula de Sequeira. Moradora da cidade da Bahia em 1591, ela confessou à Inquisição ter mandado “buscar na igreja de Villa Velha, uma pequena ‘pedra d’ara’, que, ‘moída em pó’, serviu ao marido em um ‘copo de vinho’”, com o intuito de “amansá-lo”. Tratava-se de uma das muitas receitas mágicas que circulavam na colônia a envolver objetos litúrgicos como ingredientes.³⁵

O altar da capela era forrado com toalhas de linho, com suas rendas, a evocar os lençóis que amortalharam o Corpo do Messias. Acima, posicionavam-se ídolos sagrados: um crucifixo de marfim pequeno, uma Nossa Senhora com seu manto de seda

³¹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

³² Vide, *Constituições Primeiras*, p. 28, 104, 106 e 143.

³³ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52

³⁴ Vide, *Constituições Primeiras*, pp. 263-264.

³⁵ Kaíque Moreira Léo Lopes, “Paula de Sequeira: Inquisição e Lesbianismo na Bahia Quinhentista”, *Revista Cantareira*, no. 21 (2016), pp. 67-83.

e um menino Jesus vestido em túnica com botões de ouro no cabeção, segurando, na mão esquerda, uma meia lua pequena de prata: ambas as imagens possuíam coroa forjada do mesmo metal. Em posição de destaque na mesa, localizava-se Santa Ana, adornada em manto de seda, resplendor de prata, medalha com cordão de ouro ao pescoço e, no braço esquerdo, um pequeno fio de contas de prata. Seguiam-na: Santo Antônio, abraçado ao menino Jesus, ambos com resplendores de prata e uma cruz do mesmo metal na mão direita do primeiro; São Benedito, São Ignácio e S. Francisco Xavier, todos também com resplendores de prata, e um sol argento na mão direita do último.³⁶

Além de homenagear Santa Ana, a filha Maria e o neto Jesus, o panteão do templo prestigiava um santo português (S. Antônio), um negro (S. Benedito) e os cofundadores da Companhia de Jesus (S. Ignácio e S. Francisco Xavier). O conjunto de imagens e sua disposição refletiam a ordem vigente: a sagrada família era acompanhada pela patrona que dava nome ao engenho, uma propriedade na América Portuguesa, movida por trabalho escravo negro, gerida por inacianos. A composição das santidades postas no altar, por outro lado, inspirava-se em devoções populares coetâneas. Os oratórios privados baianos continham, invariavelmente, uma imagem do Cristo crucificado, com sua cruz e calvário, Nossa Senhora da Conceição, Santana, Santo Antônio, São Francisco Xavier e alguns outros santos de especial apego dos donos da casa.³⁷

A riqueza dos adornos dos santos da igreja impressiona. Enfeitá-los com joias não era insólito, tampouco temerário, pois poucos, naqueles tempos piedosos, ousavam entrar nas capelas e roubar seus pertences.³⁸ Os ornamentos das divindades do engenho ilheense eram encomendados pelos inacianos daqui a seus pares no reino. Em 16 de agosto de 1731, Pedro Teixeira solicitou adereços para o orago do santuário e seu neto, a um confrade de Santo Antão: “vão 30 reis [...] para [a compra de] um resplendor para a Santa, uma coroa para ela e outra para o Menino Jesus”. Para que o pedido viesse adequadamente, o jesuíta enviou, junto à carta, as medidas dos homenageados: “o papelinho é a largura das 2 cabeças [e] a linha a altura das 2 imagens”.³⁹ A aquisição dos ídolos sagrados também cumpria idêntico caminho. Em 12 de setembro de 1737, o

³⁶ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

³⁷ Maria Helena Ochi Flexor, *Mobiliário baiano*, Brasília: Iphan, 2009, p. 98.

³⁸ Freyre, *Casa-grande & senzala*, p. 40.

³⁹ “Carta do padre Pedro Teixeira ao padre Simão Esteves”, 16 de agosto de 1731, ANTT, CJ, maço 68, doc. 347.

padre Antônio Fernandes, então administrador do engenho, remeteu dos Ilhéus à Corte “toras de cedro para [confeção das] imagens”, com “nove palmos cada uma”, sendo que uma era, exclusivamente, para “mandar fazer um São Benedito por Antônio de Pádua” para por no altar do templo da propriedade.⁴⁰

A veneração de santos negros era bastante difundida na colônia, mormente por carmelitas e franciscanos. A Igreja Católica, ao longo do Setecentos, trabalhou na inserção dos chamados “homens de cor” no interior da Cristandade e, para tanto, estimulou a devoção de santidades pretas, que deveriam funcionar como exemplos de virtudes cristãs para os africanos e seus descendentes.⁴¹ A maior expressão dessa piedade deu-se em torno das irmandades negras, entidades que atuavam como sociedades de ajuda mútua, em caso de doenças, prisão, fome ou morte de seus membros. Africanos de diversas nações, além de crioulos e pardos, fizeram delas uma espécie de família ritual e um espaço de relativa autonomia, em um mundo às vezes sufocante e sempre incerto.⁴² Na Bahia colonial, São Benedito foi a segunda invocação preferida nas irmandades de pretos cativos e forros, sobrepujado apenas pela incontestável Senhora do Rosário.⁴³ No Engenho de Santana, ele foi venerado por uma das duas confrarias ali existentes; a outra devotava-se à patrona da propriedade.⁴⁴

O santuário possuía lavabo, pia batismal e de água benta, a primeira em mármore e a segunda de “pedra da terra”.⁴⁵ A última localizava-se no centro da entrada principal, o que “custava o ir tomar água benta, estando gente na igreja”, informou um inaciano em 1753.⁴⁶ A menção à origem da matéria prima usada na peça servia para destacar sua procedência local, em um contexto no qual tais objetos eram invariavelmente importados de Portugal. Os lavabos, por seu turno, eram habitualmente decorados com elementos que lembravam o mar, como os golfinhos entrelaçados ou emparelhados, no corpo do móvel ou nas torneiras.⁴⁷ Em 1753, foi registada a precisão de “gradinhas entre as quais esteja a pia de batizar, conforme ordenam as Constituições

⁴⁰ “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Procurador”, Santana, 12 de setembro de 1737, ANTT, CJ, 71, doc. 142.

⁴¹ Anderson José Machado de Oliveira, “Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial”, *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, vol. 10, nº 18 (2007), pp. 355-387.

⁴² João José Reis, “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”, *Tempo*, vol. 2, nº 3 (1996), pp. 7-33.

⁴³ Lucilene Reginaldo, “Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista” (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005), p. 77.

⁴⁴ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

⁴⁵ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁴⁶ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

⁴⁷ Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 132-133.

do Arcebispado [da Bahia]”.⁴⁸ De acordo com as normas citadas, elas deviam ser bem lavradas, cobertas, capazes de se fazer batismo por imersão, com grades ao redor, fechadas a chave, com tampa e ralo que permitissem que as relíquias e panos com que se limpassem os Santos Óleos se escoassem.⁴⁹

A sacristia, ao fundo do prédio, albergava os vasos e paramentos do templo, além de ser o lugar no qual os padres tomavam as vestes do culto. À porta trancada, dentro uma janela conversadeira, alguns objetos esparsos e, em destaque, dois caixões com um par de gavetas cada, nas quais as indumentárias sacerdotais e os frontais do altar se guardavam.⁵⁰ Até parte do século XIX, o mobiliário utilizado nas igrejas, em muitos casos, não diferia do civil ou leigo, exceto pelo fato de sofrerem regulamentação episcopal.⁵¹ A presença dos arcazes na sacristia, por exemplo, foi uma imposição regimental, sob o argumento de que seria uma proteção necessária às alaias, contra o deletério clima da terra.⁵² Os próprios inicianos podem ter sido responsáveis pela confecção dessas peças, já que a Companhia de Jesus, uma ordem militar-religiosa, tinha irmãos artífices entre seus componentes.⁵³

Acondicionava-se, em um dos caixões, as abençoadas “vestiduras sacerdotais”, imprescindíveis para a realização da missa, cujas cores deveriam, quando possível, relacionar-se ao Ofício de que se rezaria no dia; não podiam estar rotas, nem indecentes.⁵⁴ Os sacerdotes do Santana dispunham das seguintes indumentárias litúrgicas: amitos de linho, três alvas, uma de linho e outra de algodão, com muita renda, para os dias de festa; cíngulos, três casulas roxas (uma de damasco e duas de cetim), duas verdes (de seda), duas brancas (de damasco) e uma vermelha (de cetim), todas com estolas e manípulos; véu, duas sobrepelizes, uma de linho e outra de renda; túnicas e opas de panículo. No outro arcaz, armazenava-se cortinas de damasco vermelho, com galões e franjas de ouro; um frontal branco de seda também com galão e franjas de ouro, um verde apenas de uma parte e roxo da outra, um com uma parte branca e outra vermelha, um totalmente verde e um de teca com ramos de ouro, que

⁴⁸ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁴⁹ Vide, *Constituições Primeiras*, pp. 27-28.

⁵⁰ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁵¹ Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 126.

⁵² Vide, *Constituições Primeiras*, p. 261.

⁵³ Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 126.

⁵⁴ Orientações para as vestes sacerdotais estão, em Vide, *Constituições Primeiras*, p. 143.

servia nas festas.⁵⁵ Os frontais ficavam na dianteira do altar e deveriam ser “decentes” e, se possível, acomodados no tom das vestes sacerdotais e cortinas.⁵⁶

As cores dos paramentos possuem significados específicos. Elas variam de acordo com o tempo litúrgico ou a solenidade que se celebra e estão presentes nas vestes, na toalha da ara e nas cortinas colocadas detrás dela. Atualmente, o branco simboliza a paz, a vitória, a ressurreição, a pureza e a alegria, e é utilizado na Quinta-feira Santa, na missa solene da Vigília Pascal do Sábado Santo e em todo o Tempo Pascal, bem como no Natal, nas festas dos santos não mártires e nas festas do Senhor, com exceção da Sexta-Feira Santa. O vermelho simboliza o amor, o sangue, o martírio e o fogo, e é utilizado no Domingo de Ramos, na Sexta-Feira Santa, no Domingo de Pentecostes, nas festas dos apóstolos, dos santos mártires e dos evangelistas. O verde simboliza a esperança e é usado em todo o Tempo Litúrgico comum, quando não há festa de um santo ou do Senhor. O roxo, por fim, simboliza a expiação e é usado nos tempos penitenciais (Quaresma e Advento), bem como nos ofícios e missas pelos fiéis defuntos. Há, ainda, o preto que simboliza o luto e é utilizado geralmente nas missas rezadas pelos mortos.⁵⁷ Essa simbologia, no entanto, nem sempre foi assim, a exemplo da última cor, que passou a ser associada a ritos fúnebres somente a partir do século XIX, exceto quando compunham as mortalhas de santos e hábitos de ordens regulares.⁵⁸

As alfaias do santuário ficavam trancados na sacristia. O acervo era composto por vaso da comunhão (com sua toalhinha de pano de linho), cálice, patena, colher, galhetas com pratinho e âmbula pequena, tudo de prata; tinha também galhetas de vidro, com seu prato de barro e turbulo, naveta, colher e caixa de hóstias de latão; toalhas do altar de linho com sua renda, bolças de corporais engomados, de cor branca, verde, roxa e vermelha; guardas de pano de linho com sua renda, palas, sanguinhos e manustérgios.⁵⁹ Os eclesiásticos responsáveis pelos templos católicos e seus paramentos sagrados estavam incumbidos de os manterem “sempre bem limpos e concertados” e a fazer inventário dos seus itens, registrando-se as informações detalhadamente em um

⁵⁵ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁵⁶ Vide, *Constituições Primeiras*, p. 143.

⁵⁷ Autor desconhecido, “Símbolos e objetos litúrgicos”, <<https://bit.ly/2X96L78>>, acessado em: 04 de junho de 2020.

⁵⁸ João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, cap. 5.

⁵⁹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

livro. O descumprimento da ordem seria penalizado em pecúnia no valor de “dez cruzados”.

A suntuosidade dos materiais que constituíam as alfaias, vestimentas e demais objetos da capela de Santa Ana é admirável. Por servirem ao culto divino e ao uso sagrado, não podiam ser de outra forma, assim como não podiam ser manuseados de modo displicente e desrespeitoso. As orientações episcopais determinavam que fossem feitos de metais e tecidos nobres, ornados para invocar a riqueza dos mistérios que representavam. Um dos requisitos obrigatórios para celebração da missa era o uso de cálice e patena de prata. O Sacerdote que descumprisse a ordem poderia “ser preso e castigado com as penas que sua culpa merecesse”.⁶⁰ A opulência dos ornamentos da igreja era imperativa e dependia, inevitavelmente, dos ganhos auferidos no engenho, por isso ela pode ser encarada também como indicador de sua rentabilidade.

A sacristia da igreja tinha acumulava, ainda, campainhas, tinas do Menino Jesus, sino de bronze, lavatório de pedra da praia e cabide de jacarandá para toalha de mão; crucifixo de marfim grande, com quatro imagens na peanha; duas cruzes de pau, uma de jacarandá e outra pintada de vermelho, e uma Nossa Senhora da Esperança, com o Menino nos braços, feita de barro. Por fim, “um esquife indigno de se por nele escravos mortos” – na opinião de quem o avaliou –, “atado em 3 ou 4 partes, para se não desmanchar todo”, acompanhado do “seu pano, com que se cobrem os defuntos”.⁶¹ Na caixa mortuária velava-se o cadáver dos cativos para, após, enterrá-los no interior da igreja, ou no seu adro. No piso da nave, “as campas das sepulturas faziam altos e baixos” e urgiam reparos contínuos, “porque a humidade que lhe vinha de um passadiço da parte do rio, em que caia a chuva do teto”, descia ao solo e apodreciam-nas.⁶²

Ser enterrado em templos católicos era normal nesse tempo, independentemente da condição social. Quando não se cabia dentro deles, sepultava-se ao seu redor do lado de fora, levando-se em consideração certa hierarquia. Os católicos criam que o derradeiro lugar de repouso deveria ser perto dos santos, e, nesse sentido, quanto mais próximo de suas imagens, mais valorizado era o jazigo. Sepultamentos nas cercanias do altar, portanto, era privilégio de pessoas de maior prestígio, enquanto uma cova no adro era menosprezada e podia ser obtida gratuitamente. Cadáveres de escravos podiam ficar no corpo da igreja, em geral na zona reservada às irmandades pretas, mas a grande

⁶⁰ Vide, *Constituições Primeiras*, pp. 143 e 260-262.

⁶¹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁶² “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

maioria de suas covas situava-se do lado de fora. A distribuição dos mortos sob o chão dos santuários refletia, com efeito, a organização social dos vivos. Sem bancos ou cadeiras na nave como hoje, fieis acompanhavam os ritos litúrgicos em pé, ajoelhados ou sentados sobre os jazigos. Os túmulos eram regulares e numerados, para evitar que fossem reutilizados prematuramente; tinham entre oito a seis palmos de fundo e eram cobertos com pedras de lioz, mármore ou madeira. Cal era com frequência jogada sobre o cadáver para facilitar o processo de decomposição antes de cobri-lo com terra.⁶³

A camada de terra e a campa, contudo, não evitavam emanções dos corpos em decomposição no subsolo. Escravos do Santana se incomodavam com o fedor, de modo que alguns se ausentavam da missa por sua causa, conforme relatou o então superior do engenho em 1753, o padre Jerônimo da Gama. O religioso registrou que as cativas “paridas, posto que andem pelo engenho, vão ao rio e etc., à missa não vão, porque dizem lhes fazer mal o cheiro dos defuntos; o mesmo dizem e fazem os que lhe tiraram algum dente e os que andam convalescendo”.⁶⁴ O sacerdote, embora não negasse a existência do odor proveniente do subterrâneo da capela, não admitia falta à celebração da eucaristia, ao compromisso com a religião.

Os cativos do Santana, sem o saber, já evocavam o móbil que corroboraria a campanha para o fim dos sepultamentos nas igrejas no século seguinte. A partir do Oitocentos, com a emergência da higiene pública, alicerçada em teorias que alertavam à possibilidade de disseminação de doenças através do ar poluído oriundo da decomposição dos corpos, apregou-se a favor da construção de cemitérios e contra a prática de enterros nas igrejas. O costume, ora atacado, alcançara proibição legal na província da Bahia, em 1836, o que resultara numa revolta popular contra a medida, a Cemiterada.⁶⁵

AS CASAS DA MORADA

A exposição continuou. Da igreja, Pedro Teixeira passou a mirar as “casas da morada” dos jesuítas, âmago do poder político no Santana.⁶⁶ O edifício era notável e, arquitetonicamente, diferenciava-se das residências portuguesas coetâneas. Aclimatado

⁶³ Reis, *A morte é uma festa*, pp. 174-176.

⁶⁴ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

⁶⁵ Reis, *A morte é uma festa*, pp. 311-318.

⁶⁶ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

e imponente, albergava mobiliário utilitário, de uma austeridade distante da opulência aristocrática reinol. A casa senhorial foi a única unidade habitacional da propriedade descrita no informe, que nada declarou sobre a senzala – conforme se verá noutra seção. O propósito, aqui, é remontar o prédio com a ajuda de outras fontes para, assim, adentrar a seu interior e desatar os comentários tecidos pelo advindo.

Os jesuítas do Engenho de Santana, em 1730, moravam em um sobrado de dois andares, erguido antes de 1674.⁶⁷ O piso térreo comportava sala grande, cozinha, refeitório e despensa; e o de cima repartia-se em duas salas, varanda, dormitórios e rouparia.⁶⁸ A residência não era habitada apenas pelos inacianos. Pedro Teixeira revela que, antes de sua vinda, “quatro raparigonas” – com idade de “13, 14, 16 anos” – “e outros tantos rapagões” dormiam “todos em casa”. Os jovens citados serviam como escravos domésticos, e elas, em especial, eram “as cozinheiras [e] as que faziam a cama”. Pernoitavam todos no andar inferior, em compartimentos separados, com meninas de um lado e meninos de outro, “mas com portas abertas de um para outro, sem terem chaves nem fechadura”. O superior Manoel de Figueiredo permitia que assim o fosse, pois “era tanta a bondade do padre, que não presumia maldade” – ironizou o forasteiro. O “costume”, disse Teixeira, “já achei torado um mês antes que viesse”, pois as mucamas foram proibidas de dormirem na casa a partir de “11 de junho de 1730”.⁶⁹

O prédio localizar-se-ia em um aclave, entre a capela dedicada à Santa Ana e a senzala, a leste do “complexo fabril” do engenho. Assim, do pavimento superior, na altura de um patamar acima dos edifícios das fábricas, os religiosos podiam vigiar seus domínios e controlar os trabalhos na moenda e alhures.⁷⁰ O próprio feitio do imóvel coadjuvava à vigilância. A casa, afirmou Teixeira, era toda “janelas e varandas abertas, e baixas”, configuração que propiciava visão panorâmica da propriedade.⁷¹ Da varanda, avistava-se capela, oficinas, senzala, olaria, atracadouro, canaviais, roças e a faina dos escravos, a ir e vir dos longes, animando a tudo.⁷² Os inacianos, enquanto assistiam a cena, podiam se sentar em cadeiras encouradas, higienizar-se em lavatório de latão, secar-se na toalha de rosto pendurado no cabide ou se hidratar com um copão de água do reservatório ali presente.

⁶⁷ “Traslado do inventário do Engenho”, [1674 e] 27 de agosto de 1676, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7.

⁶⁸ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁶⁹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

⁷⁰ Dias, Morales e Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana”, p. 111.

⁷¹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

⁷² Sobre a vista da varanda, ver: “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

As aberturas, além disso, garantiam arejamento e, principalmente, entrada de luz natural durante o dia. À noite, a iluminação ficava a cargo de candeias de ferro espalhadas por cubículos, refeitório e cozinha. Na rouparia, encontrava-se mais instrumentos do gênero: castiçal de mão, lanterna e candeias de cobre usadas em noites de labuta na moenda, recipientes abastecidos com o inflamável azeite de baleia.⁷³ As casas do Recôncavo na mesma época eram clareadas por semelhantes aparelhos. No princípio do século XIX, eles foram substituídos por castiçais com mangas de vidro, em pés dourados de metal, os quais se somariam, mais tarde, aos lustres de cristal importados da França.⁷⁴

O interior da residência era amplo, mas não agradou ao padre Teixeira: “as casas da morada, que tendo capacidade para muitos cômodos, só tem quatro cubículos e não tem uma casa, nem telha, para guardar quatro alqueires de farinha e arroz, quando Deus dá”.⁷⁵ Insatisfeito com a compartimentação do sobrado, o sacerdote preferia que fossem construídas mais repartições, convertendo espaços das áreas comuns em “cubículos” – nome particularmente dado às celas dos jesuítas – e depósito para grãos.⁷⁶ Por ocasião de sua vinda, quatro inacianos distribuíam-se entre a mesma quantidade de dormitórios existentes na habitação: além de Teixeira, continuavam no Santana o ainda superior Manoel de Figueiredo e seus auxiliares, os irmãos Antônio de Figueiredo e João Dias. Com todos os quartos lotados, carecia aposento para ulteriores visitantes. Aconselhava um inaciano, no limiar do Setecentos, que as casas de morada nos engenhos deveriam ter “seu quarto separado para os hóspedes, que no Brasil, falto totalmente de estalagens, são contínuos”.⁷⁷ O Santana, mesmo situado numa região remota e pouco demandada, recebia lá seus visitantes. Em 1753, o então administrador da propriedade protestou contra os “gastos de casa, que não são pequenos com os hospedes”.⁷⁸ A insatisfação de Pedro Teixeira em relação ao número de quartos inspirar-se-ia, nesse sentido, numa preocupação pertinente a um senhor anfitrião.

Os religiosos repousavam em catres, cada qual com seu colchão, travesseiro, cobertor de baeta ou coberta de chita. Em alguns quartos, havia bofete torneado, banca e

⁷³ Os objetos da varanda e para a iluminação estão em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁷⁴ Flexor, *Mobiliário baiano*, p. 86.

⁷⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

⁷⁶ O significado de “cubículo” é citado em Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 352.

⁷⁷ Antonil, *Cultura e opulencia*, p. 9.

⁷⁸ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

cadeiras encouradas.⁷⁹ O cubículo do administrador do engenho era distinto, todavia, pois, em comparação aos demais, guardava distinção e requinte. O leito e os outros móveis eram talhados em jacarandá e, devido a suas atribuições, albergava escrivaninha e estante com livros; havia também duas pistolas, uma grande e outra pequena.⁸⁰ As armas garantiam-lhe o sono mais seguro, intimidavam potenciais intrusos e chancelava o poder e mando senhorial. O dormitório do padre superior, destarte, acumulava as funções de arquivo, escritório, biblioteca e bastião.

As gavetas da escrivaninha acomodavam papéis importantes da propriedade, antigos e recentes. Empilhavam-se traslados de sesmarias, testamentos, inventários, sentenças e certidões; escrituras de venda, compra, doação e dívida; títulos de terras, recibos e quitações. As prateleiras da estante, por sua vez, eram peçadas de cadernos com o registro das finanças, dos visitantes, dos batizados, dos casamentos e óbitos do engenho – não há menção a cartas de alforria. Além disso, constavam livros diversos, espirituais, latinas e vulgares, históricas, morais, de humanidades e medicina. De sua câmara, o padre superior preservava e engendrava memória, bem como exercia controle intelectual e administrativo da propriedade, cuidando dos seus registros e livros, sob a égide de pistolas.

O cômodo chamado “rouparia”, mais que encerrar peças de tecido de uso doméstico, armazenava também utensílios do dia a dia, medicamentos e insumos do engenho. As coisas se distribuía em duas estantes. Em uma grande com molduras de jacarandá, guardava-se o principal da botica; na outra, distribuía-se uma miríade de objetos: copos e pratos grandes e pequenos, cálices e garrafa de vidro, ventosas, frigideiras de barro; toalhas grossas, toalhas da mesa do refeitório e de rosto, guardanapos, lençóis, fronhas, fitas, estopa, algodão, linhagem, varas de pano pardo, peças de treu para vela de barco, toldos de secar açúcar, sacos e barris com sabão; vergas de estanho, mancais de bronze, ferros, linhas de aço; candeias da moenda (de ferro e bronze), castiçal de mão de latão, lanterna, tesoura de alfaiate, limas e ralos para

⁷⁹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. Consoante Helena Flexor, chamava-se bofete os móveis mais altos e encorpados que serviam de aparador, os quais, em conjunto com as bancas, eram usados aos pares nas casas baianas oitocentistas, em corredores, passagens e vestíbulos. As cadeiras encouradas, com base de pés retos, com encosto e braços, eram de simples e fácil produção e vulgarização na Bahia da primeira metade do século XVIII. Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 108 e 115-116.

⁸⁰ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. De acordo com Helena Flexor, chamava-se “leito”, na primeira metade do século XVIII, as peças mais luxuosas e de maiores proporções, providas de balaústres e cortinado, enquanto as que não possuíam esses acessórios eram denominados “catre” ou “cama”. Ver: Flexor, *Mobiliário baiano*, p. 98.

a produção de farinha de mandioca; apetrechos para aprisionar escravos, como correntes, grilhões, ferros para pescoço e pés; espingardas e bacamartes. No aposento, ainda constava aguilhões e pedaços de liga de bronze, peças de uso na fábrica do engenho.⁸¹ A rouparia, assim como a dispensa e o refeitório, possuía fechadura, e as chaves, por uso e costume, conservavam-se nas mãos dos irmãos companheiros.⁸²

A vivenda continha três salas, duas no pavilhão de cima e uma grande no térreo, ao entrar da porta principal. As fontes sugerem exígua mobília para esses cômodos. Tal cenário parece ter sido o padrão na colônia. Os móveis das salas brasileiras do período estavam reduzidos, quando havia, a uma mesa, bancos e porta-chapéus.⁸³ Para o sobrado do Santana, foi descrita uma arca, com peças da igreja e sela de montaria com seus freios; canastra encourada e um relógio de parede, encaixado em madeira de jacarandá, com dois pesos e seu despertador.⁸⁴ A ausência de assentos indica que as salas não eram lugares de repouso, diferentemente da varanda, que dispunha de cadeiras e mais utensílios para a comodidade dos presentes. A existência de redes nas dependências da casa não foi mencionada.

O relógio citado merece destaque, haja vista que regulava a rotina cotidiana da casa. Competia ao companheiro do padre superior zelar por ele, ajustando o despertador para alarmar, ordinariamente, às cinco horas do amanhecer, para dar ensejo à primeira oração do dia.⁸⁵ A existência de relógios de parede em casas de morada coevas foi insólita. No sul de minas, por exemplo, eles só aparecerão a partir de 1850. A sua utilização, não obstante, relacionava-se mais aos costumes vigentes na Corte do que propriamente a uma mudança na noção de tempo com consequências na disciplina do trabalho. Nas fazendas, o tempo do trabalho ainda era regido pelo romper da aurora e o pôr do sol e, dependendo da atividade, poderia entrar noite adentro.⁸⁶

⁸¹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁸² “Carta do irmão Matheus de Souza ao padre Gaspar Estevens”, 23 de abril de 1738, ANTT, CJ, maço 69, doc. 175.

⁸³ Marcos Ferreira de Andrade, “Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX”, *Anais do Museu Paulista*, vol. 12 (2004), pp. 91-128.

⁸⁴ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. De acordo com Maria Helena Flexor, a canastra encourada era utilizada nas viagens, transportadas no lombo de animais; e a arca era um móvel de tampo ligeiramente abaulado que se encaixa e completa a parte superior do móvel. Ver Flexor, *Mobiliário baiano*, pp. 89, 147-149.

⁸⁵ “Ordem que em visita dou ao Irmão Companheiro atual do Padre Superior deste Engenho e aos Irmãos que lhe sucederem” (doravante: “Ordem”), 20 de outubro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 51.

⁸⁶ Andrade, “Casas de vivenda e de morada”, p. 122.

Os jesuítas domiciliados nas propriedades da companhia desfrutavam de razoável conforto material.⁸⁷ Os móveis de uso cotidiano, chamados à época de “trastes”, eram identificados como novos ou, amiúde, como bastante antigos ou desgastados.⁸⁸ Não obstante, nada era defenestrado e, sim, derradeiramente aproveitado. Às peças velhas, davam-se vários destinos: passavam-nas para as dependências menos aparatosas da residência, como a cozinha ou os aposentos de escravos; podiam, igualmente, ser vendidas para as lojas de móveis usados, ou quebradas e queimadas nos fogões como lenha.⁸⁹ A considerar os objetos descritos nas fontes, poder-se-ia afirmar que, a despeito de terem o necessário para a vida aprendida nos moldes europeus, os padres do Santana não gozavam de grande pompa no seu lar.⁹⁰ O relativo conforto material que usufruíam, contudo, não deixaria de ser invejado pela sociedade e passível de críticas.⁹¹

Transposto o salão, no térreo, adentrava-se ao refeitório. Atualmente, designamos por esse nome o local cujas refeições são feitas em conjunto com outras pessoas, como ocorre em escolas, empresas, presídios etc.⁹² No século XVIII, entretanto, o seu sentido era mais estrito. A palavra “refeitório” significava “casa de jantar nos conventos”.⁹³ Ou seja, muito embora já trouxesse a acepção de lugar de repasto comum, sua aplicação restringia-se ao âmbito das congregações religiosas. Nas moradas leigas, o espaço voltado à alimentação conjunta da família era chamado de sala de jantar.⁹⁴ No refeitório da casa-grande do Santana, os eclesiásticos lavavam as mãos com a água dos gomis, derramando-a em bacia de estanho; comiam sentados em bancos, ao redor de mesa forrada com tolha, com guardanapos a tiracolo; dispunham de sopeira e louças suficientes para pôr as porções e manuseavam talheres de prata (oito) e metal (trinta), galhetas de estanho com dois saleiros e frascos da frasqueira; matavam a sede com água fresca do pote e vinho, em garrafa de vidro, servido em copos apropriados. As paredes do recinto eram ornadas com quadros emoldurados.⁹⁵

⁸⁷ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 284.

⁸⁸ Igualmente, em Amantino, “A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro”, p. 53.

⁸⁹ Flexor, *Mobiliário baiano*, p. 84.

⁹⁰ Igualmente, em Amantino, “A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro”, pp. 53-54.

⁹¹ Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 284.

⁹² Dicio, “Refeitório”, <<https://www.dicio.com.br/refeitório/>>, acessado em 24 de junho de 2020.

⁹³ Bluteau, *Diccionario*, tomo II, p. 305.

⁹⁴ Freyre, *Casa-grande & senzala*, pp. 42 e 44; Andrade, “A casa de vivenda”, pp. 53 e 62; e Azevedo, *Engenhos do Recôncavo Baiano*, p. 100.

⁹⁵ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

As refeições dos inacianos eram preparadas e servidas pelos cativos. Além dos gêneros alimentícios disponíveis na terra, a dieta contava com provimentos vindos de Portugal, remetidos regularmente pelo Colégio de Santo Antão. Na propriedade, produzia-se feijão, arroz e farinha de mandioca, e criava-se gado, pato, caprino e galinha.⁹⁶ Do rio e dos matos, vinham peixes e caças à mesa.⁹⁷ Do reino, chegavam barris de presuntos, paios, bacalhau, sardinhas, farinha de trigo, biscoitos, açafraão e sal, acompanhados de barricas de azeite doce, vinagre, vinho (branco e tinto), azeitonas, figos, passas e uma água ardente diferente da cachaça produzida na propriedade.⁹⁸ Quando necessário, comprava-se carnes de vaca, baleia, frango ou charque na Cidade da Bahia, pois não havia talho na vila de Ilhéus.⁹⁹ Teixeira revela a existência de escravizados a assistir à cozinha e à casa, bem como de quatro mucamas que “eram as cozinheiras e as que faziam a cama”.¹⁰⁰ Mãos negras transformavam provisões em repasto, operando louças diversas, tacho pequeno, frigideira, chocolateiras, funis de flandres, espumadeira e caço, todos de cobre; tinas, espetos e aguilhão grande de ferro, fogão, forno para cozer pão e almofarizes. O abastecimento de água na cozinha provinha da furação do trado, puxado pela bomba.¹⁰¹ O fumo expelido pela chaminé do fogão a lenha toldava o sobrado e enegrecia as paredes, dando-lhe aspecto sórdido.¹⁰²

Teixeira registou que “estavam as casas pouco limpas”. A despensa, ou armazém “em que se recolhem algumas coisas de molhado”, tais como vinagre, azeite doce ou de peixe, sebo etc., encontrou-a mal-ajambrada. O inaciano soube, por terceiros, que “depois que foi desta casa o padre Luís Veloso (dizem)”, as portas da “loja” e da “despensa” se lhe não a abriam.¹⁰³ O sacerdote mencionado superintendeu o engenho até 1701, ano em que fora substituído no comando pelo padre Manoel de Figueiredo.

⁹⁶ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23 e “Carta do padre Luís da Rocha para o padre Gaspar Stevens”, [1739], ANTT, CJ, maço 69, doc. 207. Sobre as criações, ver: “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

⁹⁷ “Papéis do padre Felipe Franco”, 29 de setembro de 1659, ANTT, CJ, maço 68, doc. 306; “Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre Procurador Bento de Oliveira”, 02 e 17 de setembro e de 1713, ANTT, CJ, maço 71, doc. 97; e “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

⁹⁸ “Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre Procurador Bento de Oliveira”, 02 e 17 de setembro e de 1713, ANTT, CJ, maço 71, doc. 97; “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Procurador”, 12 de setembro de 1737, ANTT, CJ, maço 71, doc. 142 e “Carta do padre Antônio Fernandes para o padre Joseph Soares”, 13 de setembro de 1737, ANTT, CJ, maço 71, doc. 143.

⁹⁹ Sobre compra das carnes, ver “As causas”, [1731], ANTT, CJ, maço 70, doc. 469 e “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55. Sobre a ausência de açougue na Vila de Ilhéus, ver: “Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Stevens” 27 e 28 de julho de 1736, ANTT, CJ, maço 71, doc. 29.

¹⁰⁰ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁰¹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

¹⁰² “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹⁰³ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

Apoiado em seus informantes – provavelmente alguns escravos domésticos –, Pedro Teixeira sugeria que há cerca de trinta anos os cômodos ressaltados não eram limpos, ou seja, durante todo o governo do seu antecessor. A direção e limpeza da “cozinha, refeitório, despensa, rouparia e botica”, bem como “o provimento de lavatórios e de potes de água para beber”, não competiam ao padre superior, cabiam ao irmão companheiro, “mandando que os façam os serventes de casa o que lhes ordenar nestes particulares e nos mais que o tocam”. As tarefas citadas caracterizavam o “bem temporal da casa”, sob a responsabilidade, na altura, do irmão Antônio de Figueiredo.¹⁰⁴

A “loja” citada abrigou, outrora, “o tronco dos escravos” e achava-se, então, “entulhada de imundícia” e sem “serventia nenhuma”.¹⁰⁵ O termo “loja”, segundo Rafael Bluteau, referia-se em Portugal a uma “casa térrea”, isto é, a um cômodo situado no primeiro pavimento do edifício.¹⁰⁶ Para João José Reis, porém, essa repartição seria tal qual uma “espécie de subsolo que pode ser visto ainda hoje em vários sobrados antigos de Salvador, com janelinhas ou ‘óculos’, geralmente ovais ou redondos, gradeados, que dão para o nível da calçada”.¹⁰⁷ Já o “tronco”, vale frisar, era o nome dado a “prisão de madeira, com olhais, onde se prende o pé ou pescoço”.¹⁰⁸ O instrumento nefando marcou presença na maioria das casas mais abastadas da Bahia no século XVIII.¹⁰⁹ O Santana de 1730, entretantes, foi uma exceção a essa regra, situação que indignou a Teixeira, porquanto “não tem um tronco, ou casa para assegurar um negro, quando é necessário prendê-los” – alarmou o religioso. O antigo lugar do suplício não tinha, naquele momento, “serventia nenhuma”, e fora relegado à “imundícia”.¹¹⁰ A morada dos inacianos, à vista disso, configurava-se também como um espaço de negociação e conquista política por parte dos escravos.

O COMPLEXO

¹⁰⁴ “Carta do irmão Matheus de Souza ao padre Gaspar Estevens”, 23 de abril de 1738, ANTT, CJ, maço 69, doc. 175 e “Ordem”, 20 de outubro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 51.

¹⁰⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁰⁶ Bluteau, *Diccionario*, tomo II, pp. 31-32.

¹⁰⁷ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 129.

¹⁰⁸ Bluteau, *Diccionario*, tomo II, p. 495.

¹⁰⁹ Flexor, *Mobiliário baiano*, p. 86.

¹¹⁰ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. Há um tronco na casa em 1676, vide: “Traslado do inventário do Engenho”, [1674 e] 27 de agosto de 1676, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7.

O padre Pedro Teixeira nos leva a conhecer, agora, o complexo agroindustrial da propriedade, onde se amanhava o solo e se beneficiava diversos produtos sob o protagonismo da manufatura açucareira. O setor produtivo recebeu destaque no relatório do forasteiro, que adotou um tom alarmante ao expô-lo.¹¹¹

O Santana era um engenho real, e suas fábricas se situavam, provavelmente, entre o sobrado e a capela, em um declive a um nível abaixo delas. A inclinação existente na topografia teria sido aproveitada e determinou o feitio do aqueduto da propriedade. A água que tracionava a moenda provinha do rio, descia, por queda natural, pela levada, movia a roda axial e outras engrenagens presentes na casa do engenho para, por fim, escoar por uma canaleta, seguindo em direitura ao curso original.¹¹² Segundo o guia, as fábricas eram agrupadas em um mesmo edifício, em formato retangular, ordenadas de acordo as etapas da manufatura açucareira: “a casa do engenho, das caldeiras e a de purgar [são] todas contíguas, que terá [a medida de] um terço do corredor do [Colégio de] Santo Antão” – ou seja, cerca de 40 metros de comprimento.¹¹³ Teixeira analisou as estruturas e concluiu que estavam as “madeiras, pilares, paredes [e] fornalhas tudo ameaçando ruína, e o mesmo [com] o estaleiro da guinda”.

Os canaviais, a substância do açúcar, também se encontravam decadentes em 1730. Os partidos próprios achavam-se, segundo Teixeira, “mal beneficiados e alguns quase perdidos”, e só com esses podia contar o engenho, afinal “esta terra [dos Ilhéus] está acabada” e “já não há lavrador nenhum de cana” e, “algumas caninhas que plantam”, todas elas eram destiladas em aguardente nas “13 engenhocas” existentes na região, “e nós, na roda do ano, não fazemos 200 reis de aguardente”.¹¹⁴ O religioso informou, ainda, que “a maior parte das terras de cana está cansada, e esta só se pode plantar nas vizinhanças do rio para [facilitar] a sua condução para o engenho”. Afora o alegado esgotamento do solo, as plantações também padeciam com furtos dos escravos

¹¹¹ A palavra “oficina” é empregada, aqui, com a acepção de “casa onde se trabalha qualquer arte mecânica”, isto é, “todas as manufaturas” “que se não aprendem por princípios científicos”, segundo Bluteau, *Diccionario*, tomo II, pp. 66 e 129.

¹¹² Sobre a proposta de localização das oficinas e da “levada da água” do engenho, ver: Dias, Morales e Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana”, pp. 113-115 e 119.

¹¹³ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. O prédio do Colégio de Santo Antão o Novo passou a sediar, a partir de 1759, o Hospital de São José, o qual continua até hoje na mesma instalação. O edifício ocupa um quarteirão no bairro da Moraria em Lisboa, com corredor principal medindo aproximadamente 130m de comprimento, de acordo com o Google Maps Platforme, em <<https://bit.ly/3lfVwUa>> acessado em 16 de julho de 2020. Logo, dividindo 130m por 3, como recomenda Teixeira, teremos como resultado: 43,3 m.

¹¹⁴ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

e com a ação danosa da fauna ilheense: “as capivaras, que são como porcos, fazem na cana grade destruição, e aos caranguejos, em partes mais baixas, não lhe escapa nada” – apontou Teixeira. O sacerdote, no entanto, não mencionou a presença de “tapuias”, “que fazem grande estrago nos canaviais”, como comunicou seu antecessor anos antes.¹¹⁵ Em resumo, para o adventício, aquele “engenho é símbolo de homem pobre, [que] a tudo topa e com nada medra”.¹¹⁶

As consequências ambientais da exploração de dois séculos na região eram flagrantes em 1730. Com a diminuição das áreas adequadas para canaviais, os jesuítas passaram a adquirir novas terras para sustentar a oferta de matérias primas à produção. O território do Santana, nesse sentido, ampliou-se diante do esgotamento das antigas áreas nas margens dos cursos d’água, principal via para transportar as canas dos partidos à moenda. Madeiras valiosas também escassearam com o tempo, tornando-se mais ermas e raras nos domínios da propriedade.¹¹⁷ O mesmo valia para as “lenhas” que, segundo Teixeira, “já [nos] custam muito e nos é necessário mendigá-las que, as que temos nos nossos matos, estão longe do rio, donde as não podemos conduzir”.¹¹⁸ Ademais, a necessidade de escravos labutarem em áreas distantes onerava a gestão, pois eles recebiam comida cedida pelo engenho nesses dias, não consumindo víveres da sua própria lavra, e seu tempo ativo no trabalho diminuía à medida que a distância aumentava.¹¹⁹

As condições registradas pelo adventício desfavoreciam em demasia um estabelecimento açucareiro na iminência da colheita. O leitor atento há de se recordar que o jesuíta desembarcou no Santana em 23 de junho de 1730. Todo ano, no Recôncavo, entre a primeira e a segunda semana de agosto, os engenhos eram preparados para se “botar a moer”, expressão coeva que sinalizava o início da safra, clímax do calendário canavieiro.¹²⁰ As operações, nos Ilhéus, seguiam o mesmo cronograma, conforme presenciou Teixeira no segundo mês de sua estada.¹²¹ O período

¹¹⁵ “Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre procurador Bento de Oliveira”, 23 de julho de 1712, ANTT, CJ, maço 71, doc. 96

¹¹⁶ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹¹⁷ Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico”, p. 483.

¹¹⁸ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹¹⁹ Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico”, p. 483.

¹²⁰ Schwartz, *Segredos internos*, p. 96.

¹²¹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

era marcado por intensa atividade, com todos os insumos do estabelecimento aplicados e orquestrados ao ritmo da moenda.¹²²

A cana cortada era carregada do eito, em carros de bois ou barcas, à casa do engenho propriamente dito, onde era depositada para ser moída. Em 1730, o Santana possuía 47 cabeças de gado distribuídas pelos seus domínios, entre as quais 18 eram “bois de carro”, com mais 16 vacas, 9 novilhas e 4 bezerros a completar o plantel. O administrador, para andar pela propriedade, dispunha de dois cavalos com seus arreios, uma égua e uma potra. Por água, as hastes eram transportadas numa barca “em bom uso”, que também carregava a lenha que alimentaria as fornalhas, e, em terra, em dois carros de boi “velhos”. Os veículos aquáticos e terrestres eram produzidos no próprio estabelecimento. Teixeira notou mais embarcações, no atracadouro: “uma lancha da pescaria em bom uso, canoas suficientes para serventia de um ano” e “a metade de uma Sumaca que o padre [Manoel de Figueiredo] fez há 3 anos”.

As canas eram trespassadas entre os tambores da moenda de três eixos fixada na casa do engenho, cujo espaço alojava, também, “a serra d’água” e o “pilão de arroz”, mecanismos alimentados por um único aqueduto: “todos os três moem com a mesma água, mas com diversas rodas” – ressaltou Teixeira.¹²³ O esmagamento das hastes precisava ocorrer, no máximo, entre um ou dois dias após o corte, senão o seu líquido secaria ou azedaria no caule. A moenda, por isso, era abastecida ininterruptamente. O sumo extraído era recolhido em uma gamela e então corria por uma bica até um grande parol. Dali era guindado para a casa das caldeiras, onde iniciava a fase de clarificação e purificação do caldo, que era cozido, progressivamente, nas caldeiras assentadas e nas tachas sobre os dois ternos de fornalhas afrentados (um com 4 e outro com 3 bocas), passando por cada recipiente até atingir o ponto de melado.¹²⁴ Dois caldeireiros e quatro tacheiros, todos escravizados, realizavam esse trabalho, orientados por um mestre de açúcar branco, responsável por chefiar o beneficiamento do caldo e garantir sua qualidade.¹²⁵ O setor no qual ocorria essa transformação também era conhecido como “casa dos cobres”, porquanto albergava, além das caldeiras, “outros grandes vasos de cobre, como paróis, bacias e tachas”.¹²⁶ A carência e deterioração desses objetos não

¹²² Sobre o assunto, ver: Schwartz, *Segredos internos*, pp. 95-116.

¹²³ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹²⁴ A descrição sobre o tipo da moenda e das caldeiras do Santana consta em “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

¹²⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹²⁶ O esclarecimento foi feito por Antonil, em *Cultura e opulencia*, p. 73.

escapou a inspeção do advindo, que sublinhou estar a “casa das caldeiras falta de cobres miúdos [e] os mais deles incapazes”.¹²⁷

O melado era retirado das tachas e posto em fôrmas de barro, com aparência de sino, donde esfriava e transformava-se em “pães de açúcar”. Os recipientes mediam aproximadamente 77 cm de altura e 508 cm de circunferência na boca, tendo ao fundo um buraco, tapado com folha de bananeira, e podiam comportar até 3,5 arrobas de massa.¹²⁸ Quando cheios, eram levados da casa das caldeiras, para a de purgar. Nessa repartição, o cicerone disse haver “4 quartéis [de andainas], em que se põem as fôrmas em tabuões furados para este intento, para se purgar o açúcar: um estava totalmente arruinado, sem madeiras nem taboas, [e] os [outros] 3 também ameaçando ruína, com quase todas as taboas podres”. As fôrmas, “de quantos cacos achei capazes”, mal davam para confecção de 350 pães.¹²⁹ A falta delas podia colocar a perder o melado por não ter onde o colocar. O Santana produzia as suas na olaria da propriedade. A oficina, apartada das outras, situava-se “defronte ao engenho, na outra banda do rio” (Figura 3).¹³⁰ Nela, Teixeira identificou o “forno onde se faz telha, fôrmas e alguma louça para a casa: o forno estava bom, o telheiro que o cobre vindo ao chão, e o telheiro onde se obra, nem sinal havia onde fora”. O serviço na olaria ficava a cargo de um cativo especializado.

A casa de purgar, no avizinhar da safra, era o departamento mais danificado no conjunto das fábricas verificadas pelo sacerdote: “com dois lanços de parede no chão, tapados bem mal com umas taboas”; “assim estava pronta para meter o açúcar dentro” tão logo irrompesse agosto. Para piorar, “estava tão suja e tão porca, que não tenho palavras, com que o encarecer, que todo encarecimento é pouco”. Assuntado por terceiros, o inaciano soube que há 30 anos o pavilhão não era faxinado deveras: “asseguraram-me que, depois que foi daqui o padre Luís Veloso, nunca se a limpou”. O lixo era tanto, disse Teixeira, que se igualava a altura de 1 metro: “em partes, tinha perto de [uma] vara de entulho de barro, cacos, pau, mel, açúcar, de sorte que chegava o entulho a obstar; não se podia andar por baixo: caía uma forma de açúcar, ali ficava sem se poder aproveitar”. Enfático, arrematou: “tinha atoleiro de mel, que a rua mais suja e de maiores lamas em Lisboa não tinha comparação”.¹³¹ A metáfora, do outro lado do Atlântico, assustaria deveras quem a lesse. Afinal, os logradouros da corte eram

¹²⁷ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹²⁸ Schwartz, *Segredos internos*, p. 110; Antonil, *Cultura e opulencia*, p. 85.

¹²⁹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹³⁰ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹³¹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. Segundo Bluteau, “vara” era uma unidade de medida para panos, com cerca de 1,10 m. Ver: *Diccionario*, tomo II, p. 509.

famosos pelos seus fedorentos “montões de imundícias”, formados por lama, carniça e dejetos que os lisboetas deitavam fora pela janela.¹³²

O líquido descansava em seu recipiente, por cerca de duas semanas, empedrava e, então, era purgado. A parte superior do cone de açúcar, nessa fase, era comprimida, besuntada com barro e umedecida com água. O melaço e as impurezas, assim, desprendiam do pão empedernido e escorriam pelo orifício da base das fôrmas. O fluido seguia por bicas até os cochos, onde se acumulava. O número de “bicas para correr o mel” encontrado por Teixeira era insuficiente, sendo “necessário fazer muitas”, e “cochos em que se recebe o mel só quatro havia capazes, e esses bem pequenos, sendo necessários muitos mais (tinha um tanque de madeira, [...] [porém] todo estava podre); os mais cochos todos podres, causa por que todo o mel se perdia na casa”. Desses receptáculos, o melaço era conduzido às tachas para ser recozido a modo de fazer açúcar batido, ou ao alambique para produção de aguardente. O aparelho, não a toa, ficava nas adjacências, como nos informou o inaciano: “a casa do alambique, que é de madeira, está *mística* com a de purgar”.¹³³ Sobre o seu estado, o inspetor disse necessitar de conserto imediato para se “estilar a água ardente”, pois estava “toda a madeira podre [e] toda cheia de buracos”.¹³⁴

O pão cristalizava-se, entre quatro e seis semanas, e era desenformado, ao ar livre, em dia ensolarado, numa plataforma elevada chamada “balcão”. O cone, então, era fracionado, com um facão ou machadinha, segundo suas castas. A peça madura ostentava, em seu corpo, três qualidades heterogêneas de açúcar: na parte inferior, de cor escura, o “panela”; na do meio, amarronzado, o “mascavado”; e na superfície o “branco”, mais valorizado.¹³⁵ No Santana, consoante Teixeira, “o balcão de secar e coalhar o açúcar todo estava arruinado de pilares; madeiras e tabuado todo podre”, e seu conserto “depende de tijolo, pedreiro e muita madeira”.¹³⁶ Forrado com toldo, nele os pães seriam quebrados em torrões cada vez menores para remover a humidade remanescente do açúcar, que, após secar, estaria pronto para ser pesado e encaixotado.

¹³² Paulo Jorge da Costa Pereira Ferreira, “Os Almotacés de Lisboa (século XVIII)” (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, 2012), pp. 25-26.

¹³³ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. Grifo nosso: a palavra “místico” significou “contíguo” e “imediatamente”, em Bluteau, *Diccionario*, tomo II, p. 86.

¹³⁴ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹³⁵ O processo de produção do açúcar foi descrito em Schwartz, *Segredos internos*, pp. 95-116.

¹³⁶ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

O produto era, finalmente, remetido para Europa em grandes caixas de madeira, medindo de 1,8 por 0,6 metros, podendo comportar entre 35 e 40 arrobas.¹³⁷ O tabuado das embalagens era beneficiado no Santana, na casa do engenho, onde ficava a serra hidráulica, “que já não estava capaz de serrar uma taboa” sequer, de acordo com o adventício.¹³⁸ As caixas eram feitas com madeira de “araticum”, “oruçuca” e “anhuíbe” – espécies nativas da mata-atlântica –, forradas com papel e enchidas com açúcar, que, por seu turno, era pilado e compactado dentro delas.¹³⁹ Uma vez tampadas, levavam a marca do senhor e seguiam à balança na “casa do peso, onde se recolhem as caixas”. O setor, segundo Teixeira, “estava suficiente, mas com porta mal segura, muito sujo [e] entulhado, em cujo entulho achei uma barrica de breu todo metido pela terra [...], muitos pedaços de barras de ferro e um caixão de pregos, tudo comido da ferrugem e posto em esquecimento”.¹⁴⁰

A ferraria limitava, por um lado, o retângulo das fábricas, iniciado na outra ponta pela casa do engenho, em sentido leste/oeste. Além de oficina metalúrgica, a seção era um depósito, no qual se guardava ferramentas, a saber: foice, goiva, enxada, safra, bigorna, craveira, talhadeira, malho, martelo, marreta, torno, serra de mão, machado, barra de ferro, argola, trado, tenaz, lima, broca, pedra de amolar, entre outras.¹⁴¹ Nela, servia um ferreiro branco assalariado, assistido por dois negros do Santana “aplicados a este ofício há bastantes anos”.

A casa de farinha encerrou o informe sobre o parque industrial da propriedade. O sacerdote foi lacônico ao abordá-la: “tem casa de farinha onde esta se faz, mas também ameaçando ruína”.¹⁴² A localização dela, conforme Marcelo H. Dias *et al.*, seria nas cercanias da morada dos jesuítas, confrontando-se, na outra banda, com o conglomerado açucareiro.¹⁴³ Nela, é provável que o inaciano tenha constatado a “roda de água para ralar mandioca com seus ralos de cobre”, “cochos precisos para fazer farinha”, “três alguidares de cozê[-la]” (“um de cobre e dois de barro”), “13 tapetes para

¹³⁷ Para a medida das caixas e o acondicionamento do açúcar, ver: Schwartz, *Segredos internos*, p. 113.

¹³⁸ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹³⁹ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. Schwartz disse que, em geral, as caixas eram feitas com madeira de jequitibá e camaçari, em *Segredos internos*, p. 113.

¹⁴⁰ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. O breu era um betume artificial usado para untar as naus contra a chuva, segundo Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 197.

¹⁴¹ Sobre as ferramentas, ver: “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52 e “Traslado do inventário do Engenho”, [1674 e] 27 de agosto de 1676, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7.

¹⁴² “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁴³ Dias, Morales e Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana”, p. 109.

espremer a massa” e uma “urupema para coá[-la]” descritos no inventário de 1752.¹⁴⁴ A instalação era fundamental para o sustento alimentar e econômico do engenho, formando par com “o pilão de pilar arroz, que estava [...] incapaz de servir”, quando avaliado. Consoante o adventício, em 1730, o Santana “tinha roças de farinha bastante para a casa e para vender muitas” – o mesmo ocorria a outros víveres em seu tempo.¹⁴⁵

Mandioca, arroz e feijão eram cultivados na propriedade, consumidos cotidianamente pelos seus habitantes e vendidos no mercado interno colonial, sobretudo na Cidade do Salvador. A farinha de mandioca, ou “pão da terra”, como era conhecida, sem sombra de dúvida era o produto mais demandado entre os demais, porquanto foi, “até grande parte do século XIX”, “o principal gênero alimentício dos baianos”. Jeferson Bacelar e Luiz Mott informam que “todos a comiam, ricos e pobres, livres e escravos”, em seus diferentes tipos e preços, desde a fina e alva “copioba”, a grossa e amarelada “farinha de guerra”.¹⁴⁶

O engenho de Santana de Ilhéus contava com condições ambientais favoráveis que permitiam maior sustentabilidade e diversificação produtiva. A comunidade escrava nesse engenho tinha mais autonomia e poder de barganha devido ao relativo isolamento da região e à variedade de recursos alimentares disponíveis na floresta, nos rios e no mar.

Atualmente, os três alimentos citados são recorrentes e compõe também a base da comida popular do Estado da Bahia. Os escravizados do Santana, portanto, consumiam uma dieta não muito diferente da maioria dos baianos atuais, nomeadamente dos pertencentes à classe trabalhadora. A incerteza diária da presença ou não, no prato, de uma fonte de proteína animal, por outro lado, assola mais aos contemporâneos do que àqueles negros, pois eles tinham acesso à caça, pesca e, possivelmente, criações.

A SENZALA

¹⁴⁴ “Inventário feito pelo padre João Cortes”, 13 de novembro de 1752, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52. A “urupema” é uma “espécie de peneira de fibra vegetal, que serve para peneirar a farinha de mandioca, o milho, o arroz etc.”, em Dicio, “Urupema”, <<https://www.dicio.com.br/urupema/>>, acessado em 23 de julho de 2020.

¹⁴⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁴⁶ Jeferson Bacelar e Luiz Mott, *A comida baiana: cardápios de um prisioneiro ilustre (1763)*, Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 120-121.

A parte final do relatório de Teixeira foi dedicada à escravaria. Como um recenseamento, cada cativo teve listado nome, idade, origem, estado conjugal e parentesco; alcunhas, nações, cor, ofício e comentários sobre produtividade individual, estado de saúde e idiossincrasias também foram, casualmente, mencionados (ver Apêndice).¹⁴⁷ Acerca de senzala, entretanto, nada foi registrado.

Os escravizados, à época, tinham estatuto jurídico de “coisa” e, por isso, eram relacionados e avaliados juntamente com as edificações, ferramentas, trastes e outros bens que compunham o espólio.¹⁴⁸ O inaciano os elencou por último, na sequência dos itens “Gado Vacum” e “Cavalos”, numa espécie de seção destinada aos bens semoventes.¹⁴⁹ Assim, foram nominalmente catalogados, em junho de 1731, 177 dos “178 escravos” encontrados por ele um ano antes, dos quais eram, “entre velhos, moços, meninos, coxos e aleijados, a saber: 26 homens casados, 66 solteiros e 4 viúvos; 26 mulheres casadas, 11 viúvas e 45 solteiras”.

O quantitativo notabilizava-se por seu vulto, aspecto que, somado a outros elementos, garantiam à escravaria do Santana singular perfil demográfico para o período. Os indivíduos listados com mais de cinquenta anos (41) e abaixo de 13 (40) perfaziam 45,76% do seu total, o que significa que menos de 55% dos cativos estavam em plena idade produtiva – segundo os critérios que veremos abaixo. Entre os sexos, o quadro era levemente desequilibrado, com razão absoluta de 1,2 homens para cada mulher. A maior parte do contingente, ademais, era composta por “crioulos”, isto é, por negros nascidos no Brasil, o que indica que a reprodução local foi o meio básico de sua perpetuação. O parentesco consanguíneo, por conseguinte, estruturava a comunidade cativa do Santana em 1730.¹⁵⁰

A atipicidade da escravaria do engenho dos Ilhéus fica mais clara quando comparada às coetâneas da Capitania da Bahia, líder na produção açucareira setecentista. Como foi dito no capítulo 1, a maioria das propriedades canavieiras do Recôncavo possuía grupos de cativos contendo entre sessenta e oitenta indivíduos, quantidade mínima necessária, talvez, para o seu funcionamento eficaz. As suas senzalas eram compostas por grande parcela de africanos, numa média de 70%, desde 1600 até a metade do século XVIII, de modo que crioulos e pardos, aparentemente,

¹⁴⁷ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. A lista foi interpretada e discutida por Stuart Schwartz em *Segredos internos*, pp. 321-330.

¹⁴⁸ Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, Petrópolis: Vozes, 1976, p. 35.

¹⁴⁹ Consoante Bluteau, “bens semoventes são os gados, escravos”, em *Diccionario*, tomo II, p. 389.

¹⁵⁰ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

nunca ocuparam mais que um terço do seu contingente. Ainda assim, o tráfico atlântico, no qual eram transportadas poucas crianças e mulheres, foi seu principal manancial e moldou o seu perfil demográfico.

A população cativa dos engenhos baianos, portanto, foi predominantemente africana, adulta e masculina. Indivíduos acima de 50 e abaixo de 13 anos, no quadro geral, foram exceções ou minorias. Com razões de 2 ou mesmo 3 homens para cada mulher, a desproporção entre os sexos constitui-se em óbice à consecução de uma parceira. Os senhores, por sua vez, restringiam a circulação dos escravos, o que reduzia as chances deles encontrarem par em outras senzalas. Nessa conjuntura, a formação de famílias dentro do cativeiro era seriamente comprometida, e, somada às taxas de baixa natalidade e alta mortalidade escravas, o reabastecimento pelo tráfico negreiro tornou-se imprescindível e vicioso.¹⁵¹

O cenário descrito sofrerá alteração a partir da segunda metade do século XVIII, conforme aponta o estudo de Luis Nicolau Parés. O pesquisador identificou uma primeira fase de crescimento crioulo no Recôncavo a partir de 1740, seguida de uma relativa africanização demográfica na virada do século XVIII, que duraria até a interrupção do tráfico atlântico, dando lugar, por conseguinte, a uma nova fase de criouliização na segunda metade do Oitocentos. Em relação às uniões formais entre cativos, comprovou que mais de um quarto delas se dava entre africanos e crioulos, o que apontaria para a relevância da interpenetração cultural desses dois segmentos populacionais. Assim, segundo Parés, “os crioulos de primeira geração tinham uma chance maior de serem criados num ambiente familiar com pai e mãe, condizente com a transmissão de referentes culturais e linguísticos africanos, do que os crioulos de segunda e terceira geração, com uma chance maior de crescer em famílias matrifocais, onde esses referentes eram mais dificilmente perpetuados”.¹⁵²

A população negra do Santana, em 1730, assemelhava-se ao panorama exposto. Antes mesmo desse ano, ela já se encontrava organizada em grupos residenciais, dos quais 60% continham famílias duplamente chefiadas – isto é, com um pai e uma mãe adultos presentes – e compostas por crioulos em sua maioria. Nem todas essas uniões, todavia, eram sacramentadas pela Igreja, segundo o padre Teixeira. Escandalizado com a situação, o sacerdote tocou no assunto enquanto discorria sobre o estado espiritual da

¹⁵¹ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 136 e 286-314.

¹⁵² Luis Nicolau Parés, “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”, *Afro-Ásia*, n.º 33 (2005), pp. 87-132.

comunidade: “são os escravos mais mal doutrinados”, “despidos do temor de Deus” e “sendo tão grande o número [deles], são tão poucos os casados”, “de que se segue a andarem quase todos amancebados”. O eclesiástico considerou serem esses os motivos de no engenho “não haver mais criação [de negrinhos] e, a que há, tem alternativa em parir as solteiras e as casadas, e muitas, pelos não criarem, (dizem os matam)”. Da chegada de Teixeira na propriedade até a data em que redigiu o “Estado”, “nasceram de solteiras 3 [negrinhos e] de casadas [mais] 3; [porém destes] morreram 2 [e] estão se criando 4 [escravos]”. Sacrificando os bebês, as mães evitavam legar à sua prole o nefasto cativo, ao passo que boicotavam a reprodução natural do contingente escravo da propriedade, algo desejado pelos senhores em geral e por Teixeira, em especial.

A seu ver, a circunstância redundava da ausência, no Santana, de uma política que estimulasse o matrimônio na senzala, o que não era realizado pelos dois últimos superiores. Importa ressaltar que, para além de uma questão religiosa, o incentivo às alianças sacramentadas respaldava-se na notória “força positiva que as famílias estáveis poderiam ter sobre a produção dos escravos”.¹⁵³ Contudo, relata Teixeira, o padre Manoel de Figueiredo era contrário a essa prática e “defende a unhas e dentes a opinião de os não casar”, de modo que, “em 27 anos de assistência só fez 34 recebimentos, e a maior parte destes já velhos *sopeiros* e *sopeiras* corridas de quantos há” – diz Teixeira; “e o padre Luís Veloso, em 10 anos, [fez] 3” – a fonte não revela as razões que levaram os dois sacerdotes a procederem contrariamente à difusão desse sacramento tão caro à Igreja, mas o próprio Pedro Teixeira descobriria depois. Na tentativa de moralizar a situação, o sacerdote diz ter feito “várias doutrinas, práticas e admoestações em público e em particular [com os negros], exortando-os a se deixarem do mal estado e casarem[-se]”, mas percebeu, com o tempo, que, “falar-lhes em casar, é falar-lhes no Diabo”, e mesmo aqueles casais que o padre “tinha ajustado, o mesmo Diabo parece [que] os desfez” – consciência que Figueiredo e Veloso, provavelmente, já haviam adquirido antes, na prática, evitando impor o sacramento.¹⁵⁴

Os cativos eram os braços e as pernas do engenho e, nesse sentido, a capacidade produtiva deles importava mais do que sua quantidade absoluta. A inspeção do recém-chegado, evidentemente, ateu-se a esse ponto: “por velhos, achacados e incapazes serão 20, pouco mais ou menos, que não fazem nada; por meninos de 1 até 12-13 anos,

¹⁵³ Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 100.

¹⁵⁴ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23. Grifo nosso: Teixeira sugere que os casados por Figueiredo viviam juntos antes do sacramento e após manterem relações promíscuas. Sobre o significado de “sopeiro”, ver: Bluteau, *Diccionario*, tomo II, pp. 418-419.

pouco mais ou menos, [são] 39; e dos [119] que ficam, quando nos achamos no serviço [da safra], fazemos com 50 [ou] 60”.¹⁵⁵ Conquanto fosse comum à época chamar de “menino” o “homem [com] até 7 anos” de idade, Teixeira rompeu a convenção e estendeu o termo para os menores de 14 anos, o que sublinha seu entendimento sobre o limiar da maturidade. Afinal, no século XVIII, o desenvolvimento humano não era compreendido tendo em vista as etapas usadas atualmente.

A vida adulta iniciava cedo naquele tempo, seja para brancos ou negros. Pelo viés físico, o sujeito “crescido e chegado ao ponto de força e vigor” era considerado adulto – e, por isso, apto ao trabalho.¹⁵⁶ A igreja, por outro lado, estipulava uma idade para tanto, considerando como marco “os anos da discricção, que, nos homens, regularmente são aos quatorze e, nas mulheres, aos doze”.¹⁵⁷ Nessa fase, acreditava-se que a pessoa alcançava a faculdade do “discernimento do que é exato, verdadeiro, bom, em física e nas matérias prudenciais”, podendo, assim, exercer o livre-arbítrio.¹⁵⁸ Com tais faixas etárias, “homens” e “mulheres” cristãos eram autorizados, pela Santa Sé, a contrair matrimônio e serem nomeados como padrinhos.¹⁵⁹

O “envelhecimento”, por outro lado, ocorria precocemente entre os escravizados – e também, em certa medida, entre os livres. A partir dos 40 anos, alguns já eram tachados por “velhos”, o que indica a estafante condição do cativo. Inversamente, aos quinze anos, já podiam ser considerados “homens feitos”.¹⁶⁰ Teixeira registrou ao lado do nome de doze escravizados a expressão “serve nada” e, de dois, “pouco serve”. No primeiro caso, todos tinham mais de 40 anos, com exceção de duas mulheres, das quais uma, provavelmente adoentada, havia falecido recentemente, em junho de 1731. No segundo, um tinha 55 anos e a outra, com 26, foi considerada preguiçosa.

Os “velhos”, as crianças e os doentes, além de “não fazerem nada” ou “pouco servirem” – no dizer do jesuíta – demandavam cuidados de outrem, o que, logicamente, era feito por escravizados relativamente aptos ao trabalho. Como vimos acima, o inaciano disse que, dos 119 cativos capazes, na safra, a metade, no máximo, dedicava-se à lida. Com o que se ocuparia a outra parte? Ora, enquanto se cortava e processava a cana, alguém precisava zelar da alimentação de todo o contingente e, em especial, dos debilitados e dependentes. A mão de obra que poderia ser destinada aos afazeres do

¹⁵⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁵⁶ Sobre o sentido de “menino” e adulto, ver: Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 31, e II, p. 73.

¹⁵⁷ Vide, *Constituições Primeiras*, p. 37.

¹⁵⁸ Bluteau, *Diccionario*, tomo I, p. 442.

¹⁵⁹ Vide, *Constituições Primeiras*, pp. 127 e 37.

¹⁶⁰ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 308-309.

engenho era convertida, assim, em cuidado doméstico ou familiar. Tal solidariedade foi, talvez, o garante da perpetuação daquela comunidade negra e da sobrevivência dos seus elementos mais vulneráveis, mediante a constituição de uma rede de assistência que permitiu, por exemplo, a longevidade de Andreza, que “morreu de velha [em] 1731”, com 90 anos, e de Gregório, que também faleceu no mesmo período, com 75.

A maioria dos cativos era empregada no eito, e a menor parte cumpria serviços especializados, chamados “ofícios”.¹⁶¹ Tais trabalhadores eram essenciais ao beneficiamento das canas no engenho porque “a fabricação de açúcar exigia uma série de habilidades e ‘artes’”.¹⁶² A qualidade do produto dependia significativamente do esforço coordenado e técnico desses trabalhadores. O novo administrador elencou a presença de 16 oficiais à disposição da propriedade em 1730, quais fossem: um pedreiro, um oleiro, dois ferreiros, dois calafates, dois barbeiros; e os “do açúcar”, que eram dois caldeireiros e quatro tacheiros. Nessa função, também operavam três homens brancos livres, remunerados com soldadas: um ocupava a função de ferreiro e os outros dois gerenciavam o fabrico, sendo um como mestre e outro como feitor-mor. O açúcar que produziam não era bom, de modo que recebiam queixas de melhoramento, a respeito do que o próprio Teixeira nutria “pouca esperança disso [ocorrer], porque os oficiais são [péssimos] tais ou quais”. O mestre do açúcar, completou o inaciano, “é já velho e o mesmo há muitos anos, e pouco atilado”, de modo que “sofremos por necessidade, pois não há outro”. Ademais, “não há banqueiro que o ajude”, e “necessariamente [o mestre] há de dormir, [por]que é homem; [e] os oficiais fazem o mesmo, que são escravos, e tudo fazem como quem o faz ao Diabo”.

A operação nos engenhos coloniais, por ser complexa e bem suscetível a sabotagens, precisava da colaboração dos cativos. Para Eduardo Silva, a eficiência desse processo “não seria simplesmente viável sem uma negociação, um acordo sistêmico qualquer entre senhores e escravos” – algo que custou ao neófito Pedro Teixeira entender.¹⁶³ Ademais, a mudança de senhor era “um dos momentos mais dramáticos na vida de um escravo, quando tudo precisava ser renegociado, às vezes sob condições muito difíceis”.¹⁶⁴ Assim, inicialmente, o recém-chegado não obteve a obediência plena dos seus comandados, enfrentando forte resistência, cujo dissabor ficou gravado no seu

¹⁶¹ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁶² Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 94.

¹⁶³ Silva, “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia”, p. 18.

¹⁶⁴ Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”, in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 64.

parecer. Os negros do Santana, na visão do padre, eram uns “tantos diabos, ladrões e inimigos nossos [...] (especialmente as mulheres) que tenho encontrados despídos do temor de Deus e do servir que devem a quem os governa”.¹⁶⁵

As razões dessa insubordinação, para Teixeira, provinham da falta de instrução religiosa dos escravizados e do excesso de liberdade que possuíam, a exemplo dos que serviam na morada senhorial. O inaciano informa que, um mês antes da sua chegada, as cozinheiras “e outros tantos rapagões”, dormiam “uns em um [quarto], outros em outro, mas com porta abertas de uma para outro”, o que lhes facultava trânsito livre para eventuais encontros amorosos na calada da noite. A decisão de não manter os cativos trancados em casa era do antigo superior do engenho, o padre Manoel de Figueiredo, “que não presumia maldade” na circunstância – talvez porque ele, assim como os outros dois inacianos residentes, também tirassem vantagem disso, servindo-se sexualmente desses jovens.

Quando Pedro Teixeira assumiu o comando do engenho, as moças já haviam sido postas para fora da casa, permanecendo dentro apenas os “rapagões”. Contudo, “os moleques”, sem os “aconchegos” noturnos das jovens, passaram a evadir da casa à noite “pelas janelas”, para “dormir fora”, regressando “pela manhã, quando se abria a porta”. Ao saber dessas fugas, o novo superior mandou dar, exemplarmente, “a todos [os negros] uma formosa cossa de açoutes”, acreditando, assim, emendá-los e coibir futuros comportamentos incompatíveis com a moral católica. Era, portanto, um cartão de boas-vindas do novo administrador para a comunidade escrava do Santana, demonstrando-lhe que não iria consentir tais práticas. Para o restante do contingente, Teixeira prescindiu do látigo e optou pelos sermões a fim de rechaçar comportamentos que reputou indecorosos.

Contudo, as ingerências do novo administrador despertaram o sentimento de revolta coletiva nos cativos, que reagiram contra as mudanças impostas pelo padre. Insatisfeitos, os negros vingaram-se nas plantações da propriedade, devastando-as, como atesta o relato de Teixeira: “[os canaviais] têm tantos inimigos para a sua conservação, quantos são os escravos, que me vejo doido vendo os contínuos furtos e destruição que continuamente fazem assim nas canas, como nas roças [de mandioca], que nos não deixam a 3ª parte delas”. O administrador considerou que as raízes dariam “700, ou mais, alqueires de farinha” para o Santana, mas “toda roubada e comida” como

¹⁶⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

se achava, “duvido que faça 100”. Diante disso, o administrador mandou desfazer a roça para “plantar arroz”.

O sacerdote teve que lidar com a resistência dos cativos na terra e também no mar. Teixeira explica que, no Santana, havia “uma lancha”, voltada à “pescaria, com sete ou cinco escravos continuamente ocupados nela”. Desde que havia chegado no engenho, “o rendimento [do empreendimento] é pouco ou nenhum, [e] os enfados que causam [eram] infinitos”. Os negros que tripulavam a embarcação passaram a demorar, “muitas vezes, [um] mês e meio” nas suas saídas ao mar e, quando retornavam ao engenho, no entanto, vinham “sem peixe para pagar os gastos”. Segundo o jesuíta, os escravizados iam livremente “para a Bahia vender o [pescado]”, e demoravam “outro tanto tempo” para de lá voltarem.

O novo administrador objetivava fazer o Santana luzir, mas, diante de tantas “amofinações”, desanimou, por se “vê não poder conseguir o que deseja[va]”. Tolhido no seu intento pela rebeldia dos cativos, Pedro Teixeira sugeriu ao Colégio de Santo Antônio que se transportasse parte da escravaria, equipamentos e fábrica dos Ilhéus para alguma área próxima ao Sergipe do Conde, no Recôncavo, e lá fundassem um engenho, “ficando cá o resto da gente, que se podia então aplicar somente a farinha, arroz, feijão no tempo e alguma madeira, conservando um barquinho para a condução destes gêneros para a Bahia e, talvez, assim rendesse isto mais, evitavam-se muitos gastos”. Assim, “ficava-nos com mais açúcar e melhorados neste gênero [da farinha]” – bem como escapava o proponente da encalacrada em que se meteu. Afinal, Teixeira encontrava-se rodeado de tensão e rebeldia, diante de uma comunidade escrava revoltada e articulada para resistir, desobedecendo-o e boicotando sua gestão. Desesperado, o padre entregou a situação na “mão de Deus”, pois entendia que somente Dele “lhe pode vir o remédio, que eu lho não acho”.

No Santana, “mais do que energia física e disposição para o trabalho, era preciso, sobretudo, altivez e talento político por parte do administrador para lidar com a escravaria”, escreve Dias. Afinal, o sucesso no governo dos cativos dependia menos da força impressa pelos sacerdotes e mais da adesão voluntária daqueles, de modo que a “coesão daquela comunidade escrava constrangia os [jesuítas] a se resignarem aos limites que lhes cabiam na imposição de disciplinas.”¹⁶⁶ A chegada de Pedro Teixeira pôs em cheque acordos tácitos e cotidianos conquistados nas outras gestões, sobretudo

¹⁶⁶ Dias, “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico”, p. 482.

nos 27 anos em que o ex-superior, padre Manoel de Figueiredo, lá estava. O novo gestor, querendo imprimir seu mando a partir do que julgava ideal, desconsiderou a realidade concreta forjada nas negociações e lutas anteriormente vividas por aquela comunidade. Os negros do Santana, por exemplo, já tinham enfrentado a imposição da política de casamentos antes e rechaçaram-na, persuadindo os antigos superiores a deixá-los viverem relacionamentos amorosos a seu modo. Com Teixeira, viram seus combinados desrespeitados, com a imposição de uma nova ordem, alheia às benesses outrora conquistadas. Esse foi o gatilho para provocar a rebeldia dos cativos.

O informante representou a população negra do Santana de maneira sugestiva no que concerne à sua disposição familiar, residencial e espacial (ver Apêndice). A multidão fora retratada numa tabela contendo 50 nichos. Na grande maioria deles, os indivíduos se encontram associados por laços de parentesco consanguíneo, ordenados a partir do chefe familiar. Depreende-se, desse esquema, a existência de uma comunidade organizada em torno de 50 unidades familiares ou células residenciais.¹⁶⁷ A morada dos negros quiçá estivesse construída tendo essa sistemática como molde arquitetônico e espacial. O sacerdote, contudo, nada registrou a respeito.

Os escravizados do Santana, por certo, alojavam-se em choupanas no ano de 1730, dada a predominância de famílias no seio da comunidade. A inferência encontra eco no exemplo de outro empreendimento açucareiro também administrado por inacianos no século XVIII, o Engenho Velho, situado na capitania do Rio de Janeiro. A senzala do estabelecimento, em 1759, era composta por “trinta e cinco” habitações e “outras trinta e duas que eram cobertas de palha”; elas ficavam afastadas da residência mor do complexo, mas podiam ser vistas de lá, assegurando ao senhor monitorá-las de longe.¹⁶⁸

A hipótese é respaldada, ademais, na passagem de um manuscrito que descreve as moradas dos negros no engenho dos Ilhéus. Trata-se de uma avaliação acerca do “sítio da fazenda”, emitida, em 1753, pelo padre Jerônimo da Gama, então administrador do engenho. O inaciano revela que, a senzala da propriedade, invertendo o padrão altimétrico coevo, situava-se no topo de um outeiro, em cujo sopé quedava-se a residência dos jesuítas: “as casas dos escravos estão por um alto monte, como o do Castello de Lisboa, em duas ruas e meia de Leste a Oeste, [e] mais outra para a parte de

¹⁶⁷ Stuart Schwartz afirmou que “no arrolamento da escravaria feito pelo padre Teixeira, foram discriminados 57 grupos residências”, em *Segredos internos*, pp. 322-323. Em nossa análise paleográfica, identificamos apenas 50.

¹⁶⁸ Amantino, “A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro”, p. 50.

Leste” que se ia abrindo. Vigiá-las da baixa era um contínuo flexionar de pescoço para o administrador. Mas, para “algumas casas novas [que] se vão fazendo”, nem isso adiantava, “porque estão fora dos olhos do superior”.¹⁶⁹ Os escravos, por outro lado, podiam visualizar qualquer movimento nas imediações da casa de vivenda, fábricas, capela, olaria e todo o entorno do rio, antevendo a chegada de quem viesse embarcado.¹⁷⁰

O acesso a uma senzala assim requeria preparo nas pernas e tempo firme. Os logradouros no cimo do monte se comunicavam com a baixada por ladeiras íngremes, que se dissolviam durante as invernadas, embaraçando o trânsito: “as ruas em tempo chuvoso são inacessíveis e as ladeiras para elas muito piores” – reportou Jerônimo da Gama. O estorvo além de minar o controle senhorial, dificultava a observância de ações assistenciais e sacerdotais perante os enfermos ilhados em suas vivendas, pois “na situação das casas, não pode facilmente o superior acudir e administrar os sacramentos e visitá-los cada dia em tempo de chuva”. Em contrapartida, os negros, habituados à generosa pluviosidade dos Ilhéus, sabiam como trafegar pela lama evitando eventuais quedas: os “escravos se servem de bastões cumpridos para poderem andar sem cair”. “E o pobre do superior?” – retórica e pateticamente indagava-se o sacerdote. Pois bem, para sua acessibilidade, o jesuíta engendrou outro recurso: “na ladeira que há, fiz uma boa escada de tijolos à pique”. Todos os aspectos apontados fragilizavam o domínio sobre os escravos e, por essa razão, o padre Gama julgou ser o sítio do Santana “o pior que há no Brasil”.

Os cativos, mediante licença do superior, construía suas próprias casas no topo do morro. As senzalas, naturalmente, eram os edifícios menos sólidos da propriedade e, assim como a casa-grande, sofriam constantes ataques pelo flanco “leste, donde reinam mais os ventos e as grandes chuvas”.¹⁷¹ Após uma torrente típica do verão ilheense – ou em “anos em que se podem contar neles os dias que houve sol” de tão escassos –, é plausível que os barracos se danificassem e, eventualmente, desmoronassem.¹⁷² Numa situação como essa, reparos, reconstruções e realocações deveriam ser frequentes. O caráter fugaz das choupanas e o fato de serem de uso exclusivo dos negros talvez expliquem a omissão dessas edificações nos inventários.

¹⁶⁹ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹⁷⁰ Dias, Morales e Santos, “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana”, p. 116.

¹⁷¹ Até aqui, ver: “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹⁷² “Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre Procurador Bento de Oliveira”, 23 de julho de 1712, ANTT, CJ, maço 71, doc. 96.

É provável que Teixeira, em algum dia ensolarado, tenha subido pelas ladeiras do morro para tomar nota da escravaria e fazer o reconhecimento da senzala do engenho. Assim como um recenseador, o padre visitou casa por casa e perguntou a cada chefe familiar o número de moradores, parentesco, idade, origem e mais peculiaridades. O que presenciou, provavelmente, foi palhoças retangulares, medindo por volta de 3 por 2 metros, feitas de pau-a-pique, reforçadas com vigas nas quinas e nos dois lados da entrada; com teto baixo, forrado com palha ou sapé, em duas águas, caindo para os lados mais compridos da casa; sem chaminé e janelas.¹⁷³

Os 50 nichos representados no papel reverberam, talvez, o número de cabanas perfiladas ao longo das ruas que constituíam a povoação. Nesse sentido, cada célula simbolizaria uma habitação, e todas elas estariam ordenadas por contiguidade. Além disso, o número de colunas da tabela de Teixeira (dois pares e meio), distribuídas entre duas laudas, bate com a quantidade de ruas mencionadas em 1753 – com exceção da nova que se fazia. O rol, finalmente, além de censo, evidenciaria a planta da senzala.

O conjunto habitacional dos negros no Engenho de Santana foi a estrutura que mais se afastou do padrão coetâneo, entre todas as analisadas no capítulo. O seu feitio sinaliza, sem dúvida, o protagonismo exercido, cotidianamente, pela também atípica escravaria que o concebeu e o animou.

INFORMAR, AVALIAR E CLASSIFICAR

Em seu informe, transcrito na íntegra abaixo, o padre Pedro Teixeira simbolizou, com concisão a situação que arrostara quando de sua chegada no Santana. Pode-se vislumbrar, em primeiro plano, os edifícios, bens, trastes, insumos e a escravaria contida no imóvel naquele ano de 1730. Por outro lado, elementos silenciados e “estruturas mentais invisíveis” também podem ser extraídos do texto.¹⁷⁴

O inaciano buscou, a todo tempo, convencer o seu interlocutor acerca do estado de decadência material e moral em que encontrara o engenho. Assim, encarecia os desafios que teria pela frente e, por extensão, antecipava escusas para um eventual fracasso como administrador e sacerdote. Com suas críticas e denúncias ao governo do padre Manoel de Figueiredo, Teixeira delimitava os ditames de sua perspectiva gestora

¹⁷³ Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 159.

¹⁷⁴ Carlo Ginzburg, *História Noturna. Decifrando o Sabá*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 16.

ao se posicionar contra as declaradas negligências do seu confrade. Ao falar negativamente daquele, colateralmente, enaltecia-se.

O engenho, a seu ver, estava desgovernado, decrépito, imundo, com uma escravaria depravada e situado numa região açucareira falida. As metáforas e hipérboles usadas, inevitavelmente, chocam e produzem efeito dissuasório, questionando se seria válida a manutenção do negócio. Recorde-se que o religioso se reportava ao dono da propriedade, o Colégio de Santo Antão, por intermédio de seu procurador que, por certo, deve ter cogitado a respeito. Porém, ao apontar os problemas, inversamente, o adventício sinalizava os remédios, quais sejam: o Santanaurgia ser concertado, asseado, moralizado e, nas suas vizinhanças, que fossem implantados lavradores que fornecessem cana ao engenho.¹⁷⁵ Teria sido essas as diretrizes do mandato de Teixeira? A continuidade do trabalho de pesquisa, com base nas fontes não abordadas nesta dissertação, poderá revelar a resposta desejada.¹⁷⁶

Intriga, ainda, o fato do inaciano não ter mencionado nada sobre a senzala do engenho. Mas, nesse quesito, o redator não destoa dos que se incumbiram da mesma tarefa, antes e depois dele. A única exceção, como pontuado acima, foi o padre Jerônimo da Gama, que descreveu em 1753 as moradas dos negros no seu informe, ao ressaltar sua insatisfação em relação ao sítio no qual elas se instalavam.¹⁷⁷ A configuração e localização do bairro dos cativos, portanto, apareceu no documento na forma de protesto, o que pode indicar acobertamento da situação por parte dos administradores anteriores, incluindo Pedro Teixeira, e o seu desconhecimento pelo Colégio de Santo Antão.

A análise revelou, por fim, aspectos culturais do pensamento coevo ineridos na representação construída pelo informante. Ora, sabemos que “toda ação social flui através de fronteiras determinadas por esquemas de classificação”.¹⁷⁸ À luz disso, é importante ter em mente que a relatório em apreço foi produto de uma operação intelectual, o que significa dizer que o inaciano leu, abstraiu e fragmentou a propriedade para, em seguida, agrupar suas partes em classes e, enfim, sequenciá-las. Para tanto, precisou experimentar a realidade do Santana por um tempo prolongado para apreendê-la etnograficamente; dialogou com os moradores do engenho e se inteirou sobre

¹⁷⁵ “Estado”, 30 de junho de 1731, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

¹⁷⁶ Infelizmente, boa parte do material empírico que possuímos fora explorado neste estudo, sobretudo os relativos às décadas de 1730 e 1740.

¹⁷⁷ “Informe”, 13 de junho de 1753, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

¹⁷⁸ Darnton, *O grande massacre de gatos*, p. 249.

acontecimentos passados e presentes; encontrou uma ordem nas coisas e, depois, registrou-a no papel, a seu modo, numa escrita factível, polifônica e intersubjetiva.¹⁷⁹

O primeiro item arrolado pelo sacerdote foi a Capela, embaixada do divino na terra; o segundo foi a casa-grande, centro político da propriedade; e o terceiro foram os insumos da produção, alicerce da vida material. Ou seja, Religião/Poder/Trabalho, categorias que se relacionavam, concretamente, com as respectivas classes e instituições Clero/Monarquia/Escravo e Igreja/Reino/Escavidão. A sequência, como se vê, espelhava a hierarquia e a ideologia predominante na sociedade colonial. O historiador Robert Darnon explica, a propósito, que “ordenamos o mundo de acordo com categorias que consideramos evidentes simplesmente porque estão estabelecidas. Ocupam um espaço epistemológico anterior ao pensamento e, assim, têm um extraordinário poder de resistência”.¹⁸⁰

O jesuíta, portanto, orientou sua redação sobre esse tripé e projetou no papel não apenas o engenho, mas as “estruturas” de sua sociedade, isto é, “as relações simbólicas de ordem cultural”.¹⁸¹ Os negros do Santana, inclusive, foram arrolados no informe porquanto eram considerados bens à época, e o espaço destinado a eles – por último, abaixo dos animais – revela a crueldade de um sistema que classificava seres humanos como “coisas”. Ora, assim o fez Teixeira não apenas por estar em conformidade com essa ideologia, e, sim, porque era esse o lugar que sua sociedade reservava àqueles sujeitos. A classificação foi, nesse sentido, um exercício de reificação do poder vigente.¹⁸²

¹⁷⁹ Uriarte, “O que é fazer etnografia”, p. 10.

¹⁸⁰ Darnon, *O grande massacre de gatos*, p. 247.

¹⁸¹ Marshall Sahlins, *Ilhas de história*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 8.

¹⁸² Darnon, *O grande massacre de gatos*, p. 247.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos vestígios do Engenho de Santana proporciona uma visão profunda da sociedade colonial brasileira e, em particular, da economia açucareira na região dos Ilhéus. Ao término do trabalho, podemos realizar considerações sobre esse contexto histórico e suas implicações.

O Santana encampou diversas rebeliões, deflagradas da luta dos cativos por autonomia e liberdade, mesmo que limitadas, dentro do contexto brutal da escravidão. Afora esse aspecto, a longeva trajetória do “engenho das revoltas”, como ficou conhecido na historiografia, restava obscura, dada a ausência de fontes e pesquisas sobre o cotidiano administrativo desse estabelecimento.¹ Com este trabalho, dedicado unicamente ao estudo dessa propriedade em temporalidades distintas, objetivamos contribuir para o avanço do debate que a cerca, contornando o tema dos levantes, mas colaborando para contextualizá-los. Afinal, os escravizados negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema, de modo que entender a conjuntura em que essas relações encamparam-se é imprescindível para entendermos o que estava em jogo e os gatilhos da rebeldia.² Assim, averiguamos fontes novas, bem como relançamos olhar ampliado sobre documentos já explorados em trabalhos pregressos. É o caso, por exemplo, do documento disponibilizado na íntegra, em anexo, outrora examinado pelos historiadores Stuart Schwartz e Paulo de Assunção nas suas obras clássicas e, para nós, axiais.³

Destacamos, nesse sentido, o papel fundamental dos jesuítas na gestão do engenho e de aldeamentos próximos à vila de São Jorge. Embora posteriormente tenham sido expulsos do Império Português, a presença desses religiosos teve um impacto significativo na formação da cultura e nas relações sociais ilheenses, seja à frente do empreendimento açucareiro ou como evangelizadores espalhados pelo litoral da capitania. As missões indígenas e sua integração ao projeto colonial mostram como a

¹ Expressão utilizada, mormente, por Kátia Vinhático Pontes e Flávio Gonçalves dos Santos, “Reflexões sobre Áfricas e sobre o Engenho das Revoltas”, in Póvoas (org.), *Mejigã*, pp. 327-370.

² Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 7.

³ Schwartz, *Segredos internos*, pp. 321-330; e Assunção, *Negócios jesuíticos*, p. 293.

ocupação lusa na América foi acompanhada de esforços para impor valores e crenças europeias aos povos nativos.

Ademais, salientamos a transição da mão de obra indígena para a africana no Santana, com foco no inventário de 1616. Esse marco histórico reflete a expansão da indústria açucareira e a mudança nas práticas de trabalho e escravização. O cativo africano se tornou predominante na produção de açúcar no Brasil, e essa mudança teve consequências duradouras para nossa sociedade, com a formação de uma economia baseada na exploração e no sofrimento negro. Neste ponto, a fonte revelou a presença, na propriedade, de “crioulos negros do gentio de Guiné”, isto é, de negros naturais da África, nascidos ou socializados em algum espaço luso naquele continente.⁴

A pesquisa evidenciou, ainda, os desafios enfrentados pelos administradores do Santana ao longo dos anos. Vimos a ocorrência de ataques de corsários flamengos e de indígenas locais, declínios conjunturais, a escassez de recursos e rebeliões escravas. Essas dificuldades demonstram que o desenvolvimento da colonização não ocorreu sem obstáculos, mas, sim, em meio a conflitos, crises e atribulações. Nesse diapasão, a diversificação da produção do Santana, que passou a ofertar também itens ao mercado interno, revela uma estratégia de sobrevivência conduzida pelos gestores do empreendimento para lidar com as flutuações econômicas e condições locais adversas para o comércio exportador do açúcar. Essa plasticidade notabiliza a resiliência dos empreendimentos agrícolas da época.

À medida que a investigação prosseguia, aprofundamos a compreensão do contexto histórico da indústria açucareira no período colonial do Brasil, com especial ênfase na área adjacente à vila dos Ilhéus. Dessa maneira, refletimos a significância do Santana na região, tanto no âmbito econômico quanto no social, vislumbrando as metamorfoses tangíveis e simbólicas que ao longo dos séculos ocorreram na propriedade. A culminação desse processo se dará em 1730, quando o engenho assumiu, finalmente, sua forma clássica, retrato que os leitores puderam acompanhar, com ineditismo, no último capítulo.

A resistência escrava também fora contemplada na parte final dessa seção, que exibiu as tensões destampadas com a chegada do novo administrador. Devido às mudanças que queria impor, Pedro Teixeira despertou a rebeldia dos negros do Santana, que boicotaram o trabalho, destruíram plantações e levantaram-se contra a nova ordem.

⁴ “Auto de inventário”, 23 de agosto de 1616, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

O sacerdote também tentou controlar a vida conjugal dos escravos, mas enfrentou oposição também aí.

Refletimos, ainda, sobre a disposição das moradias dos escravizados, situadas no topo de um morro, que dificultava a supervisão e o acesso senhorias. A senzala da propriedade foi a estrutura que mais se afastou do padrão coetâneo. O seu aspecto inusitado sinaliza, sem dúvida, o protagonismo exercido, cotidianamente, pela também atípica e obstinada escravaria que concebeu e animou essa morada.

É evidente que ainda há muito a ser descoberto sobre o Engenho de Santana, sobretudo em relação às décadas de 1730 e 1740. Nesse recorte, o corpus documental que possuímos se avoluma, permitindo a análise do cotidiano das relações escravistas dessa propriedade – conforme esboçamos no final do terceiro capítulo –, potencial que poderá ser mais explorado em trabalhos futuros. A pesquisa histórica contínua dessa experiência será essencial para ampliar nosso entendimento das complexas interações entre diferentes grupos sociais, suas estratégias de resistência e as formas como moldaram o cenário que aqui desnudamos. À medida que novos olhares são lançados sobre esse passado, nossa compreensão da história do Brasil colonial, e dos sujeitos que atuaram nesse período, aprofunda-se, revelando aspectos muitas vezes esquecidos ou negligenciados.

A partir da experiência do Engenho de Santana, finalmente, conseguimos interpretar o processo de colonização dos Ilhéus. Ao estudarmos essa história, somos desafiados a compreender as dinâmicas socio-culturais da época, bem como suas implicações duradouras para o Brasil.

APÊNDICE

ESTADO EM QUE ACHEI E FEZ ENTREGA DO ENGENHO DE SANTANA DOS ILHÉUS O PADRE MANOEL DE FIGUEIREDO AOS 7 DE AGOSTO DE 1730.¹

Estava o engenho em vésperas de botar a moer, mas como o padre Manoel de Figueiredo não fazia tenção [de] correr com esta safra, tudo achei bem mal disposto e consertado, e sem uma colher de cal, que me foi bem necessária. Das moendas, logo começaram a cair-lhe os dentes; das fornalhas, os arcos das bocas; as tachas a furar-se, e a lenha [era] tão pouca que, na 4ª semana, foi necessário parar o engenho duas semanas para fazê-la. [Que] seja pelo amor de Deus as amofinações que me causou esta safra.

Tem este engenho uma capela em invocação de Santa Ana, suficientemente ornada, mas [que] necessita [de] uma porta nova, conserto [n]o alpendre, que está vindo ao chão, e [ser] calçada por parte do Rio, que uma cheia a descalçou. Necessita, precisamente, [de] um missal.

Tem as casas da morada que, tendo capacidade para muitos cômodos, só tem quatro cubículos, e não tem uma casa, nem telha, para guardar quatro alqueires de farinha e arroz, quando Deus dá; nem [tem] um tronco, ou casa para assegurar um negro, quando é necessário prendê-lo, por cuja causa se dissimulam muitos defeitos nos escravos, porque, prendendo-os, fogem da prisão por não a haver capaz.

Estavam as casas pouco limpas, e um armazém em que se recolhem algumas cousas de molhado, depois que foi desta casa o padre Luís Veloso (dizem), não se lhe abriu a porta que sai para fora. Nem, também, a de uma loja em que tinha o tronco dos escravos se lhe abriu mais a porta: está entulhada de imundícia, e nenhuma serventia tem.

Tem a casa do engenho das caldeiras e a de purgar todas contíguas, que terá 1/3 do Corredor de Santo Antão: madeiras, pilares, paredes, fornalhas, tudo ameaçando ruína, e o mesmo [com] o estaleiro da guinda.

¹ Para dar acesso às informações do documento, em especial, ao público leigo, optou-se pela modernização da linguagem original. Afora a ortografia, atualizamos também a sintaxe e adicionamos palavras, em colchetes, para tornar o sentido mais evidente, sem descuidar, no entanto, de preservar a integridade da fonte.

Tem na outra casa do engenho [o] engenho de serra de água, que já não estava capaz de serrar uma tábua. Tem mais na mesma casa [um] pilão de pilar arroz que estava da mesma sorte, incapaz de servir. Todas [as] três [engrenagens] moem com a mesma água, mas com diversas rodas.

A casa das cadeiras estava falta de cobres miúdos, [e] os mais deles incapazes. As tachas, sendo tão pequena a safra, à quarta semana já estava uma furada e, no fim, ficou outra no fundo como papel.

A casa de purgar tem quatro quartéis, em que se põem as formas em tabuões furados para este intento, para se purgar o açúcar: um estava totalmente arruinado sem madeiras nem tábuas [e] os [outros] três também ameaçando ruína, com quase todas as tábuas podres, e para engenhar tábuas para 326 formas que fiz [n]esta primeira safra, custou-me muito. Para a que vem, que [será] dobrada (se Deus favorecer com o tempo!), bem se deixa ver o que lhe é necessário.

Formas para ajustar às 326, usei de quantos cacos achei capazes, e como estas em cada safra se quebram muitas, bem se deixa ver as que serão necessárias para a que vem, que é de 500 para 600 [pães de açúcar].

Cochos em que se recebe o mel só quatro havia capazes, e esses bem pequenos, sendo necessários muitos mais (tinha um tanque de madeira que fez o padre Manoel de Figueiredo, [mas] botou-lhe mel o primeiro ano todo [e] o perdeu, e quis me persuadir, com a sua santa sinceridade, que estava capaz, não usando ele mais dele por incapaz. Vou registrá-lo, todo estava podre.). Os mais cochos todos podres, causa por que todo o mel se perdia na casa [de purgar]. Bicas para correr o mel também me foram necessárias, sendo tão poucas, fazer muitas.

A casa do alambique, que é de madeira e está mística com a de purgar, foi necessário consertá-la logo toda a madeira podre, toda cheia de buracos. A de purgar, com dois lanços de parede no chão tapados, e bem mal, com umas tábuas. E assim estavam prontas para meter o açúcar dentro, e estilar a aguardente.

A casa de purgar estava tão suja e tão porca que não tenho palavras com que a encarecer, que todo encarecimento é pouco. Asseguraram-me que, depois que foi daqui o padre Luís Veloso, nunca se a limpou. Gastei três semanas com 15 pessoas a limpá-la. Em partes, tinha perto de [uma] vara de entulho de barro, cacos, pães, mel [e] açúcar, de sorte que chegava o entulho a obstar, e não se podia andar por baixo: caía uma forma de açúcar, ali ficava sem se poder aproveitar. A mim me caíram três com uma tábua, todo o

açúcar aproveitei e se não estivesse limpo, lá ficava. Tinha atoleiro de mel que a rua mais suja e de maiores lamas em Lisboa não tinha comparação. A todos os que conheciam a casa, parece bem esta limpeza, [mas] só o padre Manoel de Figueiredo lhe fez focinho.

O balcão de secar e coalhar o açúcar todo estava arruinado de pilares, madeiras e [o] tabuado todo podre. Remediei como pude para a safra passada e, para a que estamos, fora o mesmo, porque depende de tijolo, pedreiro, e muita madeira – que não foi possível vencer este ano.

Tem casa do peso onde se recolhem as caixas. Esta estava suficiente, mas com porta mal segura e muito suja e entulhada, em cujo entulho achei uma barrica de breu toda metida pela terra, que aproveitei; [e] muitos pedaços de barras de ferro e um caixão de pregos, tudo comido da ferrugem e posto em esquecimento.

Tem casa da ferraria contígua a do peso, com um lanço de parede todo no chão. Tem casa de farinha, onde esta se faz, mas também ameaçando ruína.

Também [tem] forno de telha onde se faz estas formas e alguma louça para [a] casa. O forno estava bom, [mas] o telheiro que o cobre vindo ao chão. O telheiro onde se obra, nem sinal havia onde fora.

Tem uma lancha da pescaria em bom uso, canoas suficientes para serventia de um ano, uma barca de carregar a cana e lenha para o engenho em bom uso, [e] a metade de uma sumaca que o padre fez ha três anos.

Tinha dois carros velhos, [os quais], [quando] acabada a safra, [estavam] incapazes de mais servir.

Roças

Tinha roças de farinha bastante para a casa e para vender muita se os escravos continuamente a não estivessem furtando, que mais da metade que plantamos é sua. A este gênero se aplicou bastantemente o padre Manoel de Figueiredo que, só em 27 anos, derrubou mais matos para farinha que quantos tem estado aqui desde o princípio. O rendimento dela constará das duas contas.

Canaviais

Tinha Canaviais, [n]esta safra passada, que deram 325 [pães] que há muitos anos não deram tantos. Tem, para a que estamos fazendo, canaviais para 300 [e] até 600 pães, como consta das suas contas, mas os mais deles mal beneficiados e alguns quase perdidos por não se poder acudir a eles ou por ser demasiado o cuidado das farinhas e pouco nas canas de que o Padre Manoel de Figueiredo não era muito devoto.

Gado Vacum

[O padre Manoel de Figueiredo] entregou, no engenho e na fazenda da Esperança, 30 cabeças de gado: 18 bois de carro, 6 vacas, 4 novilhos e 2 novilhas. Na Getimana (terras que diz comprou para pasto de gado), do gado que diz tinha de sociedade com seu irmão, 17 cabeças, a saber: 10 vacas novas e velhas, 3 novilhos e 4 crias, que tudo soma 47 cabeças. Mais na Getimana: uma potra e uma égua que servia, e serve, de andar na enghoca que o irmão [do padre] lá tem de aguardente.

Cavalos

Cavalos: dois no Engenho com seus arreios, *Iper hoc fenita sunt viventia quadrupedia.*

Escravos

Entregou 178 escravos entre velhos, moços, meninos, coxos e aleijados que são outros tantos diabos, ladrões e inimigos nossos. A saber: homens casados 26, solteiros 66, viúvos 4; mulheres casadas 26, viúvas 11 e solteiras 45. Destes, por velhos, achacados e incapazes, serão 20, pouco mais ou menos, que não fazem nada; por meninos de 1 até 12-13 anos, pouco mais ou menos, [são] 39 e, dos que ficam, quando nos achamos no serviço, [são] com 50 [ou] 60 [os que] fazem[-no].

São os escravos mais mal doutrinados, ladrões desavergonhados (especialmente as mulheres) que tenho tratado despídos do temor de Deus e do servir que devem a quem os governa. Mal que há de ser se a criação e doutrina era cercarem continuamente em casa 4 raparigas – entravam umas, saíam outras, e as últimas que saíram eram de 13, 14, 16 anos, estas eram as cozinheiras, as que faziam a cama – e outros tantos

rapagões, dormindo todos em casa, uns em uma casa, outros em outra, mas com porta abertas de uma para outra, sem as portas terem chaves, nem fechaduras. E era tanta a bondade do padre, que não presumia maldade, costume que, pela bondade de Deus, já achei torado um mês antes de vir para este engenho, pelo reverendo padre Manoel Dias, visitando este engenho em visita de 11 de junho de 1730.

E, agora, os moleques que servem em casa, como não têm dentro dela estes aconchegos, eram raras as noites que não saltassem pelas janelas e fossem dormir fora e pela manhã, quando se abria a porta, já estavam dentro, porque as casas tudo são janelas e varandas abertas e baixas. Há bem poucos dias, quando isto escrevo, que soube destas saídas. Dei-lhe a todos uma formosa cossa de açoutes; veremos a emenda, que tal é.

Sendo tão grande o número dos escravos, são tão poucos os casados, porque o padre Manoel de Figueiredo defende a unhas e dentes a opinião de os não casar. Em 27 anos de assistência, só fez 34 recebimentos e, a maior parte destes, já velhos sopeiros e sopeiras, corridas de quantos há; e o padre Luís Veloso, em 10 anos, [fez] 3, de que se segue a andarem quase todos amancebados e não haver mais criação, e, a que há, tem alternativa em parir as solteiras e as casadas, e muitas pelos não criarem, (dizem os matam).

Fiz-lhes várias doutrinas, práticas e admoestações em público e em particular, exortando-os a se deixarem do mal estado e casarem. Falar-lhes em casar [porém], é falar-lhes no Diabo. E alguns que [eu] tinha ajustado, o mesmo Diabo parece [que] os desfez. Desde julho de 1730 até julho de 1731, nasceram de solteiras 3 [e] de casadas 3; [destes] morreram 2 [e] estão se criando 4 [escravos].

[O padre] entregou, em dinheiro, 12U640 reis. Em dívidas, que devem ao engenho, cobráveis mais tarde, 591U330 reis. Dívidas que deve [o] engenho 273U350.

Escravos

Idades

Idades

Alberto, mulato.....	50	Felipe.....	60
Maria Rosa, sua mulher, mulata.....	45	Rosália, sua mulher.....	30
Ignácio, seu filho, solteiro, doente.....	20	José, seu filho.....	03
Justina, sua filha, solteira.....	16	Ana, sua filha.....	02
Esperança, viúva, serve nada.....	80	Antônio, congo, viúvo.....	70
Estanislau.....	40	Martinho, seu filho, solteiro.....	24
Mariana, sua mulher, serve nada, preta maldita.....	40	Josefa, sua filha, solteira.....	22
Lázaro, seu filho.....	12	Jerônima, mulata, filha da mulher.....	17
Ana, sua filha, 1731.....	01	Antônia, mulata, irmão da dita.....	12
Francisco roldão, solteiro.....	25	Eva, sua neta ilegítima.....	10
Cosme.....	26	Manoel, seu neto.....	11
Páscoa, sua mulher.....	21	Úrsula, crioula, solteira.....	28
Ignácio, seu filho, 1730.....	02	Raimundo, seu filho.....	09
Francisco, solteiro.....	20	Arcângela, sua filha.....	05
Micaela, solteira.....	18	Marcelino, seu filho – 1730 –.....	01
Gregório, solteiro.....	19	Pedro.....	35
Narcisa, mulata.....	14	Custódia, sua mulher.....	50
André, todos irmãos de Cosme.....	10	Gregório, morreu em 1731.....	75
Policarpo.....	30	Lauriana, sua mulher, serve nada.....	50
Maria, sua mulher, serve pouco, preta preguiçosa.....	26	Policarpo, solteiro.....	19
Martinha, sua filha.....	10	Ambrósio, solteiro.....	18
Marcos, solteiro.....	25	Benedita, solteira.....	16
Duarte, solteiro ambos irmão de Policarpo.....	21	João, todos filhos dos ditos.....	12
Damião, solteiro, serve pouco.....	55	Flávio, solteiro.....	50
Bernarda, viúva.....	50	Pantaleão, viúvo.....	45
Bento, mulato, seu filho.....	18	Constantino, seu filho.....	09
Manoel.....	50	Frederico.....	60
Severina, Geija, sua mulher, preguiçosa.....	30	Polônia, sua mulher, faz filhos, cria-os e nada mais.....	44
Mariana, solteira, morreu (1731).....	24	Pedro, solteiro.....	22
Rosa, Geija, solteira.....	25	Maria, solteira.....	18
Marcela, solteira, angola.....	50	Andreza.....	12
Agostinho, solteiro.....	65	Manoel.....	10
Maria, comprada de pouco, morreu 1731.....	30	Miguel.....	07
Mathias.....	55	Daniel.....	04
Beatriz, sua mulher.....	50	Caetano, 1731.....	01
		Severina, solteira, todos filhos.....	25
		Damásia, filha de Severina.....	06
		Domingos, gago, solteiro.....	60

Escravos	Idades	Idades	
Martha, viúva, serve nada.....	56	Sebastião, solteiro.....	45
Rodrigo, seu filho, solteiro.....	22	Paulo.....	44
Isabel, sua neta.....	10	Domingas, sua mulher, doente.....	42
Caetano.....	35	Bonifácio, solteiro, filho de Paulo.....	19
Natália, sua mulher, boa saúde, serve nada.....	28	Antônio, seu filho, morreu [em] 1731.....	18
Rosa, solteira.....	22	Bartolomeu, solteiro.....	30
Barnabé, solteiro, seu irmão.....	17	Pedro.....	48
Antônio.....	36	Magdalena, sua mulher.....	56
Joanna, Geija, sua mulher.....	28	José, solteiro, filho de Magdalena.....	21
Ignácio, ilegítimo filho da dita.....	06	Cristina, viúva.....	42
Manoel, barbeiro, serve nada.....	60	Ângela, sua filha, solteira.....	23
Maria, solteira.....	27	Francisca, sua filha.....	17
Félix, solteiro.....	21	Marcelina, sem um braço, solteira.....	28
Mariana, solteira.....	14	Maria, Ganguela, viúva; foi boa negra....	75
Isidoro, todos filho do dito.....	12	Pedro, comprado de pouco, solteiro.....	30
Anastácia, solteira.....	40	João, veaquem.....	60
Benedito, mulato, seu filho.....	16	Maria, sua mulher, serve nada.....	55
Brás, mulato, sobrinho; mandei-o para Sergipe a curar-se.....	21	Francisco das Minas.....	60
Manoel, solteiro.....	45	Antônia, sua mulher.....	43
Gonçalo, solteiro.....	50	Manoel, seu filho.....	12
Paschoal metre carpinteiro.....	65	Doroteia, sua filha.....	10
Vicência, sua mulher	50	Alexandre.....	66
Marcelino.....	55	Inácia, sua mulher.....	59
Cecília, sua mulher, serve nada.....	50	Cláudio, solteiro.....	28
Bárbara, sua filha, solteira.....	18	Ignácio, solteiro.....	25
Luzia, sua filha.....	12	Amaro, solteiro, seus filhos.....	18
Antônio, solteiro.....	22	Marcos.....	34
Jacinto, solteiro.....	17	Caetana, sua mulher.....	30
Vicente, solteiro.....	17	Quitéria, filha de Caetana.....	08
Andreza, morreu de velha [em] 1731.....	90	Páscoa, viúva.....	44
Arcângela, viúva.....	50	Josefa, sua filha, solteira.....	20
Romão, solteiro.....	22	Estevão, seu filho, solteiro.....	16
Clemente.....	50	Luís, seu filho.....	10
Luiza, sua mulher.....	55	Maria, sua filha.....	06
Francisca, filha de clemente.....	09	Cristóvão, solteiro, comprado em <u>1729</u>	
		Continuamente anda fugido.....	35

Maria, solteira.....25	Oficiais
Pedro da serra, solteiro.....46	Um carpinteiro das moendas.
Ventura.....60	Dois aprendizes.
Caterina, sua mulher.....46	Ferreiros
Thomas.....23	Dois que estão aplicados a este ofício há
Domingas, sua mulher.....20	bastantes anos, não sabem nada. Servem
Carlos, seu filho.....02	[n]este ofício com um mestre branco a
Joaquim, viúvo.....58	quem pago 40 reis por ano.
Rosália, sua filha, serve nada, morreu [em]	Oleiros
1731.....22	Um oleiro.
Francisco, trombota.....54	Dois Calafates.
Maria, sua mulher, serve nada.....45	Oficiais do Açúcar
Xavier, seu filho.....12	Dois caldeireiros: um velho, já não presta
Ignácio, seu filho.....06	para nada.
José, Pambé, honra dos casados.....60	Quatro tacheiros: dois não prestam para
Graça, sua mulher.....45	nada, tanto pelos anos, como por saberem
João, solteiro.....24	pouco disto.
Natália, solteira.....18	Um pedreiro, que não sabe nada, mas é o
Domingos.....16	que bem ou mal tapa os buracos.
Dionísia.....12	Dois barbeiros.
Maximiano.....10	
Silvestre.....08	
Joana.....06	
<u>todos seus filhos e uma casada.....</u>	
Maria grande, viúva.....50	
Marta, viúva, serve nada.....70	
Páscoa, viúva.....40	
Apolinário, mulato, seu filho.....21	
Cristina, sua filha, solteira.....18	
Luzia, sua filha.....17	
Joaquim, seu filho.....12	
Salvador, seu sobrinho.....22	
Aleixo, filho de Cristina.....02	
Manuel.....23	
Simoa, sua mulher.....40	
Paula, irmã da dita, solteira.....45	

Obras que fiz este ano

Todo o ano estive a tapar buracos e ainda estão abertos.

Fiz uma fornada de cal, de que fui o mestre.

Concertei o telheiro que cobre o forno da telha, de madeira e do mais necessário.

Fiz o telheiro onde esta se obra e as formas: tem de comprimento 80 palmos e 40 de largo, todo com madeira novas e coberto de telha. Rendeu-me 270 formas, três alguidares de fazer farinha, tijolo necessário para as fornalhas e tachas, e alguma louça, tudo para casa.

Fiz de novo o engenho da serra de água, a roda do pilão de arroz [e] o estaleiro da guinda. Consertei de madeira necessária e ripas meio corpo do engenho que, por favor de Santa Ana, estava em pé, e todas as colunas que necessitavam de concerto.

Levantei um quartel na casa de purgar que estava arruinado e o provi de tábuas de furo para as formas.

Meti um pau novo em outro quartel e o provi de tábuas de furo novas, [por]que, às que tinha, todas estavam podres.

Fiz cinco cochos novos para a dita casa para receber o mel.

Fiz duas canoas pequenas para serventia do engenho.

Fiz um carro novo e rodas novas a dois velhos.

Fiz um tronco para prisão dos escravos.

Fiz os fundos novos a duas tachas, duas espumadeiras novas, uma batedeira e uma pomba, tudo para a casa das caldeiras.

Fiz um cais ou ponte de madeira para mais conveniência da descarga da barca, assim da lenha, como da cana.

Esta terra esta acabada. Já não há lavrador nenhum de cana [e] não se guarda nela açúcar, nem mel, nem aguardente. Há 13 engenhocas em que se destilam algumas caninhas, que plantam todas elas, e nós, na roda do ano, não fazemos 200 reis de aguardente. Eu fiz quanto pude este ano, [e] nem quero haja outro [para que] fizesse mais diligência, por lhe dar saída. Para aproveitar o que rendeu, ver-se-á das contas. Passavam-se meses sem poder vender um almude dela, e é tal a terra que, senão pode conservar uma pipa para se mandar para fora, logo lhe dá a broca e não há tanoeiro.

Isto já deu o que havia de dar, as vizinhanças aos rios tudo está já cansado; as terras de cana, a maior parte está cansada, e esta só se pode plantar nas vizinhanças do

rio para a sua condução para o engenho; e [elas] têm tantos inimigos para a sua conservação, quantos são os escravos, que me vejo doido vendo os contínuos furtos e destruição que continuamente fazem assim nas canas, como nas roças, que nos não deixam a 3ª parte delas, e só da mão de Deus lhe pode vir o remédio, que eu lho não acho. Também tem capivaras, que são como porcos, que fazem na cana grade destruição, até aos caranguejos em partes mais baixas, não lhe escapa nada.

Este ano mandei replantar todos os canaviais, que se cortaram na safra passada (que os que se cortam em uma safra não se cortam na outra) e acrescentei a um mais de 3 barcos de Cana, mas que, *neque qui plantat est aliquid, neque qui Rigat, Sed qui incrementu dat* Deus. Com a muita seca, não só secou a maior parte da replanta, mas também grande parte da soca velha e, por esta causa, arreceio não ter esta safra quanto esperava ter.

[As] lenhas já [nos] custam muito e nos é necessário mendigá-las que, as que temos nos nossos matos, estão longe do rio, donde as não podemos conduzir. Este engenho é símbolo de homem pobre, [que] a tudo topa e com nada medra. Lavra[-se] farinha para casa e para vender muito, se os escravos a não furtaram. Atualmente estou desfazendo uma roça que podia dar 700, ou mais, alqueires de farinha; [mas] duvido que faça 100, toda roubada e comida, que me vejo doido considerando nisto plantar arroz no tempo. E eu plantei um grande brejo dele, mas que me deu nada com a grande seca e lagarta, e como estes serviços são muitos e diversos, nem bem se acode a um, nem aos outros.

[No que se refere ao] melhoramento no açúcar, tenho pouca esperança disso [ocorrer], porque os oficiais são tais ou quais. O mestre é já velho e o mesmo há muitos anos, e pouco atilado. Sofremo-lo por necessidade, pois não há outro. Fiz a diligência e escrevi várias vezes ao padre Luís Veloso [para que] buscasse outro, [e ele] diz [que] nenhum quer vir, nem deixar a sua casa e terra, e, se algum quiser vir, não vem [por] menos de 100 reis de soldada, que o engenho não pode dar. Não há banqueiro que ajude o mestre [e] necessariamente [este] há de dormir, [por]que é homem; [e] os oficiais fazem o mesmo, que são escravos, e tudo fazem como quem o faz ao Diabo. Eu lhe não posso, por nem fazer mais diligência da que lhe pus, e fiz o ano passado. [Que] de Deus lhe venha o remédio.

Trazemos uma lancha na pescaria com sete ou cinco escravos continuamente ocupados nela. O rendimento é pouco ou nenhum, [e] os enfados que causam [são]

infinitos: gasta, muitas vezes, [um] mês e meio, [e] vem sem peixe para pagar os gastos. Vai [os escravos] para a Bahia vender o que trás, gasta outro tanto tempo. Enfim, tudo são amofinações para quem deseja que isto luza e vê não poder conseguir o que deseja.

Pareceu-me por aqui um pensamento que me tem ocorrido, e vem a ser que se consultasse ao padre Luís Veloso se, em Sergipe, haverá terra em que de novo se possa lavar cana, que dê cada safra 700 ou 800 pães, que é o sumo que este engenho, com muito trabalho e cuidado, pode lavar. E havendo, que se passasse deste engenho gente necessária para cultura da tal terra ou partido, ficando cá o resto da gente, que se podia então aplicar somente a farinha, arroz, feijão no tempo e alguma madeira, conservando um barquinho para a condução destes gêneros para a Bahia e, talvez, assim rendesse isto mais, evitavam-se muitos gastos. Acudia-se com tempo a fazer a farinha, quando é tempo de se fazer, o que agora se não pode fazer, e ficava-nos com mais açúcar e melhorados neste gênero. Dou ou insinuo o arbítrio, mas não me ofereço para executar dele. É o que posso informar desta boa tença que vossa reverendíssima me meteu em casa. [Engenho de] Santana dos Ilhéus, 30 de junho de 1731.

Pedro Teixeira

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO / COLEÇÃO CARTÓRIO DOS JESUÍTAS

Maço 8:

“Carta de Domingos Fernandes da Cunha ao Conde de Linhares, 16 de março de 1603”, ANTT, CJ, maço 8, doc. 125.

Maço 14:

“Relação do estado em que achei o Engenho de Sergipe, feita em julho de 625, [1625]”, ANTT, CJ, maço 14, doc. 52.

Maço 15:

“Auto de inventário da Fazenda e Engenho de Santana, requisitado por Domingos Gonçalves, feitor e administrador da dita fazenda, 23 de agosto de 1616”, ANTT, CJ, maço 15, doc. 12.

“Estado em que achei e fez entrega do Engenho de Santana dos Ilhéus o padre Manoel de Figueiredo aos 7 de agosto de 1730, 30 de junho de 1731”, ANTT, CJ, maço 15, doc. 23.

“Lista dos escravos que se tomaram para o Engenho de Sergipe do Conde, [abril de 1745]”, ANTT, CJ, maço 15, doc. 25.

Maço 17:

“Gasto que Cristóvão Barroso diz fazer na fazenda de Santana dos Ilhéus”, [1611], ANTT, CJ, maço 17, doc. 9.

“Informações do estado em que se achava a demanda do colégio do Brasil com o Colégio de Santo Antão de Lisboa, 19 de abril de 1643”, ANTT, CJ, maço 17, doc. 42.

Maço 19:

“Mandado e posse que tomou Mem de Sá da água que lhe havia dado na Capitania do Brasil o Governador Jorge de Figueiredo, 17 de novembro de 1547 e 10 de fevereiro de 1548”, ANTT, CJ, maço 19, doc. 32.

“Carta de sesmaria que se deu a Mem de Sá da água do Engenho de Santa Ana dos Ilhéus, 23 de junho de 1544”, ANTT, CJ, maço 19, doc. 35.

Maço 20:

“Papel sobre as partilhas de Mem de Sá que se haviam de fazer entre o Colégio de Santo Antão de Lisboa e o da Bahia, 1640”, ANTT, CJ, maço 20, doc. 2.

Maço 54:

“Traslado do inventário do Engenho de Santana feito pelo Irmão Manuel da Costa [1674], 27 de agosto de 1676”, ANTT, CJ, maço 54, doc. 7.

“Ordem que em visita dou ao Irmão Companheiro atual do Padre Superior deste Engenho e aos Irmãos que lhe sucederem, 20 de outubro de 1752”, ANTT, CJ, maço 54, doc. 51.

“Inventário feito pelo padre João Cortes na entrega que fez do Engenho de Santana dos Ilhéus ao padre Jerônimo da Gama, 13 de novembro de 1752”, ANTT, CJ, maço 54, doc. 52.

“Informe do Estado passado e presente do Engenho de S. Ana dos Ilhéus, ano 1753, 13 de junho de 1753”, ANTT, CJ, maço 54, doc. 55.

Maço 68:

“Papéis do padre Felipe Franco em que dá conta dos Ilhéus e do que se a de fazer no Engenho de Sergipe, 29 de setembro de 1659”, ANTT, CJ, maço 68, doc. 306.

“Carta de Felipe Franco ao padre Reitor, 16 de janeiro de 1660”, ANTT, CJ, maço 68, doc. 307.

“Carta do Padre Pedro Teixeira ao Padre Simão Esteves, 20 de junho de 1731”, ANTT, CJ, maço 68, doc. 343.

“Carta do padre Pedro Teixeira ao padre Simão Esteves, 16 de agosto de 1731”, ANTT, CJ, maço 68, doc. 347.

“Carta do irmão João Dias para o padre Simão Esteves”, 19 de setembro de 1731, ANTT, CJ, maço 68, doc. 350.

“Carta Ânua da Província do Brasil de 1607, 09 de agosto de 1608”, ANTT, CJ, maço 68, doc. 429.

Maço 69:

“Carta do padre João de Oliveira ao padre Diogo Cardim, 06 e 25 de novembro de 1634”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 71.

“Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim, 20 de dezembro de 1635”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 75.

“Carta de Sebastião Vaz para Diogo Cardim, 02 de dezembro de 1636”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 76.

“Carta de Sebastião Vaz para o padre Diogo Cardim, 1634*”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 83.

“Carta do padre João Corte ao padre Francisco da Guerra, 30 de junho de 1748”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 140.

“Carta do irmão Matheus de Souza ao padre Gaspar Estevens, 23 de abril de 1738”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 175.

“Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Estevens, 25 de abril de 1738”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 177.

“Carta do padre Antônio de Figueiredo ao padre Gaspar Estevens, 28 de janeiro de 1739”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 190.

“Carta do padre Luís da Rocha para o padre Gaspar Estevens, [1739]”, ANTT, CJ, maço 69, doc. 207.

Maço 70:

“Carta do padre Pedro Teixeira ao padre reitor do Colégio da Bahia, Gaspar de Faria, 12 de fevereiro de 1731”, ANTT, CJ, maço 70, doc. 147.

“As causas que tive para pedir ao Reitor do Colégio da Bahia que me tirasse daqui o irmão Antônio de Figueiredo, [1731]”, ANTT, CJ, maço 70, doc. 469.

Maço 71:

“Carta do padre António Fernandes ao padre Gaspar Estevens, 27 e 28 de julho de 1736”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 29.

“Carta de Simão de Souto Maior ao padre Reitor, 19 junho de 1640”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 34.

“Carta de Felipe Franco ao padre Reitor, 13 junho de 1661”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 40.

“Carta do padre Manoel de Oliveira ao padre Sebastião de Lima, 13 de agosto de 1673”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 76.

“Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre procurador Bento de Oliveira, 23 de julho de 1712”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 96.

“Carta do padre Manoel de Figueiredo ao padre Procurador Bento de Oliveira, 02 e 17 de setembro e de 1713”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 97.

“Carta do irmão Matheus de Souza para o padre Simão Esteves, 30 de agosto de 1728”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 100.

“Carta do padre João Fernandes ao Padre Gaspar Esteves, 12 de junho de 1735”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 111.

“Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Gaspar Esteves, 27 de julho de 1736”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 128.

“Carta do padre Miguel da Costa para o padre Gaspar Esteves, 20 de agosto de 1736”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 132.

“Carta do padre Antônio Fernandes ao padre Procurador, 12 de setembro de 1737”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 142.

“Carta do padre Antônio Fernandes para o padre Joseph Soares, 13 de setembro de 1737”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 143.

“Carta do padre Manoel Carrilho para o padre Francisco da Guerra, 25 de abril de 1747”, ANTT, CJ, maço 71, doc. 183.

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB

“Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados” (1789), *Cartas ao Governo* 207.

FONTES IMPRESSAS

ALBERNAZ I, João Teixeira de. “Capitania dos Ilhéus (1631)”. In: ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993, p. 193.

ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas e minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar*

e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. Rio de Janeiro: Officina Real Deslenderina, 1837 [orig. 1711].

ARAÚJO, Vigário Luiz Soares de. “Relação das povoações, logares, rios e distância, que há entre elles, na Freguezia da Invenção de Santa Cruz da Villa dos Ilhéos [1758]”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXI (1913), pp. 184-85.

AUTOR desconhecido (séc. XVII). “Relação das Capitánias do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXII, Parte 1 (1900), pp. 5-34.

BLUTEAU, Rafael [aditado por Antônio de Moraes Silva]. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789, [tomo I e II].

CARDIM, Fernão (1549-1625). *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica: pela Bahia, Ilheos, Porto seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

_____. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite & Cia, 1925.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, *Documentos para a História do Açúcar. Engenho Sergipe do Conde: espólio de Mem de Sá*. Rio de Janeiro: Serviço especial de documentação Histórica, v. III, 1963.

LISBOA, Balthasar da Silva. “Memoria topografica e economica da Commarca dos Ilheos”. In: *Memórias da Academia Real da Sciencias de Lisboa*, tomo IX, 1823, pp. 87-264.

_____. “Offício do Ouvidor da comarca dos Ilhéos Balthasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe comunica uma interessante informação sobre a comarca do Ilhéos, a sua origem, a sua agricultura, comércio, população e preciosas matas. Cairú, 20 de março de 1799”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXXVI (1914), pp. 102-117.

[MORENO, Diogo de Campos, séc. XVII] suposto autor. *Rezão do Estado do Brasil (c. 1616)*. Lisboa: João de Sá da Costa, 1999.

PEREIRA, Estevão. “Descreeção da Fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brazil e de seus rendimentos (1635)”. *Anais do Museu Paulista*, tomo IV (1931), pp. 775-94.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descrittivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879.

SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.

[TEIXEIRA, Luís, séc. XVI] suposto autor. *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

“TRASLADO DA DOAÇÃO da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão e Governador Jorge de Figueiredo Correia, 26 de julho de 1534”. In: *DHBN*, vol. XIII, nº XI (1929), pp. 157-158.

“TRASLADO DO FORAL da Capitania dos Ilhéus, de que é Capitão Jorge de Figueiredo Correia”. In: *DHBN*, vol. XIII, nº XI (1929), pp. 171-178.

VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, tomo I.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typog. 2 de Dezembro, 1853 [orig. 1707].

FONTES EM DOMÍNIOS DIGITAIS

LIVRO IV, Título LX, In: Ordenações Manuelinas on-line <<https://urx1.com/ordenacoes-manuelinas>>, acessado em 25 de agosto de 2020.

[PAGANINO, Jacinto José 173?-1805] suposto autor. *Descrição da costa do Brasil*. Disponível em: <<https://urx1.com/paganino>>. Acesso em: 19 de mai. de 2020.

“REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil, 17 de dezembro de 1548”, <<https://l1nq.com/regimento-de-tome-de-souza-1548>> acessado em: 17 de setembro de 2020.

RODRIGUES, Joaquim José. “Requerimento pedindo por sesmaria na Ilha dos Padres, no rio da vila de Ilhéus, que pertencera aos jesuítas”, 1807-1808, <<https://11nq.com/requerimento-ilhadospadres>> acessado em: 02 de outubro de 2020.

SITES PESQUISADOS

CALCULADORA do cidadão, <<https://acesse.one/corretordevalores>>, acessado em: 14 de julho de 2023.

CONVERSOR-de-Medidas, <<https://11nq.com/merdir-litros-em-quilos-farinha>>, acessado em 21 de julho de 2021.

CONVERT-ME, <<https://11nq.com/converter-pipa-litros>>, acessado em 21 de julho de 2021.

Dicionário Online de Português. In: <<https://www.dicio.com.br/>>

HOSPITAL de São José (Imagem de satélite). In: *Google Maps Platform*. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/GKKKAsQ7euDd9xAcA>> acessado em 16 de julho de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 48.

ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. “Colonial Comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009 (Dissertação de Mestrado).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade cultural nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AMANTINO, Márcia Sueli. “A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII”. Lisboa: NOVA, 2015 (Dissertação de Mestrado).

_____. “A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens”. In: *RIHGB*, nº 443, 2009, pp. 169-191.

_____. “As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Varia Historia*, vol. 22, nº 35, 2006, pp. 189-206.

ANDRADE, Ana Paula Guedes de. “A casa de vivenda do Sítio São Banto de Jaguaribe: uma reconstrução arqueológica”. Recife: UFPE, 2006 (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX”. In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 12 (2004), pp. 91-128.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva”. In: *Terra Livre - AGB*, nº 10, 1992, pp. 23-78.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília: Iphan, 2009.

AZEVEDO, Gabriela Soares de. “O avesso da costura: uma análise dos escritos de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591)”. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015 (Tese de Doutorado).

BACELAR, Jeferson; MOTT, Luiz. *A comida baiana: cardápios de um prisioneiro ilustre (1763)*. Salvador: EDUFBA, 2016.

BARICKMAN, Bert J. “E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835”. In: *Afro-Ásia*, nº 29-30 (2003), pp. 79-132.

BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.

BARROS, Rafael dos Santos. “Da letra da Lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015 (Dissertação de Mestrado).

CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMENTE, Ana Goulart (orgs.). *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas, 2016.

CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2003.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. “De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012 (Tese de Doutorado).

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O proto campesinato negro nas América*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Angelo Alves; MORALES, Walter Fagundes; DIAS, Marcelo Henrique (Orgs.). *Paisagens e Georreferenciamento: História Agrária e Arqueologia*. São Paulo/Ilhéus: Annablume/NEPAB/UDESC, 2015.

COELHO FILHO, Luiz Walter. *A Capitania de São Jorge e a Década do Açúcar*. Salvador: Editora Vila Velha, 2000.

CORRÊIA, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 37, 1981, pp. 5-16.

COSTA, Alexandre José Barboza da. “Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil Colonial”. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos – e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Marcelo Henrique. “A viabilidade econômica de um engenho jesuítico: o Santana dos Ilhéus (séculos XVII e XVIII)”. In: *História Unisinos*, vol. 25, nº 3, 2021, pp. 473-485.

_____. *Economia, sociedade e paisagem da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007 (Tese de Doutorado).

_____. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011. p. 47.

_____; CARRARA, Angelo Alves (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

_____; MORALES, Walter Fagundes; SANTOS, Igor Campos. “Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, séculos XVI-

XVIII): um complexo produtivo colonial na Mata Atlântica sul-baiana”. In: *Especiaria - Caderno de Ciências Humanas*, vol. 18, n° 33 (2018), pp. 93-123.

_____; OLIVEIRA, Ruana Alencar; ANDRADE, Iuri Dantas. “Morfologia urbana da Vila Colonial de São Jorge dos Ilhéus (Bahia – Brasil, séculos XVI a XIX)”. In: *Urbana*, Vol. 11, n° 1 (2019), pp.149-171.

EISENBERG, José. *As Missões Jesuíticas e o pensamento Político Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FARIA, Sheila S. C. “Fontes textuais e vida material: observações, preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX”. In: *Anais do Museu Paulista*, n.º 1 (1993), pp. 107-129.

_____. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Amaral. *A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003, p. 20.

FERNANDES, Florestan. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.

FERREIRA, Paulo Jorge da Costa Pereira. “Os Almotacés de Lisboa (século XVIII)”. Lisboa: ISCTE, 2012 (Dissertação de Mestrado).

FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos de São Paulo, 1925.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: Iphan, 2009

FREITAS, Antônio Fernando G. de; PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: A capitania, os frutos do ouro e a princesa do sul (Ilhéus, 1534-1940)*. Ilhéus: Editus, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna. Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GOENDER, Jacob. “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”. In: *Estudos Econômicos*, vol. 13, nº 1 (1983), pp. 7-39.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IPAC-BA. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Monumentos e sítios do litoral sul*. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1988.
- KAHN, Siegmund Ulrich. “As Capitanias Hereditárias, o Governo Geral, o Estado do Brasil - Administração e Direito Quinhentistas”. In: *Revista de Ciência Política*, vol. 6, nº 2, 1972, pp. 53-114.
- LAPA, José Roberto Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira* (Petrópolis: Vozes, 1980).
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, tomo V e IX, 1948 e 1949.
- LENK, Wolfgang. *Guerra e pacto colonial: exercito, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009 (Tese de Doutorado).
- LIMA, Ana Paula dos Santos. “Baltasar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797-1818)”. In: *Revista Crítica Histórica*, vol. 2, nº 4, 2011, pp. 160-175.
- LOPES, Kaíque Moreira Léo. “Paula de Sequeira: Inquisição e Lesbianismo na Bahia Quinhentista”. In: *Revista Cantareira*, vol. 21, 2016, pp. 67-83.
- MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. “Equus Rusus. A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624 – 1654)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010 (Tese de Doutorado).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49 (2002), pp. 11-29.
- MAHONY, Mary Ann. “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia”. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 10, nº 18, 2007, pp. 737-793.
- MALHEIRO, Perdígão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MALHEIROS, Márcia. “‘Homens da fronteira’: Índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do Leste, do Paraíba ou Goytacazes, séculos XVIII-XIX”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008 (Tese de Doutorado).

MARCIS, Teresinha. “A ‘hecatombe de Olivença’: construção e reconstrução da identidade étnica: 1904”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004 (Dissertação de Mestrado).

_____. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013 (Tese de Doutorado).

_____. *Viagem ao Engenho Santana*, Ilhéus: Editus, 2000.

MARQUESE, Rafael Bivar de. *Administração e escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

MEDEIROS, Ivoncísio Meira de. *Inventário de documentos históricos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MENDES, Claudinei Magno Magre. “Construindo um Mundo Novo: os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII”. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996 (Tese de Doutorado).

MENEZES, Catarina Agudo; MUNIZ, Bianca Machado; SILVA, Maria Angélica da. Os Engenhos de Açúcar e a Construção do Patrimônio Cultural Alagoano. In: *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*, 2012, <<https://acesse.one/os-engenhos-de-acucar>> acessado em: 17 de setembro de 2020.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. “Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo”. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001 (Tese para Concurso de Livre Docência).

MOTT, Luiz. “Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade (1740-1854)”. In: *Revista Cultura*, nº 1, 1988, pp. 93-130.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Igreja e escravidão africana no Brasil Colonial”. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, vol. 10, nº 18 (2007), pp. 355-387.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. In: *Afro-Ásia*, n. 19-20, 1997, pp. 37-73.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luís. “Ciência moderna em Portugal: a ‘aula da esfera’ no colégio de Santo Antão”. In: *Acta Scientiarum Education*, vol. 39, nº 3, 2017, pp. 243-253.

_____.; _____.; _____. “Colégio de Santo Antão de Portugal, do Século XVI: um Estudo da Educação Jesuítica e do Ensino Público”. In: *Educação em Revista*, vol. 17, nº 1, 2016, pp. 55-72.

OLIVEIRA, Ruana Alencar. “Morfologia urbana e dimensão material e social da vila e cidade de Ilhéus no século XIX”. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2021 (Dissertação de Mestrado).

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de Reflexão”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, nº 4, 1994, pp. 173-187.

_____. “Caminho de ir e vir e caminho sem volta: Índios, estradas e rios no Sul da Bahia”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1982 (Dissertação de Mestrado).

_____. “De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os Séculos XVI e XVIII”. In: *Revista de História*, nº 129-132, 1994, pp. 179-208.

_____. “Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602)”. In: *Cadernos de História*, vol. 16, nº 24, 2015, pp. 103-123.

PARÉS, Luis Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800)”, *Afro-Ásia*, n.º 33, 2005, pp. 87-132.

PEDROZA, Manoela da Silva. “Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa e Brasil. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018 (Tese de Doutorado).

PEREIRA, Luciene Maria Pires. “As sesmarias em Portugal e no Brasil: a colonização do Brasil analisada por meio das cartas de doação e dos forais”. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2010 (Dissertação de Mestrado),

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Terras indígenas na legislação colonial”. In: *Revista da Faculdade de Direito, USP*, vol. 95, 2000, pp. 107-120.

PINTO, Andrey Soares. “Revolta, Negociação e Autoridade: O levante dos escravos do Engenho Santana, Ilhéus (1789)”. Brasília: Universidade de Brasília, 2020 (Dissertação de Mestrado).

PÓVOAS, Ruy do Carmo (org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRADO, João Fernando de Almeida. *A Bahia e as Capitânicas do Centro do Brasil (1530-1626) – História da Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, tomo I, 1945.

RAMOS, Antonio Martins. “As almas do gentio da terra: A escravidão indígena em São Paulo na instituição do sistema da administração”. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2021 (Tese de Doutorado).

REGINALDO, Lucilene. “Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista”. Campinas: UNICAMP, 2005 (Tese de Doutorado).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968, pp. 27-35.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In: *Tempo*, vol. 2, n° 3 (1996), pp. 7-33.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito”, *Anais do APB*, n° 44 (1979), pp. 285-97.

RODRIGUES, Francisco. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões. Esboço histórico – Superiores – Colégios (1540-1934)*. Porto: Edições do Apostolado da Imprensa, vol. I, 1935.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990.

SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. *As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALETTI, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

SANTOS, Fabricio Lyrio. “Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012 (Tese de Doutorado).

_____. “Te Deum Laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Dagson Jose Borges. “O uso de blogs no ensino de história: a experiência da história do Engenho de Santana em Ilhéus-Ba”. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2018 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. “Entre aldeamentos, mocambos e engenhos: etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1697)”. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021 (Tese de Doutorado).

SANTOS-GAREIS, Maria da Guia. Senhores de engenho e inovação tecnológica: Caso do Nordeste Brasileiro. In: *Iberoamericana*, vol. 3, nº 11, 2003, pp. 21-39.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

_____. “Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery”. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, nº 1 (1977), pp. 69-81.

SILVA, Kalina Vanderlei. “O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII)”. In: *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 32, nº 2, 2006, pp. 43-63.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH, Robert C.. “A arquitetura civil no período colonial”. In: *Revista do Patrimônio Artístico Nacional*, nº 17 (1969), pp. 27-126.

SOARES, Lenin Campo. “O padre, o filósofo e o profeta: A América de Simão de Vasconcelos”. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007 (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Mariza de Carvalho. “Descobrimos a Guiné no Brasil colonial”. In: *RIHGB*, ano 161, nº 407, 2000, pp. 71-94.

_____. “Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post”. In: *Varia História*, vol. 25, nº 41 (2009), pp. 61-83.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Igreja e escravidão nas constituições do Arcebispado da Bahia de 1707”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 67, nº 267 (2007), pp. 609-624.

URIARTE, Urpi Montoya. “O que é fazer etnografia para os antropólogos”. In: *Ponto Urbe*, n. 11, 2012, pp. 1-12.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. “Donatários e Administração colonial: A Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)”. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016 (Tese de Doutorado).

VIANA, Iamara da Silva; NETO, Alexandre Ribeiro; GOMES, Flávio dos Santos. “Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil”. In: *Estudos Avançados*, vol. 33, nº 96 (2019), pp. 155-177.

WETZEL, Herbert Ewaldo. *Mem de Sá, Terceiro Governador Geral (1557-1572)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.